

ANDREA LUISA BUCCHILE FAGGION

DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL E ESQUEMATISMO TRANSCENDENTAL:

O problema da possibilidade e da necessidade da constituição de objetos em Kant

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Zeljko Loparic.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 06/06/2007

BANCA

Prof. Dr. Zeljko Loparic (orientador)

Prof. Dr. Daniel Omar Perez

Prof. Dr. Guido Antonio de Almeida

Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques

Prof. Dr. Ubirajara Rancan de Azevedo Marques

Prof. Dr. Julio César Ramos Esteves (suplente)

Prof. Dr. Marcos Lutz Müller (suplente)

Prof. Dr. Orlando Bruno Linhares (suplente)

JUNHO/2007

ANDREA LUISA BUCCHILE FAGGION

DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL E ESQUEMATISMO TRANSCENDENTAL:

O problema da possibilidade e da necessidade da constituição de objetos em Kant

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de
Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. Zeljko Loparic.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
06/06/2007

BANCA

Prof. Dr. Zeljko Loparic (orientador)

Prof. Dr. Daniel Omar Perez

Prof. Dr. Guido Antonio de Almeida

Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques

Prof. Dr. Ubirajara Rancan de Azevedo Marques

Prof. Dr. Julio César Ramos Esteves (suplente)

Prof. Dr. Marcos Lutz Müller (suplente).

Prof. Dr. Orlando Bruno Linhares (suplente)

JUNHO/2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

F134d **Faggion, Andrea Luisa Bucchile**
Dedução transcendental e esquematismo transcendental: o
problema da possibilidade e da necessidade da constituição de
objetos em Kant / Andrea Luisa Bucchile Faggion.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Zeljko Loparic.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Kant, Immanuel, 1724-1804. 2. Objeto (Filosofia).
3. Semântica (Filosofia). I. Loparic, Zeljko, 1939-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Transcendental Deduction and transcendental schematism:
the problem of possibility and necessity of object's constitution
in Kant

Palavras – chave em inglês (Keywords): Object (Philosophy)
Semantics (Philosophy)

Área de concentração: Filosofia

Titulação : Doutor em Filosofia

Banca examinadora : Zeljko Loparic, Guido Antonio de Almeida, Daniel Omar
Perez, Ubirajara Rancan de Azevedo Marques, José
Oscar de Almeida Marques.

Data da defesa : 06-06-2007

Programa de Pós-Graduação :- Filosofia

RESUMO

A expressão “Revolução Copernicana”, usada por Kant para enfatizar a ruptura entre a filosofia crítica e a metafísica tradicional, leva-nos, acima de tudo, a considerar o objeto do conhecimento de uma nova maneira. Agora, o problema da relação entre uma representação e seu objeto tem um conceito do último similar a uma construção matemática como sua condição de solubilidade. Em outras palavras, a forma do objeto é considerada como sendo constituída por operações cognitivas. Explorando a Dedução Transcendental e o Esquematismo Transcendental, nós acreditamos ter descoberto que, mais do que a possibilidade de que um objeto em sentido “forte” seja constituído por operações cognitivas, Kant teve sucesso mesmo em provar que, em princípio, nós sempre temos que poder executar aquelas operações (desde que nós temos intelecto discursivo e intuição sensível). Isto é o mesmo que dizer que nossa leitura pretende compatibilizar a Semântica Transcendental, enquanto uma Semântica Construtivista, com uma leitura anti-cética dos fins da Analítica Transcendental.

ABSTRACT

The expression “Copernican Revolution”, used by Kant to emphasize the rupture between critical philosophy and metaphysical tradition, takes us, above all, to consider the object of knowledge in a new way. Now, the problem of the relation between a representation and its object has a concept of the later which is similar to a mathematical construction as its solvability condition. In other words, the form of the object is taken as constituted by cognitive operations. By exploring the Transcendental Deduction and the Transcendental Schematism, we believe to have discovered that, more than the possibility that an object in the “weighty” sense be constituted by cognitive operations, Kant has even succeed in proving that, in principle, we always have to be able to execute those operations (since we have discursive intellect and sensible intuition). This amounts to say that our reading intends to make Transcendental Semantic as a Constructive Semantic compatible with an anti-skeptical reading of Transcendental Analytic’s goals.

AGRADECIMENTOS

Eu sou grata a Capes, que financiou parte de minhas pesquisas neste trabalho, até que eu iniciasse minha carreira no magistério. Agradeço também ao funcionário da Unicamp Rogério José Cerveira Ribeiro, secretário da pós-graduação em filosofia do IFCH, pelo zelo incomum na realização de seu trabalho, propiciando a devida tranquilidade para que façamos o nosso.

Sou grata ainda a todos os membros da Seção de Campinas da Sociedade Kant Brasileira e do Grupo de Pesquisa Criticismo e Semântica, pela influência que suas pesquisas vêm tendo sobre minha formação enquanto participante dessas associações. Devo destacar, em especial Orlando Bruno Linhares, pela ajuda direta com meu trabalho, e Aguinaldo Pavão e Daniel Omar Perez, por todos os aconselhamentos recebidos em geral ao longo dos últimos anos.

Por fim, e sobretudo, sou grata ao meu orientador, Zeljko Loparic, que foi quem me possibilitou ser parte desses esforços conjuntos que favorecem o desenvolvimento de todos nós, sendo ele, inclusive, o fundador das referidas associações. De modo mais direto, estou em profundo débito com as pesquisas de Loparic, sobre as quais construí a estrutura de meu próprio trabalho, mesmo nos pontos em que divergimos mais profundamente, pois, mesmo nestes momentos, eu vincularia meus esforços interpretativos à leitura semântica de Kant, por ele disseminada no Brasil com características bastante peculiares. Ter o principal inspirador de meu trabalho como professor e, portanto, interlocutor foi, certamente, um privilégio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	1
1. A INTERPRETAÇÃO DE ALLISON DA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL	37
1. 1. Juízos e Objetividade.....	38
1. 1. 1. O conceito de juízo em Allison.....	38
1. 1. 2. A validade objetiva dos juízos.....	41
1. 1. 3. Categorias: condições de todo juízo?.....	50
1. 2. A Objetividade e a Dedução Transcendental.....	62
1. 2. 1. A validade objetiva na Dedução Transcendental, segundo Allison.....	62
1. 2. 2. A realidade objetiva na Dedução Transcendental, segundo Allison.....	64
1. 2. 3. A relação entre a realidade e a validade objetiva.....	67
1. 2. 4. Os momentos da interpretação de Allison.....	68
1. 2. 5. Allison, sobre a Unidade Transcendental da Apercepção.....	70
1. 2. 6. Allison, sobre Unidades Subjetivas da Consciência.....	101
1. 2. 7. A segunda parte da Dedução Transcendental: seu objetivo.....	117
1. 2. 8. A segunda parte da Dedução Transcendental: sua estrutura e porquê.....	125
1. 2. 9 O momento final da Dedução Transcendental.....	137
<i>Os exemplos do § 26.....</i>	<i>145</i>
2. A DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL: UMA LEITURA SEMÂNTICA.....	159
2. 1. Uma Introdução à Filosofia Crítica Lida como Semântica Transcendental....	159

2. 2. Estrutura e Objetivo da Dedução Transcendental.....	168
2. 2. 1. O problema da distinção entre uma dedução objetiva e uma subjetiva.....	170
2. 2. 2. Os três níveis da síntese das representações empíricas.....	176
2. 2. 2. 1. <i>A síntese da apreensão.....</i>	<i>177</i>
2. 2. 2. 2. <i>A síntese da reprodução.....</i>	<i>178</i>
2. 2. 2. 3. <i>A síntese da reconhecimento.....</i>	<i>184</i>
2. 2. 2. 4. <i>O objeto transcendental.....</i>	<i>190</i>
2. 2. 2. 5. <i>A unidade da apercepção.....</i>	<i>200</i>
2. 2. 3. A prova da necessidade das categorias.....	205
2. 2. 3. 1. <i>A primeira formulação do argumento.....</i>	<i>208</i>
2. 2. 3. 2. <i>A segunda formulação do argumento.....</i>	<i>210</i>
2. 2. 3. 3. <i>O problema da dedução subjetiva retomado.....</i>	<i>212</i>
2. 2. 4. Afinidade e Apercepção: a transição para o Esquematismo.....	215
2. 2. 5. O objetivo da Dedução Transcendental e sua função na Analítica Transcendental.....	221
<i>Considerações quanto a objeções de Karl Ameriks.....</i>	<i>227</i>
3. O ESQUEMATISMO TRANSCENDENTAL.....	235
3. 1. O Papel e a Importância do Esquematismo Transcendental para a Objetividade das Categorias.....	237
3. 2. O Esquema Transcendental como Meio de Subsunção.....	242
3. 3. A Definição do Esquema Transcendental.....	246
3. 4. Esquema como Regra Semântica.....	255
3. 5. A Relação entre as Categorias e os Esquemas.....	264

3. 5. 1. A esquematização das categorias modais.....	268
3. 5. 2. A esquematização da substância.....	273
3. 5. 3. A esquematização da causalidade.....	278
3. 5. 4. A esquematização da comunidade.....	293
3. 6. O Problema do Suposto Círculo no Esquematismo.....	296
CONCLUSAO GERAL.....	301
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	307

INTRODUÇÃO GERAL

“Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (*CRP*, A 51, B 75)¹. Esta dupla advertência é citação de lei para estudiosos da filosofia teórica kantiana por conter o que pode ser considerado uma das teses mais essenciais do filósofo de Königsberg: a interdependência entre condições sensíveis e condições intelectuais para a constituição do significado objetivo das representações. Ao contrário do que se vê na discussão contemporânea desta problemática, Kant não distinguiu entre questões de sentido, significado e referência em sua *Crítica da Razão Pura*. Nota-se amplamente o uso intermutável dos conceitos de “significado objetivo”, “referência objetiva”, “possibilidade real”, “realidade objetiva”, “sentido objetivo” e “validade objetiva” (cf., por exemplo, *CRP*, B XXVII, nota; A 28, B 44; A 34, B 51; A 155-6, B 194-5; A 220, B 268; A 223, B 270; A 239-41, B 298-300). O denominador comum, isto é, o problema que parece ocupar Kant sempre que faz uso de tais conceitos, como seria claro do ponto de vista léxico, é a questão da relação da representação ao objeto. Digamos então que, para Kant, sem os dados sensíveis, os conceitos não se relacionam a um objeto e vice-versa. Por ora, como Kant antes de introduzir seu conceito crítico, deixemos em aberto se este objeto seria apenas aquilo que é representado pela representação (seu conteúdo)² ou uma coisa ou estado de coisas, em algum sentido, independente da faculdade representativa do sujeito.

¹ De início, entendamos pensamentos ou conceitos apenas como representações intelectuais ou ativas (espontâneas) e intuições como representações sensíveis ou passivas (receptivas).

² Lembrando Husserl: “Ser objeto não é nenhuma característica positiva, nenhuma espécie objetiva de um conteúdo; a expressão designa o conteúdo apenas como correlato intencional de uma representação” (1985, p. 67).

Bennett capta tal ambigüidade que o conceito de “objeto” assume no decorrer do texto de Kant e comenta: “algumas vezes, Kant concede a ‘objeto’ o sentido de ‘datum’ ou ‘item sobre o qual se pode falar’” (Bennett, 1966, p. 131). Isto fica muito próximo do que chamaremos de “objeto em sentido fraco”. Já um sentido forte de objeto também me parece ter sido muito bem apreendido por Bennett. Segundo este intérprete, deveríamos ter em mente agora corpos considerados como coisas que perduram para além de uma percepção privada deles e também seus estados, como, por exemplo, um corpo ocupando determinado lugar, independentemente de uma percepção particular de que ele esteja lá (cf. Bennett, 1966, p. 129). Eu apenas acrescentaria à explicação de Bennett a importante ressalva de que um conteúdo mental também poderia ser um objeto em sentido forte, na medida em que fosse tomado em si mesmo como ocorrência da vida psíquica, e não como representação. Neste sentido, não diríamos que o objeto poderia ser distinto da mente, é verdade, mas ainda poderia ser diferenciado da representação ou cognição a seu respeito, que é o que parece estar primordialmente em questão (cf. Berna Kiliñç, 2005, p. 4)³

Agora, procuremos justificar, ainda que preliminarmente, por que entendemos que dados sensíveis por si só não poderiam se relacionar a objetos, em qualquer sentido que fosse, *no quadro da filosofia kantiana*. Entendemos que Kant nos diz que precisamos dos conceitos até mesmo para compreendermos as intuições (cf. *CRP*, A 51, B 75), o que indica que, sem os conceitos, as intuições não têm nem mesmo um sentido que diríamos puramente intencional, o que pensamos aqui como a mera compreensão do que pretenderia nos representar a intuição (cf.

³ Nesta comunicação sobre a noção de objetividade em Kant, apresentada no primeiro *Congresso Kant Internacional* realizado no Brasil, Kiliñç, interessantemente, também constatou a inversão do sentido de objetividade no nosso autor em relação à escolástica, onde a existência subjetiva da coisa era sua realidade, sendo sua objetividade a existência dependente da mente (cf. Kiliñç, 2005, p. 2).

CRP, A 80, B 106)⁴. Em suma, elas são cegas afinal, ou, nas palavras de Paton, “não são intuições *de* coisa alguma” (1951, p. 32). A idéia parece ser que, ao olhar para uma casa, por exemplo, sem conceitos⁵, eu não teria a imagem de uma casa, mas um caos de dados sensíveis, porque, independentemente da forma como os dados chegariam até mim, simples ou composta, eu precisaria de conceitos como regras para como que desenhar a imagem da casa discernindo cada elemento nela e definindo-a dentro de um contexto maior de dados em que ela está localizada. É isto que parece estar em jogo quando Kant nos diz que os conceitos assentam em funções, sendo uma função uma “unidade da ação que consiste em ordenar diversas representações sob uma representação comum” (CRP, A 68, B 93). Kant chama esta unidade conceitual de “unidade qualitativa” e a compara à unidade do tema num drama, discurso ou fábula (cf. CRP, B 114).

O que teríamos até aqui então, se seguimos a pista correta, é que os dados sensíveis carecem de condições intelectuais para tornarem-se compreensíveis a nós, porque, na filosofia kantiana, a unidade qualitativa, isto é, o sentido que perpassa os dados fazendo deles partes de uma única representação, não é recebida pronta pelos sentidos, é impressa pelos conceitos. Tal distinção entre uma faculdade receptiva e uma atividade espontânea de ligação de dados é, para Kant, como que um “fato” último a respeito do aparelho cognitivo humano, sendo que dificilmente poderíamos considerar que Kant argumente por ele, aparentemente, tomando tal defesa desse pressuposto como impossível e desnecessária. Em todo caso, não nos cabe aqui

⁴ Estou aqui colidindo com a leitura de Robert Hanna, exposta no artigo “Kant e o conteúdo não-conceitual”: “intuição cega, para Kant, não significa nem ‘intuição bogus’ nem ‘intuição sem significado’: antes, significa *intuição não-conceitual objetivamente válida*” (2005, p. 257).

⁵ Note-se que eu não digo “sem a posse do conceito da casa”. Isto será importante no decorrer deste trabalho.

investigar se esta seria a compreensão mais razoável do mecanismo de captação de dados sensíveis na intuição e da instituição de sua referencialidade, por mais importante que venha a ser esta premissa para os argumentos que estudaremos.

No momento, podemos deixar em aberto se os conceitos requeridos para a intencionalidade das representações sensíveis poderiam ser apenas empíricos ou não, afinal, o ponto crucial no que vimos até agora é a idéia de unidade qualitativa, encontrada em todo e qualquer conceito. Mas, passando agora ao problema da relação dos dados sensíveis a um objeto no sentido mais forte dos indicados acima, temos que, segundo Kant, esta relação dependeria essencialmente da introdução de *necessidade* na unidade conceitual indicada (cf. *CRP*, A 78-9, B 104), daí o requerimento inevitável de conceitos *a priori*, ou seja, conceitos independentes da experiência, sendo pensados como as regras da unidade, uma vez que uma regra empírica (extraída, ao menos em parte, da experiência, sendo então baseada na sensação) nunca geraria necessidade e universalidade: “Todos os conceitos *a priori* e *a posteriori* são funções de síntese, mas só os primeiros podem garantir a necessidade de sua função” (Linhares, 2006, p. 10).

É interessante nos lembrarmos dos *Prolegômenos* a este respeito, porque trata-se do texto em que Kant mais clara e enfaticamente equipara a relação ao objeto à validade universal e necessária na unidade dos dados sensíveis. Após definir a validade objetiva como a relação ao objeto no § 18, Kant diz no § 19: “validade objetiva e validade universal necessária (para cada um) são conceitos intermutáveis” (A 79). A explicação para tanto é que, quando nossas representações concordam com o objeto (se relacionam com ele), então todas as representações do mesmo objeto também devem concordar entre si, quer dizer, se minha

representação daquela casa se relaciona a um objeto “casa” fora de mim (no sentido de ser diferente do meu sujeito do conhecimento), então ela é uma representação válida não só para mim (e não só em meu estado atual) como para qualquer outro sujeito constituído da mesma forma que eu que esteja se referindo ao mesmo objeto. Deste modo, é patente aqui a importância do conceito forte de objeto, pois Kant joga essencialmente com a não-redutibilidade do objeto às representações de um sujeito em particular, em um estado particular.

Kant está nos dizendo que o traço essencial à objetividade de uma representação é que ela deve ser compartilhável por qualquer sujeito do conhecimento, o que ele já pensava, no mínimo, em 1775: “para opor objetos a minhas representações é sempre um requisito que a representação seja determinada de acordo com uma lei geral, pois o objeto consiste precisamente no ponto universalmente válido” (*Refl.* 4675, 17: 648, traduzida com auxílio da tradução para o inglês de Paul Guyer, cf. 1989, p. 59). Assim, quando eu elevo uma intuição a uma certa unidade, determinando-a de modo necessário pela conformidade a uma certa regra aqui chamada de “lei geral”, ela se torna objetiva, justamente porque, se tal unidade é necessária, será a mesma unidade imposta a ela por qualquer sujeito. Voltando aos *Prolegômenos*: “Quero, pois, que em todo tempo eu próprio e também cada um uma necessariamente a mesma percepção em idênticas circunstâncias” (A 81)⁶. A dificuldade que se impõe neste momento da análise introdutória ao problema da objetividade em Kant é entender exatamente o que constitui o conceito de necessidade que o filósofo usa de maneira tão central.

⁶ Neste ponto, eu não vejo a necessidade de distinguirmos “percepções” de “intuições”, mas vale dizer que percepções são, por definição, acompanhadas de consciência.

Para Kitcher, este sentido inusual de necessidade aplicado à ligação de percepções poderia ser tratado desta forma: “Algo é necessário se é verdadeiro em todos os mundos que nós podemos experienciar constituídos como somos” (1990, pp. 23-4). Quer dizer, uma regra para a unidade das percepções é necessária se é o caso em todas as experiências possíveis para nós. Ora, esta interpretação parece-me simplesmente equiparar necessidade e universalidade, enquanto a universalidade irrestrita, se entendo corretamente, seria apenas uma decorrência da necessidade, do contrário, haveria apenas uma generalização empírica. Mas o problema para fugirmos dessa simples equiparação entre necessidade e universalidade é justamente o que há de “inusual” neste conceito de necessidade.

A necessidade, como oposto da contingência na lógica geral, é aquilo cujo oposto contraditório é impossível. Pois bem, Kant constata que, fora da contradição, mediante simples conceitos, não há critério de impossibilidade (cf. *CRP*, A 596, B 624). Assim, pelo conceito usual de necessidade, negar a ligação dos dados sensíveis conforme uma determinada regra *a priori* teria que ser contraditório e, por isso, tal regra seria necessária. Por exemplo, se eu dissesse que o percepto *y* se segue a *x* segundo uma regra necessária, eu estaria dizendo que é contraditório pensar o percepto *x* se seguindo ao percepto *y*. Obviamente, isto tornaria todas as regras para a ligação objetiva dos perceptos analíticas perante a filosofia kantiana⁷. Se isto, de modo igualmente óbvio, não é o caso, qual é então este conceito inusual de necessidade em Kant? Usando os instrumentos conceituais que Fonseca aplica a Kant, seria o caso de entendermos a necessidade *de re*, aquela contida em “proposições que atribuem a posse essencial ou necessária

⁷ A definição da analiticidade em Kant mereceria todo um trabalho em separado. Para nós, importa apenas que seja pacífico que uma proposição analítica seria uma proposição que poderia ser provada segundo o princípio de não-contradição.

(embora não logicamente necessária) de uma propriedade a algum objeto ou tipo de objeto”, como oposta a necessidade *de dicto*, contida em “proposições que elucidam o conteúdo conceitual de nosso pensamento” (Fonseca, 2005, p. 6).

Não tomaremos a necessidade *de re* como uma necessidade psicológica, como a gerada pelo hábito humeano, e, com isso, seguimos no terreno das obviedades. Não adiantaria também dizer que estaríamos lidando com regras necessárias no sentido em que são condições da possibilidade dos objetos da experiência, porque o que nós queremos entender é esta necessidade contida no próprio conceito de objeto da experiência⁸. Parece que só nos resta então como alternativa atribuir esta necessidade às capacidades operacionais do sujeito (transcendental) do conhecimento. Uma ligação de dados sensíveis seria necessária então quando deriva de uma operação que o sujeito, em condições ideais, desempenha sempre de um certo modo por ser incapaz de fazê-lo de outro. Consequentemente, provar que há regras necessárias neste sentido seria o mesmo que provar que existem certas formas de estabelecer a unidade entre os perceptos cujo oposto estaria vetado a qualquer sujeito constituído de um certo modo. Por exemplo, se digo que o percepto *y* se segue ao percepto *x* segundo uma regra necessária, digo que há uma conexão necessária entre os perceptos *x* e *y*, de modo que a unidade entre eles não poderia se dar de outra forma arbitrariamente determinada. Esta forma necessária da unidade dos perceptos não seria lógica e nem empiricamente psicológica, no sentido humeano de surgir *a posteriori* de um costume. Meu trabalho, neste ponto, talvez deva valorizar o que se chama contemporaneamente de “psicologia transcendental”, ao dizer que tal necessidade significa que o sujeito do

⁸ Em suma, não adianta alguém dizer, por exemplo, que enunciados causais são necessários porque, sem eles, não elevamos conjunções de perceptos à condição de experiência intersubjetivamente partilhável, porque isto explica a necessidade *de dicto*, ao passo que o que eu quero é entender a necessidade *de re* contida no próprio conceito de conexão necessária.

conhecimento, se constitui o percepto x em t^1 , em condições ideais, não poderia deixar de constituir o percepto y em t^2 . Os conceitos *a priori* expressariam assim os únicos modos em que sujeitos constituídos como ele operariam ligações entre perceptos estando no perfeito uso de suas faculdades cognitivas e em condições favoráveis de observação. Enfim, isto é o que eu ofereço como uma hipótese elucidativa deste curioso conceito de necessidade de uma unidade, que não é nem lógico e nem psicológico no sentido em que o próprio Kant usava o termo.

Aceito ou não este esclarecimento, se assumirmos que a unidade de que Kant fala na última passagem citada dos *Prolegômenos* é uma unidade regrada por um conceito *a priori*, então entendemos por que os dados sensíveis carecem de condições intelectuais para se relacionarem a objetos. Além disso, neste mesmo movimento, creio que possamos ainda entender por que as mesmas condições intelectuais também carecem de dados sensíveis, passando ao outro lado do que, afinal, citamos de início como uma *interdependência*.

Enquanto as intuições são definidas por Kant como as representações que se referem imediatamente a objetos⁹, os conceitos se referem sempre a outras representações, exatamente por serem apenas funções de unidade (cf. *CRP*, A 68, B 93). Se quisermos fazer uma breve abordagem puramente mentalista do texto, falando em termos de faculdades, o entendimento de Kant é uma faculdade que não intui. Enquanto a sensibilidade intui de forma receptiva, o entendimento pensa, ou seja, une representações advindas de outra parte (cf. *CRP*, A 67, B 92; A 50, B 74-5). Daí que entendendo o que são conceitos e o que é o entendimento para Kant, entendamos que há a necessidade de um domínio sensível de aplicação para que eles se

⁹ E aqui podemos deixar o sentido de objeto indefinido novamente

relacionem a objetos. Sem os dados sensíveis, os conceitos são a forma de uma unidade sem um conteúdo.

Estas considerações sobre o modo como Kant entende conceitos e intuições, bem como sobre sua interpretação da relação de uma representação a um objeto, parecem simples quando tomamos o sentido mais fraco de objeto, mas de forma alguma estabelecem que exista um domínio sensível intersubjetivamente compartilhável capaz de preencher nossos conceitos *a priori* (seja lá quais forem) ou, invertendo a ordem, que nossos conceitos *a priori* sejam aplicáveis a um domínio sensível qualquer. Como resultado, tudo que foi dito até aqui veio a título de elucidação do problema e nada garante que alguma de nossas representações possa se relacionar a objetos em sentido forte. O objetivo então desta tese, enfim podemos determiná-lo, é investigar se e como conceitos *a priori* e intuições se relacionam, isto é, se e como conceitos *a priori* são preenchidos e dados sensíveis determinados, segundo a *Crítica da Razão Pura*. Em outras palavras, queremos saber o que Kant tem a dizer sobre a constituição de objetos em sentido forte. Isto implica dizer que trabalhamos no texto kantiano a passagem do que o filósofo chama de Lógica Geral para o que ele chama de Lógica Transcendental.

Já no início do Prefácio da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant nos apresenta o que entende por lógica: “ciência que apenas expõe minuciosamente e demonstra rigorosamente as regras formais de todo o pensamento (quer seja *a priori* ou empírico, qualquer que seja a sua origem ou objeto, quer encontre no nosso espírito obstáculos naturais ou acidentais)” (B VIII-IX). Ele falava aqui da Lógica Geral, que faz abstração de todo o conteúdo do conhecimento, de todos os seus objetos, ocupando-se apenas da forma das relações entre os

conceitos (cf. *CRP*, B IX, também B XXIII e A 52, B 76). Com esta explicação, fica claro que a Lógica Geral não se ocupa do problema cuja análise fixamos como objetivo desta tese: exatamente a constituição da relação de representações a objetos em sentido forte. Em outras palavras, podemos dizer que a Lógica Geral não é uma lógica de significados objetivos: “A lógica geral abstrai, como indicamos, de todo o conteúdo do conhecimento, ou seja, de toda relação deste ao objeto e considera apenas a forma lógica na relação dos conhecimentos entre si, isto é, a forma do pensamento em geral” (*CRP*, A 55, B 79). Podemos assim comparar a Lógica Geral a um estudo sintático. Percebe-se então por que ela não dá conta do problema kantiano com que estamos lidando. Dele, tratará a Lógica Transcendental que é exatamente a ciência das regras da relação dos conceitos *a priori* aos objetos (cf. *CRP*, A 56, B 80).

De um modo geral, quando Kant usa o termo “transcendental”, o tipo de conhecimento que está em jogo é aquele da possibilidade ou da aplicação *a priori* de uma representação, como na Estética Transcendental, onde ele tratou da possibilidade do espaço e do tempo se referirem *a priori* a objetos da experiência. Assim, “transcendental” não é meramente o conhecimento *a priori*, como a matemática ou a física pura, “significa possibilidade ou uso *a priori* do conhecimento” (*CRP*, A 56, B80). Para colocar simplesmente, o tempo e o espaço não são representações transcendentais, são representações *a priori*. Quando eu estudo a possibilidade deles se referirem *a priori* a objetos, aí sim empreendo uma investigação transcendental. Por isso, diz Kant, “a distinção entre o transcendental e o empírico compete apenas à crítica dos conhecimentos e não se refere à relação destes conhecimentos com o objeto” (*CRP*, A 57, B 81), esta relação é *a posteriori* (dada pela experiência) ou *a priori* (independente da experiência), nunca transcendental.

Entendendo então o que significa o conhecimento transcendental em Kant e sabendo que a lógica trata de conceitos, torna-se simples a inferência de que a Lógica Transcendental só poderia mesmo tratar da possibilidade de conceitos se referirem *a priori* a objetos (cf. *CRP*, A 57, B 81-2). Ela trata, em suma, do problema que colocamos acima: a possibilidade da aplicação de conceitos *a priori* a dados sensíveis para a constituição de objetos em sentido forte. Melhor dizendo, para não tomarmos a parte pelo todo, a parte positiva da Lógica Transcendental encarrega-se de tal problema. Também cabe à Lógica Transcendental, no que Kant chama de Dialética Transcendental, criticar o uso indevido dos conceitos *a priori* como produtores de conhecimento independentes da sensibilidade (cf. *CRP*, A 61-2, B 85-6).

A parte positiva da Lógica Transcendental, que é o que nos interessa neste trabalho, é chamada de Analítica Transcendental: “o uso deste conhecimento puro tem por condição que nos sejam dados objetos na intuição a que aquele conhecimento possa ser aplicado. Pois sem a intuição faltam objetos a todo o nosso conhecimento e este seria, por si só, totalmente vazio. Assim, a parte da lógica transcendental que apresenta os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios, sem os quais nenhum objeto pode, em absoluto, ser pensado, é a analítica transcendental” (*CRP*, A 62, B 87). Nesta mesma passagem, Kant pondera que a Analítica Transcendental trata da possibilidade de um domínio de aplicação intuitivo para os conceitos puros para que estes tenham um significado objetivo, mas, ao mesmo tempo, ele observa que estes conceitos puros são as condições para que possamos pensar objetos em geral, ou seja, um domínio intuitivo também só possui significado objetivo se pode preencher aqueles conceitos. Como vimos dizendo, Kant está elaborando uma lógica do significado objetivo que trabalha com a idéia de interdependência entre um domínio sensível intuitivo de interpretação e

condições intelectuais de significabilidade¹⁰. Se comparamos a Lógica Geral a uma sintaxe, compararemos então a Lógica Transcendental a uma semântica de conceitos *a priori*.

Podemos dizer que a Lógica Geral e a Lógica Transcendental trabalham com dois níveis de avaliação do conhecimento. No primeiro, o conhecimento tem que ser sintaticamente consistente consigo mesmo; no segundo, ele tem que ser semanticamente consistente com as condições da sua relação a um objeto. Como estes dois níveis lógicos diferem da Estética Transcendental por formarem uma ciência das condições intelectuais do conhecimento, enquanto essa lida com suas condições sensíveis, resta-nos entender como tais condições intelectuais funcionam nesses dois níveis lógicos, o que já fica delineado no conceito de cada ciência, uma como abstrata em relação a qualquer objeto e outra como voltada à constituição de objetos. Podemos dizer então que a Lógica Geral lida com as condições intelectuais do conhecimento na medida em que são condições universais do pensamento em geral e a Lógica Transcendental com as condições intelectuais da referência objetiva. Às condições intelectuais da Lógica Geral, Kant chama “formas lógicas”. No caso da Lógica Transcendental, ele fala em “categorias” ou “conceitos puros do entendimento”. Temos que entender, pois, a relação e a diferença entre categorias e formas lógicas.

Já havíamos dito que, para Kant, os conceitos assentam em funções. Conceitos são predicados de juízos possíveis ou, basicamente, eles servem para formularmos juízos (cf. *CRP*, A 68, B 93). Ora, Kant define os juízos como “funções da unidade entre as nossas representações”

¹⁰ Observe-se, por exemplo, esta nota que deve ter sido escrita entre 1780 e 1784: “Através destas mesmas representações [empíricas – AF] através das quais o conceito de um objeto se torna determinado, as representações são, conversamente, objetivamente determinadas” (*Refl.* 5643, 18: 284, com auxílio da tradução de Guyer em 1987, p. 104).

(*CRP*, A 69, B 94). São então listadas doze maneiras em que representações podem ser unidas em juízos ou doze formas lógicas, mas as doze não são excludentes entre si. São organizadas em quatro grupos iguais, de modo que um juízo tem três possibilidades de unir representações quanto à quantidade (pode ser universal, particular ou singular), três outras possibilidades de unir representações no que diz respeito à qualidade (pode ser afirmativo, negativo ou infinito), mais três possibilidades relacionais (pode ser categórico, hipotético e disjuntivo) e, por fim, três possibilidades de modalidade (pode ser problemático, assertórico ou apodíctico). Em outras palavras, todo juízo terá uma de três quantidades, uma de três qualidades, uma de três formas de relação e uma de três modalidades (cf. *CRP*, A 70, B 95).

É bom dizer que, ao montar a tábua de formas lógicas, Kant já tinha em mente o uso dessas formas para a derivação de categorias na *Lógica Transcendental*. Dizemos isso sem sequer precisarmos extrapolar o texto publicado, porque Kant nos diz, ao explicar essa tábua, que não estava pensando apenas no uso dos juízos em raciocínios, pois senão ele não distinguiria entre juízos universais e singulares e entre infinitos e afirmativos (cf. *CRP*, A 71-3, B 96-8). Sobre os juízos infinitos, Kant nos diz explicitamente que “a função que o entendimento desempenha por seu intermédio pode talvez ser importante no campo do seu conhecimento *a priori*” (*CRP*, A 73, B 98).

Já temos então que Kant listou um conjunto de formas lógicas que são as espécies possíveis de funções da unidade de representações em juízos, quer dizer, os modos como representações podem ser unidas judicativamente, e que essas formas lógicas servirão para que ele derive as categorias na *Lógica Transcendental*. Em *Sobre os Progressos da Metafísica*, Kant

define as categorias em relação a essas formas lógicas: as categorias são ditas “simplesmente as mesmas funções lógicas, mas somente na medida em que elas representam *a priori* a unidade sintética da apercepção de um diverso dado na intuição em geral” (Ak XX, 272)¹¹. Isto nos leva a uma hipótese de base deste trabalho. Vamos pensar as categorias como tendo em comum com as formas lógicas a função de unidade, já que cada categoria vai corresponder a uma função de unidade expressa na tábua kantiana das formas lógicas dos juízos. O diferencial então estará no tipo de uso pensado para a categoria. Usando agora os *Prolegômenos*: “os conceitos puros do entendimento ser-lhe-ão [às formas lógicas – AF] muito exatamente paralelos, porque nada mais são do que conceitos de intuições em geral, enquanto estas relativamente a um ou outro destes momentos são determinadas em juízos em si, por conseguinte, de um modo necessário e universalmente válido” (A 85). Assim comenta Paton de modo a podermos retomar a equiparação entre validade universal/necessária e validade objetiva: “Elas [as categorias – AF] diferem das formas do pensamento somente nisto: que as formas do pensamento tratadas na Lógica Formal são consideradas simplesmente como formas de pensamento, enquanto as categorias são formas de pensamento consideradas como determinando um objeto para algum tipo de intuição sensível” (1936, v. I, pp. 532-3)¹².

Já sabemos, pelo que examinamos até aqui, que a categoria possuirá um uso objetivo e a forma lógica, um uso abstrato como uma espécie de regra sintática para o

¹¹ Para nossos presentes objetivos, podemos ignorar a referência à “apercepção”. Digamos então apenas que Kant se refere à unidade sintética que o entendimento impõe ao diverso dado na intuição em geral.

¹² As doze categorias, referentes às doze formas lógicas, são, pela ordem: unidade, pluralidade e totalidade (quantidade); realidade, negação e limitação (qualidade); inerência e subsistência ou substância e acidente, causalidade e dependência ou causa e efeito, e comunidade ou ação recíproca entre o agente e o paciente (relação); possibilidade/impossibilidade, existência/não-existência, necessidade/contingência (modalidade) (cf. *CRP*, A 80, B 106).

pensamento em geral. Já vimos que Kant não concebe a possibilidade do conhecimento de objetos em sentido forte sem o concurso da sensibilidade como domínio de aplicação dos conceitos e nem sem a determinação por regras necessárias deste domínio. Assim, as categorias seriam as condições determinantes da unidade necessária dos dados sensíveis, sejam eles quais forem. É neste sentido que, voltando à *Crítica*, temos Kant enfatizando a relação essencial entre a Lógica Transcendental e a Estética Transcendental: “a lógica transcendental defronta-se com um diverso da sensibilidade *a priori*, que a estética transcendental lhe fornece, para dar uma matéria aos conceitos puros do entendimento, sem a qual esta lógica seria destituída de conteúdo, portanto, completamente vazia” (*CRP*, A 76, B 102, ver também a este respeito Paton, 1936, v I, p. 261).

A Estética Transcendental mostra que o espaço e o tempo contêm um diverso da intuição pura. Kant diz então que “a espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento. A este ato dou o nome de síntese” (ibid. idem). De um modo geral, esta síntese, que é uma ligação do diverso da intuição, é só uma função cega da imaginação. Para que haja a representação de algo, isto é, um objeto, ainda que em sentido fraco, são necessários os conceitos, e para que haja conhecimento como fruto desta síntese, isto é, para que ela constitua objetos em sentido forte, são necessárias as categorias: “*a síntese pura, representada de uma maneira universal*, dá o conceito puro do entendimento [...]. Sob este conceito é, pois, necessária a unidade da síntese do diverso” (*CRP*, A 78, B 104). Fica claro então, em consonância com o conceito kantiano de validade objetiva como validade universal e necessária que já expomos, que o diferencial da categoria em relação à forma lógica é a necessidade *a priori* que ela introduz na

síntese imaginativa do diverso da intuição, o que também corresponde perfeitamente à interdependência entre condições sensíveis e condições intelectuais do conhecimento.

Enquanto a Lógica Geral reduz diversas representações a um conceito, por meio do que Kant chama de “unidade analítica”, a saber, um traço comum a diversas representações (cf. *CRP*, A 78, B 104; B 133, nota; A 320, B 377)¹³, a Lógica Transcendental reduz a síntese pura das representações intuitivas a conceitos que lhe servem como regras universais para referi-las a objetos: “o que primeiro nos tem de ser dado para efeito do conhecimento de todos os objetos *a priori* é o diverso da intuição pura; a *síntese* desse diverso pela imaginação é o segundo passo, que não proporciona ainda conhecimento. Os conceitos, que conferem *unidade* a esta síntese pura e consistem unicamente na representação desta unidade sintética necessária, são o terceiro passo para o conhecimento de um dado objeto e assentam no entendimento” (*CRP*, A 78-9, B 104).

Nesses textos da *Crítica da Razão Pura* analisados até aqui, textos que antecedem a Dedução Transcendental das categorias, Kant pretende nos apresentar a elas no mesmo movimento em que nos explica sua concepção de conhecimento. Salta então aos olhos sua intenção de manifestar a restrição das funções do entendimento à formulação de juízos em um plano meramente intelectual quando se trata de operar com elas sem extrapolarmos o âmbito da Lógica Geral, ao passo que uma articulação essencial das condições sensíveis e intelectuais do

¹³ Creio que seja interessante frisar neste momento que a unidade analítica, que não deve ser reduzida a juízos analíticos (idênticos) por ser uma característica de todo conceito como tal, pressupõe unidades sintéticas, sejam estas necessárias ou não. Se eu, em um juízo, tomo, por exemplo, a animalidade como um traço distributivamente comum a todos os homens, é apenas porque, anteriormente, uni sinteticamente representações de homens a representações da característica da animalidade. Ademais, todo juízo como tal, quer dizer, como combinação de conceitos, é uma síntese discursiva.

conhecimento se daria quando ocorre a passagem para a Lógica Transcendental, onde as mesmas funções são então conceitos puros do entendimento, justamente por irem além do nível do objeto puramente judicativo (o *x* pensado sob o termo sujeito), determinando unidades que não são mais puramente lógicas:

A mesma função, que confere unidade às diversas representações *num juízo*, dá também unidade à mera síntese de representações diversas *numa intuição*; tal unidade, expressa de modo geral, designa-se por conceito puro do entendimento. O mesmo entendimento, pois, e isto através dos mesmos atos pelos quais realizou nos conceitos, mediante a unidade analítica, a forma lógica de um juízo, introduz também, mediante a unidade sintética do diverso na intuição em geral, um conteúdo transcendental nas suas representações do diverso; por esse motivo se dá a estas representações o nome de conceitos puros do entendimento, que se referem *a priori* aos objetos, o que não é do alcance da lógica geral” (CRP, A 79, B 104-5).

Se assumirmos que, em sentido forte e não puramente lógico, os referentes objetivos dos juízos são constituídos pelos conceitos puros do entendimento enquanto regras de síntese, então esses mesmos juízos já se tornam dependentes destes conceitos no sentido em que sua objetividade (seu valor objetivo entendido aqui como a pretensão de relação a um objeto) se dissipa sem eles. É assim que a última passagem citada marca a diferença do papel dessas funções em relação à Lógica Geral: pela suposta introdução de um conteúdo transcendental nas representações intelectuais até então vazias, graças à síntese do diverso da intuição em geral, sendo que na introdução deste conteúdo ocorreria a constituição da referência *a priori* dos próprios conceitos puros a objetos, o tipo de relação da qual a Lógica Geral não pretende dar conta e nem poderia. Penso que, por sua clareza e precisão, valha a pena termos em mente a explicação de Longuenesse para a passagem que estamos analisando:

a unidade analítica da consciência é ligada a *conceitos* e é apenas o *meio* pelo qual a unidade *sintética* se estabelece entre representações em um juízo. O que Kant está dizendo então é que a ‘mesma operação’ que produz esta unidade sintética (discursiva) de juízos também produz a unidade sintética (intuitiva) do diverso

sensível para subsumir este diverso sob conceitos no juízo. E a unidade sintética (intuitiva) do diverso sensível assim produzida é, por sua vez, o meio pelo qual um conteúdo transcendental é introduzido no conceito puro do entendimento (1993, p. 201).

Nós temos então claramente que a Lógica Geral não trata da relação das representações a objetos, não trata da constituição de unidades objetivas, porque não trata da determinação *a priori* de unidades intuitivas. Mas nós estamos ainda longe de entender de que modo estas funções poderiam ir além de seu papel na Lógica Geral alcançando o mundo dos objetos em sentido forte, ou seja, dos referentes em algum sentido independentes do sujeito das representações, o que seria o mesmo que compreender o que seria este ainda um tanto obscuro “conteúdo transcendental” de que fala Kant, assim como por que e de que forma ele seria introduzido. Por enquanto, nós poderíamos apenas repetir Allison dizendo que um “conteúdo transcendental” seria um “conteúdo objetivo extra-lógico”, “um que envolve a relação [da representação – AF] a um objeto” (1983, p. 126), o que, a bem da verdade, ainda é bastante genérico. Uma determinação mais precisa de como e com que fundamento se daria a introdução de um conteúdo objetivo em nossas representações é justamente outra formulação do objetivo deste trabalho. Neste ponto, o máximo que podemos oferecer ao leitor é a base de nossa investigação: a equiparação da Lógica Transcendental a uma teoria da referência e do significado objetivos. O que temos que investigar é por que e como se dá a passagem da Lógica Geral para ela ou, como supomos que estejam de acordo tanto Loparic quanto Allison, interlocutores que serão privilegiados aqui, a passagem de um plano meramente sintático dos juízos para sua semântica.

É nesta passagem que situamos a Dedução Transcendental das categorias. No §13 da *Crítica*, texto que trata dos “Princípios de uma Dedução Transcendental em Geral” e pertence a ambas as edições, Kant assimila sentido e significado à realidade objetiva, como já dissemos ser seu procedimento (cf. *CRP*, A 84, B 116). Na mesma passagem, ele fala da dedução de conceitos como encarregada da legitimação de seu uso e de sua aplicação. Quanto aos conceitos empíricos, Kant constata que nos julgamos autorizados a dispensar uma dedução por termos justamente a experiência à mão. Já os conceitos *a priori* são considerados como sempre requerendo uma dedução, que é então transcendental: “porque não bastam as provas da experiência para legitimar a sua aplicação, é preciso saber como se podem reportar a objetos que não são extraídos de nenhuma experiência” (*CRP*, A 85, B 117)¹⁴. A dedução transcendental é “a explicação do modo pelo qual esses conceitos se podem referir *a priori* a estes objetos” (ibid. idem).

Embora Kant não nos ofereça uma definição para cada uma de suas categorias (cf. *CRP*, A 82, B 108), já sabemos o que nos importa quanto a elas, a saber, que, de modo geral, elas são entendidas como regras de uma síntese necessária do diverso da intuição. Assim, pensemos, por exemplo, no conceito puro de causalidade, que sempre merece destaque e sempre o recebe pelo histórico de discussões filosóficas acerca dele e por seu papel evidente nas ciências naturais, bem como na experiência cotidiana. Podemos entender do conceito de causalidade que, se *x* é

¹⁴ A expressão “objetos que não são extraídos de nenhuma experiência” faz com que o texto em questão seja considerado como pré-crítico por alguns comentadores, como Vaihinger e Kemp-Smith, que acreditam que as categorias estejam sendo aplicadas a coisas em si (cf. por exemplo, Kemp-Smith, 1918, p. 203). De minha parte, penso que Kant queira dizer que não se encontra um referente para uma categoria por simples observação empírica, usando então um conceito fraco de experiência que não implica em validade intersubjetiva.

posto, y sempre se segue dele¹⁵. Ora, tal necessidade não pode ser garantida jamais por indução via experiências. Não importa em quantos casos eu verifique a relação de sucessão entre *x* e *y*, não estou autorizada a concluir daí que *y sempre* se siga a *x*, ou seja, não posso universalizar a regra por maior que seja o número de casos concretos averiguados. Do particular, não posso inferir o universal. Deste modo, mesmo presenciando *y* se suceder a *x*, não concluo que *y* seja causado por *x*, coisa que a experiência nunca me poderá provar, bem nos ensinou Hume. Assim, como saber que estou autorizada ao uso do conceito de causalidade, isto é, que ele se reporta a objetos e não seja vazio? É este tipo de questão que dá ensejo a uma estratégia argumentativa apriorística que Kant chama de “dedução transcendental”¹⁶.

Pois, muito bem, nós, por agora, estamos cientes de que, dadas as concepções de conhecimento, de objeto, de intuições e de conceitos com as quais Kant opera, os conceitos puros precisam da aplicação a um domínio sensível de interpretação para se reportarem a objetos. Estamos cientes também de que, por outro lado, a própria experiência (como simplesmente o que podemos observar empiricamente) não é o bastante para nos demonstrar que haja um domínio sensível determinado por categorias. Resta então à Dedução Transcendental demonstrar tal conformidade dos dados sensíveis às condições intelectuais do conhecimento que determinam objetos em sentido forte, o que significa ter que superar a seguinte dificuldade: “como poderão ter *validade objetiva* as *condições subjetivas do pensamento*, isto é, como poderão proporcionar as condições da possibilidade de todo o conhecimento dos objetos; pois não há dúvida que podem ser dados fenômenos na intuição sem as funções do entendimento” (CRP, A 89-90, B 122).

¹⁵ O que, na verdade, não seria a categoria pura apenas, mas já a categoria esquematizada, digamos assim, porque o tempo (na forma da sucessão) já está incluído na descrição.

¹⁶ Se a Dedução Transcendental vai resolver problemas específicos como este, e não vai, já é outra história.

Ao contrário do que Kant pretende ter demonstrado na Estética Transcendental quanto ao tempo e ao espaço, as categorias não são apresentadas por ele como condições formais da intuição sensível. Elas são formas do pensamento, então, mostrar que é possível uma Lógica Transcendental, é mostrar que os fenômenos, de alguma maneira, estão subordinados também a formas do pensamento, eis aí a dificuldade:

É óbvio que os objetos da intuição sensível têm que ser conformes às condições formais da sensibilidade, que se encontram *a priori* no espírito, pois de outro modo não seriam objetos para nós; que, além disso, devam também ser conformes às condições de que o entendimento carece para a unidade sintética do pensamento, é conseqüência menos fácil de reconhecer. Pois, de qualquer maneira, poderia haver fenômenos, de tal modo constituídos, que o entendimento os não considerasse conforme às condições da sua unidade e que tudo se encontrasse em tal confusão que, na seqüência dos fenômenos, por exemplo, nada se oferecesse que nos proporcionasse uma regra de síntese e assim correspondesse ao conceito de causa e efeito; de tal sorte que este conceito seria totalmente vazio, nulo e destituído de significação. Nem por isso os fenômenos deixariam de apresentar objetos à nossa intuição, pois esta não carece, de modo algum, das funções do pensamento (*CRP*, tradução modificada, A 90-1, B 122-3)¹⁷.

¹⁷ Nesta passagem, creio que Kant use o conceito de objeto em sentido fraco, isto é, como o que é representado na representação, ao se referir aos objetos da intuição. Já temos visto e veremos com maior riqueza de detalhes na Dedução A, síntese da reconhecimento, que este conceito também reclama por condições intelectuais, mesmo que, a princípio e em um sentido, não pelas categorias. A intenção de Kant, creio eu, é marcar ao menos a não obviedade da necessidade de categorias para que tenhamos a representação de um objeto na intuição e, disto, a dificuldade de uma tese que sustenta que os dados empíricos devem se conformar a categorias. Mas a passagem receberá uma luz especialmente difícil, a meu ver, quando Kant apresentar categorias matemáticas somando-se aos conceitos empíricos como condições necessariamente constitutivas da síntese das intuições para que elas representem algo para nós (cf. *CRP*, A 160, B 199). Eu confesso que, frente a esta questão que virá, tenho muita dificuldade em entender Kant dizendo que os fenômenos não deixariam de nos apresentar objetos na intuição sem as funções do pensamento. O tom, “de modo algum”, me parece excessivamente enfático para quem vai provar o oposto ao tratar do problema. Bird tentou resolver a questão argumentando que é logicamente possível a idéia de uma percepção que não seja determinável por conceitos, mas que, posteriormente, Kant argumentará apenas que é impossível que nós compreendamos uma percepção do tipo, pois, por exemplo, só podemos pensar na percepção de animais em analogia com nosso modelo cognitivo (cf. 1962, pp. 126-9). Eu entendo o ponto de vista de Bird em analogia com o argumento de Kant pela aprioridade do espaço e do tempo. É logicamente possível que um ser intua sem estas condições, mas nós estamos impedidos de compreender como seria então. No entanto, parece-me que isto não resolve a aparente contradição entre a forma como Kant expõe seu problema e a solução que dará posteriormente, porque, principalmente, quando levamos em consideração toda a passagem citada, o que Bird não faz, vemos que Kant está defendendo que, mesmo sem o entendimento, a sensibilidade ainda nos apresentaria *objetos*. Ora, depois da Dedução Transcendental, nós veremos que não permanecerá sentido algum em que isso possa ser dito. Aliás, isto já estaria negado, a meu ver, na simples afirmação de que intuições sem conceitos são cegas.

Na Dedução Transcendental, veremos, portanto, Kant desafiando esta mesma idéia: a possibilidade de um caos intransponível ou de unidades apenas acidentais na síntese do diverso da intuição. Como coloca Wolfgang Carl: “Kant quer excluir esta possibilidade [...]. Assim, a dedução das categorias – nesta nova versão [o texto que veio a ser de fato publicado por Kant em oposição ao de algumas de suas anotações – AF] – precisa provar que não podem haver objetos de intuição empírica, isto é, aparências que não possam ser organizadas de acordo com as categorias” (1989, p. 11). Isto é o mesmo que dizer que há que se provar que, com a condição de haver aparecimentos (prefiro esta tradução para *Erscheinung*, seguindo Loparic), tem que ser possível a referência dos mesmos a objetos em sentido forte. Ao dizer que os conceitos que formam as condições da unidade necessária da síntese do diverso da intuição seriam nulos, vazios e sem significado sem que a possibilidade do caos inexorável em nossas vivências representativas fosse derrubada, Kant abre, com a Dedução Transcendental, temos dito, uma semântica desses conceitos. Uma semântica que Loparic chama “transcendental” justamente por tratar do significado de conceitos *a priori*, portanto, da possibilidade da referência *a priori* a objetos (cf. *CRP*, A 56, B 81).

Trabalhando nesta perspectiva, um ponto que também é importante termos explícito como base de nossa investigação para ser constantemente desafiado no decorrer de nossa pesquisa é que Kant não deixa para o desenvolvimento da Dedução Transcendental a tarefa de descobrir se os objetos do conhecimento devem ser conformes às categorias. Já na “Passagem à Dedução Transcendental das Categorias”, §14, sua primeira preocupação explícita é justamente elucidar que não há objetos do conhecimento sem categorias:

Há dois casos apenas em que é possível que a representação sintética e os seus objetos coincidam, se relacionem necessariamente e como que se encontrem

mutuamente. Quando só o objeto possibilita a representação ou quando só esta possibilita o objeto. No primeiro caso, a relação é apenas empírica e a representação nunca é possível *a priori* [...]. No segundo caso, porém, dado que a representação em si mesma (pois não se trata aqui da sua causalidade mediante a vontade) não produz o seu objeto *quanto à existência*, será contudo representação determinante *a priori* em relação ao objeto, quando só mediante ela seja possível conhecer algo *como objeto* (CRP, A 92, B 124).

É sobre esta última possibilidade então que Kant passa a se dedicar. Antes de iniciar propriamente a Dedução, nesta introdução à mesma, ele deve mostrar que, se as categorias não se aplicam aos fenômenos, não conhecemos um objeto da experiência. Relembrando que os fenômenos sempre concordam com as condições sensíveis, porque só assim aparecem a nós, Kant pergunta se: “não há também anteriormente conceitos *a priori*, como condições pelas quais algo não é intuído, mas é pensado como objeto em geral; porque então todo o conhecimento empírico dos objetos é necessariamente conforme a esses conceitos, já que sem o seu pressuposto nada pode ser *objeto da experiência*” (CRP, A 93, B 125-6); e esta é uma pergunta cuja resposta Kant não deixa para mais tarde, não é tarefa do desenvolvimento da Dedução Transcendental respondê-la: “toda a experiência contém ainda, além da intuição dos sentidos, pela qual algo é dado, um *conceito* de um objeto, que é dado na intuição ou que aparece, há, pois, conceitos de objetos em geral, que fundamentam todo o conhecimento de experiência, como suas condições *a priori*” (CRP, A 93, B 126). Esta resposta afirmativa é então convertida em pressuposto do argumento da Dedução por vir: “a validade objetiva das categorias como conceitos *a priori*, deverá assentar na circunstância de só elas possibilitarem a experiência (quanto à forma do pensamento)” (ibid. idem). Quer dizer, a rigor, e com abono (cf. CRP, A XVII), podemos dizer que o problema da validade objetiva dos conceitos puros, entendida como preenchibilidade por

dados empíricos, já foi resolvido na introdução à Dedução¹⁸, com base já no próprio conceito kantiano de experiência em sentido forte, que, por sua vez, é uma decorrência necessária de sua compreensão da articulação de co-dependência essencial entre condições sensíveis e intelectuais para geração de conhecimento. Da forma como Kant compreende a sensibilidade e da forma como ele compreende a validade objetiva, ele não poderia considerar o conhecimento empírico como mero fruto dos sentidos, assim, ele prossegue: “as categorias relacionam-se necessariamente e *a priori* com os objetos da experiência, pois só por intermédio destas em geral é possível pensar qualquer objeto da experiência” (CRP, A 93, B 126).

Tal concepção de experiência, como é então natural, já havia aparecido bem anteriormente no texto kantiano, por exemplo, no Prefácio à segunda edição da *Crítica*, onde diz-se que “experiência exige regra *a priori*, expressa em conceitos *a priori*” (B XVII) e na Introdução à sua primeira edição, onde é dito que “mesmo às nossas experiências se misturam conhecimentos que devem ter origem *a priori*” (A 2). Kant nunca concebeu a possibilidade do conhecimento empírico independente da possibilidade do conhecimento *a priori*, porque ele não concebe validade objetiva empírica sem conhecimento *a priori*: “não basta à experiência, como comumente se imagina, comparar percepções e uni-las numa consciência por meio do juízo; daí não brota nenhuma validade universal e necessidade do juízo, em virtude das quais unicamente ele se pode tornar objetivamente válido e ser uma experiência” (*Prol.*, A 82. cf. também A 79-80,

¹⁸ Longuenesse, neste sentido, comenta: “O paradoxo, contudo, é que esta solução [para a relação entre categorias e objetos dados – AF], cuja prova devia ser dada na Dedução Transcendental das Categorias, é realmente afirmada *antes* que se chegue à dedução transcendental” (1993, p. 28). Corretamente, ela observa que, até mesmo antes do § 14, no § 10 da Dedução Metafísica, Kant já tinha articulado a solução do mesmo problema (cf. *ibid.* *idem*). Ocorre que, no § 10, as categorias são apresentadas justamente como condições da unidade necessária da síntese do diverso da intuição pura (cf. CRP, A 78-9, B 104), o que já explicaria sua validade objetiva (possibilidade).

83). E é esta relação entre o conhecimento *a priori* e a experiência que servirá de princípio a guiar a Dedução Transcendental, portanto, não parece razoável pensar que seja a conclusão visada: “A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* tem, pois, *um princípio a que deve obedecer toda a subsequente investigação e que é o seguinte: esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições a priori da possibilidade da experiência*” (CRP, A 94, B 126, grifos meus). Além disso, da mesma forma que Kant não concebe a possibilidade da experiência apenas a partir dos sentidos, descrevendo as categorias como “o fundamento objetivo da possibilidade da experiência”, ele também não minimiza aqui o outro aspecto desta co-dependência entre conceitos e dados sensíveis: “Sem esta referência original à experiência possível, em que surgem todos os objetos do conhecimento, não se compreenderia a sua relação com qualquer objeto” (CRP, A 94, B 126-7). Para Kant, o entendimento é o autor da experiência por meio de seus conceitos *a priori*, mas é também apenas nela que ele encontra seus objetos. Já dada esta ligação necessária entre categorias e experiência, relação de fundamentação e limitação, pergunta-se então o que restou à Dedução Transcendental, então apenas iniciada, provar.

Ora, Kant está nos dizendo que não existe conhecimento empírico sem conhecimento *a priori* e, portanto, que as categorias são objetivamente possíveis ou preenchíveis. Mas ainda que aceitemos que, caso o diverso da sensibilidade não seja sintetizado de acordo com a unidade do entendimento expressa em seus conceitos *a priori*, não haverá conhecimento empírico objetivo, ainda não poderemos ter em tal conformidade mais do que uma hipótese, porque ainda não provamos sua condição: que devamos pressupor o próprio conhecimento empírico. Em resumo, aceitar que sem categorias não há objetos empíricos, em vez de fazer a concessão mais forte de que nossas vivências cognitivas não poderiam se conectar apenas

contingentemente, pode, por fim, ser o bastante para que saibamos que as categorias têm validade objetiva, ou seja, que são possíveis ou aplicáveis a dados empíricos, afinal, encontramos um tipo de domínio de dados empíricos, a experiência em sentido forte, que seria constituído justamente por categorias.

Tudo isto significa dizer que a prova da validade objetiva das categorias não implica a idéia de que objetos da experiência tenham que ser possíveis para nós e, portanto, que as categorias sejam necessárias em havendo aparecimentos. Em resumo, a prova da validade objetiva das categorias, assim entendida, poderia, no final das contas, não ser tudo que Kant teria a dizer em uma Dedução Transcendental. Voltando a Carl: “Tem que ser mostrado que as aparências precisam exibir uma certa ordem ou estrutura que não é devida à nossa forma de intuição [...], este projeto não pode considerar concedido o que é chamado *das Faktum der Erfahrung*. É a própria experiência, como uma síntese de intuições empíricas e conceitos, que tem que ser provada [...]. Que nós tenhamos experiência não pode mais ser pressuposto; antes, a necessidade da experiência precisa ser provada” (1989, p. 11). Claro, melhor falar em necessidade da experiência possível, para que fique claro que o que está em jogo não é a idéia de que, se há aparecimento, necessariamente há experiência, no sentido em que o sujeito necessariamente sintetize o diverso da intuição em conformidade com as categorias, mas sim que este diverso tem que ser sempre suscetível a tal síntese, isto é, que o mundo do diverso sensível determinado por categorias é sempre um mundo possível para nós, na medida em que nos representemos algo.

Antes de fechar seu texto de passagem e dar início propriamente à sua Dedução Transcendental, Kant ainda faz questão de colocar em termos claros seu entendimento acerca das categorias em um acréscimo feito para a segunda edição da *Crítica*. Julgamos então que, em um estudo introdutório como este, a citação seja valiosa para que o leitor a mantenha em mente durante toda nossa abordagem futura da Dedução: “quero apenas retomar ainda a *explicação das categorias*. São conceitos de um objeto em geral, por intermédio dos quais a intuição desse objeto se considera determinada em relação a uma das *funções lógicas* do juízo” (CRP, B 128). Há, a propósito, passagem exatamente análoga no texto dos *Prolegômenos*: “A intuição dada deve ser subsumida num conceito que determina a forma do juízo em geral relativamente à intuição [...]; semelhante conceito é um conceito puro *a priori* do entendimento...” (A 82). Por exemplo, só com a função lógica do princípio e consequência, posso tanto dizer que *y* se segue de *x* como vice-versa, mas, se determino *y* como efeito da causa *x*, só posso dizer “se *x*, então *y*” e nunca o contrário, visto que um efeito jamais poderia preceder sua própria causa. Daí que a categoria, como mostrado no exemplo, determine os fenômenos em relação à sua função lógica correspondente, de modo que, se permanecemos no quadro da Lógica Geral, a unidade dos fenômenos permanece indeterminada. Então, segundo o conceito kantiano de objetividade, havendo esta indeterminabilidade na síntese dos fenômenos (ausência de universalidade e necessidade nas regras de síntese), eles não constituem objetos. Por isso, as categorias são essencialmente as condições da objetividade do conhecimento sensível.

Feita esta análise dos §§ 13-4 e demais passagens introdutórias à problemática e ao objetivo da Dedução Transcendental, podemos dizer que, no que se segue, avaliaremos possibilidades interpretativas desse argumento de acordo com a medida em que elas tornem a

investigação kantiana coerente com seu princípio enunciado e não seja apenas a reposição do mesmo, afinal, não parece ter sentido dizer que um argumento parte de um princípio, mas não vai além do mesmo. Um ponto de partida é um ponto de partida a partir do momento em que eu saio dele¹⁹. Outro critério que se impõe para a determinação da razoabilidade de uma abordagem do texto da Dedução será a medida em que a leitura em questão poderá mostrar a Dedução Transcendental como uma incursão no terreno da Lógica Transcendental, transcendendo o uso meramente lógico dos conceitos²⁰.

Nosso primeiro capítulo será um diálogo com Allison, enquanto percorremos o texto da Dedução Transcendental constante da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*. Reservamos o segundo capítulo para dialogarmos com Loparic no decorrer da análise do texto da versão da Dedução que consta da primeira edição da *Crítica*. A escolha de cada versão da Dedução para cada intérprete decorre do fato de cada um dos textos ser favorável a um dos autores, especialmente no caso de Allison. Já a ordem dos capítulos não é estritamente necessária, mas também não é aleatória, porque a interpretação de Loparic segue uma linha um tanto quanto

¹⁹ Ao esperar que a Dedução Transcendental vá além do que já foi afirmado no § 14, eu creio estar em desacordo com Longuenesse, para quem a exposição preliminar de Kant antecipa os resultados de uma prova (cf. 1993, p. 33). Eu prefiro levar Kant ao pé da letra tanto quando ele diz que o § 14 é suficiente como dedução objetiva (a referência feita acima ao prefácio A XVII) quanto quando ele diz que é um princípio para a investigação subsequente. Simplesmente, penso que tal investigação subsequente apresentará um avanço substancial em relação à tese do § 14.

²⁰ Fica então claro que, neste trabalho, tomo rumo oposto a certa tradição hermenêutica – iniciada por Vaihinger na Alemanha e endossada por Kemp Smith na literatura de língua inglesa (cf. 1918, p. 196 e p. 202) – para a qual toda a *Crítica* e, em especial, a Dedução A seria uma colcha de retalhos composta por textos de épocas diferentes, não possuindo unidade interna para a composição de um argumento com sentido. A discussão genealógica quanto à idade de cada texto kantiano estudado por nós não fará parte deste trabalho, mas sim uma tentativa de demonstração de que os textos que compõem nosso objeto de estudo, embora apresentem de fato certas incompatibilidades, formam, no todo, um argumento dotado de consistência interna, seja ele correto ou não. Assim, estaremos nos opondo também a Paul Guyer, principal representante contemporâneo dessa chamada “Patchwork Theory”, ainda que despida de seus argumentos genealógicos: “os textos da dedução transcendental, seja lá qual for a história de sua composição, realmente expressam uma colcha de retalhos de argumentos” (Guyer, 1987, p. 432, n. 1).

heterodoxa, de modo que é favorável que o leitor já esteja habituado à temática kantiana ao ser introduzido pela primeira vez à abordagem da semântica transcendental.

Com os dois primeiros capítulos desta tese, esperamos demonstrar (1) que as duas versões da Dedução Transcendental apresentam basicamente o mesmo argumento, (2) que este argumento diga respeito às categorias genericamente, como conceitos de objeto em geral, não se comprometendo ou demonstrando o quadro específico de Kant, e (3) que nesse argumento reste provado que os fenômenos *precisam* poder se conformar a princípios categóricos de síntese, tenham estes a forma específica que tiverem. Como o leitor pode concluir, provar (3) é o mesmo que provar que, se há fenômenos, é necessário que seja possível a constituição de objetos da experiência em sentido forte. Assim, se o § 14 é suficiente para provar a possibilidade das categorias, ele seria, por outro lado, apenas a introdução para uma prova da necessidade das mesmas. Mas se ele é a “dedução objetiva”, de que fala Kant, por ser a prova da validade objetiva das categorias, seria a prova da necessidade das categorias, na sequência do argumento, a polêmica “dedução subjetiva”? Devo optar por argumentar que tal distinção, na verdade, foi uma infelicidade de Kant e um exemplo de uma certa indefinição quanto a suas tarefas que se aproximou perigosamente de dar razão a “Patchwork Theory”.

Encerrado nosso estudo sobre a Dedução Transcendental, continuaremos a lidar com o problema da constituição da objetividade e, conseqüentemente, da relação entre condições intelectuais e condições sensíveis do conhecimento, agora no texto do Esquematismo Transcendental. Na verdade, o objeto do Esquematismo é justamente a aplicação dos conceitos puros do entendimento (agora especificados) a intuições sensíveis, de modo que, naturalmente,

nos importa entender este capítulo da *Crítica* em relação à Dedução que o precedeu. Temos sempre que determinar, primeiro, de que problema deu conta a Dedução para sabermos o que exatamente foi legado ao Esquematismo e então o que os dois argumentos juntos são capazes de demonstrar.

Como a hipótese que defendemos aqui é que a Dedução só se encarrega, e com sucesso, da tarefa de demonstrar que é necessariamente possível que dados sensíveis sejam determinados por categorias, sua conclusão apresentaria uma tese genérica, que desempenharia papel fundamental no argumento kantiano como um todo na *Analítica Transcendental*, mas que ainda não proporcionaria qualquer argumento pela possibilidade ou “verdade” de um conceito puro em específico, ou seja, ela não forneceria nenhuma metafísica da natureza, mas sim as bases para a constituição de uma; não estabeleceria a *Lógica Transcendental*, mas mostraria que ela é possível e necessária; não nos ofereceria uma semântica das categorias, mas nos obrigaria a construir uma. Tal construção se daria com o Esquematismo Transcendental, que investigaria exatamente que regra semântica, como diriam Allison e Loparic, permitiria que um conceito puro fosse aplicado a algo tão heterogêneo em relação a ele como uma intuição. Mostrar como se dá esta aplicação, dada a concepção kantiana de categoria, seria o mesmo que mostrar como é possível a experiência, uma vez que a Dedução Transcendental teria mostrado que sempre tem que ser possível haver experiência se há representação a partir de dados sensíveis.

Tendo a Dedução Transcendental mostrado a necessidade de categorias e que elas, quaisquer que fossem, só teriam um significado objetivo se este fosse sensível, caberia ao Esquematismo Transcendental retornar ao quadro categorial kantiano e atribuir um significado

sensível a cada um daqueles conceitos para que então a verdade de princípios *a priori* específicos derivados das categorias sensivelmente interpretadas pudesse ser provada caso a caso no capítulo seguinte. É assim que o terceiro capítulo de nosso trabalho promove o encontro de Allison e Loparic, porque, embora com divergências pontuais relevantes, essas leituras possuem uma afinidade de fundo essencial: como nós, tomam os esquemas como regras semânticas.

Exposta a coluna vertebral de nosso trabalho, passando pela Dedução Transcendental e pelo Esquematismo Transcendental, queremos ainda fazer dois esclarecimentos antes de iniciarmos nosso estudo: 1) Por que deixamos de fora deste trabalho a Dedução Metafísica e as Provas dos Princípios do Entendimento, que, juntamente com os dois momentos da *Crítica* que privilegiamos, compõem a Analítica Transcendental; 2) Por que escolhemos Allison e Loparic como interlocutores centrais. Quanto ao primeiro ponto, poderíamos citar mesmo uma razão pragmática: cada um dos quatro momentos que compõem a Analítica Transcendental (Dedução Metafísica, Dedução Transcendental, Esquematismo Transcendental, Provas dos Princípios do Entendimento) por si só merece uma tese de doutorado, portanto, uma restrição torna-se sensata. No entanto, obviamente, esta restrição é amparada por razões internas à nossa interpretação, dado o modo como colocamos nosso problema.

No que diz respeito à Dedução Metafísica, não creio que haja problemas em afirmarmos que ela visa fixar a tábua de categorias. Vimos já aqui que, para tal tarefa, Kant usa como fio condutor uma outra tábua, esta de formas lógicas. Justamente este é o problema. A tábua de formas lógicas, por sua vez, não pode ser exaustivamente deduzida segundo nenhum princípio. Ela mesma não tem um fio condutor, de modo que a Dedução Metafísica acaba tendo

que ceder lugar, digamos assim, a uma outra posição mais modesta de Kant, esta já expressa na segunda edição da Dedução Transcendental (em B 145-6), de que não podemos saber por que são aquelas as categorias que condicionam a experiência e não outras. Só nas Provas dos Princípios, supostamente, será mostrado que, em uma estrutura temporal de apreensão de dados empíricos, aquelas categorias especificamente são necessárias para que a ordem, o conteúdo, a série e a relação ao conjunto do tempo em uma apreensão sejam objetivamente determinados, ou seja, para que possa haver experiência. Este trabalho irá pressupor então que isto seja o mesmo que dizer que não há como provar, na forma de uma Dedução Metafísica de categorias puras, que é necessário que seja aquele o quadro categorial para a determinação do diverso de uma intuição sensível em geral e não outro qualquer²¹.

No mais, como já dissemos, será nossa tese expressa que a Dedução Transcendental, tal como apresentada por Kant, de modo algum pressupõe que as categorias sejam especificamente aquelas apresentadas na Dedução Metafísica ou mesmo que sejam daquele

²¹ No contexto desta problemática e de um modo um tanto quanto semelhante ao que foi dito aqui, Longuenesse defende que são justamente as categorias que, mais tarde, conferirão necessidade ao quadro das formas lógicas: “Somente porque as combinações efetuadas por juízos são idênticas a combinações ‘universalmente representadas’ pelas categorias, como foi estabelecido na dedução metafísica, e porque estas combinações são necessárias para toda representação de um objeto sensível, como mostrado na dedução transcendental, as formas do juízo podem ser chamadas *a priori* e, assim, ser consideradas regras *necessárias* para combinar nossas representações” (1993, p. 75). Posteriormente, Longuenesse argumenta que a dependência da Lógica Geral com relação à Lógica Transcendental não priva a primeira de sua especificidade e ainda permite que ela escape da necessidade de se socorrer da introspecção empírica para estabelecer suas formas (cf. 1993, p. 76). Neste sentido, é interessante notarmos, com ajuda de Paul Guyer, que, em suas reflexões nos anos de 1774-5, Kant investigava o papel dos conceitos de substância, causalidade e comunidade como condicionantes da determinação temporal. Não havia a sugestão de que um quadro categorial pudesse ser deduzido sem o uso dessa função (cf. Guyer, 1987, p. 63). Assim, Guyer já via a mesma possibilidade vislumbrada por Longuenesse: “a estrutura temporal da experiência poderia mostrar quais formas lógicas são necessárias para expressar juízos sobre ela, não vice-versa” (Guyer, 1987, p. 175). O único problema para uma Dedução Metafísica, posta então de cabeça para baixo, repousaria na conexão entre cada categoria e sua forma lógica. Não seria mais sua tarefa a fixação de um quadro.

número. Por isso, é nossa interpretação da *Crítica* que, findada a Dedução Transcendental, nenhum conceito puro em específico tenha tido sua objetividade provada. Desde que a especificidade de cada categoria só entrará em cena no Esquematismo e nos Princípios do Entendimento, a rigor, podemos dizer que um determinado conceito puro é provado como sendo mesmo uma categoria, ou seja, conceito constitutivo da objetividade cuja possibilidade é exigida pela Dedução Transcendental, quando recebe sua tradução sensível, ou seu significado, no esquema e quando o princípio derivado dele é mostrado como sendo um condicionante indispensável da experiência, portando, é provado verdadeiro, o que é feito em cada prova dos Princípios do Entendimento²².

Mas por que então não nos atermos ao menos a uma leitura pontual e rigorosa de cada prova dos Princípios? O ponto é que, ao lidarmos com a Dedução Transcendental e o Esquematismo, com nossas constantes referências ao texto dos Princípios, já pretendemos indicar ao leitor como se constitui a objetividade do conhecimento em termos kantianos e por que ela tem que se constituir, assim como já teríamos, com estes esforços, um caminho para sabermos se a proposta de Kant de articular conceitos puros e dados sensíveis é viável ou não. Em resumo, não é pretensão deste trabalho mostrar que a objetividade se constitui graças a este ou aquele conceito, de modo que uma determinada metafísica da natureza esteja já provada como

²² É desta forma que compartilho do entusiasmo de Paton para uma defesa contemporânea da filosofia crítica: “Se nós rejeitarmos sua [de Kant – AF] derivação das categorias [Dedução Metafísica – AF], este capítulo [sobre o Esquematismo – AF] adquire uma nova e especial importância: sugere a possibilidade de fazermos um novo começo...” (1936, v. II, p. 20. Ver também pp. 77-8). Strawson também tem um raciocínio bastante parecido: “mesmo se nós estivermos satisfeitos com o argumento da Dedução [Transcendental - AF], nós não devemos seguir Kant em pular de suas conclusões altamente genéricas para a conclusão específica posterior de que os ‘conceitos puros’ listados têm aplicação necessária à experiência. Pois nós não temos tamanha fé na Dedução Metafísica como garantia deste passo. Em vez disso, nós podemos razoavelmente olhar adiante com a esperança de que um desenvolvimento posterior, nos Princípios, destas conclusões altamente genéricas será ao menos parcialmente independente de qualquer pressuposição da correção da Tábua de Categorias” (1966, p. 88).

verdadeira. O que queremos é investigar o que é necessário para que a objetividade do conhecimento se constitua em geral e se a necessidade desta constituição é justificável em princípio. Se Kant errou em seu quadro categorial e se um, outro ou todos os Princípios do Entendimento precisam ser trocados ou reparados não nos é de tanto interesse. A Dedução Transcendental e o Esquematismo Transcendental são suficientes para solidificar os pressupostos a partir dos quais pode ser construída uma Metafísica da Natureza em particular. Também por não estarmos preocupados com a construção efetiva desta Metafísica, não nos importará a discussão de cada esquema em específico, a não ser na medida em que este tipo de estudo oferece subsídios para que compreendamos o que significa em geral a doutrina do Esquematismo Transcendental, bem como sua necessidade e viabilidade.

Agora, penso que convenha explicar a escolha por um diálogo com Loparic e Allison²³. O fato é que, além da óbvia importância da contribuição de ambos para a compreensão da filosofia kantiana, trata-se de duas interpretações que nos favorecem na medida em que vêm o problema da objetividade como um problema localizado essencialmente na forma em que se dá a conexão entre as condições sensíveis e as intelectuais do conhecimento. Vale também ressaltar, entretanto, que, apesar desta opção por fazermos de Loparic e Allison o epicentro deste trabalho, não deixamos de reconhecer a importância de inserirmos outros intérpretes como que em discussões satélites. Desnecessário dizer que, em se tratando de textos especialmente enigmáticos

²³ Enquanto este trabalho entrava na reta final de sua elaboração, em 2004, Allison publicou uma edição revisada de sua obra clássica *Idealismo Transcendental: uma interpretação e defesa*, que discutimos a fundo. Alterações foram introduzidas em sua interpretação, então importa alertar ao leitor que, neste trabalho, estaremos restritos à primeira versão do texto de Allison, de 1983, por demais influente em toda produção relevante subsequente sobre a *Crítica da Razão Pura*. Por certo, seria bastante interessante explicarmos sistematicamente as modificações apresentadas por Allison bem como avaliarmos seu impacto sobre as antigas teses, mas isto, até pelo bem da clareza de nossa presente investigação, ficará para um trabalho futuro.

da filosofia kantiana, sobre os quais já foram escritas bibliotecas inteiras ao longo de pouco mais de dois séculos, autores relevantes deixarão de ser abordados nesta tese. Caso contrário, tudo que teríamos a oferecer seria um compêndio de interpretações históricas, que, ainda assim, dificilmente seria exaustivo.

1. A INTERPRETAÇÃO DE ALLISON DA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL

Como um todo, a análise de Allison da Dedução Transcendental repousa sobre sua interpretação da objetividade nos juízos, porque as categorias seriam objetivas justamente na medida em que exercem o papel de condições da objetividade dos juízos: “A validade objetiva das categorias deve ser explicada nos termos de seu papel no juízo. Assim, dizer que as categorias são objetivamente válidas é afirmar que elas tornam possível, ‘fundamentam’ ou ‘legitimam’ uma síntese objetivamente válida de representações, isto é, um juízo” (1983, p. 135). Iniciaremos nosso trabalho neste capítulo tendo em conta esta equiparação entre juízos e sínteses objetivamente válidas de representações, uma tese chave de Allison.

É preciso que tenhamos claro, antes de mais nada, que, na interpretação de Allison, dizer que todo juízo tem validade objetiva não equivale a dizer que todo juízo tenha realidade objetiva ou seja formado por conceitos dotados de realidade objetiva. Para Allison, a validade objetiva e a realidade objetiva não são conceitos intermutáveis, de modo que Kant seria pouco rigoroso quando não os separa claramente. Tal distinção é essencial em Allison e a Dedução Transcendental das categorias, correspondentemente, em sua leitura, se divide em duas partes²⁴: a primeira seria destinada a provar a validade objetiva dos conceitos puros do entendimento e a segunda visaria estabelecer a realidade objetiva dos mesmos²⁵. Investigaremos

²⁴ Isto significa que Allison, com Henrich, acredita que a Dedução seja composta de “dois passos em uma prova” e não de duas provas para exatamente a mesma tese (cf. Henrich, 1982, pp. 67-8; o texto de Henrich é, inclusive, citado por Allison, cf. 1983, p. 134). Também estou de acordo.

²⁵ Na edição revisada de 2004 para o seu *Idealismo Transcendental*, Allison considera tal explicação desnecessária e passível de confundir o leitor (cf. 2004, p. 476, n. 11), substituindo-a por uma diferença na

então qual sua definição de validade objetiva e levantaremos eventuais dificuldades em sua atribuição universal aos juízos, bem como na decorrente elevação das categorias à condição *sine qua non* da própria atividade judicativa.

Pressupostos discutidos, estaremos em condições de debater com Allison sua interpretação do texto da Dedução propriamente. Veremos o conceito de objeto que ele liga à validade objetiva e à realidade objetiva respectivamente, portanto, respectivamente à primeira e à segunda parte da Dedução. Argumentaremos então, percorrendo todos os momentos da interpretação de Allison, que o uso de um conceito de objeto fraco demais na leitura da primeira parte faz com que ele não possa reconhecer os resultados que Kant julga ter alcançado na segunda parte.

1. 1. Juízos e Objetividade

1. 1. 1. O conceito de juízo em Allison

Na *Lógica Jäsche*, Kant diz apenas que: “um juízo é a representação da unidade da consciência de várias representações ou a representação de sua relação na medida em que elas

função assimilada às categorias em cada parte do argumento, a saber, a função de pensar um objeto da intuição sensível em geral na primeira parte e de regular a percepção do que quer que seja dado à sensibilidade humana na segunda parte (cf. 2004, p. 162).

formam um conceito” (Ak IX, 101). Aqui, não há nenhuma consideração quanto à objetividade da relação entre nossas representações que se daria por meio do juízo. Fica claro apenas que ele é uma conexão de representações. Quando digo, por exemplo, “todo *A* é *B*” conecto, em primeiro lugar, a representação que é o termo sujeito à representação que é o termo predicado (unidade sintética ou ligação entre *A* e *B*)²⁶ e, em segundo lugar, dois predicados a representações que, distributivamente, possuem a mesma marca geral (unidade analítica ou distributiva entre *x*, *y*, *z*... que partilham do predicado *B* por partilharem do predicado *A*). No caso, a representação que ocupa o lugar de termo sujeito é então pensada como condição para que as representações pensadas sob ela sejam também pensadas sob a representação que desempenha a função de predicado no juízo. Entretanto, já na *Lógica Wiener*, Kant afirma a objetividade como traço característico dos juízos:

Juízo em geral é a representação da unidade em uma relação de muitas cognições. Um juízo é a representação do modo em que o conceito geralmente pertence *objetivamente* a uma consciência. Se alguém pensa em duas representações unidas como cognições e, portanto, como constituindo uma cognição singular, então isso é um juízo. Todo juízo, portanto, envolve uma certa relação de diferentes representações na medida em que elas pertencem a uma cognição (Ak, XXIV, 928, grifo meu).

Segundo Allison, a *Crítica da Razão Pura* traria a mesma hesitação quanto à definição de juízo. Para a similaridade com a *Lógica Jäsche*, ele nos remete à seção “Do Uso Lógico do Entendimento em Geral”, mas não é claro se, já nesta passagem do texto, Kant não estaria atrelando a objetividade à definição do juízo, pois ele nos diz que “o juízo é, pois, o conhecimento mediato de um objeto” (CRP, A 68, B 93). É verdade que, pouco adiante, é dito simplesmente que “todos os juízos são funções da unidade entre as nossas representações” (CRP, A 69, B 94), mas isto no contexto em que se trata das condições de possibilidade do

²⁶ Ou seja, síntese no sentido de ligação. Não falamos em juízos sintéticos como opostos a analíticos.

conhecimento de objetos. O uso do termo “conhecimento” parece indicar, no mais, que “objeto” está sendo tomado no que chamamos de sentido forte. Também é verdade que podemos dizer aqui que as condições de possibilidade do conhecimento podem envolver juízos, sem que para tanto *todo* juízo seja considerado necessariamente uma função objetivante, no sentido de remeter suas representações a um objeto em sentido forte, entretanto, a faculdade de julgar é, na mesma passagem, igualada à capacidade de pensar e o pensar é então definido como o “conhecer por conceitos” (ibid. idem). Portanto, este texto parece mais condizente com a *Lógica Wiener* do que com a *Lógica Jäsche*.

Mas, para Allison, o texto que reflete a *Lógica Wiener* na *Crítica* encontra-se no §19 da segunda edição da Dedução Transcendental. Nós analisaremos esse parágrafo com mais cuidado quando estivermos procedendo a uma análise do texto da Dedução Transcendental propriamente, mas vale citar a passagem que, de fato, corresponde à *Lógica Wiener* e, como esta, serve de abono à leitura de Allison do que seria a visão ponderada de Kant sobre os juízos: “um juízo mais não é do que a maneira de trazer à unidade *objetiva* da apercepção conhecimentos dados” (CRP, B 141).

É, sobretudo, desta citação que Allison parte para dizer que a característica definidora da relação das representações no juízo repousa em sua objetividade: “Todo juízo envolve uma síntese ou unificação de representações na consciência, onde as representações são conceitualizadas para serem referidas ou relacionadas a um objeto” (1983, p. 72)²⁷. Como o

²⁷ Na coletânea *Critical Assessments*, v. II, Allison escreve: “todo juízo, simplesmente *qua* juízo, é ‘objetivamente válido’” (1992, p. 329); tese igualmente partilhada por Beck, na mesma obra (op. cit., p. 347). É verdade que o objeto, para Allison, seria o que temos chamado de objeto em sentido fraco, no

próprio Allison define a realidade objetiva como a relação da representação ao objeto (cf. 1983, p. 10), poderíamos dizer que, para ele, todo juízo tem então realidade objetiva. Mas ele não chega a tanto, se conformando com o conceito de validade objetiva, que tem, em sua interpretação, um significado mais modesto, como iremos expor adiante²⁸. Antes, queremos reafirmar que Allison encontra claro apoio textual ao tratar a validade objetiva como condição essencial a todo juízo enquanto tal. Também diz Kant que juízo é “uma relação [de representações - AF] *objetivamente válida*, que se distingue suficientemente de uma relação destas mesmas representações na qual há somente validade subjetiva, como, por exemplo, a que é obtida pelas leis da associação” (CRP, B 142).

1. 1 2. A validade objetiva dos juízos

Uma vez que todo juízo possui validade objetiva para Allison, ele tem que afirmar que esta é diferente do conceito de verdade²⁹, pois o contrário seria afirmar que todos os juízos possíveis são verdadeiros. Assim, segundo Allison, a validade objetiva é a capacidade de um juízo de ter valor de verdade, isto é, de ser verdadeiro ou falso (cf. 1983, pp. 72-3). Sendo o valor

entanto, ele também considera, como veremos, que validade objetiva seja possibilidade de ser verdadeiro ou falso e é por isso que não é de somenos importância que ele atribua validade objetiva a todos os juízos, como poderia parecer se disséssemos simplesmente que ele atribui um “objeto intencional ou lógico”, digamos assim, a todos os juízos. Particularmente, vejo a conexão entre um sentido forte de validade objetiva (como valor de verdade) e um sentido fraco de objeto (como tendo sentido lógico) como uma dificuldade interna da leitura de Allison.

²⁸ Para a realidade objetiva, Allison reserva justamente um sentido forte de objeto. Estas diferenças de sentido não são exploradas nesta seção, porque ela se restringe a analisar o suposto vínculo necessário entre validade objetiva e juízo com base no texto de Kant.

²⁹ Embora Kant, por vezes, faça a equiparação em questão e isto vá ser importante para minha própria interpretação (cf. por exemplo, CRP, A 788, B 816).

de verdade um valor universal, o conceito de validade objetiva segue sendo condizente com o dos *Prolegômenos*³⁰, bem como as categorias seguem sendo seus condicionantes. Mas Allison renega os *Prolegômenos* como a uma anomalia na obra kantiana, pelo fato de conterem uma distinção interna aos juízos empíricos conforme eles sejam dotados de validade objetiva ou não e, portanto, conforme sejam eles condicionados por categorias ou não, não sendo, por conseguinte, naquela obra, a validade objetiva condicionada por categorias um traço essencial à atividade judicativa.

Por mais polêmica que pareça ser, ao menos à primeira vista, a posição de Allison, ela tem ao menos um aspecto bastante razoável. Mesmo os juízos empíricos que não possuem validade objetiva nos *Prolegômenos*, os chamados juízos de percepção, teriam que ser condicionados por ao menos algumas categorias: “pareceria óbvio que ao menos as categorias de quantidade e qualidade são relevantes para tais juízos” (1983, p. 151)³¹. Por certo, as categorias matemáticas, como se torna claro na exposição dos princípios sintéticos do entendimento na *Crítica da Razão Pura* e é textual na explicação da tábua, são necessárias para qualquer percepção, ao passo que as categorias dinâmicas de relação é que transformam as percepções em experiência (cf. sobretudo, *CRP*, B 110 e A 176-8, B 218-21). Mas justamente porque as categorias matemáticas não seriam aquelas encarregadas de determinar a existência de um objeto

³⁰ De fato, não é claro nos *Prolegômenos* que juízos falsos tenham validade objetiva, porque, afinal, eles, sendo falsos, não são válidos para todos. Mas, igualmente, não se poderia dizer então que juízos de percepção (de valor privado) são juízos de experiência (objetivos) falsos. Como Kant diz que “mais tarde [entendo como posteridade lógica – AF] lhes damos [aos juízos de percepção – AF] uma nova relação, a saber, com um objeto, e *queremos* que ele seja sempre válido para nós e igualmente para todos...” (A 78, grifo meu), penso que possamos entender a validade objetiva nesta obra como *pretensão* de verdade, o que é compatível com a leitura de Allison, pois um juízo pode acabar sendo falso, mas ele teria pretensão de verdade, não de verdade e falsidade. Inclusive, comentando exemplos de juízos de percepção, Kant diz: “Não *pretendo* que em todo o tempo, eu próprio ou qualquer outro deva assim sentir” (A 80, grifo meu).

³¹ Nós já dissemos que, nesta tese, a especificidade do quadro categorial, bem como o número de categorias, não seria de maior relevância. No entanto, jamais diríamos o mesmo quanto a uma distinção entre categorias matemáticas e dinâmicas.

no tempo, não parece que elas sejam suficientes para garantir todos os aspectos da validade universal da relação de nossas percepções, de modo a tornarem juízos empíricos objetivamente válidos. Categorias matemáticas seriam condições necessárias da validade objetiva de juízos empíricos, pois sem elas não haveria representações empíricas, mas de modo algum seriam condições categoriais suficientes.

Se juízos empíricos se tornam juízos de experiência pela aplicação aos fenômenos de categorias de relação pelas chamadas “Analogias da Experiência”, podemos dizer que Kant teria sido impreciso ao se “esquecer” das categorias matemáticas, aplicadas pelos “Axiomas da Intuição” e pelas “Antecipações da Percepção”, e tratar apenas os chamados juízos de experiência como juízos empíricos categoricamente determinados, e não também os juízos de percepção, mas isto não mudaria nada quanto ao fato destes juízos de percepção serem juízos empíricos sem validade objetiva. Só teriam-na se fossem determinados também por categorias (dinâmicas) de relação, que seriam as categorias responsáveis pela constituição de objetos empíricos efetivos ao determinarem necessariamente a ordem do tempo na apreensão sintética dos fenômenos. As categorias matemáticas seriam suficientes apenas para a validade objetiva de juízos matemáticos, a saber, para Kant, juízos sintéticos *a priori* baseados na construção de objetos na intuição pura. Tal suficiência se daria exatamente pelo fato desses juízos não tratarem de objetos empíricos factíveis, a saber, dados na intuição empírica, aquela associada à presença da sensação.

Porque a intuição pura, de acordo com a Estética Transcendental, serve de forma à percepção, as categorias matemáticas, necessárias e suficientes à determinação do diverso dessa intuição, seriam então necessárias também em juízos empíricos, necessárias aos objetos

empíricos, ou seja, necessariamente aplicáveis à síntese que forma percepções, mas não suficientes à determinação de sua objetividade entendida como possibilidade de um valor de verdade, visto não tratarem da ordem dessas percepções no tempo. Quando tenho a representação de uma casa, por exemplo, preciso, supostamente, de categorias matemáticas, porque preciso, por exemplo, de formas geométricas, que são determinações da intuição pura do espaço conforme tais categorias, para desenhar a figura da casa. Mas este processo de determinação matemática de uma forma espacial nada tem a ver com o problema da realidade empírica do objeto, portanto, com a verdade ou com a falsidade de um juízo empírico acerca deste objeto. Este problema empírico, para se torna solúvel em um juízo, requer adicionalmente a sensação sendo associada à representação do objeto e a aplicação das categorias de relação³².

A respeito desta gama de problemas, eu estava inclinada a conceder a Paton, outro opositor da idéia de juízos de percepção (cf. por exemplo, 1936, v. I, p. 405 e pp. 520-1), não sua tese de que todos os nossos conceitos empíricos implicam todas as categorias (cf. 1936, v. I, pp. 342-3), mas sim a parte dela que diz que o conceito empírico, por exemplo, de “bola de bilhar vermelha” pressupõe a categoria de substância e acidente, mas então me ocorreu que conceitos empíricos do tipo só implicam na categoria de substância justamente se determinarem um objeto físico em um juízo de experiência³³ e, para determinar a bola de bilhar como um objeto físico, eu

³² Este parágrafo e o precedente contêm uma inevitável antecipação de uma temática que só será perfeitamente clara ao final de nosso tratamento do capítulo do Esquematismo Transcendental.

³³ Eu penso que o que quero dizer esteja bem expresso em uma citação de Douglas P. Dryer que tomo emprestada de Brum Torres: “Em um certo momento, eu olho o que está à minha frente como uma escrivaninha. Ao mesmo tempo, eu a considero como uma substância. Como diferem esses atos? [...] Quando um objeto é distinguido como uma escrivaninha, o que é distinguido é que coisa *ele* é. Mas quando um objeto, digamos, a mesma escrivaninha, é distinguido como substância, o que é distinguido é o modo como ela existe. Porque ela é então pensada como existindo não como um atributo de qualquer coisa, mas como aquilo a que os atributos pertencem. [...] A observação do que está diante de mim me

preciso determinar objetivamente todas as relações de simultaneidade e sucessão na ordem do tempo no contexto em que a percepção da bola de bilhar vermelha ocorre, o que envolveria também os conceitos de causalidade e comunidade. Mas antes³⁴ de proceder a esta determinação, parece-me que eu posso perfeitamente ter um conceito empírico baseado em meras percepções da bola de bilhar como uma esfera vermelha de determinado diâmetro, dura e impenetrável, que vejo se deslocar em uma superfície plana verde, igualmente dura e impenetrável, tendo tais e tais medidas, após receber o contato de outra esfera branca do mesmo tipo. Este conceito esqualido ainda permite que a bola de bilhar represente algo para mim, mas não que ela seja um objeto de experiência, exatamente porque só envolve sensações, outros conceitos empíricos e categorias matemáticas. Todos os juízos de percepção deveriam ser montados com esta atenção³⁵.

Mas, de modo correto ou não, além de se ver obrigado a rejeitar a teoria do juízo dos *Prolegômenos*, definindo a validade objetiva de forma tão ampla, Allison ainda precisa ir além, na verdade, ir ao outro extremo, dizendo, por exemplo, que juízos metafísicos que portam alguma contradição são dotados de validade objetiva, afinal, eles seriam declarados falsos, tendo então um valor de verdade, por violarem uma condição necessária da verdade: a adequação aos princípios da Lógica Geral (cf. *CRP*, A 59-60, B 83-4). Na verdade, Allison dá ainda um passo adiante, como é necessário em sua tese, e considera qualquer juízo metafísico como

revela se ser uma escrivaninha ou ser uma cadeira é o que é corretamente predicável. Mas não parece que nada provido pela observação assegure que eu estou certo também em considerá-las como substância” (*apud* Torres, 2005, pp. 8-9).

³⁴ Refiro-me a uma anterioridade lógica, e não cronológica, que nos levaria a um psicologismo desnecessário.

³⁵ Vale notar que, ao insistir na distinção entre juízos de percepção e de experiência, minha interpretação parece merecer o rótulo de “fenomenalista” se concordarmos com o critério de Bird: “o que é distintivo sobre uma construção fenomenalista é sua tentativa de restringir a descrição dos próprios objetos de percepção a um nível abaixo daquele de nossa descrição ordinária de objetos materiais” (Bird, 1962, p. 12).

objetivamente válido, um ponto que ele reconhece como problemático. Os problemas se dão em virtude de Kant estabelecer a possibilidade de sensificação como uma condição necessária da validade objetiva, restringindo este conceito. Por exemplo: “Todos os conceitos, e com eles todos os princípios, conquanto possíveis *a priori*, referem-se, não obstante, a intuições empíricas, isto é, a dados para a experiência possível. Sem isso, não possuem qualquer validade objetiva...” (CRP, A 239, B 298. cf. também A 146, B 186, A 242 e A 246, nota). Assim, o desabono textual parece ser farto. Vejamos então como Allison pretende adequar sua tese ao sistema.

Allison, seguindo, segundo ele próprio, Rainer Stuhlmann-Laeisz, afirma que a verdade transcendental de um juízo pode ser entendida como seu acordo com as condições da possibilidade da experiência. Disto, ele conclui que juízos empíricos podem ser aceitáveis, o que significaria ter verdade transcendental, mesmo sendo falsos no sentido empírico, isto é, não concordando com o objeto efetivo a que se referem. Assim, os juízos metafísicos “nesta interpretação, são inaceitáveis, por causa de sua falta de verdade transcendental. Não obstante, precisamente por causa desta falta de verdade transcendental, eles podem ser considerados como falsos” (1983, p. 342, nota 26).

Ora, dada a definição de validade objetiva com que Allison trabalha, encontrado um meio para atribuir o valor de verdade “falso” a juízos metafísicos em geral, estaria provado que eles também possuem validade objetiva, o que preservaria sua tese de que todo juízo, por definição, tem validade objetiva. Agora, pretendo demonstrar que tal leitura do ponto é duvidosa e Allison, por conseguinte, não teria conseguido evitar adequadamente uma objeção à sua tese forte sobre a validade objetiva como característica definidora dos juízos.

Em primeiro lugar, cabe entender o que é “verdade transcendental” e o primeiro problema já surge quando se diz que juízos dotados de verdade transcendental são aqueles que concordam com as condições da experiência, de modo que mesmo juízos empíricos teriam verdade transcendental. Juízos empíricos não teriam propriamente verdade transcendental. A verdade transcendental parece dever ser lida como a verdade necessária atribuída aos juízos sintéticos *a priori* que expressam as condições da experiência que todo juízo deve preencher para ter um valor de verdade empírico (*a posteriori*): “Todos os nossos conhecimentos, porém, residem no conjunto de toda a experiência possível, e a verdade transcendental, que precede e possibilita toda a verdade empírica, consiste na relação universal a esta experiência” (CRP, A 146, B 185).

Nenhum juízo empírico poderia ter uma relação universal à experiência possível. Esta seria uma característica dos juízos sintéticos *a priori* que, como princípios do entendimento, definem justamente as condições necessárias desta experiência. Kant parece claro em uma passagem em que equipara a verdade transcendental à realidade objetiva das categorias: “A realidade objetiva destes conceitos, isto é, a sua verdade transcendental, conhece-se apenas na medida em que estes conceitos exprimem *a priori* as relações das percepções em toda a experiência, e isto, com certeza, independentemente da experiência, mas não independentemente de qualquer referência à forma de uma experiência em geral e à unidade sintética, na qual somente podem ser conhecidos empiricamente os objetos” (CRP, A 221-2, B 269).

Uma passagem em que Kant não usa explicitamente a expressão “verdade transcendental” também parece, no entanto, ser útil para a compreensão deste conceito, pois Kant

está explicando a validade que cabe a um princípio do entendimento. Cito a passagem toda para que tenhamos clara a natureza da validade (verdade) de um princípio do entendimento e, ulteriormente, se jogue luz no porquê de juízos sintéticos *a priori* da metafísica tradicional não terem, ao que tudo indica, uma assim chamada “falsidade transcendental”. Kant fala especificamente do princípio da causalidade:

A relação dos fenômenos (enquanto percepções possíveis), segundo a qual o conseqüente (o que acontece) é determinado no tempo, quanto à existência, necessariamente, por qualquer antecedente, e segundo uma regra, por conseguinte, a relação de causa e efeito, é a condição da validade objetiva dos nossos juízos empíricos, no referente à série das percepções, portanto, da verdade empírica das mesmas e, conseqüentemente, é condição da experiência. O princípio da relação causal na sucessão dos fenômenos é também válido, portanto, anteriormente a todos os objetos da experiência (submetidos às condições da sucessão), porque ele próprio é o fundamento da possibilidade da experiência (CRP, A 202, B 247).

Abstraíamos das especificidades do princípio da causalidade, o que importa nesta passagem é compreender que certos juízos sintéticos *a priori*, para Kant, têm um tipo de validade necessária justamente por tornarem válidos certos juízos *a posteriori*. Em resumo, os princípios da experiência têm verdade transcendental, justamente porque fundamentam aquilo que possibilita que juízos empíricos tenham verdade empírica: a própria experiência. Parece que somos levados então a concluir que um juízo sintético *a priori* que simplesmente não expressa uma condição da experiência e não está sob ela, como os juízos da metafísica tradicional, nem por isso está em oposição com os princípios da experiência para que seja declarado necessariamente falso em relação a toda experiência possível da mesma forma que estes são necessariamente verdadeiros.

Se tais passagens foram lidas corretamente e se suas teses são aceitas, Kant encontrou um critério para atestar a verdade, portanto, segundo Allison, também a validade

objetiva, de certos juízos sintéticos *a priori*: a referência necessária à forma da experiência em geral. Mas não parece que a conclusão kantiana seja pensar que os juízos não fundamentados por estes princípios são então falsos, uma vez que o filósofo nos diz textualmente que estes princípios são apenas condições da validade objetiva de juízos empíricos. Neste caso, o ponto essencial com Kant seria justamente que os juízos não-empíricos que não expressam também condições da experiência permaneceriam um problema insolúvel. Não haveria um critério para o estabelecimento do valor de verdade deles.

Outra questão que podemos levantar diz respeito a sabermos até que ponto a tese de Allison sobre a objetividade dos juízos se mantém internamente consistente quando ele próprio lida com o enlace textual de Kant entre a validade objetiva e a sensificação: “é somente se os conceitos sujeito e predicado em um juízo sintético são ambos relacionados à intuição do objeto que a conexão destes conceitos pensada no juízo pode ser fundada ou objetivamente válida” (1983, p. 77). Ora, mas então não haveria juízos, os sintéticos não-sensíveis, que não seriam objetivamente válidos? Allison cita neste contexto uma carta de Kant a Reinhold sobre o princípio da validade dos juízos sintéticos que parece ir na direção contrária da atribuição universal da validade objetiva aos juízos: “este princípio está presente sem nenhuma ambigüidade na *Crítica* inteira, do capítulo sobre o esquematismo em diante, embora não em uma fórmula específica. É: *Todos os juízos sintéticos do conhecimento teórico são possíveis somente por meio da relação de um dado conceito a uma intuição*” (12 de março de 1789, Ak XI, 38). É o próprio Allison quem tira a conclusão referente aos juízos metafísicos com base no princípio em questão: “é precisamente por causa da impossibilidade de providenciar uma intuição respondendo ao conceito que Kant mantém que os juízos da metafísica transcendente são infundados” (1983, p.

79). O curioso é que Allison, como é natural, entende juízos fundamentados como juízos dotados de validade objetiva (cf. citação da p. 77 feita logo acima).

Na passagem sob análise (1983, pp. 77-8), Allison trabalha com os conceitos de “validade objetiva” e “possibilidade” como termos intermutáveis (cf. também p. 135). Isto lhe traz um problema adicional. Se a validade objetiva é um traço inerente a todo juízo e se juízos dotados de validade objetiva são juízos possíveis, então Kant resolveria por definição o principal problema da *Crítica da Razão Pura*, sendo este, nas palavras de Allison: “a questão da possibilidade de juízos sintéticos *a priori* [que – AF] emerge como o problema central da metafísica assim que a distinção entre juízos analíticos e sintéticos é propriamente feita” (1983, p. 78). A questão aqui seria que, se todo juízo é objetivamente válido, não haveria propriamente um problema a ser resolvido na *Crítica*, apenas um esclarecimento a ser feito.

1. 1. 3. Categorias: condições de todo juízo?

Não devemos deixar de lidar em separado com um desdobramento inevitável da tese de Allison para o qual já apontamos. Se existem certos conceitos *a priori*, as categorias do entendimento, que condicionam a validade objetiva e se todo juízo é dotado de validade objetiva, então todo juízo é condicionado pelas categorias: “um conjunto de conceitos puros precisa ser pressuposto como uma condição necessária do juízo” (1983, p. 116).

Allison explica que julgar é trazer representações sob um conceito, então se faz necessário um conceito pré-dado, pressuposto em todo juízo. Este conceito pode ser produto de outro juízo, mas o processo não pode seguir ao infinito. Chegamos assim em conceitos muito gerais que não são produtos de juízo algum, são condições da própria atividade de julgar: os conceitos puros do entendimento: “Dada a teoria do juízo de Kant, tem que existir alguns desses conceitos de segunda ordem se deve existir qualquer conceito” (1983, pp. 116-7).

O que Kant chama de “formas lógicas do juízo”, para Allison, não cumpre esse papel, porque seriam apenas os vários modos em que a unidade das representações torna-se possível no juízo, sendo então conceitos puramente sintáticos, mais regras para a classificação de juízos do que propriamente regras para julgar: “eles não parecem ser os conceitos puros que nós estamos procurando. Como nós já vimos, estes precisam ser regras que são pressupostos pela, e necessariamente envolvidos na, atividade de julgar. Mais importante, desde que Kant mesmo descreve estes conceitos como ‘conceitos do objeto em geral’, é claro que eles não podem ser meramente regras sintáticas” (1983, p. 118).

Mas não parece estar em jogo aqui se conceitos puros poderiam ser apenas regras sintáticas. Até seria pacífico negar tal tese, a ponto desta negação ser um dos pressupostos de nosso presente trabalho. O que importa é se são necessários à própria atividade judicativa, na medida justamente em que são conceitos de objetivação. A tese de Allison é que: “todo juízo envolve a relação de representações dadas a um objeto, isto é, o pensamento da validade objetiva da síntese. Segue-se disso que o conceito que é pressuposto é um através do qual esta validade objetiva é pensada. Nos termos de Kant, é um ‘conceito de um objeto em geral’, [...] um conceito

puro do entendimento ou categoria” (1983, p. 118). Resta-nos então verificar se os juízos podem prescindir de categorias, o que, em caso afirmativo, seria outro problema para tomarmos todo e qualquer juízo como objetivamente válido.

Como é de conhecimento comum, a tábua de conceitos puros é derivada por Kant da tábua de formas lógicas do juízo. Allison coloca o conceito puro como uma condição do uso da própria forma lógica que lhe corresponde: “a posse do conceito apropriado é uma condição necessária da possibilidade de julgar sob uma certa forma” (1983, p. 118); e na nota inserida nesta passagem, diz: “estes conceitos epistêmicos são necessariamente usados toda vez que um sujeito julga sob a forma correspondente” (1983, p. 348, nota 8). Quando Melnick diz: “se um sujeito vai julgar sobre objetos onde seus juízos tenham estrutura quantificacional [um exemplo - AF] *e onde vai fazer sentido dizer que seus juízos podem ser verdadeiros ou falsos*, ele tem que ter algum conceito do que deve contar como um indivíduo ou como um objeto” (apud Allison, 1983, p. 348, nota 8, grifo meu); Allison entende então que “o conceito do individual é necessário para *qualquer sujeito que julga* sob formas quantificacionais” (1983, p. 348, nota 8, grifo meu). Natural, pois, para Allison, os juízos sempre podem ser verdadeiros ou falsos, de modo que a condição que destacamos na citação de Melnick pode ser e é simplesmente ignorada por Allison como redundante.

Vejamos agora os dois exemplos de categorias oferecidos por Allison como uma demonstração de que o conceito puro condiciona o uso da forma lógica do juízo de que é derivado. O primeiro exemplo é a substância. Na primeira *Crítica*, encontramos duas definições nominais para esta categoria: 1) relação de subsistência e inerência, que é a definição constante

da tábua (cf. *CRP*, A 80, B 106); 2) o conceito do que deve ser sempre considerado como sujeito e nunca como simples predicado (cf. *CRP*, B 129, B 149, A 147, B 186, A 242-3, B 300-1)³⁶. Por estar na tábua, a primeira definição é oficial, mas nota-se pelas referências que é com a segunda que Kant trabalha. Esta será adotada então também por Allison.

Allison começa a construir seu argumento defendendo que o objeto do juízo categórico, forma correspondente à categoria da substância, é sempre concebido como sujeito portador de propriedades. Sem a possibilidade de distinção entre o sujeito (portador) e o predicado (propriedade), sustenta Allison, não haveria juízo categórico. O ponto então é provar que não há tal distinção sem a categoria da substância: “O conceito puro de substância é uma regra para a conceitualização do conteúdo de um juízo categórico. Ele expressa a necessidade de conceber o sujeito de tal juízo (o objeto sobre o qual se julga) como um portador de propriedades (predicados) e, portanto, como não sendo ele mesmo uma propriedade de algo mais [...], para julgar categoricamente, é necessário considerar o sujeito como se fosse uma substância” (1983, p. 120).

³⁶ Kemp-Smith distingue as categorias das formas lógicas explicando que as primeiras, supostamente, já contêm referência às formas espaço-temporais. Ele cita como exemplo a categoria de substância, que se distinguiria da noção meramente lógica do sujeito proposicional por ser o conceito daquilo que é *sempre* sujeito e *nunca* predicado, duas características temporais (cf. 1918, p. 195). Para evitar esta conclusão, no entanto, como será visto, podemos tomar “sempre” e “nunca” como significando respectivamente “em todo contexto judicativo” e “em nenhum contexto judicativo”, e não “em todo tempo” e “em nenhum tempo”. Desnecessário dizer que, se preferirmos a leitura de Kemp Smith, a necessidade de esquematizar categorias perde o sentido, porque, para distinguirmos categorias de formas lógicas, abrimos mão da distinção entre categorias puras e esquematizadas: “o reconhecimento apropriado da interdependência necessária das formas intuitivas e conceituais chega tarde para previni-lo [a Kant - AF] da distinção entre categorias e esquemas e, assim, de criar para si mesmo as dificuldades artificiais da seção sobre esquematismo” (1918, p. 195).

No entanto, o conceito de substância, nota Allison, parece mais forte do que o que seria necessário para tanto, pois “não é meramente o conceito de algo que pode servir como o portador de propriedades, mas antes de algo que tem que ser concebido nessa capacidade, isto é, algo que sempre tem que ser tomado substancialmente” (1983, p. 120). Prova de que a categoria vai além do necessário para o modo como Allison explica sua forma lógica é que fazemos juízos categóricos colocando propriedades como sujeitos, o que viola a condição de que o sujeito não possa ser propriedade de algo mais. Esta simples objeção pareceria colocar em xeque a tese de Allison, de modo que ele percebe a necessidade de articular uma resposta ao problema que ele próprio levantara.

Allison lida com o problema traçando uma distinção entre “a maneira em que o sujeito é pensado dentro de um juízo *dado* e a maneira em que algo é pensado como um objeto ‘em si mesmo’, independentemente de *qualquer* juízo particular” (1983, p. 120, grifos meus). Ele acredita que a objeção seja afastada quando se toma o sujeito do juízo categórico como sendo necessariamente substancial dentro do juízo, e não ontologicamente. No entanto, a estratégia não soa convincente, uma vez que força Allison a nos dizer que: “A regra ‘nunca um predicado de algo mais’, assim, aplica-se dentro de um dado juízo” (1983, p. 120). Ora, parece estranho que Kant, com seu “*nunca* um predicado de algo mais”, queira dizer apenas que a categoria de substância requer que o sujeito não possa ser considerado como predicado dentro de um determinado juízo³⁷. A própria forma lógica dos juízos categóricos, ainda que a tomemos, como

³⁷ Na discussão do Esquematismo, nós defenderemos, com Loparic, um conceito relativo de substância em Kant, aplicando esta categoria a objetos físicos que permanecem apenas em um dado contexto experimental. Mas ainda será um sentido mais forte do que o que Allison defende aqui. Curiosamente, na mesma oportunidade, veremos que o esquema da substância, para Allison, será exatamente o esquema do conceito, no seu dizer, “ontológico”, ao qual ele se opõe neste momento.

Allison, em um papel meramente sintático, resolveria a questão, pois, de fato, basta a sintaxe para que se distinga o sujeito do predicado em um dado juízo³⁸. Se eu digo: “A cor das violetas é azul”; para reconhecer que o sujeito do juízo é a expressão “a cor das violetas”, eu não preciso sequer pensar que esta nunca seria o predicado de “azul”, quanto mais que nunca seria o predicado de alguma outra coisa. E a tese de Allison, na verdade, parece ainda mais forte. Allison, se o leio corretamente, não está apenas dizendo que aquele sujeito em específico não pode ser o predicado de seu predicado atual em outro juízo possível para ser uma substância. No que parece forçar o texto kantiano a se encaixar em sua tese, ele está nos dizendo que a categoria de substância apenas requer que o sujeito nunca possa ser o predicado dentro do juízo dado, o que é uma trivialidade, afinal, se mudássemos a posição dos termos, não teríamos mais o mesmo juízo, agora teríamos, mantendo o exemplo, um juízo que diz: “o azul é a cor das violetas”. Agora, se esta linha de objeção a Allison está correta, podemos reconhecer que “a cor das violetas” é o sujeito do primeiro juízo e “azul” do segundo, mas, exatamente por essa possibilidade de transposição, nem um conceito nem outro estaria substancializado. Aliás, estamos, não por acaso, lidando com um juízo sintaticamente categórico que, semanticamente falando, se refere a dois acidentes³⁹.

Estamos dizendo aqui que a substancialização em Kant requereria mais do que a substantivação gramatical ocasional em um dado juízo e Allison não teria conseguido tornar Kant inteligível de outra forma. Para Allison, estou então hipostasiando o conceito de substância: “o

³⁸ De modo semelhante, Kant diz em carta a Reinhold, de 12 de maio de 1789, que a distinção meramente lógica entre fundamento e conseqüência, contida na forma do juízo hipotético, é o bastante para que distingamos o fundamento do fundado (cf. Ak. XI-2, 35-6; Zweig, p. 138).

³⁹ Para uma profunda investigação das condições em que um juízo categórico se refere especificamente a substâncias, ver Longuenesse, 1993, pp. 325-33. Infelizmente, se a seguíssemos aqui, nos desviaríamos por demais de nosso rumo.

conceito ontológico de substância surge do esforço para pensar alguma entidade que precisa ser concebida deste modo em todo contexto judicativo” (1983, p. 120). Para saber então se estamos tomando o conceito de substância ontologicamente, podemos voltar à distinção de Allison entre o sujeito pensado dentro de um “dado” juízo e como um objeto em si mesmo, “independente de qualquer juízo particular”. Por certo, não é uma distinção exaustiva. O conceito pensado como sujeito em *todo* contexto judicativo, ou ao menos em um dado contexto judicativo, não é pensado como tal apenas em um dado juízo e muito menos independentemente de qualquer juízo dado, o que, aí sim, seria uma hipostasiação.

Allison busca apoio para sua interpretação no Primeiro Paralogismo da primeira edição da *Crítica da Razão Pura*. Lá, Kant coloca como premissa maior de um silogismo a definição nominal de substância: “Aquilo cuja representação é o *sujeito absoluto* dos nossos juízos e, portanto, não pode ser utilizado como determinação de uma outra coisa, é *substância*” (CRP, A 348). Comentando o silogismo, Kant coloca que “de cada coisa em geral, posso dizer que é substância, no sentido que a distingue de simples predicados e de simples determinações das coisas” (CRP, A 349). Disto, Allison conclui que, para Kant, “qualquer coisa pode servir como sujeito lógico de um juízo e assim pode ser concebido substancialmente” (p. 120-1). O psicologista racional, adversário de Kant na passagem, não reconheceria que esse sujeito não é uma substância no sentido ontológico. Mas é fácil perceber que Allison está desconsiderando o fato de que Kant não está dizendo simplesmente que qualquer sujeito (lógico) pode ser substancializado. Há uma restrição na citação da *Crítica* feita acima: que o sujeito possa ser distinto de simples predicados e de simples determinações de coisas. Dessa forma, a análise de

Kant não nos leva além da própria definição de substância, e nem poderia, diga-se de passagem, sob pena de incoerência.

Diz Allison que “o ponto chave é que esta análise implica que nós necessariamente consideramos o sujeito lógico de um juízo como se fosse uma substância, no sentido de que ‘nós o distinguimos de meros predicados e determinações de coisas’” (1983, p. 121). Mas, assim, voltamos à questão anterior⁴⁰: Kant está dizendo que substância é o sujeito que distingo de predicados (no plural) e não do predicado (singular) em um juízo específico, o que seria uma redundância. Isto parece bastar para que concluamos que, ao contrário do que quer Allison, a categoria de substância *não* é uma condição dos juízos de forma categórica. Devemos procurar demonstrar o mesmo quanto a seu segundo exemplo: a causalidade.

Allison afirma que “o exercício da função hipotética (x , então y) supõe uma regra para a determinação do pensamento da seqüência de estados de coisas” (1983, p. 121). De fato, isto é, em certo sentido, textual em Kant. Este nos explica que, em nossa percepção, a apreensão do diverso é sempre sucessiva, o que não significa que a sucessão temporal pertença ao próprio objeto (cf. *CRP*, A 189, B 234). Por exemplo, ao olhar para a copa de uma árvore e então descer os olhos, o observador apreenderá, primeiro, os galhos e, posteriormente, o tronco, mas é apenas na sua percepção que essas representações se colocam em seqüência. Objetivamente, tronco e copa existem simultaneamente, ou seja, no tempo em que o observador percebia a copa, o tronco já estava lá, embora não tivesse sido apreendido ainda. Na percepção do observador, pode-se

⁴⁰ Além disso, Allison está, aparentemente, tomando uma regra constitutiva de objetos, a categoria de substância, como regulativa, pelo que sugere o uso da expressão “como se”, na aplicação dessa categoria (embora não seja apropriado aqui entrarmos neste tipo de distinção, podemos remeter o leitor às passagens específicas da *Crítica* que temos em mente: A 664, B 692 e A 671, B 699).

então recomeçar pelo tronco e, subindo os olhos, terminar na copa, com uma nova seqüência na apreensão. Não se pode determinar a ordem em que as representações se sucedem no objeto, exatamente porque não se sucedem nele, isto é, não aplico a categoria da causalidade que estabelece que um percepto deve necessariamente ser anterior a outro. Em um novo exemplo, se vejo um raio partir uma árvore, vejo primeiro a incidência do raio e então a árvore partida (dois eventos). Não posso mudar essa ordem de apreensão do diverso da intuição, como fiz com o tronco e a copa da árvore, observando a árvore partida e depois o raio, porque o “tornar-se partida” da árvore foi *causado* pela queda do raio, portanto, sua existência em minha percepção depende necessariamente da apreensão prévia, na ordem do tempo, da queda do raio⁴¹. Agora, se a árvore não tivesse sido partida pelo raio, mas eu tivesse visto um raio caindo e uma árvore partida, nada estaria dito quanto a eu ter que perceber um evento antes do outro (o raio antes da árvore partindo-se). Por tudo que o observador sabe, ele podia ter apreendido a árvore partindo-se e só então ter visto um raio cair sobre ela.

Assim, estamos concordando com Allison: a causalidade é uma regra pressuposta para a *determinação* da seqüência de estados de coisas em um juízo hipotético. No entanto, isto por si só não significa que devamos entender que todo juízo hipotético expresse uma seqüência objetivamente determinada de eventos e, portanto, que a causalidade seria uma condição da forma hipotética.

⁴¹ Estou aqui oferecendo um exemplo da forma mais simples possível, em que os perceptos que se sucedem são eles mesmos causa e efeito e em que há sucessão, não só na ordem, como também no decurso do tempo, para evitar a antecipação da discussão bastante complicada acerca da causalidade que travaremos no capítulo sobre o Esquematismo.

Ao se referir à determinação da seqüência de estados de coisas para provar a necessidade da categoria da causalidade para todo juízo da forma hipotética, Allison já teria que pressupor que todo juízo hipotético é uma ligação objetivamente determinada de representações, portanto, seu exemplo deixaria de ter serventia para a finalidade de demonstrar que todos os juízos têm valor objetivo, tornando-se circular. Podemos aceitar que toda conceitualização determina nominalmente uma representação no sentido de colocá-la em uma ordem, uma unidade. Mas, com isso, não fica provado que toda ordem, toda unidade conceitual seja objetiva.

Ao pensar as categorias como condicionantes da forma correspondente em *todos* os juízos, Allison, como não poderia deixar de ser, usa como exemplo um juízo hipotético analítico para mostrar que este também é determinado por um conceito puro: “se houver justiça perfeita, a vontade obstinadamente má será punida” (*CRP*, A 73, B 98). Ora, como juízos causais não são analíticos no ponto de vista de Kant, Allison procura uma saída para mostrar que, ainda assim, a categoria correspondente à forma condiciona o juízo. Ele diz que a categoria, neste caso, não é o conceito de causalidade, mas sim a relação de fundamento e conseqüência. Vale a longa citação:

a moral a ser tirada disto é que a tese de que os juízos da forma hipotética pressupõem, ou essencialmente envolvem, o conceito da relação de fundamento e conseqüência não deve ser confundida com a tese de que eles pressupõem, ou essencialmente envolvem, o conceito de causalidade. Como todos os conceitos puros, a relação de fundamento e conseqüência, é uma regra para a conceitualização do diverso da intuição em geral, quando a função correspondente do juízo é aplicada a este diverso. Em outras palavras, este conceito é uma regra para a unificação de pensamentos em um juízo da forma hipotética, na medida em que este juízo deve se relacionar a um objeto, isto é, na medida em que deve ser um juízo. Por contraste, a relação de causa e efeito é uma relação de eventos na experiência humana. Tal relação envolve uma referência ao tempo e, assim, ao esquema do conceito de causalidade (sucessão governada por regras). Nenhuma referência destas é envolvida na relação lógica de fundamento e conseqüência (1983. p. 122).

Quando olhamos a tábua oficial das categorias (cf. *CRP*, A 80, B 106), a explicação de Allison não parece condizente. A causalidade está lá, dentre os demais conceitos puros⁴². Já a relação do fundamento com sua consequência, inclusive com o exemplo de Allison de um juízo analítico, encontramos justamente na explicação da tábua das formas lógicas (cf. *CRP*, A 73, B 98). E é justamente quanto a esse ponto que surge o que parece ser uma violação do texto de Kant. Vejamos: “Finalmente, o fato que Kant usa juízos analíticos como exemplos é em si mesmo significativo e não deve passar despercebido, pois mostra que os conceitos puros do entendimento são vistos por Kant como condições de juízos analíticos tanto quanto de juízos sintéticos” (1983, p. 121)⁴³. Como poderíamos chegar à semelhante conclusão, uma vez que Kant, como dissemos, usa o exemplo no §9 da *Crítica da Razão Pura*, intitulado: “Da Função Lógica do Entendimento nos Juízos”, na terceira explicação à tábua das formas lógicas e, portanto, antes da introdução das categorias (§10)? Embora Allison queira tratar a relação de princípio e consequência como um conceito puro do entendimento para interpretar a passagem em questão, por certo, não pode afirmar que Kant esteja tomando a relação neste sentido. Pelo contrário, se Kant o fizesse, tornaria a apresentação das tábuas e a ligação entre elas absolutamente confusa e desconexa. No mais, parece pacífico dizer que a relação fundamento-consequência é necessária em todos os juízos hipotéticos, porque nós caracterizamos os juízos

⁴² Em uma importante carta a Johann Heinrich Tieftrunk, de 11 de dezembro de 1797, Kant define a categoria pura de causalidade por mais de uma vez: “...síntese do diverso [em geral – AF] na medida em que a existência de uma coisa é subordinada a de outra (a categoria de causalidade)” (12: 223, na tradução de Zweig, p. 536-7). Pouco adiante: “...o conceito de causalidade (uma coisa situada de modo a ser fundamento da existência de outra coisa)” (12: 223, Zweig, p. 537). Assim, como me parece suficientemente claro já na *Crítica*, se subtrairmos o esquema da categoria de causalidade, não obtemos a mera relação lógica de fundamento e consequência, mas uma noção objetivante (fundamento da existência da coisa), ainda que vazia, desta função.

⁴³ “os conceitos puros do entendimento têm que ser considerados como regras de conceitualização que são envolvidos em todos os juízos (tanto analíticos quanto sintéticos)” (1983, p. 125).

hipotéticos justamente em função daquela forma lógica. A questão está exatamente em entender a distinção desta forma lógica para sua categoria.

Analisados os exemplos, o problema em tela ainda exige uma importante consideração. Se todas as formas lógicas são condicionadas pelas categorias do entendimento, como fica a situação dos juízos não-teóricos, juízos que, afinal, ainda possuem as mesmas formas lógicas da tábua apresentada por Kant? Um juízo que ilustraria perfeitamente o que temos em mente seria um juízo de gosto puro como “a rosa é bela”, para ficarmos com o exemplo do próprio Kant na *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trata-se de um juízo categórico, mas estaríamos aplicando nele a categoria de substância? Por certo, Kant rejeitaria a idéia de que, no juízo estético “a rosa é bela”, determina-se a rosa objetivamente como substância a qual a beleza pertence como acidente. O ponto chave da estética kantiana é que ela investiga juízos que não determinam objetos e nem tampouco expressam conhecimento do sujeito, mas sim nos quais a referência é feita ao sentimento de prazer e desprazer em relação a uma representação singular, cuja existência de seu objeto sequer interessa (cf. por exemplo, *CFJ*, Ak. 4, 6, 9, 14 e 24). Como podem então todos os juízos ser objetivamente válidos, porque, do contrário, não seriam juízos, se há juízos estéticos?⁴⁴

⁴⁴ Uma consideração assim nos remete à crítica que Bennett faz à dedução metafísica de Kant: “simplesmente não é verdade que a única tarefa de juízos categóricos seja atribuir propriedades a substâncias” (1966, p. 92). A isto, Longuenesse responde: “Com certeza. Mas Kant não disse nada do tipo” (1993, p. 72, n. 11). Bem, parece que, para Allison, Kant disse.

1. 2. A Objetividade e a Dedução Transcendental

1. 2. 1. A validade objetiva na Dedução Transcendental, segundo Allison

A razão pela qual Allison prioriza a segunda edição da Dedução Transcendental em sua análise é que, segundo ele, esta versão tornaria mais evidente que o objetivo central do argumento é a “demonstração de uma conexão entre as condições intelectuais e sensíveis do conhecimento humano” (1983, p. 133), o que seria também o problema central da filosofia transcendental de Kant como um todo. Assim, a primeira parte da Dedução (§§ 15-21) visaria estabelecer que as categorias, condições intelectuais do conhecimento, são necessárias para que um conteúdo sensível, seja de que natureza for, possa ser pensado, ao passo que a segunda parte (§§ 24-26) argumentaria pela necessidade das categorias para os dados da sensibilidade humana, pressupondo então a Estética Transcendental⁴⁵. Ambas as partes constituiriam dois passos em uma única prova da objetividade das categorias, mas conteriam duas teses diferentes e trabalhariam com dois conceitos diferentes de objetos: “a primeira parte da Dedução se preocupa com a validade objetiva (*objective Gültigkeit*) das categorias e a segunda parte com sua realidade objetiva (*objective Realität*)” (1983, p. 134). Como Allison explica que a validade objetiva das categorias deve ser entendida na medida em que elas tornam possíveis os juízos e uma vez que todo juízo é objetivamente válido em sua interpretação, muito do que se poderia esperar da Dedução já foi obtido com definições.

⁴⁵ Assim, a mudança operada por Allison na versão de 2004 de sua obra não parece ter sido tão profunda.

Quando Allison nos diz que a primeira parte do argumento da Dedução tem a intenção de provar a validade objetiva das categorias por meio da prova de que todo conteúdo sensível depende desses conceitos *a priori* para ser pensado, isto é, definitivamente, diferente de dizer que as categorias são necessárias para todo juízo. É verdade que o juízo nada mais é do que o modo de proceder, por síntese, de um intelecto discursivo, ou seja, um entendimento que não intui diretamente seus objetos ao tomar consciência deles, como um eventual intelecto divino/criador faria. O intelecto discursivo se restringe a ligar representações obtidas fora dele, na sensibilidade, seja esta de que natureza for (cf. *CRP*, B 138-9). Neste sentido, Allison nos diz que “estabelecer este resultado [da primeira parte da Dedução – AF] é equivalente a demonstrar que as categorias são as regras necessárias para qualquer inteligência discursiva” (1983, p. 133). E, de fato, se eu provo que só posso conceitualizar qualquer tipo de conteúdo sensível por meio das categorias, provo que todo intelecto discursivo precisa de categorias, mas não provo que ele precisa de categorias na medida em que seus juízos não se refiram mais ao diverso de uma intuição sensível qualquer, ou seja, em juízos analíticos ou em juízos sintéticos *a priori* da metafísica tradicional. Portanto, algumas definições da teoria do juízo de Kant, como explicadas por Allison, já supostamente obtendo tais conclusões, seriam ainda mais fortes que a primeira parte da Dedução também em sua leitura.

1. 2. 2. A realidade objetiva na Dedução Transcendental, segundo Allison

A noção de realidade objetiva que Allison liga à segunda parte da Dedução também suscita questões: “dizer que um conceito tem realidade objetiva é dizer que ele se refere ou é aplicável a um objeto real. Assim, um conceito fictício, tal como ‘unicórnio’, não teria realidade objetiva, embora pudesse muito bem funcionar como um predicado existente em um juízo objetivamente válido, tal como ‘unicórnios não existem’” (1983, p. 135)⁴⁶.

Começemos pela análise da primeira parte da citação, que equipara a realidade objetiva à referência a objetos reais. Diz o segundo postulado do pensamento empírico em geral que “o que concorda com as condições materiais da experiência (da sensação) *é real*” (CRP, A 218, B 266). Assim, pelo que Allison está nos dizendo, um objeto só tem realidade objetiva se efetivamente concorda com a apreensão de certos dados sensíveis, imediata ou mediadamente (segundo as Analogias da Experiência) (cf. CRP, A 225, B 272), ou seja, se o objeto nos é dado em uma percepção objetivamente determinada ou se posso partir de uma percepção real e, através das Analogias, chegar até ele (cf. CRP, A 225-6, B 273).

⁴⁶ Allison usa aqui as categorias de existência e realidade indistintamente e, de fato, há polêmica quanto à possibilidade da distinção exata entre os dois conceitos, uma discussão que, certamente, não deve nos ocupar aqui, de forma que nos restringiremos à observação de que, em nossa interpretação, a atribuição da realidade como qualidade de uma representação empírica (uma determinação positiva) não é o bastante para a existência efetiva de um objeto empírico. Tal existência precisaria ser posteriormente determinada por categorias dinâmicas de relação. Mais tarde, seremos novamente defrontados por esta dificuldade. De todo modo, vale lembrar que, de acordo com a famosa objeção de Kant ao argumento ontológico pela existência de Deus, a existência não deve ser considerada um predicado real de um juízo possível, mas sim a mera posição da coisa (cf. CRP, A 598-9, B 626-7). O próprio Allison comenta brevemente este aspecto essencial da objeção kantiana mencionada acima no artigo “A originalidade da distinção de Kant entre juízos analíticos e sintéticos” (cf. 1992, v. II, pp. 331-2).

Suponhamos que nunca tivéssemos experienciado um eclipse solar. Sem as leis astronômicas que nos fazem inferir que tais eclipses têm realidade (no sentido de existirem) a partir de outros dados coletados na observação espacial, jamais poderíamos dizer que eclipses solares são reais e, portanto, o conceito de “eclipse solar” não teria realidade objetiva. É o que ocorreria com o conceito de “unicórnio”. Como nunca experienciamos um unicórnio e como não podemos deduzir sua realidade do conhecimento empírico de qualquer ecossistema, não podemos afirmar que eles são reais ou que o conceito possua realidade objetiva.

O problema com esta interpretação é um só: Kant retratou a realidade objetiva dos conceitos em sua exposição do postulado anterior, aquele referente à possibilidade: “o que está de acordo com as condições formais da experiência (quanto à intuição e aos conceitos) *é possível*” (CRP, A 218, B 265). E explicando este postulado, Kant nos dirá explicitamente, mais de uma vez, que a realidade objetiva é a referência a coisas possíveis, não a coisas reais como quer Allison (cf. CRP, A 220-1, B 268; A 223, B 270). No entanto, é verdade, o ponto não é tão simples. Não está claro que se possa deduzir então do postulado que os conceitos de “unicórnio”, “eclipse solar” ou quaisquer outros conceitos *a posteriori* tenham realidade objetiva apenas por estarem de acordo com uma estrutura espaço-temporal categoricamente determinável.

As categorias recebem *a priori* o caráter de sua possibilidade, logo sua realidade objetiva, porque são as condições de que toda experiência depende. Mas, se Kant equipara textualmente a realidade objetiva do conceito à possibilidade de seu objeto, por outro lado, ele veta explicitamente que se declare possível um conceito *a posteriori* imaginário que repouse em uma ligação arbitrária de pensamentos sem fundamento na experiência dada. Aparentemente, a

possibilidade de conceitos *a posteriori*, para Kant, só poderia ser derivada de sua efetividade (cf. *CRP*, A 222, B 269-70; A 231-2, B 284). Em aparente referência a esta diferença entre a possibilidade de conceitos *a priori* e *a posteriori*, Kant diz também, no Prefácio à edição B da *Crítica*, que a prova da possibilidade de um objeto pode se dar “seja pelo testemunho da experiência a partir da sua realidade, seja *a priori* pela razão” (B XXVI, nota). Assim, a definição de Allison para a realidade objetiva poderia conter um equívoco, mas o impacto deste equívoco só seria sentido para os conceitos *a priori*, pois estes sim dispensariam a constatação da realidade empírica do objeto para a determinação de sua realidade objetiva.

Voltando então ao exemplo do unicórnio, seu conceito não teria realidade objetiva, porque não temos fundamentos para supor que, a partir de um ecossistema dado, seria possível outro encadeamento (uma série de fenômenos) em que experienciaríamos um cavalo de chifre. Temos mais clareza quanto ao ponto se traçarmos um paralelo com a filosofia prática, em que a possibilidade física das ações é igual à sua exequiabilidade. Eu não tenho nenhum fundamento para supor que seja possível para mim levantar um peso de 100 Kg a não ser que eu já tenha constatado na experiência que posso levantar peso igual ou superior, isto é, não posso decidir questões de possibilidade como esta apenas por conceitos. Voltando à filosofia teórica, eu não posso concluir que eu poderia ter experienciado um unicórnio em determinado ecossistema, a não ser que eu o tenha de fato experienciado ou que algo mais evidenciasse a presença do cavalo com um chifre, pois a experiência que eu de fato tenho não prova que uma experiência diferente e sem relação com ela seja também possível. Qualquer embaraço quanto a isto seria baseado em uma confusão entre a possibilidade lógica de um fenômeno, ausência de contradição em seu conceito, e essa possibilidade real de que tratamos.

Assim, temos estabelecido que, se Allison errou, seu erro não mudou a validade de seu exemplo. Estamos então em condições de analisar a segunda parte da citação: se conceitos sem realidade objetiva, como o de unicórnio, podem figurar em juízos dotados de validade objetiva.

1. 2. 3. A relação entre a realidade e a validade objetiva

É aqui que o possível erro de Allison mostra que a necessidade de uma correção da definição não seria mera sutileza conceitual. Se a realidade objetiva fosse a aplicabilidade do conceito a objetos reais, ficaria aberta a possibilidade de pensarmos em conceitos fictícios, como unicórnios, em juízos possíveis (objetivamente válidos). Mas como dizer o mesmo de um conceito impossível? Por exemplo, não se pode dizer que unicórnios são reais e também não se pode dizer que unicórnios não são reais, porque estaríamos aplicando uma categoria, no caso a realidade, fora do âmbito das coisas possíveis.

Com estas considerações em mente, podemos achar natural que o próprio Allison diga que a realidade objetiva das categorias é a referência a quaisquer objetos que sejam dados a nós na intuição (objetos de experiência possível), o que significa dizer que a demonstração da realidade objetiva das categorias requer o estabelecimento de sua conexão com as formas da sensibilidade humana (cf. 1983, p. 135) e parece uma suavização da tese inicial. A questão que vem se colocando é se o mesmo não valeria para a validade objetiva, se o mesmo não ocorreria

com este conceito. Allison não pensa desta forma: “a validade objetiva e a realidade objetiva são conectadas com conceitos diferentes de objetos. Desde que se liga ao juízo, a validade objetiva se liga a um conceito lógico ou judicativo de objeto (um objeto em *sensu logico*). Este é um sentido extremamente amplo de objeto que engloba qualquer coisa que possa servir como sujeito em um juízo” (1983, p. 135).

Allison está sendo assim perfeitamente consistente com sua interpretação da validade objetiva como traço definidor de todo juízo. Enquanto ele conecta a realidade objetiva das categorias, cuja demonstração seria meta da segunda parte da Dedução, ao objeto no sentido de “*Gegenstand*”, entidade ou estado de coisas real, ele nos diz que a primeira parte da Dedução quer estabelecer a necessidade das categorias aos objetos no sentido lógico de “*Objekt*” (cf. 1983, p. 135)⁴⁷.

1. 2. 4. Os momentos da interpretação de Allison

Allison divide seu trabalho sobre a Dedução em três partes: “A primeira é devotada a uma análise da primeira metade da Dedução. Nela, eu sustento que pode-se dizer que Kant teve sucesso em estabelecer a necessidade das categorias com respeito a objetos no sentido judicativo” (1983, p. 136). Na verdade, tratando da teoria do juízo supostamente contida na Dedução Metafísica, Allison já havia nos dito: “A falha de Kant em cumprir suas promessas mais

⁴⁷ Convém ainda destacar que o sentido forte de objeto em Allison, como “*Gegenstand*”, é restrito a objetos do sentido externo, isto é, objetos físicos (cf. 1983, pp. 148 e 158)

extravagantes não deveria obscurecer o resultado positivo de sua análise do juízo. Este resultado consiste em ter mostrado que a atividade de julgar pressupõe um conjunto de conceitos *a priori* que, por causa de seu papel essencial no juízo, merece status categórico” (1983, p. 129). Um pouco adiante desta passagem, Allison parece continuar a caminhar no sentido de sugerir que, de acordo com sua interpretação da Analítica, a primeira parte da Dedução Transcendental seria dispensável: “esta análise [contida na Dedução Metafísica - AF] não traz qualquer implicação a respeito da realidade empírica ou objetiva destes conceitos. O ponto básico é simplesmente que nós não podemos nos mover diretamente da premissa que um certo conceito funciona como uma condição dos juízos de certa forma lógica para a conclusão de que este conceito tenha qualquer aplicabilidade aos dados da experiência humana [...]. É precisamente para isto que a Dedução Transcendental é necessária” (1983, p. 129). Justamente, a tarefa que Allison atribui aqui à Dedução Transcendental como um todo é, posteriormente, atribuída por ele apenas à segunda parte.

Em todo caso, lidando com a primeira parte da interpretação de Allison, a questão que investigaremos é se sua interpretação é capaz de contemplar unidades objetivas de consciência (unidades pretensamente universais e necessárias expressáveis em juízos verdadeiros ou falsos) ao trabalhar com um conceito tão amplo de objeto.

A segunda parte do trabalho de Allison é dedicada ao contraste entre a unidade objetiva e subjetiva da consciência. Ele pretende argumentar que há um sentido legítimo para esta distinção, mas este passaria longe da distinção entre juízos de percepção e de experiência, sendo que Kant teria incorrido em uma incoerência fundamental nas passagens da segunda edição da

Crítica em que se compromete com este último sentido. Como é natural, nossa preocupação aqui será verificar até que ponto Allison consegue respeitar tal distinção com a correção que sua leitura impõe ao texto kantiano.

Na terceira parte de seu capítulo dedicado à Dedução Transcendental, Allison se detém sobre a segunda parte desta. Aqui, seu objetivo é demonstrar que Kant teve sucesso ao provar a realidade objetiva das categorias, enquanto falhou ao tentar provar que elas tornam a experiência possível, entendendo a experiência como uma ordem objetiva distinta de uma ordem subjetiva de percepções. Minha tarefa quanto a este ponto será analisar a possibilidade de dissociação entre tal demonstração da realidade objetiva das categorias e o estabelecimento de seu papel como condicionantes da possibilidade da experiência. Minha hipótese aqui é que a grande meta da Dedução Transcendental é a prova da necessidade da possibilidade da experiência e, ainda, que esta meta foi alcançada. Esta seria exatamente a forma em que se daria, em certo sentido genérico, a prova da realidade objetiva das categorias.

1. 2. 5. Allison, sobre a Unidade Transcendental da Apercepção

Para Allison, o verdadeiro ponto de partida da Dedução é o princípio da unidade transcendental da apercepção. Estamos de acordo. Como procuramos expor na introdução a este trabalho, no § 14, complicações à parte com relação ao conceito de “dedução objetiva” exposto no Prefácio A, Kant estaria fixando um princípio para sua investigação. Já no § 15, ele estaria

oferecendo um pressuposto do argumento, no caso, a idéia de que a ligação contida em nossas representações seria fruto de um ato de espontaneidade do entendimento a que se dá o nome de síntese. Na edição B, Kant não oferece maiores explicações ou uma defesa de tal pressuposto. Entretanto, Paul Guyer me parece breve e preciso quanto ao estabelecimento do que estaria em jogo: “os dados a serem sintetizados para cognição de um diverso são dados em episódios separados de afecção sensível, nem o fato nem a forma de sua combinação podem ser dados por qualquer episódio similar dos sentidos, e precisam, em vez disso, ser fornecidos por um exercício da capacidade combinatório do conhecedor” (1989, p. 58).

Por outro lado, quando Kant diz que o conceito de ligação inclui, além do conceito do diverso e de sua síntese, o da unidade qualitativa do diverso, acreditamos que devemos nos socorrer da síntese da reconhecimento da edição A para melhor compreendermos por que o conceito dessa unidade não pode ser meramente derivado da síntese da apreensão de uma representação empírica, sendo sim um condicionante dela. Nós estudaremos toda a tríplice síntese que gera uma representação empírica no próximo capítulo⁴⁸. Por hora, para a compreensão da Dedução B, basta que assumamos que a síntese do diverso é um ato do sujeito, subordinado a regras, e a ligação desse diverso não é, portanto, já recebida pelos sentidos.

Partamos então para o exame do princípio da unidade da apercepção com Allison.

Vale seguirmos este autor com a citação em que Kant expõe tal princípio:

Tem que ser possível para o ‘eu penso’ acompanhar todas as minhas representações; pois, de outro modo, algo que não poderia ser pensado de modo

⁴⁸ Eu penso, em especial, na tríplice síntese quando Kant sugere a leitura da edição B em confronto com a edição A, para compensar os cortes que fez em proveito da tentativa de maior clareza na primeira (cf. B XLII).

algun seria representado em mim, e isto é equivalente a dizer que a representação seria impossível, ou ao menos nada seria para mim. Aquela representação que pode ser dada antes de todo pensamento é chamada de intuição. Todo o diverso da intuição tem, portanto, uma relação necessária ao ‘eu penso’ no mesmo sujeito em que este diverso se encontra (CRP, B 131-2).

A passagem citada, para Kant, como bem observa Allison, é a expressão de um único princípio analítico⁴⁹. Para Allison, este princípio é de fato analítico, mas contém várias teses. A primeira delas seria a afirmação da necessidade de que o “eu penso” possa acompanhar todas as minhas representações. Allison aponta muito bem que isto se aplica a cada uma das minhas representações tomada individualmente: “Isto é equivalente à possibilidade de atrelarmos reflexivamente o ‘eu penso’ a ela [à representação - AF]. Qualquer representação para a qual isto não seja possível não é, *ipso facto*, uma representação para mim” (1983, p. 137). Allison, no que também estamos de pleno acordo, segue ressaltando que a necessidade afirmada é a da possibilidade de conectar o “eu penso” a cada representação, e não a necessidade de efetivamente o fazermos, ou seja, a representação não pressupõe a reflexão.

Ainda neste primeiro momento da análise da passagem, convém que nos detenhamos por um instante na interpretação que dela faz Guido de Almeida. Para o estudioso brasileiro ecoando Strawson: “o ponto de partida é, como em A, a constatação de que tenho consciência de representações em mim, e, em particular, das intuições. Numa palavra: sei que existem intuições a título de representações em mim, mesmo que não possa saber se a elas correspondem algum objeto [...]. É neste sentido que o ‘eu penso’ deve poder acompanhar todas as minhas representações: *eu devo ser capaz de pensá-las como tais*” (1993, p. 203, grifo meu).

⁴⁹ Na primeira edição da Dedução, ao contrário, aparentemente o mesmo princípio é apresentado como um princípio sintético (cf. CRP, nota A 117).

Uma primeira observação quanto a esta leitura diz respeito a uma certa extrapolação do texto kantiano, uma vez que este afirma a necessidade de que o “eu penso” possa acompanhar “minhas representações” sem restringir tal necessidade à eventualidade de que eu tenha consciência de minhas representações enquanto tais ou, como diria Guido de Almeida, que eu tenha consciência de mim mesmo como tendo intuições (cf. 1993, p. 189). Soa ainda mais lícito que apontemos esta suposta extrapolação quando, nos adiantando um pouco no texto deste mesmo parágrafo, observamos Kant dizer que “não seriam todas representações *minhas* se não pertencessem na sua totalidade a uma auto-consciência; quer dizer, enquanto representações minhas (*embora me não aperceba delas enquanto tais*), têm de ser necessariamente conformes com a única condição pela qual se *podem* encontrar reunidas numa auto-consciência geral, pois não sendo assim, não me pertenceriam inteiramente” (CRP, B 132-3, grifo meu no conteúdo do parêntese). Ora, além de examinar apenas as condições necessárias para que uma representação me pertença, e não para que eu tenha consciência de que ela me pertence, é o próprio Kant quem abre parêntese para dizer que não me apercebo de minhas representações enquanto tais, deixando claro que este não é o ponto de partida do argumento.

Podemos, a partir destas evidências, sugerir que se leia tal ponto de partida como sendo apenas uma representação minha no sentido em que ocorre em minha consciência (sentido interno) designando *algo para mim*, o que implicaria na possibilidade de se dizer “eu penso *x*”, onde *x* seria uma representação minha qualquer, pois, do contrário, eu teria uma representação que nada representaria para mim, o que seria o mesmo que dizer que não seria minha representação. Penso então que o essencial para a caracterização de uma representação minha para este momento do argumento kantiano seja seu caráter de cognição no amplo sentido (cf.

CRP, A 320, B 376-7), isto é, o fato de que ela se refere a um objeto ainda que em sentido fraco, sendo, como representação, sempre “representação de”, no mesmo sentido em que Kant, na margem de uma carta a Beck, explica o uso lógico de uma representação, na medida em que for pensada como cognição, em contraposição àquelas que são referidas somente ao sujeito, pertencendo à estética e não podendo se tornar conhecimento (cf. Zweig, p. 181). Também em uma lição de lógica dos anos 70, Kant observa que não pode explicar um conceito simples como “representação”, mas que todo ser humano sabe o que é representação e continua: “toda representação é algo em nós que... é referido a algo mais, que é o objeto. Certas coisas representam alguma coisa, mas nós representamos coisas” (BL Ak. XXIV, 40, apud Robert Hanna, 2001, p. 17). Este entendimento de “representação” parece condizente também com a leitura de Patricia Kitcher para o sentido que importa para “representações” na Dedução: “Na filosofia alemã de sua época [de Kant – AF], o termo mais geral para um estado mental era ‘*Vorstellung*’, que se traduz usualmente como ‘representação’ [*representation*], no texto de Kitcher - AF]. Contudo, Kant não acredita que todas as *Vorstellungen* (representações) representem [...]. Na bem conhecida terminologia de Brentano, Kant está tentando entender como um estado mental poderia ser ‘intencional’” (1990, p. 66. Cf. também p. 109)⁵⁰. Esta observação é crucial para o argumento de Kant. Note-se, por exemplo, a objeção de Paul Guyer a Kant:

⁵⁰ Embora a importante introdução do conceito de intencionalidade seja recente, o problema remonta à antiguidade. Discutindo o diálogo Theeteto, no contexto de suas considerações sobre a intencionalidade (que não vêm ao caso aqui), Wittgenstein coloca a questão do estatuto do objeto do pensamento: “Sócrates diz a Theeteto: ‘E quem pensa, não pensa em qualquer coisa? Theeteto: Necessariamente. Sócrates: E quem pensa qualquer coisa, não pensa qualquer coisa real? – Theeteto: Parece que sim’. E quem pinta não pinta qualquer coisa – e quem pinta qualquer coisa não pinta qualquer coisa real? – Bem, qual é o objeto da pintura: a imagem do homem, por exemplo, ou o homem que a imagem representa?” (2002, p. 440). Nós responderíamos que os dois sentidos do objeto intencionado são lícitos, o imanente e o transcendente (no sentido de Husserl), isto é, o sentido fraco e o sentido forte, como temos dito aqui. Mas só o objeto no último sentido é problemático.

pode-se facilmente imaginar circunstâncias em que, digamos, somente o relato de outra pessoa sobre minhas declarações ou outro comportamento externo pudesse me convencer que eu devo ter tido um estado mental que eu, de fato, não reconheço como tal ou atribuo a mim mesmo. Transes hipnóticos, falar durante o sono e coisas assim são ocorrências bastante comuns que implicariam representações não autoconscientes [...]. Certamente, as representações que eu infiro ter tido em tais casos não teriam existido de modo algum a menos que elas existissem em mim, mas isto não parece significar que elas precisem ser parte da minha autoconsciência, capazes de serem atribuídas ao meu idêntico eu *por* mim (1987, p. 141).

A resposta é simplesmente que temos estados mentais que não são representações no sentido estrito em que deveríamos entendê-las no argumento de Kant. Guyer apenas nos deu alguns exemplos de tais estados, se é que alguém que, por exemplo, fala durante o sono, realmente, teve esta fala acompanhada de um estado mental do qual não se lembra, o que não nos interessa aqui, mas já é por si só bastante discutível.

Retomando então o argumento da Dedução B, este, assim sugerimos, não tomaria como premissa o reconhecimento da distinção entre a representação enquanto tal e seu objeto, mas meramente a representação de um objeto para nós, que é sempre potencialmente consciente e, como tal, sempre passível de ligação com uma autoconsciência. Buscando luz novamente na antiga lição de lógica de Kant: “quando nós distinguimos uma representação e o objeto a que ela diz respeito de outras representações, então nós somos conscientes da representação. *Consciência* (*Bewusstsein*) acompanha cada um de nossos estados; é, como se fosse, o intuir de nós mesmos” (BL Ak. XXIV, 40, apud Robert Hanna, 2001, p. 17). Toda representação apresenta um objeto para um sujeito consciente, por isso, ela representa (cf. Hanna, 2001, p. 17, ver também Carl, 1989, p. 12); ou, como Kant também diz em uma anotação: “Todos os aparecimentos não são nada para nós a menos que eles sejam levados à consciência. Portanto, sua relação à cognição

possível não é outra coisa senão sua relação à consciência” (*Loses Blatt*, B 12, 23: 19, trata-se de uma anotação na margem da própria cópia de Kant da primeira edição da *Crítica*). O problema da possibilidade das representações inconscientes nos leva de volta a Allison.

Justamente, outro ponto de Allison com o qual parece que devemos então assentir dada a argumentação acima é que a necessidade da possibilidade de que se conecte o “eu penso” às minhas representações não fecha as portas para eventuais estados mentais inconscientes. Ao pensar na inexistência da condição para que uma representação seja minha representação, ao menos nesta versão do argumento, Kant é cuidadoso o suficiente para não se adiantar em dizer que as representações seriam então impossíveis sob todos os aspectos. Ele nos diz que a representação “ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim”. De fato, o argumento kantiano pareceria poder até mesmo admitir uma representação em sentido mais estrito (cognitivo) que esteja em mim de forma inconsciente⁵¹, mas eu não poderia contar uma representação assim como minha representação, na medida em que ela, não se distinguindo das demais, não me representaria um objeto intencional específico. Para todos os efeitos, seria como se essa representação estivesse em outra consciência, ou seja, pertencesse a um outro sentido interno que não o meu. No entanto, esta impressão parece ser desfeita em outra obra. Na *Antropologia*, obviamente inspirado pela doutrina da percepção de Leibniz, Kant se aprofunda no tratamento da questão:

Ter representações, mas não estar consciente delas, parece uma contradição. Pois como podemos saber que as temos, se não estamos conscientes delas? [...] Mas nós podemos, contudo, ter consciência *mediata* de uma representação,

⁵¹ Aqui, estamos mais uma vez atentos para a preocupação kantiana com as cognições, e não com *Vorstellungen* estéticas (sentimentos de prazer e desprazer). Estas últimas podem existir inconscientemente aos milhões, pois, no sentido que pensamos estar em jogo aqui, não são “minhas representações”, pois nada me representam.

independentemente de estarmos ao mesmo tempo *imediatamente* conscientes dela. – Essas representações, nós as chamamos então de *obscuras*; as demais são *claras*, e quando sua clareza se estende às representações parciais de um todo e às suas ligações, chamamos de *representações distintas*; seja do pensamento ou da intuição (1800, B 15-16, tradução de Saulo de Freitas Araújo, 2007, p. 11).

Aqui então, as representações obscuras seriam representações conscientes, mas apenas mediatamente, ou na mesma medida em que se relacionam, como componentes não apercebidos (no sentido de Leibniz) mas necessários, a representações claras, aquelas às quais atribuímos um objeto intencional específico:

Se estou consciente de ver um homem longe de mim, independentemente de estar consciente de ver seus olhos, seu nariz, sua boca, etc., eu *infiro* na verdade apenas que essa coisa é um homem. Pois se eu pretendesse afirmar que, pelo fato de não ter consciência que percebo essas partes de sua cabeça (e também das partes restantes deste homem), *não tenho* a representação das mesmas, então eu também não poderia afirmar que vejo um homem. Porque o todo (da cabeça ou do homem) é composto a partir dessas representações parciais (1800, B 16, tradução de Saulo de Freitas Araújo, 2007, p. 11).

Se estamos então no caminho certo, posso dizer que há tautologia entre as minhas representações cognitivas e representações conscientes, isto é, representações que posso conectar reflexivamente ao “eu penso”⁵². Se eu posso separar uma representação das demais e atribuir a ela seu próprio objeto intencional, como o homem que distingo ao longe de árvores ou prédios, eu digo justamente que posso fazê-la acompanhar pelo “eu penso”. O mesmo vale mediatamente para as representações obscuras contidas nesta representação clara cuja estrutura interna (ao menos ainda) não posso distinguir. É só esta concessão que o argumento de Kant requer.

⁵² Eu creio que o que Kant entende por representação no § 16 da Dedução B fique também mais claro à luz da “tríplice síntese” da Dedução A, que veremos no capítulo seguinte. Na ocasião, constataremos que representações completas (claras e distintas na medida em que, respectivamente, as distinguimos das demais e distinguimos nelas estruturas internas) só são formadas graças à aplicação de conceitos como regras da unidade sintética aos dados sensíveis, daí a relação necessária entre representar e pensar (aplicar conceitos), portanto, entre representações, no sentido cognitivo do termo, e consciência.

Voltando agora a Allison: “a tese de que uma representação não é ‘nada para mim’ significa simplesmente que eu não posso representar nada para mim por meio dela, não que ela não exista” (1983, p. 137). É daqui em diante então que nossa interpretação terá divergências em relação àquela de Allison, de modo que o seguiremos agora para, na sequência, voltarmos ao texto de Kant para analisarmos sua leitura filologicamente.

Para Allison, a Dedução não pode decolar se Kant não ligar o princípio da unidade transcendental da apercepção com a representação do diverso da intuição. Para tanto, o primeiro passo seria notar que qualquer representação do diverso enquanto tal é o pensamento de um complexo singular. Seria isto que Kant estaria nos dizendo ao afirmar que o princípio envolve “uma unidade sintética de representações”. Na visão de Allison, não deveríamos confundir esta tese com aquela de que tal representação requer um ato de síntese (cf. 1983, p. 138).

O segundo passo na conexão do princípio da apercepção ao diverso da intuição seria provar que o pensamento de um complexo singular requer um sujeito pensante singular. Neste ponto, Allison afirma seguir William James: “um conjunto de pensamentos dos elementos separados de um todo nunca pode ser equivalente ao pensamento do todo mesmo” (ibid idem). A idéia é que cada uma das representações que constituem o complexo poderiam se distribuir por uma multiplicidade de sujeitos pensantes, mas o pensamento do complexo singular não poderia ser disperso desta forma, isto é, enquanto as diferentes partes de uma árvore poderiam ser desmembradas na consciência de vários sujeitos pensantes, o pensamento da árvore enquanto tal teria que estar todo na consciência de um único sujeito pensante. Allison toma esta tese como analítica e busca apoio para sua interpretação, não no texto da própria Dedução, mas na versão da

segunda edição do segundo Paralogismo: “Que o ‘eu’ da apercepção e, portanto, o ‘eu’ em todo ato de pensamento, seja único e não possa ser decomposto em uma pluralidade de sujeitos, e, conseqüentemente, signifique um sujeito logicamente simples, é algo já contido no próprio conceito de pensamento e é, portanto, uma proposição analítica” (CRP, B 407).

Pelo “conceito de pensamento”, Allison entende justamente a idéia de “uma multiplicidade de representações compreendida como uma unidade (o pensamento do complexo singular)” (1983, p. 138). Assim, Allison conclui que: “é esta compreensão de uma multiplicidade como uma unidade que requer, logicamente, um ‘sujeito logicamente simples’: sem tal sujeito, nós teríamos meramente a multiplicidade de elementos, e não o conceito de sua unidade” (ibid. idem). Como sem o pensamento do todo, nós não teríamos o pensamento em questão, negando o sujeito logicamente simples, negaríamos o próprio pensamento: “resta apenas conectar este último resultado à tese inicial sobre a necessidade da possibilidade de reflexivamente ligarmos o ‘eu penso’ a todas as minhas representações” (ibid. idem). Estaria por este meio garantido o princípio da identidade necessária da apercepção, pois, se o pensamento do complexo singular requer logicamente um sujeito pensante singular, segue-se que: “1) deve haver um ‘eu penso’ numericamente idêntico que possa ser reflexivamente ligado a cada uma das representações componentes tomada individualmente, e 2) tem que ser (necessariamente) possível para este sujeito pensante ser consciente da identidade numérica do ‘eu penso’” (ibid. idem).

Vemos que Allison está partindo da idéia de que um complexo singular pensado garante a identidade numérica do sujeito em cada representação individual: “se as representações A, B e C devem ser pensadas em conjunto em uma consciência singular, *o que é necessário se*

elas devem constituir o pensamento de um complexo singular, então o eu que pensa A deve ser idêntico ao eu que pensa B e assim por diante” (1983, p. 139, grifo meu). Neste ponto, interrompo a leitura do texto de Allison e procuro verificar em que medida ele representa adequadamente as teses e argumentos da Dedução Transcendental.

Para começar, devemos observar que Allison apresenta Kant recorrendo à premissa do complexo singular, que não é explicitada e apresentada como tal na Dedução, para resolver dois problemas que Kant também não menciona como tais: a ligação do princípio da apercepção com o diverso da intuição e a identidade numérica do sujeito em cada representação. Como mostra a passagem citada por Allison e reproduzida aqui (B 132), assim que Kant afirma que o “eu penso” deve poder acompanhar todas as minhas representações, ele nos remete ao diverso da intuição, dizendo que a representação que pode ser dada antes do pensamento é a intuição: “Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao *eu penso*, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra” (B 132). O argumento, que não contém nem alusão explícita a um complexo singular, parece bem mais simples do que o descrito por Allison. A idéia seria que, antes de pensarmos em qualquer coisa, ou seja, antes de estabelecermos qualquer tipo de ligação espontânea entre nossas representações, é dada uma representação que é fruto de algum tipo de afecção sensível, uma vez que não a produzimos espontaneamente em nosso entendimento. Pois bem, a partir do momento em que penso no diverso que me é dado (de um modo deixado indeterminado aqui) na sensibilidade, que tomo consciência dele, que faço dele algo para mim, o relato ao “eu penso”⁵³. O que não parece ter função de destaque no argumento é

⁵³ Na Dedução B, Kant não explica por que haveria um diverso ou múltiplo no que é recebido pelos sentidos. Na Dedução A, esta explicação baseia-se no tempo, do qual se faz abstração nesta primeira parte da Dedução B. Pensar aqui por que todo intelecto finito enquanto tal (portanto, mesmo um cuja

que este diverso seja entendido como tal justamente por ser parte de uma ligação sintética e que só assim possa de fato me representar algo.

Assim, o conceito de um complexo singular reunindo o diverso, não sendo citado e, portanto, ao que tudo indica, não tendo papel relevante no argumento, não seria uma mediação lógica entre o diverso e o “eu penso”. O que estabeleceria a ligação entre o diverso e o “eu penso” seria a mera caracterização do diverso como uma representação acessível a mim, ainda que fosse como parte de algo mais. É logo em seguida, na caracterização do “eu penso” como “apercepção pura”, que Kant, também sem qualquer apelo à idéia do diverso estar contido em um complexo singular, estabelece sua unidade e identidade “em toda a consciência” (cf. *CRP*, B 132). No lugar do argumento que Allison construiu baseado primordialmente na idéia de um complexo singular, Kant nos diz simplesmente: “as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações *minhas* se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência” (*CRP*, B132). Aqui, insisto novamente, o ponto de apoio de Kant não parece ser o fato do diverso ser dado em representações intuitivas complexas, mas sim, como mostraria mesmo seu grifo, o fato de que não seriam todas *minhas* representações se a autoconsciência fosse múltipla.

sensibilidade não tivesse formas espaço-temporais) teria um múltiplo à sua disposição parece-me demandar esforços que nos desviariam por demais de nossa rota. No mais, estes esforços não seriam de grande valia para nossos propósitos, considerando que não é importante para o argumento de Kant provar que todo intelecto finito possível receberia um múltiplo pelos sentidos, mas sim extrair conseqüências da simples idéia de intelecto finito cujas representações contêm um múltiplo. Marques, em todo caso, tem interessante artigo publicado reunindo suas notas sobre o problema: “Notas sobre o ‘múltiplo’ na primeira *Crítica*”, 2005, pp. 145-156.

Percebe-se que a seqüência natural da conexão entre o diverso das representações e o “eu” é o estabelecimento da identidade deste “eu” que permite que cada representação represente algo para mim (ainda que somente como parte de um todo). Suponhamos que o “eu” que acompanha o diverso da intuição não fosse idêntico, fixo, uno, singular... O “eu” que pensa A não seria o mesmo “eu” que pensa B e vice-versa, ou seja, para o “eu” que pensa B, a representação A nada seria, voltando à citação que já fizemos com outro propósito: “enquanto representações minhas (embora não me aperceba delas enquanto tais), têm de ser necessariamente conformes com a única condição pela qual se *podem* encontrar reunidas numa autoconsciência geral, pois, não sendo assim, não me pertenceriam de modo algum” (CRP, B 132-3).

No que se segue, Kant parece então fazer justamente o caminho inverso do seguido por Allison. Em vez de deduzir do pensamento sintético a necessidade da possibilidade da ligação de um sujeito pensante único ao diverso da intuição, ele deduz a necessidade da possibilidade do pensamento sintético da necessidade da possibilidade da ligação do diverso da intuição ao “eu penso” idêntico: “esta identidade total da apercepção de um diverso dado na intuição contém uma síntese das representações e só é possível pela consciência desta síntese” (CRP, B 133). Não é possível para o sujeito simplesmente aperceber-se de sua identidade. Como diz Kemp Smith, esta identidade é puramente vazia e formal, consistindo em um simples “eu sou eu”: “Mas sendo assim pura identidade sem conteúdo próprio, não pode ser consciente de si mesma em e por si mesma. Sua unidade e constância só pode ter significado através do contraste com a variedade e mutabilidade de suas experiências específicas” (1918, p. 285). Recorre então a

uma síntese necessária do diverso das representações⁵⁴. A síntese se tornaria necessária, porque a mera consciência empírica, o pensamento efetivo de um diverso dado, não seria o bastante para estabelecer a referência dessas representações à identidade do sujeito. Pelo contrário, a fluidez empírica das representações na consciência poderia destruir qualquer possibilidade de identidade para uma autoconsciência que tem justamente apenas este conteúdo: “Só porque posso ligar *numa consciência* um diverso de representações dadas, posso obter por mim próprio a representação da *identidade da consciência nestas representações*; isto é, a unidade *analítica* da apercepção só é possível sob o pressuposto de qualquer unidade *sintética*” (CRP, B 133). Neste sentido, consideramos novamente preciso o comentário de Kemp Smith: “A variedade pode contribuir para o condicionamento da apercepção somente na medida em que é capaz de ser combinada em uma única consciência” (1918, p. 285)⁵⁵.

⁵⁴ Esta consideração é importante para que não tomemos a “unidade e constância” da autoconsciência pela unidade qualitativa que, conforme é explícito no §15 (cf. CRP, B 131), precede a aplicação da categoria da unidade, portanto, a unidade quantitativa. O que está em jogo no §15 é que as categorias são regras de síntese ao passo que o conceito de ligação pressupõe já a unidade de um diverso ao modo da unidade temática em uma obra de arte, ou seja, um sentido comum que faz do diverso parte de um mesmo todo. Como bem explica Fisioc, esta unidade orgânica das partes em um todo, expressa em toda consciência de objetos, precede a unidade numérica de um membro da classe de um conceito (cf. 2005, p. 6, por exemplo), ou seja, para falar sobre “uma mesa”, preciso antes usar o conceito de mesa como regra para a ligação do diverso em uma mesa. É para esta unidade qualitativa como formadora de objetos, para a qual apontam todas as categorias, que Kant busca fundamento na unidade da apercepção. Mas o “eu penso” que acompanha cada diverso, não contendo em si mesmo um diverso, como bem ressalta a citação de Kemp-Smith, nota-se muito claramente, não pode conter uma unidade qualitativa. Em outras palavras, o eu nos remete a uma síntese, mas não é em si mesmo uma representação sintética, razão pela qual jamais será pensado por Kant como um objeto ou uma simples instância de um conceito.

⁵⁵ Como notado aqui, o argumento de Kant atribui à fluidez da consciência empírica sua impossibilidade de garantir a identidade da apercepção. Strawson considera que, desta forma, Kant não extraiu a inteira força do argumento: “O problema não seria resolvido se as ‘determinações’ de nosso estado interno não estivessem ‘sempre mudando’, se algumas, digamos, fossem constantes ou relativamente constantes; elas ainda seriam estados de nós mesmos [...]. O que nós buscamos é precisamente a razão fundamental da possibilidade da auto-atribuição empírica dos diversos estados de consciência por parte de uma consciência capaz de conhecer sua própria identidade através de determinações mutáveis (ou constantes)” (1966, pp. 93-4).

Não seria nenhum exagero dizer que esta última citação de Kant é a passagem mais importante de toda a *Crítica da Razão Pura*. Kant pretende estar demonstrando aqui que uma síntese do diverso das nossas representações tem que ser possível. Dito simplesmente, ao negar que a síntese do diverso possa ser mera arbitrariedade ou fato contingente – como seria a decorrente de uma síntese *a posteriori* por formas lógicas – assegurando a necessidade de que o diverso das representações possa sempre ser sintetizado, ele pavimenta a parte mais tortuosa do caminho para a demonstração da necessidade das categorias, pois estas são, por definição, justamente as regras que elevam a síntese do diverso da intuição para além do patamar da simples associação de dados em uma consciência privada, algo que aconteceu, mas bem poderia não ter acontecido.

No que antecedeu, Kant mostrou, analiticamente, que, se o diverso da intuição é uma representação minha, ele tem que poder ser atribuído a um sujeito idêntico a que relaciono cada uma das minhas representações. É isto que Kant chama de “unidade analítica da apercepção”. É a unidade distributiva de um traço comum a diferentes representações. Mas, aqui, não se trata de uma simples marca comum, como na unidade analítica dos conceitos. É o sujeito, a autoconsciência, que é comum às diferentes representações. Como diz Carl: “Este sujeito se relaciona a uma multiplicidade de representações e a apercepção, sendo a consciência da unidade deste sujeito, é um conhecimento de algo idêntico com relação a uma multiplicidade de diferentes representações” (1989, pp. 12-3). Esquemáticamente, o “eu” que pensa *A* é o “eu” que pensa *B*, o “eu” que pensa *C* e assim por diante. No que talvez seja o momento mais importante de Kant, ele está nos dizendo que o “eu” que pensa *A* não poderia ser o mesmo “eu” que pensa *B* e *C*, se este “eu” não pudesse ligar em uma mesma consciência *A*, *B* e *C*, isto é, o “eu” que pensa *A* é o

mesmo “eu” que pensa *B* e *C*, porque ele pode pensar *A*, *B* e *C*, ou seja, ele pode pensar *A-B-C*⁵⁶. De fato, como poderia o sujeito que pensa *A* ser o mesmo sujeito que pensa *B* se ele não pudesse ter consciência de *A* e *B*, um em relação ao outro, estabelecendo, portanto, a reunião de *A* e *B* em sua consciência? Como poderia ser que, ao pensar *A*, *B* não existisse para ele e, ao pensar *B*, *A* não existisse para ele, mas, ainda assim, *A* e *B* seriam atribuídos à mesma autoconsciência singular? Ao não poder relacionar *A* a *B*, a única explicação plausível seria o fato de cada representação pertencer a uma autoconsciência diferente, justamente o ponto que queremos evitar para sermos fiéis ao princípio da unidade distributiva (analítica) da apercepção. Portanto, não podemos admitir uma incompatibilidade inerente entre *A* e *B* ou ainda a contingência quanto à possibilidade de estabelecermos algum tipo de ligação, seja ele qual for, entre *A* e *B*⁵⁷. Vale a longa citação do que considero a explicação clara do coração da *Crítica*:

O pensamento de que estas representações dadas na intuição *me* pertencem todas equivale a dizer que eu as uno em uma autoconsciência ou pelo menos posso fazê-lo; e, embora não seja ainda, propriamente, a consciência da *síntese* das representações, pressupõe pelo menos a possibilidade desta última; isto é, só porque posso abranger o diverso dessas representações numa única consciência, chamo a todas, em conjunto, *minhas* representações. Não sendo assim, teria um eu tão multicolor e diverso quanto tenho representações das quais sou consciente (*CRP*, B 134).

⁵⁶ Como frisa Fricke, comentando a interpretação de Henrich para o argumento, isto não pode significar a idéia de um “super-pensamento”, que seria um mesmo ato de consciência englobando todos os conteúdos da mesma (cf. 2005, p. 5). O que se tem em mente é uma sistematização do diverso das cognições, de modo que, a partir de um, minha mente possa necessariamente transitar por todos, ou seja, constrói-se um conjunto interconectado em que cada diverso tem uma localização específica necessária em relação aos outros.

⁵⁷ Neste nível do argumento, Kant faz abstração das formas específicas da sensibilidade humana, mas, para tornar seu argumento mais concreto e intuitivo, podemos remeter o leitor ao modo como cada esquema representará um tipo de determinação dos fenômenos no tempo. Os esquemas formam como que uma estrutura que determina como cada aparecimento (*Erscheinung*) acontece no tempo; o quanto ele dura no tempo; se acontece durante, antes ou depois de outro, e assim por diante. Este estudo será objeto de nosso último capítulo.

Neste ponto, estamos em condições de perguntar se Allison, com o argumento do complexo singular, não colocaria a Dedução de cabeça para baixo. Ao invés de partir de uma síntese dada arbitrariamente para provar a identidade do sujeito em cada representação componente, Kant partiria apenas do diverso como dado em representações, sendo accidental para o argumento sua participação como componente em uma intuição complexa e singular. A partir do diverso dado, infere-se analiticamente a necessária identidade do sujeito para que este diverso seja (mesmo que como parte) uma representação minha e é então que chega-se por fim à síntese como seu princípio: “Este princípio da unidade necessária da apercepção é, na verdade, em si mesmo, idêntico, por conseguinte, uma proposição analítica, mas declara como necessária uma síntese do diverso dado na intuição, síntese sem a qual essa identidade completa da autoconsciência não pode ser pensada” (CRP, B 135). Vale citar ainda como abono uma passagem adicional: “A unidade sintética do diverso das intuições, *na medida em que é dada a priori*, é pois o princípio da identidade da própria apercepção” (CRP, B 134, grifo meu.). Nesta última passagem, devemos notar um ponto fundamental: Kant enfatiza que a unidade sintética não é uma qualquer. Ela deve ser dada *a priori* (cf. também B 135-6). Ora, isto significa que ela deve ser categorial: a “unidade sintética necessária é imposta ao diverso somente por meio das categorias” (1936, v. I, p. 396, n. 4), constata Paton de uma forma que nos parece bastante clara. Uma síntese cujas regras, ao contrário das categorias, determinassem o diverso apenas *a posteriori* seria contingente, não bastando para o argumento de Kant, como foi explicado no parágrafo acima.

Podemos dizer que a descoberta da necessidade de que o sujeito idêntico possa ser atrelado a cada representação é a *ratio cognoscendi* da possibilidade de uma síntese *a priori* (categorial) dessas representações, já que esta é sua *ratio essendi*⁵⁸:

Sou pois consciente de um eu idêntico, por relação ao diverso das representações que me são dadas numa intuição, porque chamo *minhas* todas as representações em conjunto que perfazem *uma* só. Ora, isto é o mesmo que dizer que tenho consciência de uma síntese necessária *a priori* dessas representações, a que se chama unidade sintética originária da apercepção, à qual se encontram submetidas todas as representações que me são dadas, mas a qual também deverão ser reduzidas mediante uma síntese (CRP, B 135-6).

Se existe algum estranhamento quanto ao fato de termos dito que Kant pavimentou o caminho da ligação necessária das categorias ao diverso da sensibilidade por meio do princípio analítico que declara necessária a possibilidade de uma síntese desse diverso, creio que baste enfatizar, como temos feito, que não é senão por meio de categorias que a síntese necessária *a priori* de representações se torna possível, afinal, as categorias são essencialmente regras para tal síntese e a questão que se coloca então para a Dedução Transcendental, se seu intuito é relacionar necessariamente as categorias ao diverso da intuição, é apenas se tem que ser

⁵⁸ É verdade que, em um sentido, o sujeito idêntico, por sua vez, é *causa existendi* ou *fiendi*, não só *cognoscendi*, da síntese necessária das representações, afinal, nada nos pode ser representado sem referência a este “eu”, não só o diverso, diz o ponto de partida do argumento (ver Kemp Smith, 1918, p. 253 e pp. 261-2 para posição semelhante a este respeito). Na edição A, Kant esclarece que a referência ao “eu” da apercepção, na consciência empírica, pode, entretanto, ser obscura (cf. CRP, nota a A 117). Isto significa, explica Allison, que a mente pode não ser explicitamente consciente de estar também pensando sua própria identidade (cf. 1996, p. 60), afinal, obscuridade, para Kant, significa a indistinção de uma representação com relação às demais. Estas últimas observações são importantes para que não se confunda apercepção com introspecção: “Propriamente construída, apercepção ou consciência de síntese não tem nada a ver com introspecção, porque não é outra coisa que alguém faça ao julgar (um tipo de saber, de segunda ordem, de que se sabe); é, antes, um ingrediente essencial na própria atividade de primeira ordem” (Allison, 1996, p. 62). Eu gosto da metáfora de Paton a este respeito, comparando o “eu transcendental” aos olhos (cf. 1947, p. 237). A apercepção é como o ponto de onde olhamos o mundo. Se dermos um passo atrás e olharmos para ele, não é mais o ponto de onde olhamos o mundo e olhamos para este ponto de um novo ponto. Allison cita Gilbert Ryle dizendo que é como se chegássemos sempre um passo atrasados à apercepção (cf. 1996, p. 66). É assim porque a identidade da consciência está sempre na primeira pessoa, podendo se tornar explícita no ato de pensar ou não. Em outras palavras, o “eu” da apercepção nunca é um objeto, seja numenal ou fenomenal (cf. Allison, 1996, pp. 65-6).

possível uma síntese deste tipo ou se nunca podemos ir além de associações privadas estabelecidas entre o diverso de nossas representações, diverso este que também poderia simplesmente não ser associável. Neste sentido, ao encerrar o § 16, Kant já havia dado o passo mais largo e essencial a uma Dedução com tal nível de ambição. Porém, ao partir do pensamento do complexo singular e não, ao contrário, chegar até a necessidade da possibilidade do pensamento sintético, Allison não mostra a prova desta necessidade que nos guiaria à conexão necessária das categorias à sensibilidade, o ponto em cuja importância tanto insistimos. Voltaremos à questão da síntese necessária retomando o restante de sua interpretação. De momento, queremos dar continuidade à análise do problema do argumento do complexo singular mostrando também que ele enfrenta dificuldades para se sustentar frente ao que Kant nos diz nos Paralogismos, onde Allison foi buscar o apoio textual que não encontrou no interior da própria Dedução.

De acordo com o que vimos, podemos ter um novo entendimento sobre a citação dos Paralogismos feita por Allison em abono à sua interpretação da Dedução. Quando Kant nos diz que o “eu” da apercepção, em todo ato de pensamento, é logicamente simples de acordo com o próprio conceito de pensamento (cf. *CRP*, B 407), ele estaria nos dizendo apenas que a mera tomada de consciência de representações, a auto-atribuição cuja possibilidade é parte intrínseca do pensar, nos compromete com a noção de um sujeito singular. A idéia de que Kant estaria, na passagem em questão, deduzindo a unidade do “eu” do conceito de um complexo singular pensado parece mesmo contrariar o texto explícito da edição A dos Paralogismos.

Nesta primeira edição, Kant começa a lidar com o ponto nos pedindo a seguinte consideração: “suponhamos que o composto pensa; cada uma das suas partes conteria uma parte do pensamento, mas somente todas reunidas conteriam o pensamento inteiro. Porém, isto é contraditório. Com efeito, porque as representações que estão distribuídas por diferentes seres (por exemplo, cada uma das palavras de um verso) nunca constituem um pensamento completo (um verso), o pensamento nunca pode estar inerente a um composto como tal” (*CRP*, A 352). Esta parece, à primeira vista, ser a perfeita expressão do argumento de Allison: deduz-se o sujeito numericamente simples da noção de pensamento complexo, pois este excluiria a possibilidade de uma autoconsciência múltipla contendo cada representação componente. Mas, na sequência, Kant refuta justamente este argumento nos dizendo que ninguém pode demonstrar a partir de conceitos que “várias representações devem estar contidas na unidade absoluta do sujeito pensante para constituir um pensamento” (*CRP*, A 352). Para Allison, Kant não estaria negando aqui o que ele entende ser o argumento da Dedução. A diferença entre o argumento negado nos Paralogismos e o argumento que seria defendido na Dedução residiria no uso do termo “absoluto”. Ao renegar a unidade absoluta do sujeito, Kant estaria rechaçando uma tese metafísica sobre uma determinação substancial do sujeito. Com a simplicidade do sujeito sendo lida apenas em sentido lógico, Kant não teria nenhum problema com o argumento. No entanto, se analisarmos a refutação de Kant, não é claro que seja assim. O alvo atingido por Kant parece ser muito mais a simplicidade do que a substancialidade do sujeito.

A princípio, Kant pondera: “a unidade do pensamento que se compõe de várias representações é coletiva e pode se reportar, do ponto de vista de simples conceitos, tanto à unidade coletiva das substâncias que nisso colaboram (como o movimento de um corpo é o

movimento composto de todas as partes do mesmo) como à unidade absoluta do sujeito” (*CRP*, A 353). É verdade que Kant está aqui tratando da noção ontológica do “eu” para negar justamente a determinação necessária do mesmo como substância simples⁵⁹. Mas ele parece ir além da mera constatação de que não se pode usar o princípio da apercepção para inferências metafísicas. Se seguimos o argumento com Kant, vemos que ele nega exatamente que o modelo em questão, baseado na idéia de pensamento complexo singular, expresse o argumento da apercepção. Ele está nos dizendo que, como a unidade do pensamento composto é coletiva, o sujeito do pensamento composto também poderia ser uma unidade coletiva. Que este sujeito seja entendido do ponto de vista substancial não parece desempenhar um papel fundamental na refutação de Kant ao argumento, de modo que uma re-interpretação lógica da singularidade do sujeito pudesse afastar a objeção kantiana. Prova disso é que, logo na seqüência, Kant coloca o argumento da apercepção, ou seja, o argumento pela singularidade do sujeito pensante exatamente da forma como o entendemos na Dedução e na segunda edição dos Paralogismos, descartando o argumento a partir do pensamento complexo singular: “se exigirmos a unidade absoluta do sujeito para um

⁵⁹ Kant procura demonstrar que o sujeito transcendental não pode ser conhecido como objeto, o que é sempre vetado quando não temos intuições às quais aplicarmos categorias. Na Dedução, embora o “eu” seja tratado como sujeito simples, isto não significa que então saibamos algo sobre o que seria o sujeito em si mesmo. O “eu transcendental”, já ressaltamos há pouco, não é lá tratado como objeto do conhecimento, mas, justamente, como seu sujeito, sendo assim uma condição epistêmica filosoficamente elucidada e não uma coisa determinada em sua natureza. A identidade numérica, neste sentido, deve ser entendida como emprego lógico da categoria da unidade para que a autoconsciência possa ser pensada, e não a alma conhecida. No mais, a expressão “identidade numérica” não implica em uma determinação temporal do sujeito do conhecimento, na medida em que, para Kant, a ciência dos números tem origem puramente intelectual e apenas seu emprego na determinação objetiva de quantidades supõe o tempo como condição (cf. Carta a Schultz, 25 de novembro de 1788, Ak. X, 556-7; Zweig, pp. 130-1). Nesta tese, a identidade numérica do “eu” é um conceito fundamental, porque entendemos que a base da Dedução, seja a necessidade de que a representação formal e vazia do “eu” seja pensada como numericamente idêntica em cada um dos conteúdos cognitivos que necessariamente pode acompanhar. Sendo vazia, a representação “eu” é sempre conceitualmente indiscernível, mas, nem por isso só, numericamente idêntica. Ao não ocupar um tempo e um espaço, não sendo empírico o sujeito do conhecimento, ele foge do critério kantiano de individuação. Importa-nos aqui então alertar que esta questão da necessidade de que encontremos um critério para concebermos a individuação necessária da representação “eu” implicada pelas cognições passa longe da questão da prova da substancialidade da alma.

pensamento, *é porque, de outro modo, não poderíamos dizer: eu penso* (o diverso numa representação). Efetivamente, *embora o todo do pensamento possa ser dividido e repartido por muitos sujeitos*, não pode, contudo, o eu subjetivo ser dividido e distribuído, e esse eu pressupomo-lo, contudo, em todo o pensamento” (CRP, A 354, grifos meus).

Agora, após vermos possíveis obstáculos para a intenção de Allison de buscar abono para sua interpretação nos Paralogismos, devemos ver como ele lida com as passagens que, se lemos corretamente, o desabonam na própria Dedução, como aquela em que Kant nos diz que: “esta identidade total da apercepção de um diverso que é dado na intuição contém uma síntese de representações e só é possível por meio da consciência desta síntese” (CRP, B 133). Por causa deste ponto, suspeitamos de que Allison teria invertido o argumento de Kant na Dedução. Causa-nos então certa perplexidade descobrirmos que Allison lê a passagem citada exatamente como nós: “para o sujeito de ambos os pensamentos [A e B – AF] tornar-se reflexivamente consciente de sua identidade, ele precisa combinar A e B em uma única consciência. Somente por combinar A e B, ele pode tornar-se consciente da identidade do eu que pensa A com o eu que pensa B. Ele não pode, portanto, aperceber sua própria identidade como um sujeito pensante sem, no mesmo ato, também unificar estas representações” (1983, p. 142).

Resumindo os argumentos apresentados por Allison, teríamos que: 1) uma vez dada uma síntese qualquer em nossa consciência, saberíamos que o sujeito que pensa esta síntese é singular, pois, com uma autoconsciência múltipla, não haveria consciência de síntese alguma, visto que cada representação componente estaria em uma consciência diferente, e; 2) uma vez dadas representações de um diverso, devo ser capaz de sintetizá-las para tornar-me consciente da

singularidade do sujeito que pensa tais representações, uma possibilidade que é condição para que as representações diversas sejam todas minhas representações: “minha consciência (apercepção) de que ambas, A e B, são minhas representações é inseparável de minha consciência do ato de pensá-las juntas em uma consciência única. Mas este ato é justamente o que Kant chama de síntese. *Neste sentido também*, então, pode-se dizer que a apercepção é impossível à parte da consciência da síntese” (1983, p. 143, grifo meu).

Allison possui assim a ambos: um argumento pela identidade do sujeito que, partindo de um pensamento sintético, em sua arbitrariedade, é estéril para os propósitos mais fortes da Dedução em relação às categorias; e um argumento pela identidade do sujeito que a coloca como condição das representações, não por sua natureza sintética, mas simplesmente por serem representações minhas e, deste ponto, chega enfim à síntese⁶⁰. É então de se pensar se esta síntese não mais estaria relegada à contingência que ela possuía como posição inicial do primeiro argumento. Infelizmente, não é o caso. Ao que tudo indica, Allison nunca se deu conta da vantagem do que chamamos de segundo argumento sobre o primeiro, se é que ele os percebeu

⁶⁰ Tenho encontrado a mesma hesitação, digamos assim, nos artigos de Allison. Nas suas “Reflexões sobre a Dedução B”, por exemplo, ele diz que o princípio da apercepção na Dedução B “afirma meramente a ‘necessidade de uma possibilidade’, especificamente, a necessidade da possibilidade de ser consciente de um idêntico ‘eu penso’ com respeito a cada uma de minhas representações *na medida em que elas coletivamente constituem um pensamento complexo singular*. Assumindo que seja analítico que o pensamento complexo singular requeira um sujeito pensante singular (é preciso um para ter um), este princípio é, do mesmo modo, analítico” (1996, p. 39, grifos meus). Mas no artigo “Apercepção e analiticidade na Dedução B”, ele escreve: “Kant considerou que a analiticidade se estende também para a tese aparentemente substantiva que *a condição essencial da possibilidade de tal auto-atribuição é que as representações sejam unificáveis em uma autoconsciência singular*. Em resumo, Kant considera o princípio da unidade sintética necessária da apercepção como em si mesmo analítico” (1996, p. 41, grifos meus, cf. também p. 47). Note-se que aqui se trata apenas de explicar as condições da auto-atribuição, não do pensamento complexo singular. Talvez valha dizer que o primeiro artigo foi originalmente publicado em 1986 e o último em 1993, mas isto não é de grande importância, não significando uma guinada no pensamento de Allison, porque a “hesitação” a que nos referimos é também interna ao último artigo (cf. 1996, p. 48).

realmente como distintos, porque nunca percebeu ou deu importância ao fato de que o segundo estabelecerá a necessidade da possibilidade de uma síntese *a priori*. Na verdade, ele parece nunca ter percebido que Kant visava esta síntese *a priori* e de nada então lhe serviria chegar simplesmente ao pensamento sintético. De fato, se perdemos o foco da aprioricidade necessária à síntese em questão, tanto faz se chegamos a ela ou partimos dela.

Esta suposta deficiência por parte de Allison em compreender o que estava em jogo na Dedução pode se tornar mais precisa agora, quando trataremos do que ele chama de “Tese da Reciprocidade” na Dedução: “O movimento essencial na primeira parte da Dedução é a tentativa de estabelecer uma conexão recíproca entre a unidade transcendental da apercepção e a representação de objetos” (1983, p. 144). É assim que Allison pretende nos levar ao § 17 e, obviamente, é assim que ele pretende conectar as categorias ao princípio da apercepção. A passagem sobre a qual ele se debruça em especial aqui é aquela em que Kant define objeto como “aquilo em cujo conceito o diverso de uma dada intuição é unido” (*CRP*, B 137), para então nos apontar que: “é a unidade da consciência que sozinha constitui a relação das representações a um objeto e, portanto, sua validade objetiva” (*ibid.* *idem*).

Nós concordamos com Allison que esta passagem caracterize a Revolução Copernicana de Kant (cf. 1983, p. 145) e entendemos isto da seguinte forma. Como Kant, no texto da segunda edição da Dedução sobre o qual trabalhamos, frisou que a síntese em questão determina *a priori* o diverso de nossas representações, é lícito que interpretemos a validade objetiva aqui no mesmo sentido em que a vimos aparecer nos *Prolegômenos*, isto é, como validade universal e necessária (cf. A 78-9). Por este caminho, fica relativamente fácil entender

que, quando Kant nos diz que a unidade da consciência na síntese do diverso da intuição já é suficiente para referir estas mesmas representações a um objeto, ele está nos dizendo novamente o que disse de forma mais clara nos *Prolegômenos*: que a unidade necessária *a priori* na ligação do diverso da intuição em nossa consciência é a essência de seu conceito revolucionário de objetividade (da relação da representação a um objeto em sentido forte), em outras palavras, que o próprio objeto ao qual a representação se relaciona é, quanto à sua forma, constituído pela autoconsciência transcendental na medida em que esta possui regras necessárias para a síntese do diverso de todas as intuições que possam ser minhas representações. O requisito de validade universal que caracteriza a referência da representação ao objeto é preenchido justamente por essas regras *a priori*⁶¹. Agora, como neste momento do texto, o diverso ainda não foi determinado – falamos em geral de um intelecto discursivo que, portanto, recebe um diverso de algum tipo não especificado de sensibilidade – o objeto também não é determinado. É este objeto entendido apenas como o produto geral de uma espontaneidade determinante *a priori* que entendemos como “objeto geral”, “objeto indeterminado”, “objeto = x” ou “objeto transcendental”. A autoconsciência determinante, a apercepção originária ou sujeito transcendental, tem o poder de relacionar representações a objetos, mas não tem o poder de gerar o diverso dessas representações, daí o fato dela sozinha não ter o poder de constituir objetos determinados, como os objetos da matemática (que dependem de um diverso puro) e da experiência (que dependem de um diverso empírico).

⁶¹ Comenta Paton que “o conceito de objeto inclui – e talvez seja idêntico a – o conceito de síntese necessária” (1936, v. I, p. 396, n. 5). Um sentido forte é mantido, porque o objeto é então independente de uma consciência empírica individual, uma vez constituído por uma consciência transcendental.

Devemos chamar a atenção para o fato desta nossa interpretação ser perfeitamente condizente com a passagem em que Kant aborda o problema do significado de um “objeto das representações” na edição A da Dedução que analisaremos no capítulo seguinte. Como é natural, a posição dos *Prolegômenos*, que equipara a objetividade das representações à universalidade de sua síntese, já pode ser encontrada lá com toda clareza: “os nossos conhecimentos não se determinam ao acaso ou arbitrariamente, mas *a priori* e de uma certa maneira, porque, devendo reportar-se a um objeto, *devem também concordar necessariamente entre si, relativamente a esse objeto, isto é, possuir aquela unidade que constitui o conceito de um objeto*” (CRP, A 104-5, grifo meu). Logo após esta afirmação que traz toda a semelhança com a passagem em B 137, Kant continua argumentando exatamente nesta direção: “é claro que a unidade, que constitui, necessariamente, o objeto, não pode ser coisa diferente da unidade formal da consciência na síntese do diverso das representações” (CRP, A 105); até expor com todas as letras o que tratamos como seu conceito revolucionário de objeto: “este objeto não é nada mais do que o alguma coisa, do qual o conceito exprime uma tal necessidade da síntese” (CRP, A 106). Nesta citação, Kant nos oferece tudo que viemos buscar: a caracterização do objeto como indeterminado e, ainda mais importante para nossos objetivos, como resultado de uma síntese *necessária*⁶².

Não como abono, mas a título de maior esclarecimento, vale a pena também recorrermos a um texto da Segunda Analogia, em que Kant volta ao objeto transcendental como explicado acima, isto é, ao problema do objeto em sentido forte designado por nossas

⁶² Como na *Refl.* 5643, que deve ter sido escrita entre a publicação da primeira edição da *Crítica* e 1784: “na representação de um objeto, que deve conter o diverso de sua intuição, a unidade sintética do último é necessária” (cito da tradução de Paul Guyer, 1987, p. 184).

representações: “o fenômeno, por oposição com as representações da apreensão, só pode ser representado como objeto dessas representações, distinto delas, porque essa apreensão [do diverso – AF] está submetida a uma regra que a distingue de qualquer outra e impõe, necessariamente, um modo de ligação do diverso. O que, no fenômeno, contém as condições desta regra necessária da apreensão, é o objeto” (CRP, A 191, B 236). Assim, colocado que, *diferentemente* de Allison, vemos em consonância com essas passagens a tese contida em B 137, voltemos ao intérprete.

Ele nos diz que, em B 137, a tese fundamental é que o “ato de conceber, conhecer, entender ou julgar sobre um objeto = x (tudo isso sendo considerado equivalente aqui) consiste na unificação do diverso da intuição de x por meio de um conceito. Isto pode ser tomado como uma explicação esquemática da forma do pensamento de ‘um objeto em geral’, isto é, de qualquer objeto, desconsiderando sua natureza determinada” (1983, p. 145). A implicação, segundo Allison, é que “o que quer que possa ser representado por meio da unificação de um diverso da intuição sob um conceito conta como um objeto. Também segue-se que um conceito através do qual tal unificação é alcançada conta como um ‘conceito de um objeto’ e é assim objetivamente válida” (ibid. idem). Sem qualquer menção à aprioricidade e, portanto, à necessidade da síntese do diverso da intuição, Allison afirma, como nós, que o ponto é central para que Kant estabeleça a validade objetiva das categorias. Sabendo como nosso entendimento da validade objetiva é diferente daquele de Allison, deve estar claro como, apesar das aparências, falamos de coisas distintas.

Em nossa interpretação, pretendemos ter explicado por que a unidade da consciência é uma condição suficiente para a representação de objetos, desde que se entenda “objeto” aqui em sentido indeterminado. Agora, é a vez de Allison lidar com o mesmo problema à sua maneira. Como nós, Allison relembra que “segue-se do princípio da apercepção que a unidade da consciência é impossível à parte de uma unidade sintética de representações” (1983, p. 146). Diferentemente de nós, em vez de atrelar a objetividade à necessidade envolvida nesta síntese, Allison apela à sua interpretação do juízo, o que revela parte substancial de seu interesse em especial pela segunda edição da Dedução, onde os juízos se fazem presentes de forma explícita e enfática: “desde que esta unidade sintética somente pode ser alcançada pela união destas representações sob um conceito, e desde que (por definição) qualquer unidade sintética deste tipo conta como um objeto, também segue-se que a representação de um objeto é uma condição necessária para a unidade da consciência. Mas isto é equivalente a dizer que a unidade da consciência é uma condição suficiente para a representação de um objeto” (ibid. idem).

O argumento assim partiria da unidade da apercepção, notaria, no caminho, que esta requer uma síntese do diverso, constataria, na próxima parada, que tal síntese só acontece por conceitos e, ponto final, nos lembraria que, de acordo com a suposta definição dos juízos em Kant, toda síntese por conceitos é objetiva. É assim que Allison pode dizer o mesmo que nós, a saber, que a representação de objetos é o princípio que torna possível a apercepção, estando a dizer algo completamente diferente: “Eu estabeleci previamente que este conceito amplo de objeto operando na primeira parte da Dedução pode ser caracterizado como judicativo ou lógico” (ibid. idem).

Allison assinala para o conceito de objeto lógico duas restrições que considera interdependentes: 1) que seja o termo sujeito em um juízo; 2) que envolva uma unidade sintética de representações (cf. 1983, p. 147). Caracterizando assim o objeto da Dedução B, primeira parte, Allison se afasta da Dedução A e o reconhece: “devemos manter em mente que, por ‘objeto’, no §17, Kant não quer dizer o que ele quer dizer na passagem supostamente paralela na primeira edição, onde ele introduz o conceito de objeto transcendental” (1983, p. 147). Allison interpreta tal passagem da edição A da mesma forma que interpretamos ambas as passagens em análise, das edições A e B: “a preocupação [...] é com as condições da representação de um objeto no sentido ‘forte’, que é esquematicamente caracterizado como ‘algo em geral = x’ (A 104) e, mais tarde, como o ‘objeto transcendental = x’ (A 109). Kant tenta ligar este conceito de objeto diretamente à ‘unidade formal da consciência’ (a unidade da apercepção) e, através desta, às categorias. O conceito lógico ou judicativo de objeto nem mesmo entra em cena” (ibid. idem).

Nós procuramos sugerir que este conceito não entra em cena também na edição B, apontando para a preocupação de Kant com uma síntese necessária *a priori*. Quando chegarmos à análise do que Allison chama de segunda parte da Dedução B, veremos como seu conceito lógico de objeto, em sua esterilidade, compromete todo o argumento e faz com que o intérprete tenha que dizer que Kant não alcançou o objetivo final que pensaria ter alcançado segundo o próprio Allison. Por enquanto, vejamos como Allison pretende mostrar que é o objeto transcendental que não entra em cena na edição B: “A tese é simplesmente que a unidade da apercepção é uma ‘unidade objetiva’ e ‘objetivamente válida’, porque é o fundamento último ou condição da representação de um objeto no sentido judicativo” (1983, p. 148). Para Allison, Kant estaria claramente defendendo esta tese na seguinte passagem: “A unidade sintética da consciência é,

portanto, uma condição objetiva de todo conhecimento. Não é meramente uma condição que me é necessária para conhecer um objeto, mas é uma condição sob a qual toda intuição deve estar para *tornar-se objeto para mim*, pois, de outro modo, na ausência desta síntese, o diverso *não* se uniria em uma consciência” (CRP, B 138).

O que parece mais digno de nota na passagem é um contraste entre o objeto que se conhece e uma intuição que simplesmente se torna um *objeto para mim*, quer dizer, *minha representação*, o que vemos como uma tentativa de conexão entre o sentido fraco e o sentido forte de objeto. Se lemos Kant corretamente aqui, a questão seria que a mesma unidade sintética que o conhecimento requer também é a unidade sintética que torna possível a consciência da identidade do sujeito que pensa o diverso da intuição e, sem esta identidade, como vimos à exaustão, não posso ter consciência de minhas representações como minhas representações. Pois bem, a única unidade sintética que permite conhecimento em Kant é uma unidade fundada *a priori*. A lição tanto dos *Prolegômenos* quanto da *Crítica da Razão Pura* é que apenas regras *a priori* podem fundar qualquer conhecimento, mesmo o empírico. Além disso, a única unidade sintética que é adequada como garantia da possibilidade do “eu penso” se anexar reflexivamente a cada representação é uma unidade fundada *a priori*, portanto, que obedece regras necessárias. Uma síntese contingente não funda conhecimento, graças à sua arbitrariedade, que jamais implica em universalidade (intersubjetividade), a grande marca do conhecimento. Também não funda a unidade da consciência, na medida em que deixa em aberto a compatibilidade ou não entre o diverso das representações, quando não pode ser possível que o diverso seja avesso à unificação, porque, no caso de não ser sintetizável, meu “eu” se torna múltiplo de acordo com o número de representações que eu tiver e não são mais então todas minhas representações, o que é absurdo. É

esta a chave da passagem que sugerimos então: não houvesse sempre a possibilidade do conhecimento, de objetos em sentido forte, não haveria consciência representacional do diverso.

Se é verdade que Allison deixou escapar um momento tão essencial à Dedução, é compreensível que ele, aparentemente, digamos, pregue um remendo ao argumento para chegar até as categorias, pois, como é natural, sua síntese de objetos lógicos só poderia levá-lo às funções lógicas: “segue-se disto que o diverso precisa se conformar às funções lógicas do juízo se deve ser trazido à unidade objetiva da consciência, ou conceitualizado. Se nós aceitarmos os resultados da Dedução Metafísica, também segue-se que este diverso é necessariamente sujeito às categorias” (1983, p. 148). Quer dizer, Allison só conseguiria explicar como, supostamente, Kant, na Dedução Transcendental, leva o diverso a meras funções lógicas. O passo determinante para as categorias fica totalmente dependente da idéia de que as funções lógicas seriam condicionadas pelas categorias. Uma tese contra a qual, anteriormente, já buscamos objetar.

Reconhecendo que, em sua leitura, Kant não chegou muito longe na assim chamada primeira parte da Dedução, pois não há qualquer conexão entre o objeto judicativo e um objeto em sentido forte como referente de representações, Allison também nos diz que essa porção do texto kantiano não estabelece qualquer relação entre a unidade da apercepção e a experiência de um mundo de objetos governados por leis. De fato, Allison diz que a primeira parte da Dedução nada tem a ver com a experiência e suas condições (cf. 1983, p. 148). O intérprete promete que ao menos parte destas frustrações serão resolvidas pela segunda parte da Dedução, mas, antes de partir para ela, ele faz uma escala lidando mais a fundo com o problema da unidade subjetiva. Nós o acompanharemos.

1. 2. 6. Allison, sobre Unidades Subjetivas da Consciência

Para Allison, na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, a distinção entre juízos de percepção e juízos de experiência é substituída pela distinção entre unidades subjetivas e objetivas (cf. 1983, p. 152). Já sabemos que, em sua interpretação, toda unidade objetiva é um juízo e todo juízo é uma unidade objetiva. Temos que saber então o que Allison entende por unidades subjetivas. O ponto crucial no modo como Allison caracteriza tais unidades é o fato dele tomá-las como *não-representativas*, porque, segundo Allison, toda representação consciente como tal, para Kant, é categoricamente determinada, portanto, objetivamente expressa em juízos⁶³.

Mais uma vez, Allison busca abono fora do contexto da Dedução Transcendental. Desta vez, fora mesmo da própria *Crítica*. Para ele, que unidades conscientes, em Kant, estejam sempre sob categorias é o que está “perfeitamente claro” (cf. 1983, p. 153) em passagens como esta de uma carta a Marcus Herz: “Todos os dados sensíveis [*data der Sinne*] para uma cognição possível nunca representariam objetos sem aquelas condições. Eles nem mesmo alcançariam aquela unidade da consciência que é necessária para o conhecimento de mim mesmo (como

⁶³Allison deve ser contrastado com Paton: “para Kant, não pode haver *conhecimento* algum ou *experiência de objetos* – no sentido estrito – à parte das categorias. Contudo, dizer isso é coisa muito diferente de dizer que nenhuma *representação* pode existir para a *consciência* à parte das categorias” (1936, v. I, p. 33). Nesta passagem, Paton faz objeção a Kemp Smith, que parece um legítimo antepassado de Allison neste tipo de abordagem a Kant quanto à consciência representacional. No entanto, eu não sigo Paton quando ele diz que uma intuição poderia existir para a consciência, ou seja, representar algo para o sujeito à parte, não só das categorias, como também do pensamento. Eu penso que Kant tenha estabelecido o oposto no § 16 da Dedução B, bem como também tenha sido explícito quanto à necessidade de conceitos para a formação de representações intuitivas ao expor a tríplice síntese da Dedução A que veremos no capítulo seguinte.

objeto do sentido interno). Eu nem mesmo poderia saber que eu tenho dados sensíveis; conseqüentemente, para mim, como um ser que conhece, eles não seriam absolutamente nada” (Ak. XI, 52).

Mas parece que nossa interpretação poderia lidar com textos como esse, sem que nos comprometêssemos com o mesmo sentido da objetividade em Kant existente na leitura de Allison. Graças à forma como lemos a Dedução Transcendental em seu coração – o argumento da identidade da apercepção – podemos tentar lançar uma luz diferente em afirmações deste tipo: “uma unidade da consciência, e com ela as categorias (como suas ‘condições’), é requerida até mesmo para uma consciência de nossos estados mentais” (Allison, 1983, p. 153). De fato, sem a aplicabilidade das categorias, não teríamos nem mesmo consciência de nossos estados mentais⁶⁴, porém, isto não significa necessariamente que nossos estados mentais sejam sempre determinados por categorias em unidades objetivas, como quer Allison. É preciso, essencialmente, compreender o sentido em que as categorias sempre condicionam nossa consciência representacional. Algo que desenvolvemos na seção anterior.

Suponhamos que minha consciência envolva uma síntese entre *A* e *B*. Para Allison, se tenho consciência de tal síntese como representando algo para mim, ela é judicativa, é objetiva (pode ser verdadeira ou falsa) e, portanto, é uma síntese regrada por categorias. Eu estou ponderando, no entanto, que esta síntese efetiva pode perfeitamente ser arbitrária⁶⁵, contingente e, ainda assim, haveria um sentido em que se poderia dizer coerentemente que minha consciência

⁶⁴ Falo, como sempre, de consciência no sentido em que eles representariam algo, não no sentido em que meramente ocorreriam no sentido interno como *apprehensio bruta*.

⁶⁵ É possível que venha ao caso esclarecermos que o termo “arbitrário” aqui não deve ser levado ao pé da letra. Falamos em regras meramente empíricas (psicológicas) da imaginação, e não de atos de vontade.

deste estado mental como um conteúdo mental representativo para mim depende das categorias. Ocorre que, embora eu possa estabelecer sínteses contingentes e, portanto, subjetivas entre minhas representações, a realidade objetiva necessária das categorias – isto é, sua condição de estruturas sempre aplicáveis *a priori* ao diverso sensível – garantiria que fosse sempre possível a efetuação de uma síntese necessária e universal do diverso que constitui meu conteúdo mental. Não houvesse esta possibilidade de formação do conhecimento inerente à apreensão do diverso, ele nada representaria para mim e, portanto, não figuraria mesmo em sínteses acidentais que possuem apenas validade para mim. Escapariam, portanto, a Allison duas características fundamentais da síntese regida por categorias que Kant alçaria a princípio da unidade da autoconsciência e, em decorrência, da possibilidade de representações conscientes: 1) esta síntese é necessária *a priori*, portanto, não corresponde a uma unidade conceitual qualquer; 2) esta síntese é uma possibilidade sempre necessariamente subjacente a cada apreensão, e não necessariamente uma efetividade. Assim, mantemo-nos fiéis ao Kant dos juízos de percepção dos *Prolegômenos*, e, logo, falamos tranquilamente em unidades subjetivas que, ainda assim, são conscientes (são mesmo judicativas).

Já em Allison, toda unidade subjetiva está para o que Kant diz a Herz sobre a constituição mental dos animais que, em sua visão, não atingem o estágio da consciência de si:

Eles [os dados sensíveis – AF] ainda poderiam (eu me imagino sendo um animal) continuar seu jogo de uma maneira ordenada, como representações conectadas de acordo com leis empíricas da associação, e assim ter mesmo uma influência sobre meus sentimentos e desejos, sem que eu fosse consciente deles (assumindo que eu seja mesmo consciente de cada representação individual, mas não de sua relação à unidade de representações de seu objeto, por meio da unidade sintética de sua apercepção). Poderia ser, portanto, que eu não conhecesse as coisas mais simples, nem mesmo qual seria minha própria condição (Ak. XI, 52).

O animal de Kant, incapaz de unir suas representações no conceito de um objeto, seja no sentido forte ou no sentido fraco, incapaz de conhecer tanto objetos do sentido externo quanto do sentido interno, torna-se incapaz de tomar consciência de sua própria condição de sujeito do pensamento, ficando limitado a um jogo de representações (no sentido lato de conteúdo mental) psicologicamente regado que afeta suas inclinações sem que ele tenha consciência daquilo que lhe é representado. É este jogo irrefletido e “não-representativo”, para usarmos os termos de Allison (cf. 1983, p. 154), que o intérprete chama de “unidade subjetiva”: “Só há, na verdade, uma coisa que pode contar como uma unidade subjetiva no sentido kantiano: uma unidade ou conexão de representações através da qual nada seja representado, nem mesmo nosso estado subjetivo” (1983, p. 154).

A partir do momento em que este jogo puramente subjetivo fosse “trazido à consciência e representado como um objeto”, ele seria “objetivamente válido e categoricamente determinado” (cf. Allison, 1983, p. 153-4). Vemos então que Allison, após tratar as unidades objetivas como quaisquer sínteses conceituais, caracteriza as sínteses subjetivas como um jogo instintivo aquém do pensar. A consequência? Esta hierarquia não parece poder ascender ao lugar mais importante: o conhecimento em sentido forte.

Allison se debruçará ainda sobre os §§ 18 e 19 da Dedução na tentativa de fundar também na própria *Crítica* essa concepção de unidade subjetiva que ele acredita ser uma decorrência necessária da teoria do juízo da segunda edição dessa obra. No §18, Kant define a unidade subjetiva em contraste com a unidade transcendental: “A *unidade transcendental* da apercepção é aquela pela qual todo o diverso dado numa intuição é reunido num conceito do

objeto. Diz-se, por isso, que é *objetiva* e tem de ser distinguida da *unidade subjetiva* da consciência, que é uma *determinação do sentido interno*, pela qual é dado empiricamente o diverso da intuição para ser assim ligado”. (CRP, B 139). Nota-se na passagem a espontaneidade da síntese transcendental, porque fala-se de um diverso dado em outra parte, na intuição, a ser reunido, um ato, num conceito. Há que se notar também que não se trata de um conceito qualquer, mas do conceito de um objeto, o que temos visto se tratar de um conceito *a priori*. Já da unidade subjetiva, Kant fala em termos que favorecem a interpretação não-conceitual, não-judicativa de Allison, pois ela é apresentada de modo meramente receptivo, como determinação do sentido em que o diverso é dado. No entanto, eu creio que Allison mesmo tenha o *insight* que daria uma boa hipótese sobre o que Kant teria em mente ao se expressar de tal forma. O importante para Kant na passagem seria frisar que a unidade subjetiva representa “a ordem em que as representações ocorrem no sentido interno (o que Kant, usualmente, chama de ‘ordem da apreensão’)” (1983, p. 155)⁶⁶.

Ora, esta leitura deste aspecto da unidade subjetiva é perfeitamente condizente com a idéia de um juízo meramente subjetivo, ou seja, de um juízo que não relaciona representações a objetos em sentido forte por não obedecer regras necessárias em sua síntese, como são os juízos

⁶⁶ Estudando a tríplice síntese, veremos que a “ordem da apreensão” em uma representação completa não é um dado. Já há mesmo nela uma determinação conceitual, na medida em que a imaginação, operando desregradamente, nunca constituiria uma unidade representativa. Mas a grande questão aqui é até que ponto estas regras são necessárias e até que ponto são contingentes. O fato de Kant não ter distinguido na Dedução sequer entre categorias matemáticas e dinâmicas torna seu argumento muito mais difícil, pois sabemos que ele sustentará posteriormente que categorias matemáticas são justamente aquelas sem as quais não há representações sensíveis, ao passo que as categorias dinâmicas são as constitutivas de objetos de experiência. Por esta razão, tenho a impressão que a *Crítica* seria uma obra de mais fácil compreensão se a Dedução Metafísica tivesse sido seguida por uma esquematização das categorias e então pela demonstração do papel que cabe a cada uma delas na experiência para que só então houvesse uma Dedução Transcendental demonstrando a necessidade da experiência, ou seja, que tem que ser possível a determinação *a priori* do diverso apreendido.

de percepção tal qual explicados por Kant nos *Prolegômenos*. Este juízo de percepção, em nosso modo de ver, seria apenas a expressão conceitual (refletida) da síntese da apreensão efetiva, ou seja, da ordem em que o diverso se apresenta em nossa consciência empírica formando uma representação, uma ordem que jamais é necessária por si só: “Depende das circunstâncias ou das condições empíricas em que eu possa empiricamente tomar consciência do diverso como simultâneo ou como sucessivo, daí que a unidade empírica da consciência, por meio da associação de representações, diga respeito a um fenômeno e seja inteiramente contingente” (CRP, B 139-40).

Allison está certo em dizer que “da mesma maneira que nós não representamos para nós mesmos uma conexão objetiva entre fumaça e fogo pela simples asserção ou justaposição de suas representações na consciência, nós também não representamos para nós mesmos uma ordem ou sequência objetiva de fenômenos simplesmente por meio da recepção sucessiva dos dados sensíveis (intuições) no sentido interno” (1983, pp. 155-6). Mas não vemos razões suficientes para concluirmos também com ele que a simples reflexão desta ordem em um juízo a tornaria objetiva quando o ponto é a contingência desta mesma ordem, ou seja, é uma ordem subjetiva porque sua forma é contingente, o que não é afetado pela simples conversão ao juízo, na medida em que uma forma lógica não altera esta contingência. A categoria é que determina um fenômeno com relação à forma lógica, determinando, por exemplo, o que só pode ser pensado como sujeito e não como predicado; o que deve ser o antecedente e não o conseqüente, e assim por diante. A ordem do diverso só pode se tornar objetiva quando se torna necessária, isto é, quando é fruto da imposição *a priori* de regras do entendimento à forma da sensibilidade. Para tanto, não é a reflexão em um juízo por si só que basta: “Em contrapartida, *a forma pura da intuição no tempo*,

simplesmente como intuição em geral, que contém um diverso dado, *está submetida à unidade original da consciência*, apenas através da relação necessária do diverso da intuição a um: eu penso; ou seja, *pela síntese pura do entendimento, que serve a priori de fundamento à síntese empírica. Só esta unidade é objetivamente válida*” (CRP, B 140, grifo meu).

Mas, embora nós leiamos o §18 de uma maneira tão diferente, a mesma passagem tornar-se-á problemática aqui e para Allison. Até agora, nossas citações do §18 correspondem a ele todo em seqüência. Nosso problema está justamente na porção seguinte, que fecha o parágrafo: “a unidade empírica da apercepção, que aqui não consideramos e que, além disso, só é derivada da primeira, sob condições dadas *in concreto*, apenas tem validade subjetiva [...], a unidade da consciência, no que é empírico, não tem valor necessário e universal em relação ao que é dado” (CRP, B 140). É muito conveniente para nossa interpretação que Kant recorde os *Prolegômenos* assimilando a validade subjetiva à ausência de valor necessário e universal. Mas é inconveniente a qualquer interpretação que ele pareça tão textualmente assimilar qualquer síntese empírica, mesmo aquela derivada da síntese transcendental, a uma síntese subjetiva. Ora, e as sínteses refletidas nos juízos de experiência?

Allison tem a mesma perplexidade diante da passagem. No que ele considera a hipótese de leitura mais benevolente para com Kant (e nós consideramos a única hipótese plausível), a questão é que “embora o conteúdo da apercepção empírica seja determinado por fatores empíricos (os ‘dados’), sua forma como um modo de consciência é sujeito às condições da unidade transcendental”, o problema é então que “a assimilação da validade subjetiva a esta forma de consciência contradiz o princípio de que ela seja sujeita às condições da unidade

transcendental” (1983, p. 157). Para nós, Allison está rigorosamente certo e, ainda mais, em ressaltar que isto ocorre no mesmo parágrafo em que Kant afirma que a unidade transcendental da apercepção é objetiva (cf. *ibid.* *idem*). Portanto, nós fazemos nossas suas palavras: “Kant aqui confunde a unidade empírica da apercepção com a unidade subjetiva da consciência” (*ibid.* *idem*). Seja lá como se entenda esta unidade subjetiva, não há como salvar Kant, porque não há como dizer que a unidade seja subjetiva *por ter um conteúdo empírico*.

Passando adiante, para desgraça de quem tiver continuado a esperar um simples abono textual para resolver a questão da distinção entre a unidade subjetiva e a objetiva, em vez de uma profunda leitura sistemática de toda a Dedução, o §19, justamente, aquele em que Kant tinha a intenção de articular essa distinção em definições, parece o mais confuso de toda a *Crítica*. É verdade que, ainda perto do início do parágrafo, Kant faz a alegria de Allison: “um juízo mais não é do que a maneira de trazer à unidade objetiva da apercepção conhecimentos dados” (*CRP*, B 141). A razão para tanto seria a cópula “é”: “A função que desempenha a cópula ‘é’ nos juízos visa distinguir a unidade objetiva de representações dadas da unidade subjetiva”. (*CRP*, B 141-2). E este posicionamento, para que não restem dúvidas, vem no desenvolvimento de um texto que se preocupa com uma explicação para os “juízos em geral” (cf. *ibid.* *idem*) e que ainda diz que juízo é “uma relação *objetivamente válida*, que se distingue suficientemente de uma relação destas mesmas representações, na qual há validade apenas subjetiva, como por exemplo a que é obtida pelas leis da associação” (*CRP*, B 142)⁶⁷. Contudo, este parágrafo está longe de ser o

⁶⁷ Mesmo embora não façamos aqui uma reconstrução historiográfica buscando as raízes genealógicas da leitura de Allison, soa interessante observar o quanto ele parece devedor de Kemp Smith na leitura desta importante passagem (cf. Kemp Smith, 1918, p. 286), inclusive porque Kemp Smith também contrasta esta exposição kantiana do juízo àquela dos *Prolegômenos*, considerando a última uma infelicidade sem valor que só confunde o leitor (cf. 1918, p. 288). Kemp Smith, por sinal, é um dos comentadores mais

sonho de nosso intérprete quando Kant decide explicar com exemplos o contraste entre unidades subjetivas e objetivas: “Em conformidade com estas últimas [as leis da associação – AF], diria apenas: quando seguro um corpo, sinto uma pressão de peso, mas não que o próprio corpo seja pesado; o que é o mesmo que dizer que ambas estas representações estão ligadas no objeto, isto é, são indiferentes ao estado do sujeito, e não apenas juntas na percepção (por muito repetida que possa ser)” (ibid. idem).

Pois bem, se todo juízo é objetivo, como alguém poderia julgar: “quando seguro um corpo, sinto a pressão de seu peso”, sem significar com isso uma unidade objetiva?⁶⁸ “Kant aqui confunde o contraste entre a unidade objetiva da autoconsciência, que ocorre em juízos, e a unidade subjetiva da consciência produzida pela associação com o contraste inteiramente diferente entre juízos que se referem a objetos no sentido ‘forte’ [para Allison, objetos do mundo físico – AF] (juízos de experiência) e aqueles que se referem ao estado do sujeito (juízos de percepção) [para Allison, juízos psicológicos – AF]. De modo bastante incrível, ele faz isso no mesmo parágrafo da *Crítica* em que ele tenta articular seu conceito de juízo” (1983, p. 158), lamenta Allison, para quem, como sabemos bem, “Kant deveria ter distinguido aqui entre a mera associação da impressão de peso com a impressão de corpo (uma unidade subjetiva) e o pensamento ‘se eu seguro um corpo, eu sinto uma impressão de peso’. Ele deveria ter notado que

citados por Allison, mas não o foi a este respeito. Longuenesse indica outras referências do tipo anteriores a Allison e também referências de posições contrárias as de Allison, de modo que é útil que o leitor cheque o resultado de sua pesquisa (ver 1993, p. 169, n. 5).

⁶⁸ Bennett também se mostra atônito em seu comentário sobre a passagem: “Kant meramente nega que haja qualquer juízo de percepção, ou melhor ele tacitamente restringe o significado de ‘juízo’ para aquele de ‘juízo de experiência’ [...]. Mas esta restrição ao significado de ‘juízo’ é arbitrária e ilegítima: Kant não dá nenhuma razão para negar o que ele claramente admite nos *Prolegômenos*, a saber, que tanto podem haver juízos de percepção quanto de experiência. Na mesma passagem [...], Kant admite isto implicitamente quando ele diz que, se nós não termos ‘uma relação que é objetivamente válida’, então ‘tudo que eu poderia dizer seria...’ e então ele expressa um juízo!” (1966, p. 133).

este pensamento é um juízo possuindo validade objetiva tanto quanto sua contra-parte, ‘o corpo é pesado’. Ambos envolvem a relação de representações a um objeto” (ibid. idem)⁶⁹.

Comentando a Dedução em nota do Prefácio aos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*, Kant, como em nossa interpretação esperávamos que fizesse aqui, distingue claramente a forma lógica do juízo de sua determinação objetiva pela categoria:

mediante o conceito de entendimento, um objeto é pensado como *determinado* em relação a uma ou outra função dos juízos (por exemplo, no juízo categórico – *a pedra é dura* –, *pedra* usa-se como sujeito e *dura* como predicado, mas de maneira que o entendimento fica livre para inverter a função lógica destes conceitos e dizer: algo duro é uma pedra; pelo contrário, se para mim represento como *determinado no objeto* que a pedra em todas as determinações possíveis de um objeto, não do simples conceito, deve ser pensada unicamente como sujeito, e a dureza apenas como predicado, estas funções lógicas tornam-se então *puros conceitos do entendimento* acerca dos objetos, a saber, substância e acidente) (Ak. 17-8, nota).

Fica claro, como, em minha interpretação, devia ter sido na Dedução, que a objetividade do juízo é determinada pela categoria, e não pela simples cópula “é” do juízo categórico, quer dizer, fica claro que a sintaxe não resolve o problema semântico⁷⁰. Mesmo nos *Prolegômenos*, por exemplo, quando distingue juízos de percepção, como subjetivamente válidos, de juízos de experiência, como objetivamente válidos, Kant relaciona a forma categórica a juízos de percepção que sequer podem se tornar juízos de experiência (cf. A 80)⁷¹. Ora, para

⁶⁹ Na leitura de Allison, a diferença entre os dois tipos de juízo, ambos objetivamente válidos, se daria apenas pelo fato de que um objeto, o do juízo de percepção, pertenceria ao sentido interno, e o outro, o do juízo de experiência, pertenceria ao sentido externo.

⁷⁰ Estou, portanto, de acordo com Bird quando ele diz, em conformidade com os *Prolegômenos* (cf. A 81), que: “‘O ar é elástico’, por exemplo, é um juízo de percepção em alguns contextos, mas um juízo de experiência em outros. Parte do que distingue estes contextos é a referência no último a certas conexões causais” (1962, p. 142). Assim, de fato são as categorias que determinam relações objetivas, e não formas lógicas, o que é consistente com a própria distinção entre categorias e formas lógicas (ver também a leitura que Brum Torres faz da passagem sob análise aqui, em 2005, p. 5).

⁷¹ Por outro lado, na *Lógica Jäsche*, lição de publicação tardia, para aumentar a confusão, mantém-se a distinção entre juízos de percepção como aqueles subjetivos e de experiência como aqueles objetivos, mas

Kant, todo juízo é hipotético, categórico ou disjuntivo, sendo que os hipotéticos e disjuntivos são compostos, em última instância, por categóricos (cf. *CRP*, A 73, B 98, por exemplo). Portanto, juízos de percepção, também teriam que conter a forma categórica, de maneira que Kant não poderia mesmo ter reservado a forma categórica a juízos de experiência nos *Prolegômenos*, mesmo texto em que afirma que juízos de percepção são aqueles aos quais aplicamos meras formas lógicas e não categorias. Deixa-nos perplexos então que esta pareça ser a posição do § 19, mas sua visão ponderada teria que ser aquela de que a categoria de substância determina o objeto em relação à forma categórica, como na passagem recém citada dos *Primeiros Princípios* em que ele não se “esquece” de juízos como “o açúcar é doce”, “o homem é livre”, “a rosa é bela”...

Além do mais, mesmo que, em consonância com o §19, tivéssemos aceitado que a cópula “é” determina a validade objetiva de um juízo e que juízos hipotéticos e disjuntivos são formados por juízos categóricos, teríamos ainda que a própria forma de um juízo hipotético ou disjuntivo não é redutível à forma categórica: “juízos categóricos constituem a matéria dos outros juízos, com certeza, mas nem por isso deve-se acreditar, como vários lógicos acreditam, que juízos hipotéticos e disjuntivos não são nada mais do que variações dos categóricos, portanto, possam ser inteiramente reconduzidos a estes últimos. Todos os três tipos de juízos repousam sobre funções lógicas do entendimento essencialmente diferentes e, portanto, tem que ser considerados de acordo com suas formas específicas” (*Lectures on Logic*, p. 601). Logo, um

é dito que os primeiros devem conter na forma a expressão da representação como percepção, por exemplo: “Eu, que percebo uma torre, percebo nela a cor vermelha” (*Lectures on Logic*, p. 608); assim como é dito que eu não posso dizer “é vermelho” neste caso, porque então seria um juízo de experiência (cf. *Lectures on Logic*, p. 609). Desta forma, nesta lição, é quebrada a ligação necessária entre juízos e objetividade do §19. Inclusive, um análogo do exemplo de associação subjetiva do §19, “ao tocar a pedra, eu sinto calor”, é chamado de juízo de percepção. Entretanto, a forma lógica categórica ainda é necessariamente vinculada à objetividade do juízo: “mas, por outro lado, *A pedra é quente*, é um juízo de experiência” (ibid. idem).

juízo com a forma “se... então...” ou um com a forma “ou... ou...” poderia ter que conter juízos objetivamente válidos (na tese do § 19, juízos contendo a cópula “é”), mas Kant ainda tem a nos dizer sobre seus conectivos desempenharem ou não o mesmo papel objetivante da cópula “é”. Em vez de uma explicação neste sentido, bem ao contrário, seu exemplo de unidade subjetiva no § 19, assim como na *Lógica Jäsche*, tem a forma de um juízo hipotético. Em resumo, um problema adicional para o § 19 seria o seguinte: mesmo que juízos hipotéticos e disjuntivos tenham por conteúdo juízos categóricos, sua forma específica não é redutível à cópula “é”, portanto, uma análise da mesma seria, no mínimo, insuficiente para a tese de que todo juízo é objetivo.

Longuenesse tenta resolver este tipo de problema ligando a forma lógica de todo juízo à unidade objetiva de consciência por meio de uma extremamente hábil explicação da subordinação de conceitos inerente à noção de juízo (cf. 1993, pp. 84-90). No entanto, a meu ver, seu esforço não é o bastante para ultrapassar um conceito fraco (intencional) de objeto contido em toda cognição e alcançar a validade objetiva entendida como validade universal e necessária (para todo sujeito) da síntese representativa. Por exemplo, eu posso, certamente, dizer que, para Kant, um juízo da forma “todo S é P” significa que “todo x, que eu penso através do predicado ‘S’, eu também penso através do predicado ‘P’” (*Lectures on Logic*, p. 607). Mas este x, como referente objetual indeterminado, não precisa ser pensado como real independentemente de uma consciência particular, de modo que isto que estou chamando de objeto intencional presente em toda cognição (não só em todo juízo) suporte a validade objetiva em sentido kantiano como pretensão de verdade. Em outras palavras, este x, por si só, não faz do juízo uma relação de representações pensada para uma consciência em geral. É justamente a determinação deste x

como objeto em sentido forte, pelas categorias, que alça o juízo sobre ele à condição de objetivamente válido⁷².

Assumo que a aceitação do parágrafo acima implica na rejeição de todas as passagens em que Kant tenha associado a validade objetiva ao juízo como tal ou que tenha ligado a relação ao objeto a uma determinada forma lógica. Mas, por mais que Longuenesse se esforce na direção contrária, parece que toda abordagem do problema terá que pagar preço semelhante. Que se constate, por exemplo, a tentativa de Longuenesse de conciliar a *Reflexão* 3051 com os *Prolegômenos*. Primeiro, Longuenesse concede que: “A forma lógica do juízo, cuja função é expressar a relação de representações a um objeto, não é fundamento suficiente para que eu pretenda que meu juízo seja realmente verdadeiro do objeto empírico, isto é, válido em todo tempo, para todo sujeito empírico, em qualquer circunstância” (1993, p. 172). Ora, isto é perfeitamente consistente com nosso argumento segundo o qual o objeto do juízo é representacional (intencional) não fundando uma pretensão de verdade, que seria o conceito de validade objetiva de Kant. Longuenesse constata então que, naquela *Reflexão*: “Kant estabelece que a forma do juízo expressa uma combinação válida para uma consciência (em geral, não somente a minha)” (Longuenesse, 1993, p. 172). Enquanto isso, sobre os *Prolegômenos*, ela nos diz que, neles, “Kant nega que o juízo de percepção levante qualquer pretensão à validade universal e, assim, à objetividade” (ibid. idem). Paradoxalmente, ela nos diz isso exatamente negando que haja nesta última obra contradição com a tese da *Reflexão* em questão, segundo a qual “a própria forma do juízo levanta uma pretensão de validade para ‘uma consciência em geral

⁷² Compare-se o que digo aqui com a *Refl.* 4674: “x é, portanto, o (objeto) determinável, que eu penso através do conceito a, e b é sua determinação (ou a maneira de determiná-lo). Na matemática, x é a construção de a, na experiência, o concreto, em consideração a uma representação inerente ou pensamento em geral, x é a função do pensar em geral no sujeito” (17: 645-6).

(não meramente a minha)''' (ibid. idem). Sua resposta ao paradoxo, que também não lhe escapa, é que:

Na medida em que eles [os juízos de percepção – AF] resultam de atos de julgar, os exemplos de Kant tendem a preencher a função de juízos, ‘trazer cognições dadas à unidade objetiva da apercepção’ [referência ao § 19 – AF]. Todavia, estes juízos não levantam nenhuma pretensão para valerem em todo tempo, para todo sujeito, em qualquer circunstância. Pois seus predicados são entendidos de forma a expressarem um estado subjetivo meu mesmo no tempo presente. É por isso que eles são descritos como meros juízos de percepção (1993, p. 173).

Ora, a meu ver, parece muito claro que não se pode afirmar sem contradição que todo juízo, por sua própria forma, tem pretensão de validade para uma consciência em geral, não apenas para a minha, mas que juízos de percepção não tem nenhuma pretensão de validade a outros sujeitos possíveis ou em outras circunstâncias possíveis, porque *o significado de seus predicados* trazem apenas a expressão de um estado privado subjetivo. Se a pretensão de verdade, ou a falta dela, se resolve pela semântica dos predicados do juízo, então a objetividade implicada pela forma sintática não é aquela relação ao objeto em sentido forte (independente da consciência individual) contida no conceito de validade objetiva em Kant. Neste caso, Kant não deveria ter dito na *Reflexão* 3051 que a forma do juízo expressa a validade da combinação de consciências para uma consciência em geral, o que também é tese do § 19.

É verdade que Longuenesse diz, de passagem, concordar com o ponto de vista de uma relação meramente intencional de representações a objetos em geral como distinta de uma relação “factual” (cf. 1993, p. 184, n. 32). Porém, ela não explora esse ponto de vista em seu argumento, contrastando-o com o conceito de validade objetiva como pretensão de verdade, o que exige um conceito mais forte (“factual”) de objeto. Ademais, Longuenesse mostra seu descompromisso com um objeto em sentido meramente intencional ao afirmar que “a forma

lógica do juízo, *como combinação de conceitos relacionada a objetos empíricos*, satisfaz sua função na cognição somente quando o juízo se torna um juízo de experiência” (1993, p. 191, grifo meu). Poucas linhas acima desta passagem, a forma do juízo como combinação objetiva significava apenas “combinação de conceitos relacionados a um objeto = x” (ibid. idem). De onde vem a autorização para que se trabalhe indistintamente com um “objeto = x” e “objetos empíricos”? Qualquer tipo de determinação do “x” é uma extrapolação do âmbito da Lógica Geral, portanto, não se deduz nenhuma determinação desse “x” da forma lógica de um juízo. Realmente, só se pudéssemos fazer esta transição mágica de um “objeto = x” para um “objeto empírico”, introduzindo um conteúdo na Lógica Geral, entenderíamos por que todo juízo teria que ter validade objetiva como validade para uma consciência em geral, mas então fecharíamos as portas para juízos de percepção, que Longuenesse, assim como nós, quer tanto salvar.

Logo na sequência da passagem analisada acima, Longuenesse confessa que, apesar de seus esforços compatibilistas, ainda há razão para estarmos surpresos ao contrastarmos textos kantianos sobre o mesmo problema, porque, na *Lógica*, um juízo como “a pedra é quente” é chamado de juízo de experiência por sua forma (cf. *Lectures on Logic*, p. 609, nota), mas, nos *Prolegômenos*, um juízo praticamente idêntico como “o quarto é quente” é considerado um juízo de percepção que sequer pode se tornar um juízo de experiência. A explicação de Longuenesse para a discrepância merece ser citada na íntegra:

Sobre os últimos [os juízos dos *Prolegômenos* – AF], Kant escreveu: ‘Eu não espero de jeito nenhum que eu ou qualquer outra pessoa deva sempre achar o que eu agora acho; cada uma destas sentenças somente expressa uma referência de duas sensações ao mesmo sujeito, isto é, eu mesmo, e isso somente no meu estado presente de percepção’. Assim, estes juízos não fazem nada mais do que expressar a combinação de minhas sensações subjetivas em uma circunstância particular. Pelo contrário, nós podemos assumir que os juízos citados na *Lógica* – ‘A pedra é quente’ ou ‘A torre é vermelha’ – são tomados como sendo formados depois de uma

comparação de séries completas de percepções (não apenas as minhas), que eventualmente resultam em subsumir a intuição dada sob as categorias relevantes (1993, p. 191).

Mas isto não é exatamente o que defendemos aqui? Como concluir então que Kant não apresentou tese diferente nas passagens em que assimilou a pretensão de verdade a uma característica sintática do juízo, tomando todas as suas abordagens do problema como compatíveis? Mesmo que aceitemos que os *Prolegômenos* não têm a preocupação sintática da *Lógica* e, por isso, naquela obra, os juízos de percepção tinham uma forma inadequada, não é à forma que Longuenesse apela para explicar os juízos de experiência da *Lógica*, mas sim à idéia de que seriam considerados como formados por reflexão e subsunção a categorias. Ora, tal explicação é um claro avanço no campo da Lógica Transcendental, não é tarefa da Lógica Geral, não é elucidação de funções lógicas.

Além disso, em nota, comentando os juízos das ciências naturais como os mais sofisticados juízos de experiência, Longuenesse diz: “Eles fazem uso de construções matemáticas e métodos experimentais para antecipar a totalidade da experiência que unicamente pode providenciar o *contexto* adequado para a asserção de que o juízo deve valer ‘para todos sempre’, isto é, pretender universalidade estrita e necessidade” (1993, p. 192, n. 43). Indo ainda mais fundo, ela pretende explicar que, nos *Prolegômenos*, o predicado “quente” de “o quarto é quente” expressa uma sensação referente apenas ao estado do sujeito, como os sentimentos de prazer e desprazer, enquanto na *Lógica*, o predicado “quente” de “a pedra é quente” expressa a sensação como matéria para uma possível cognição do objeto (cf. 1993, p. 192). Como não perceber então o mergulho semântico para a explicação da validade objetiva de um juízo? Toda a análise de Longuenesse vem corroborar nossa oposição a Allison, mostrando que não entendemos

uma pretensão de verdade pela simples forma lógica. Assim, se aceitássemos que a forma correta de um juízo de percepção seria “eu, que percebo x, percebo nele o predicado y”, então o juízo de experiência também precisaria de uma formulação que expressasse sua referência a um domínio empírico categoricamente determinado. Mas isto nada mais seria do que uma reafirmação de que a lógica é puramente intencional no que tange a relação da representação ao objeto e que, para a diferença entre validade subjetiva e objetiva, precisamos *interpretar* aquele “x” como percepção ou como objeto empírico e expressar no juízo tal interpretação.

De todo modo, o §19 acaba com um desabono e um abono para cada uma das interpretações (a nossa e a de Allison). Como já sabemos então que passagens pinçadas não resolverão a questão⁷³, que demos continuidade à nossa viagem sistemática por todo percurso da Dedução, chegando, finalmente, ao que Allison chama de sua segunda parte.

1. 2. 7. A segunda parte da Dedução Transcendental: seu objetivo

Na última sentença do § 20 – cujo título, aliás, é muito significativo: “Todas as intuições sensíveis estão submetidas às categorias, como as condições pelas quais unicamente o diverso daquelas intuições se pode reunir numa consciência”, clara referência às conseqüências

⁷³ E, a propósito, segundo o próprio Kant, não nos devemos fiar em abonos isolados. Ele já nos advertia que: “Também em qualquer obra, sobretudo quando se desenvolve em discurso livre; se podem respigar aparentes contradições, confrontando entre si passos isolados, arrancados do contexto e que, aos olhos dos que se fiam nos juízos alheios, lançam sobre ela, por ventura, uma luz desfavorável; essas contradições são, contudo, bem fáceis de resolver para quem se apoderar da idéia global da obra” (CRP, B xlv).

do princípio da unidade da apercepção – Kant encerra a primeira fase de seu trabalho dizendo: “numa intuição dada, o diverso se encontra necessariamente submetido às categorias” (CRP, B 143). Quer dizer, temos, até aqui, que as categorias são necessariamente aplicáveis a qualquer diverso de uma intuição sensível. Não se especifica quais sejam as categorias, trabalhando-se com seu conceito como regras *a priori* de síntese do diverso, assim como não se especifica qual seja esta intuição sensível. Este segundo fato determinará o que restou a ser provado na segunda fase do argumento.

Para Allison, Kant providencia duas caracterizações distintas da tarefa da segunda parte da Dedução Transcendental. Estariam elas nos §§ 21 e 26. Começemos então por checar o § 21. Neste momento da *Crítica*, Kant recapitula o que ele chama de “início de uma *dedução*”. Este “início” constituir-se-ia na prova de que o diverso, dado independentemente do entendimento e anteriormente à sua síntese, estando em uma intuição em geral que seja minha, é representado como pertencente à autoconsciência por meio de uma síntese regulada pelas categorias: “a consciência empírica de um diverso dado de uma intuição está submetida a uma autoconsciência pura *a priori*, do mesmo modo que a intuição empírica está submetida a uma intuição sensível pura, que igualmente se verifica *a priori*” (CRP, B 144).

O objetivo de Kant neste parágrafo é marcar que, na submissão do diverso às categorias explicada nos parágrafos anteriores, foi feita abstração da forma da sensibilidade, ou seja, do modo como o diverso é dado na intuição. Na primeira parte da Dedução, Kant só não abstraiu do fato do diverso ser *dado* ao entendimento pela afecção dos sentidos e não produzido por ele, porque, do contrário, este entendimento, que não procederia por síntese, ponto

importante, não suscitaria qualquer problema quanto à objetividade de suas representações, uma vez que seria ao ser representado que o objeto seria realmente criado. Este entendimento divino não interessa a Kant, a não ser como ficção que desempenha papel auxiliar, por contraste, na compreensão do funcionamento de nosso intelecto. É com nosso intelecto que o conhecimento, enquanto relação das representações a objetos, se coloca como problema e é então a este mecanismo que a *Crítica* se dedica (cf. *CRP*, B 145).

Refletindo assim sobre o escopo da primeira etapa da Dedução, Kant pode definir trivialmente o objetivo de sua etapa final: “No que se segue (§ 26) se mostrará, pela maneira como é dada na sensibilidade a intuição empírica, que a unidade desta intuição é apenas a que a categoria, conforme o que dissemos no parágrafo anterior (§ 20), prescreve ao diverso de uma intuição dada em geral” (*CRP*, B 144-5). Em resumo, Kant pretende agora mostrar que a unidade categórica do diverso da intuição em geral aplica-se também ao diverso da nossa intuição em particular, única intuição que conhecemos em concreto, o que ele não parece, portanto, enxergar como uma inferência simples do universal para o particular: “porque a validade *a priori* da categoria será explicada em relação a todos os objetos dos nossos sentidos se atingirá então, por completo, a finalidade da dedução” (*CRP*, B 145). E basta sobre o § 21. Ele não parece ser problemático. O que temos a fazer é verificar se o § 26 trará então uma caracterização da segunda parte da Dedução diferente desta.

O início do § 26 só retoma as mesmas idéias vistas acima: “na *dedução transcendental*, foi exposta a possibilidade dessas categorias como conhecimento *a priori* dos objetos de uma intuição em geral (§§ 20-1). Deverá agora explicar-se a possibilidade de conhecer

a priori, mediante categorias, os objetos que só podem oferecer-se aos nossos sentidos” (CRP, B 159). Mas é aqui que Kant adiciona um aspecto da segunda parte da Dedução que, para Allison, diferencia esta caracterização de seu passo final em relação ao que foi dito no § 21. Kant explica que o conhecimento *a priori* sobre os objetos dos nossos sentidos a que ele se refere seria o conhecimento das leis de sua ligação, da “possibilidade de prescrever, de certo modo, a lei à natureza e mesmo de conferir possibilidade a esta. Pois sem esta aptidão das categorias não se compreenderia como é que tudo o que se pode apresentar aos nossos sentidos deve estar submetido a leis que derivam *a priori* do entendimento” (CRP, B 159-60)⁷⁴.

Fica claro assim que Kant está equiparando a demonstração da aplicabilidade das categorias ao diverso da nossa intuição à prova de que é possível uma natureza, no sentido dos fenômenos serem combinados entre si mediante leis *a priori*. É este o diferencial que Allison lê na passagem: “A segunda passagem [do § 26 – AF] obviamente vai consideravelmente além disto [da conexão entre as categorias e as intuições empíricas- AF], indicando que o que deve realmente ser feito é mostrar que as categorias têm a função de tornar a natureza possível [...],

⁷⁴ A partir do momento em que Kant fala explicitamente em natureza, creio que seja relevante ressaltar que, desde o início, não pensamos que Kant tenha tido em mente apenas a reunião do diverso sensível em objetos particulares, mas sim a unidade completa de todo diverso dado segundo leis *a priori*, o que significaria também a constituição da natureza como conexão sintética desses próprios objetos. Creio que apenas com esta exigência ampla o argumento da identidade da apercepção faça sentido, porque, do contrário, cada objeto particular também poderia ser pensado como um diverso não submetido à síntese, portanto, avesso à consciência. No mais, as Analogias da Experiência ensinarão justamente a importância de leis naturais para que se possa falar na realidade de objetos particulares da experiência. A respeito desta questão, ainda uma observação genérica de Newman se mostra de grande utilidade: “a posição básica de Kant é que o primeiro passo para tomarmos qualquer representação como um elemento do conhecimento é *negar* que a representação (*qua* elemento no conhecimento) possa propriamente ser considerada como independente de uma esfera mais ampla de representações” (1992, v. II, p. 189). Em resumo, Kant não teria um argumento para demonstrar que o diverso deve ser sintetizado para constituir objetos e outro para demonstrar que objetos devem ser sintetizados para compor a natureza, ele tem um argumento para demonstrar que representações diversas (contendo em si mesmas outro diverso ou não) sempre precisam poder ser sintetizadas segundo regras necessárias ou não seriam minhas representações.

isto é realmente equivalente a demonstrar que elas tornam a experiência possível” (1983, pp. 158-9). Para Allison, Kant deveria ter traçado uma distinção entre a prova da realidade objetiva das categorias, que seria justamente a prova de sua aplicabilidade empírica, e a prova de que as categorias, de algum modo, tornam a experiência possível.

Já pelo que dissemos a respeito da interpretação de Allison da primeira parte da Dedução, ficou implícito por que ele não poderia considerar o emprego empírico das categorias como a geração da experiência, no sentido forte de conhecimento empírico de objetos. Da mesma forma, ficou implícito no modo divergente como lemos as mesmas passagens que não podemos fazer tal distinção. Façamos então explícitas estas implicações.

Em nenhum momento de nossa leitura da primeira parte da Dedução deixamos de ter em mente o que Kant colocou como princípio a que toda sua investigação deveria obedecer. Faremos a longa citação para que o leitor não perca de vista o tom enfático e a clareza com que se expôs o próprio Kant:

há, pois, conceitos de objetos em geral que fundamentam todo o conhecimento de experiência, como suas condições *a priori*; conseqüentemente, a validade objetiva das categorias como conceitos *a priori*, deverá assentar na circunstância de só elas possibilitarem a experiência (quanto à forma do pensamento). Sendo assim, as categorias relacionam-se necessariamente *a priori* com os objetos da experiência, pois só por intermédio destas em geral é possível pensar qualquer objeto da experiência.

A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* tem, pois, um princípio a que deve obedecer toda a subsequente investigação e que é o seguinte: esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência (*CRP*, A 93-4, B 126).

Ora, a Dedução Transcendental está partindo assim do pressuposto de que o entendimento seja o autor da experiência por meio das categorias (cf. também *CRP*, B 127 como

outro exemplo). Ao contrário do que supõe Allison, estamos considerando este um ponto de partida e não de chegada. E é justamente com base nesse pressuposto que entendemos que Kant trabalhe o estabelecimento do vínculo necessário, primeiro, entre as categorias e a intuição em geral e, segundo, entre as categorias e a intuição humana em particular, estes sim os objetivos mais importantes da Dedução em nossa leitura, embora sejam objetivos que extrapolem o simples estabelecimento da possibilidade das categorias (que é o que se poderia esperar da descrição em geral de uma dedução transcendental como prova da validade objetiva), chegando à sua necessidade.

Dizer que as categorias tornam possível a experiência significa o mesmo que dizer que as categorias tornam possível uma síntese objetivamente válida do diverso da intuição sensível, significa determinar as categorias como regras de uma síntese *a priori* desse diverso. Deduzir a *necessária* relação a objetos das categorias assim entendidas só pode significar então provar que o diverso da intuição sensível *tem que* poder se submeter a tal síntese *a priori*. Nós lemos a primeira parte da Dedução justamente como a demonstração de que o diverso da intuição sensível em geral tem que poder ser subsumido sob as categorias, e isto porque só por meio da possibilidade de uma síntese necessária *a priori* ele poderia pertencer como representação a uma autoconsciência. O simples conceito de uma intuição sensível em geral não é, no entanto, suficiente para que as categorias dêem origem a objetos *determinados*, isto não é o bastante para que se estabeleça sua objetividade, tarefa esta que, em nossa interpretação, seria, em certo sentido, completada na segunda parte da Dedução, quando Kant passa a tratar de um tipo determinado de intuição, a nossa, e, por conseguinte, permite que as categorias cheguem a dados empíricos concretos, levando-as de um plano vazio, meramente intelectual, para o conteúdo real.

Agora, se Kant conseguir provar que as categorias têm que poder regular a síntese do diverso da intuição humana, isto é, que se aplicam necessariamente a dados espaço-temporais, estará provado no mesmo ato, não que condicionam a experiência, o que seria o pressuposto, mas que sempre há experiência possível, na medida em que os dados de nossa sensibilidade terão que poder sempre se ligar conforme regras necessárias. Por isso, havíamos dito que a maior ambição da Dedução seria provar a necessidade da possibilidade da experiência, em seu sentido mais forte, para além de simples vivências subjetivas. Dado o conceito de categorias, é tudo de que Kant precisava para ligá-las necessariamente a dados sensíveis, transpondo os limites de um intelecto vazio. Nota-se então que, em nossa interpretação, desfeita a equiparação entre a realidade objetiva das categorias e seu papel como condicionantes da experiência, jamais se prova aquela. A *realidade objetiva* das categorias é provada quando se prova que elas são *aplicáveis* aos dados empíricos apreendidos por seres humanos, o que significa que a experiência é possível. A *necessidade* das categorias é provada quando se prova que elas são *necessariamente aplicáveis* aos dados empíricos apreendidos por seres humanos, o que significa que a experiência tem que ser possível.

Agora, compreendemos que, porque Allison reduziu o alcance da primeira parte da Dedução, entendendo sua objetividade em um sentido meramente judicativo e desconsiderando assim a aprioricidade da síntese em jogo, quando ele chega a dados sensíveis determinados, os espaço-temporais, nem por isso há experiência em sentido forte. A síntese intelectual que foi preenchida com esses dados espaço-temporais não tinha, em Allison, força para tanto. Enquanto, para nós, aquela síntese intelectual estava necessariamente referida a objetos indeterminados, bastando apenas o fator que permitisse a concretização do objeto (que, mais tarde, veremos ser o

tempo) para que se completasse a prova da possibilidade necessária de objetos sensíveis determinados (a prova da possibilidade necessária da experiência), para Allison, a mesma síntese gerava apenas objetos no sentido do termo sujeito de um juízo qualquer, de modo que, ao ser preenchida pelos dados concretos de nossa intuição, não surgem necessariamente objetos de experiência.

Neste sentido, revela-se, na verdade, a tensão entre um conceito forte de validade objetiva e um conceito fraco de objeto em Allison. O conceito de objeto com que Allison vinha trabalhando, ao ser ligado à forma da intuição humana, ainda é, assumidamente, insuficiente para o conceito de objeto da experiência. Por outro lado, desde o início, Allison define a validade objetiva como a possibilidade de um juízo ser verdadeiro ou falso. Ora, juízos empíricos (sobre objetos externos, se quisermos, para sermos consistentes com Allison), tendo a forma determinada por categorias, poderiam ser verdadeiros ou falsos, o que seria suficiente para caracterizá-los como juízos de experiência, mas Allison não pode fazê-lo e não o faz, porque não nos mostrou a constituição de objetos de experiência. Parece que devemos dizer então que a tese forte de Allison de que todos os juízos seriam objetivamente válidos converteu-se, em certo sentido, na tese oposta: todos os juízos são apenas subjetivamente válidos.

Mas independentemente de aceitarmos ou não o modo como Allison encara o papel da segunda parte da Dedução e o eventual sucesso ou não de Kant na realização do objetivo desta parcela do argumento, há uma estrutura a ser analisada com ele e, antes de mais nada, uma questão a ser respondida: por que Kant não inferiu a aplicabilidade das categorias à nossa intuição da aplicabilidade das categorias à intuição em geral?

1. 2. 8. A segunda parte da Dedução Transcendental: sua estrutura e porquê

De acordo com Allison, o argumento da segunda parte da Dedução procede em dois passos. No primeiro, Kant ligaria a unidade da apercepção, com suas categorias, ao tempo, por meio da conexão de ambos à síntese transcendental da imaginação, que determinaria o tempo e o espaço. O segundo passo relacionaria as categorias aos dados reais da sensibilidade humana ao efetuar a análise da síntese da apreensão, onde se constituem as intuições empíricas. Seria então ao mostrar que esta última síntese também é governada por categorias que Kant poderia conectá-las, finalmente, à intuição empírica. A primeira porção do argumento estaria no § 24 e a última no § 26 (cf. Allison, 1983, p. 159).

Allison observa que Kant inicia seu trabalho no § 24 traçando a distinção entre uma síntese figurada e a síntese meramente intelectual da apercepção. Esta síntese, nós já vimos ser vazia de todo conteúdo sensível, se remetendo apenas ao conceito de intuição em geral. Já a síntese figurada é uma síntese da imaginação e Allison nota que, neste momento, Kant estará preocupado apenas com a dimensão transcendental desta síntese (cf. 1983, p. 160). Trata-se então de um modo de pensar, ou melhor, imaginar *a priori* a unidade sintética do diverso da nossa intuição. Sendo esta unidade conferida pela imaginação, esta faculdade se colocaria como uma espécie de ponte entre o entendimento e a sensibilidade. Ela pertence à sensibilidade, na medida em que representa objetos singulares, mas, quando se considera sua síntese um exercício determinante *a priori* da forma da sensibilidade, ato espontâneo e não apenas capacidade receptiva, fala-se em uma síntese transcendental da imaginação, a síntese que preencheria a

síntese intelectual, a que estaria subordinada, com dados sensíveis. Enquanto, para Kant, estes pontos são apenas vistos na definição do conceito dessa síntese (cf. *CRP*, B 151-2), para Allison, o que Kant teria então a provar seria justamente que essa síntese seja de fato governada por categorias, o que a ligaria ao entendimento, e que ela seja de fato responsável pela unificação e determinação do tempo, o que a ligaria à sensibilidade. Allison assume que Kant mesmo não coloca o problema desta forma, mas se contenta com o que ele considera ser ao menos o fornecimento da matéria-prima necessária para que ele mesmo construa os argumentos que julga relevantes (cf. 1983, p. 160).

O primeiro material de que Allison se utiliza é a caracterização da imaginação como “a faculdade de representar um objeto mesmo *sem a presença deste* na intuição” (*CRP*, B 151)⁷⁵. Com esta caracterização, Allison julga poder mostrar por que a representação do tempo e do espaço requer a imaginação. Ele relembra que, na *Estética Transcendental*, “cada extensão do tempo é representada como uma porção determinada de um tempo único que tudo inclui” (1983, p. 160). A consequência seria que a consciência de uma dada porção do tempo envolveria sempre a consciência de que ela é parte deste tempo único. Como não podemos, no entanto, intuir esta totalidade (só podemos representar na intuição momentos que compõem o tempo), precisamos da imaginação para representarmos as partes do tempo que não estão presentes: “para representar a

⁷⁵ Em comunicação apresentada no X Congresso Kant Internacional, Mario Caimi explorou de modo muito interessante as raízes do conceito de imaginação usado por Kant na *Crítica da Razão Pura*. A definição citada acima é traçada até Wolff, mas Caimi também não deixa passar despercebida a influência cartesiana na *Crítica* no que diz respeito à aparição da imaginação como um modo do intelecto orientado para a esfera sensível. É assim que, na *Crítica*, a imaginação também é tratada como “uma ação do entendimento sobre a sensibilidade” (B 151-2), bem como se fala de uma única espontaneidade atuando ora sob o nome de entendimento, ora sob o nome de imaginação (cf. B 162, nota). Longe de representar uma redução do domínio sensível ao intelectual, ou vice-versa, o apelo de Kant à unidade da espontaneidade nos remeterá justamente à afinação entre conceitos e intuições como elementos heterogêneos, exigindo, portanto, modos específicos do exercício da espontaneidade (cf. Caimi, 2005).

porção particular de tempo, e eu mesmo engajado naquela atividade durante aquele tempo, eu devo ser capaz de representar o tempo passado e o tempo futuro” (Allison, 1983, p. 160). Considerações similares aplicar-se-iam ao espaço.

Nestes termos, Allison pretende ter completado o primeiro passo do argumento: estaria justificada a relação entre a determinação do tempo e a síntese transcendental da imaginação, aquela como produto desta. Agora, Allison parte para o aspecto que considera mais problemático no argumento: a justificativa da conexão entre a síntese transcendental da imaginação e a síntese intelectual, isto é, a participação das categorias também na síntese da imaginação. Allison chama a atenção para a importância de tal passo: “somente por estabelecer tal conexão, Kant pode demonstrar a conexão entre as categorias e a sensibilidade humana, o que é necessário para a explicação da possibilidade de juízos sintéticos *a priori*. A questão é, portanto, central para o programa da *Crítica* como um todo” (1983, p. 161). No entanto, Allison continua a reconhecer não estar seguindo o texto kantiano ao problematizar o ponto: “Infelizmente, Kant parece fazer uma petição de princípio em vez de responder esta questão. Em vez de providenciar um argumento, ele simplesmente afirma dogmaticamente que a síntese imaginativa é uma expressão da espontaneidade do pensamento que determina *a priori* o sentido interno quanto à sua forma, e que esta determinação está de acordo com a unidade da apercepção” (1983, p. 161).

Para Allison, não existe relação analítica entre a determinação do tempo pela síntese imaginativa e a conformidade desta às categorias. Se houvesse tal relação, no entender de Allison, a segunda parte da Dedução seria uma inferência do tipo que descrevemos acima, do

gênero (aplicação das categorias à intuição sensível em geral) para a espécie (aplicação das categorias à sensibilidade humana): “não há um constrangimento puramente conceitual pela possibilidade de unir sob um conceito em um juízo as representações de objetos localizados em diferentes estruturas temporais. A moral a ser tirada disto é que, por causa de suas formas *a priori*, a introdução da sensibilidade humana no argumento da Dedução traz com ela um elemento que não pode ser explicado em termos do requerimento puramente conceitual da unidade da apercepção” (1983, p. 162).

Já em nossa leitura, o tempo, considerado como forma da sensibilidade, é justamente o que torna exequível a necessidade puramente conceitual da conexão de representações temporalmente distantes. Mas não é o momento apropriado para explicarmos isto ainda, pois o faremos quando formos novamente checar a interpretação de Allison visitando o próprio texto kantiano. Por hora, vamos continuar seguindo Allison, que, convicto de não poder argumentar diretamente da unidade da apercepção para a unidade do tempo, procurará então estabelecer esta ligação necessária ao argumento pelo caminho inverso, da unidade do tempo para a unidade da apercepção.

Mantendo em mente o argumento apresentado por Allison como sendo da primeira parte da Dedução, sabemos que sua tarefa será das mais fáceis. Recordando, Allison havia nos dito que o pensamento de um complexo singular exige sempre a identidade da autoconsciência. A determinação do tempo na síntese da imaginação transcendental seria a formação de um complexo singular, logo: “dado o argumento da primeira parte da Dedução, segue-se que o produto da síntese transcendental da imaginação precisa estar de acordo com as condições da

unidade da apercepção. De outro modo, não poderia ser representada como uma unidade (um tempo singular que tudo inclui)” (1983, p. 162). Desde que o tempo é a forma da sensibilidade, Allison argumenta na seqüência que a unidade da consciência do diverso temporal depende da síntese deste diverso em um tempo único: “se os elementos do diverso não podem ser representados juntos, exceto na medida em que eles estejam em uma determinada relação de um para o outro em um tempo único, então *a fortiori* eles não podem ser pensados juntos em uma única consciência, a menos que sejam assim relacionados” (1983, p. 162).

Daqui, Allison conclui que a unidade do tempo, produto da síntese da imaginação transcendental, é uma condição necessária da experiência humana, desde que não se poderia combinar fenômenos temporais sem a unidade do tempo. Que a experiência tenha esta condição, para Allison, não se deve à apercepção, que, vimos, não implicaria na unidade do tempo: “o ponto importante a se notar é que esta é uma condição imposta ao pensamento de ‘fora’. Ela expressa um requerimento da sensibilidade humana, não do entendimento” (1983, p. 163).

Resumindo então a interpretação de Allison deste passo da segunda parte da Dedução, temos que Kant ligaria as categorias às formas da sensibilidade humana graças a uma conexão que tanto as formas da sensibilidade quanto as categorias teriam com a síntese da imaginação transcendental. O tempo e o espaço precisariam desta síntese pela impossibilidade da intuição em nós trazer a presença da totalidade de ambos, ainda que se tome consciência de cada representação espaço-temporal como parte desta totalidade. Por sua vez, as categorias se relacionariam com a síntese da imaginação transcendental pela suposta impossibilidade de qualquer complexo singular, como o resultado desta síntese, não se remeter à identidade da

autoconsciência, ou seja, o princípio da apercepção que é condicionado justamente pelas categorias.

Antes de vermos como Allison trata exatamente a passagem da síntese transcendental da imaginação, que se dá sobre as formas da intuição humana, para a síntese da apreensão, que se dá sobre o conteúdo empírico, vamos verificar o que já vimos com base no texto kantiano. A porção deste texto que nos interessa e, portanto, seguiremos cuidadosamente compreende-se do início do § 24 até o momento em que Kant se engaja em uma espécie de digressão sobre a possibilidade do eu conhecer a si próprio como objeto, um problema que não nos é fundamental aqui por não acreditarmos ser parte intrínseca da Dedução Transcendental.

A primeira passagem do parágrafo é a recapitulação que já vimos sobre a primeira parte da Dedução: “Os conceitos puros do entendimento relacionam-se pelo simples entendimento com objetos da intuição em geral, ficando indeterminado se se trata da nossa intuição ou de qualquer outra, contanto que seja sensível” (*CRP*, B 150). A insuficiência deste resultado da primeira parte se dá pelo fato de não se poder conhecer objetos determinados apenas com o conceito de uma intuição sensível em geral. A partir do momento em que o pensamento é definido como a síntese de dados recebidos de outra parte, e não como o poder criador da realidade dos objetos, o intelecto não pode passar de um aparelho cognitivo a ser preenchido, não pode ser tratado como produtor independente de conhecimentos.

Analisemos agora de que forma este arcabouço conceitual, que funda o conhecimento *a priori* dos objetos, poderia gerar conhecimento empírico determinado. Isto só

poderia significar que a apreensão dos dados empíricos poderia se conformar àquela síntese puramente intelectual, o que significaria o estabelecimento, via categorias, de uma ligação necessária entre os fenômenos apreendidos. Agora, uma vez que trata-se, na apreensão fenomênica, de uma síntese *a posteriori*, isto é, uma síntese que acontece dada a afecção, como se poderia garantir que esta captação de dados seria regulada *a priori* pelo entendimento? É aqui que mostra toda sua importância a Estética Transcendental, que estabelece o que Kant chama propriamente de Idealismo Transcendental, a saber, a caracterização do tempo e do espaço como formas *a priori* da sensibilidade e não como realidades absolutas:

Como, porém, há em nós uma certa forma de intuição sensível a priori, que assenta na receptividade da faculdade de representação (sensibilidade), o entendimento, como espontaneidade, pode então determinar, de acordo com a unidade sintética da apercepção, o sentido interno pelo diverso de representações dadas e, deste modo, pensar a priori a unidade sintética da apercepção do diverso da intuição sensível, como condição à qual tem de encontrar-se necessariamente submetidos todos os objetos da nossa (humana) intuição (CRP, B 150, exceto por “intuição sensível”, os grifos são meus).

Kant está se referindo ao tempo, e não ao espaço, ao que tudo indica, porque ele é a forma do sentido interno, portanto, de todos os fenômenos, que, em última instância, são sempre representações e, como tal, pertencem ao sentido interno, ao passo que o espaço só determina os fenômenos externos. Fica transparente na passagem que o tempo vem cumprir a função de tornar compreensível que a apreensão de fenômenos possa ser conforme às categorias, o que é a chave de nossa leitura. Neste mesmo sentido, na nota ao Prefácio dos *Primeiros Princípios* a que já nos referimos, Kant diz que, concedendo-se que o entendimento possua princípios sintéticos *a priori* de sua própria natureza, por meio dos quais submete os dados sensíveis às categorias, “deve haver também intuições *a priori*, que contêm as condições exigidas para a aplicação desses conceitos puros do entendimento” (Ak. 18, nota). Ocorre que, a partir do momento em que há o

tempo como forma *a priori*, este pode e deve ser determinado pelas categorias, como se espera de toda representação de que tomamos consciência. Ao ser determinado pelas categorias, ele permite que seu conteúdo também o seja, pois ele torna possível a formação de uma estrutura *a priori* categoricamente determinada na faculdade de recepção de sensações a que os dados empíricos devem se acomodar. Nós não podíamos pensar por qual razão a apreensão de dados empíricos poderia se adequar a uma síntese que, em sua origem e natureza, é puramente intelectual, embora isto fosse uma imposição conceitual da primeira parte da Dedução, mas nós temos que pensar que os dados empíricos são apreendidos em conformidade com o tempo, pois esta é sua forma. Contendo esta forma, ela mesma, um diverso dado *a priori*, que pode e deve ser ele próprio objeto de uma síntese, o tempo se oferece aqui como a ponte de que Kant precisava do *a priori* meramente intelectual ao *a posteriori*.⁷⁶

Kant dá continuidade então à passagem citada, chegando a uma conclusão que, em nossa interpretação, é perfeitamente natural, e não uma petição de princípio como é para Allison: “é assim que as categorias, simples formas de pensamento, adquirem então uma realidade objetiva, isto é, uma aplicação aos objetos que nos podem ser dados na intuição, mas só enquanto fenômenos, porque só destes somos capazes de intuição *a priori*” (CRP, B 150-1)⁷⁷. Esta

⁷⁶ É pensando o tempo enquanto forma da intuição como garantidor da possibilidade da conformidade dos fenômenos às categorias que discordo de Thomas Land, quando este se propõe a pensar a inclusão das formas da sensibilidade no argumento da Dedução Transcendental como um problema em vez de uma solução (cf. 2005, p. 2). No entanto, Land também nos diz que a tese de que nossa sensibilidade tem formas próprias é uma premissa no argumento da segunda parte da Dedução (cf. 2005, p. 8).

⁷⁷ Por constatar assim que só na segunda parte da Dedução B é demonstrado que as categorias se aplicam aos fenômenos adquirindo realidade objetiva, discordo da leitura de Paton, para quem a primeira parte da Dedução B seria a prova da objetividade das categorias, ou a dedução objetiva de que Kant fala na primeira edição da *Crítica*, e a segunda parte seria então apenas a dedução subjetiva, sendo esta entendida como a explicação do “maquinário subjetivo que torna possível o entendimento como faculdade do conhecimento humano” (Paton, 1936, v. I, p. 501). Embora a explicação de um “maquinário subjetivo” permeie realmente o argumento de Kant, com base em nossa investigação quanto à Dedução B em seu

passagem também é interessante por mostrar como a Dedução não só fundamenta como também limita o conhecimento. Eu só posso conhecer objetos temporais, porque tenho apenas o tempo como elemento *a priori*, portanto, adequado a uma síntese transcendental e, ao mesmo tempo, como elemento formal sensível, portanto, preenchível por dados empíricos.

Tendo exposto seus argumentos nestes termos, Kant dará um nome à síntese que se aplica ao tempo: “Esta síntese do diverso da intuição sensível, que é possível e necessária *a priori*, pode denominar-se *figurada* (*synthesis speciosa*), para a distinguir da que, em relação ao diverso de uma intuição em geral, seria pensada na simples categoria e se denomina síntese do entendimento (*synthesis intellectualis*)” (CRP, B 151). Allison tem razão, é importante perceber que se trata de uma síntese extra-conceitual, mas ele vê um problema onde não parece existir um ao criticar Kant por já incluir a adequação às categorias na definição desta síntese. Kant está nos dizendo que esta síntese é possível *a priori*, porque as representações às quais ela se aplica são de origem *a priori* e está nos dizendo que ela é necessária *a priori*, porque, dada a primeira parte da Dedução, ele não poderia conceber que o sujeito tivesse uma representação *a priori* e não pudesse submetê-la à síntese da apercepção, mais ainda, Kant não poderia admitir mesmo uma representação *a posteriori* que não estivesse sob a jurisdição das categorias, dado o argumento de que toda a representação a que chamo minha representação o estaria. A questão é que a

todo, eu defenderia, antes pelo contrário, que é ainda menos claro na edição B do que na A o que pertenceria apenas à dedução subjetiva e o que pertenceria essencialmente a uma dedução objetiva, não sendo por acaso que Kant corta da edição B da *Crítica*, mesmo do Prefácio, qualquer referência a tal distinção. O próprio Paton lida com objeção similar em nota, mas, a meu ver, sem respondê-la (cf. 1936, v. I, pp. 527-8, n. 6). Como é natural, voltaremos a essa distinção ao estudarmos a Dedução A. Por hora, refiro o leitor também à crítica de Henrich a Paton quanto a esta questão: “é claro que a proposta [da distinção entre uma dedução subjetiva e uma objetiva – AF] não pode ser aplicada à estrutura da segunda versão da dedução. Na seção 21, Kant claramente estabelece que a demonstração da validade das categorias seria completada na seção 26 (B 145). O título e a conclusão desta seção não podem ser lidos de outro modo” (1982, p. 68).

possibilidade necessária da conformidade de representações *a posteriori* à síntese da apercepção, ele só pode tornar compreensível com a intermediação da síntese figurada que nos apresenta e com a qual não enfrenta os mesmos problemas dado seu caráter *a priori*⁷⁸. Aqui, compreendemos ainda o fato da segunda parte da Dedução ser um argumento sintético e não se limitar à inferência simples da síntese da apercepção das minhas representações em geral para a síntese da apercepção das minhas representações empíricas. O tempo, com sua síntese figurada, teve que ser introduzido no argumento de fora.

Neste ponto, cabe observar que Henrich havia objetado ao argumento da apercepção que ele levaria a uma solução espantosamente simples para o problema mais profundo da filosofia crítica, pois provaria a necessária aplicação das categorias às intuições pela simples análise do conceito de “minhas representações”:

Precisamente porque toda consciência pressupõe, de acordo com Kant, uma sensibilidade, alguém é tentado a descrever esta sensibilidade mesmo como ‘sua’ sensibilidade e então depois assumir que todas as representações sensíveis dadas precisam também, nesta medida, ser ‘suas’. Isto significaria que elas devem ser definidas como conteúdos possíveis de sua consciência. E, por proceder deste modo, a dedução transcendental seria completada como um resultado de uma simples análise semântica de como a palavra ‘minha’ é usada. Pois se todas as representações dadas são ‘minhas’ no sentido indicado, então isto significa precisamente que elas podem ser tomadas na unidade de consciência de acordo com as categorias (1982, pp. 176-7).

⁷⁸ Em suma, com esta síntese figurada, Kant daria conta da tarefa que acreditamos ter sido bastante bem formulada por Paton nesta passagem: “O que Kant tem que explicar agora [na segunda parte da Dedução - AF] é como o diverso dado para a intuição humana tem que se conformar a estas sínteses intelectuais envolvidas na própria natureza do pensamento. A dificuldade da Dedução jaz na relativa independência entre pensamento e intuição, tais que intuições são dadas para nós independentemente do pensamento, e o pensamento tem suas próprias formas que nada tem a ver com a natureza do que é dado para nós na intuição” (1936, v. I, p. 533). Este comentário deve ser comparado com a passagem do texto kantiano contida em A 90-1, B 122-3, que julgamos tão complicada. Há que se notar que Paton fala justamente de uma independência relativa, pois justificável apenas pelo fato de que as formas do pensamento não são formas de receptividade de dados. Kant, como apontamos na ocasião, parecia querer significar um abismo mais radical naquele momento.

De fato, o argumento da unidade da apercepção em todas as minhas representações já declara como necessária uma síntese *a priori* de todas elas, inclusive, de representações empíricas, portanto. Mas este é só um passo do argumento e é necessário um segundo passo que torna o argumento sintético, justamente porque, primeiro, não temos nenhum tipo de dado no primeiro passo e, em se tratando de dados *a posteriori*, exigidos para a relação do intelecto com a realidade, não se compreende como uma síntese deles poderia ser necessária *a priori* sem a introdução do tempo como um apelo aos resultados da Estética Transcendental. Assim, pode ser verdade que uma simples análise provaria *que* determinadas intuições empíricas têm que poder se submeter às categorias e, portanto, que restasse à segunda parte de uma Dedução mostrar apenas *como* isto seria possível, expondo a forma das intuições empíricas. Mas isto seria também introduzir uma mudança bastante profunda no modo de exposição de Kant, porque seria começar a Dedução a partir de intuições empíricas ao passo que Kant começou seu argumento com a idéia de uma síntese puramente intelectual de um diverso em geral. Foi exatamente por se limitar a esta síntese meramente conceitual que a necessidade conferida às categorias na primeira parte da Dedução B era apenas formal, não estando as mesmas relacionadas a quaisquer objetos com sentido determinado. Daí que o tempo foi introduzido para determinar o argumento pela necessidade objetiva das categorias, mostrando que há um diverso sensível a que são aplicáveis e, por conseguinte, que, daquela necessidade intelectual, podemos retirar regras para a constituição de objetos concretos, objetos estes que ainda não figuram no plano atemporal do primeiro passo.

Feitas estas considerações, retomamos a análise do que resta da parte do parágrafo em tela que nos interessa. Kant, neste texto, atribui a síntese figurada a uma faculdade, a imaginação, e explica o porquê de chamá-la de síntese *transcendental* da imaginação. Além de

reafirmar o que vimos dizendo, a passagem vale a citação para ser mantida em mente durante nosso estudo do Esquematismo. Ela será então crucial para que compreendamos o próprio lugar do Esquematismo na *Crítica* em relação à Dedução:

A síntese figurada, porém, quando se refere apenas à unidade sintética originária da apercepção, ou seja, a esta unidade transcendental que é pensada nas categorias, deverá chamar-se *síntese transcendental da imaginação*, para a distinguir da ligação simplesmente intelectual [...] a imaginação pertence à *sensibilidade*, porque a condição subjetiva é a única pela qual pode ser dada aos conceitos do entendimento uma intuição correspondente; na medida, porém, em que a sua síntese é um exercício da espontaneidade, que é determinante, e não apenas, como o sentido, determinável, pode determinar *a priori* o sentido, quanto à forma, de acordo com a unidade da apercepção; é, portanto, uma faculdade de determinar *a priori* a sensibilidade; e a sua síntese das intuições, *de conformidade com as categorias*, tem de ser a síntese transcendental da imaginação, que é um efeito do entendimento sobre a sensibilidade e que é a primeira aplicação do entendimento (e simultaneamente o fundamento de todas as restantes) a objetos da intuição possível para nós (CRP, B 151-2).

Estando entendida esta síntese transcendental da imaginação como a abertura da porta para a aplicação das categorias aos dados empíricos, podemos voltar à discussão com Allison, agora, exatamente sobre essa síntese da apreensão que dá origem à percepção. A imaginação transcendental, com sua síntese, só vai voltar a nos ocupar no capítulo sobre o Esquematismo, quando trataremos de compreender como se dá mais exatamente este procedimento de ligação entre o entendimento e a sensibilidade.

1. 2. 9. O momento final da Dedução Transcendental

No texto da segunda edição da Dedução, Kant define a síntese da apreensão como “a reunião do diverso numa intuição empírica pela qual é tornada possível a percepção, isto é, a consciência empírica desta intuição (como fenômeno)” (*CRP*, B 160), estamos aqui no § 26. Para Kant, seja lá como o dado chegue para a captação dos sentidos na afecção, só temos consciência do diverso das sensações ligando-o nós mesmos para a formação de uma percepção. A consciência empírica é então sempre a consciência de um complexo e, mais do que isso, de um complexo elaborado pela mente humana, ainda que não deliberadamente.

Em uma escala que vá do intelecto puro às sensações, temos então uma síntese meramente intelectual, uma síntese feita pela imaginação sobre a forma da sensibilidade e, agora, uma síntese da imaginação⁷⁹ sobre a própria matéria da intuição sensível. Sendo necessário ligar as categorias a esta última síntese para que tais conceitos em si vazios adquiram relação a objetos determinados, em nossa interpretação, deduzimos essa ligação da necessidade e possibilidade do tempo, objeto da segunda síntese e forma da terceira, ser determinado pelas categorias. Isto parece estar claro nos 5 passos do § 26, que, antes de se direcionar a exemplos e após ter seu ponto introduzido, insere um argumento que começa justamente por dizer que tempo e espaço são formas *a priori* às quais: “a síntese da apreensão do diverso do fenômeno tem que ser

⁷⁹ Na passagem sob análise, não é dito que a imaginação opere a síntese da apreensão, mas Kant se gaba desta descoberta na edição A da Dedução (cf. *CRP*, A 120, nota). Naturalmente, esta tese não pode ser diferente na edição B, porque é sempre fundamental à doutrina de Kant que haja uma síntese na própria formação da intuição sensível, ao passo que esta síntese não seria recebida pronta nos sentidos e nem seria executada diretamente pelo entendimento.

conforme” (*CRP*, B 160). Allison é de grande auxílio aqui por colocar em termos bem claros a intenção de Kant com esta premissa: “qualquer coisa que se mostre como uma condição necessária da representação do tempo e do espaço também será uma condição necessária para a apreensão ou percepção de qualquer coisa que seja intuída no tempo e no espaço” (1983, p. 164).

O segundo passo do argumento se refere, ainda que não explicitamente, à síntese transcendental da imaginação ao ressaltar que tempo e espaço são também eles próprios “*intuições* (que contêm um diverso) e, portanto, com a determinação da *unidade* desse diverso que eles contêm” (*CRP*, B 160); ou seja, para que o tempo e o espaço sejam representados, seu diverso precisa ser sintetizado pela imaginação na composição do que Kant chama de intuição formal ou pura.

A seguir, terceiro passo deduzido dos dois primeiros, Kant afirma que a síntese que gera esta intuição formal é uma condição *a priori* da síntese da apreensão: “as condições da unidade das representações de espaço e tempo são também condições da apreensão de qualquer coisa no espaço e no tempo. Consequentemente, qualquer coisa que seja apreendida em uma determinada posição no espaço e no tempo precisa se conformar às condições da representação de sua unidade” (Allison, 1983, p. 165). Como se vê, Kant estaria se valendo, sobretudo, do passo n. 1: “Desde que a unificação das representações de espaço ou tempo é alcançada por meio da síntese transcendental da imaginação, ela [a unificação – AF] também serve para conectar a síntese da apreensão a esta síntese transcendental [da imaginação – AF]” (*ibid.* *idem*). Assim, Kant está jogando aqui com as propriedades do tempo e do espaço (importa, sobretudo, o tempo) de serem formas para a matéria das sensações e, por outro lado, de serem também um diverso *a*

priori que serve de conteúdo a uma síntese, quer dizer, tempo e espaço são determinantes (são formas da intuição) e são determináveis (são intuições formais), são determináveis pelas categorias, pois em consonância com elas opera a imaginação em sua síntese transcendental, e são determinantes dos dados empíricos, pois em consonância com eles opera a imaginação em sua síntese da apreensão, visto que nenhuma intuição empírica pode ser humanamente concebida fora de uma estrutura espaço-temporal.

Desta dupla posição do tempo e do espaço, que os torna elementos intermediários no aparelho cognitivo humano, Kant chega ao quarto passo do argumento que é a aplicação da unidade sintética originária de uma intuição em geral à nossa intuição sensível, para Allison, um passo que só pode ser dado por sua intervenção no texto kantiano: “Kant dogmaticamente afirma que a unidade requerida para a apreensão é uma aplicação à sensibilidade humana da unidade do diverso de uma intuição em geral que é requerida para a apercepção” (1983, p. 166). Está claro que o peso do argumento kantiano neste ponto está na tese de que a síntese transcendental da imaginação é regrada por categorias e, por sua vez, condiciona a apreensão. Como para Allison, o próprio Kant não demonstrou uma implicação da unidade da apercepção para a síntese transcendental da imaginação, sem sua própria construção argumentativa do caminho inverso, da síntese da imaginação para a apercepção, a conclusão embutida no quarto passo não se sustentaria.

Para nós, feita a introdução do tempo, o argumento de Kant se sustenta perfeitamente. Mas, sem que queiramos retomar essas questões já discutidas, é interessante trazermos de volta aquele contexto para checarmos o que poderia ser um ponto cego na

interpretação de Allison. Nós sabemos que Allison estabeleceu um vínculo necessário entre a síntese transcendental da imaginação e as condições da unidade da apercepção, porque, sem esta, o produto daquela, como qualquer outro complexo singular, não poderia ser pensado, uma premissa defendida por Allison como suposto resultado da primeira parte da Dedução (ver 1983, p. 138 para a premissa em si e a p. 162 para sua aplicação ao produto da síntese da imaginação). O que Allison parece não perceber é que, sobre estas bases, o mesmo argumento vale também para a síntese da apreensão, o que descarta a necessidade da própria síntese transcendental da imaginação como intermediária entre a síntese da apreensão e a unidade da apercepção, pois a tomada de consciência de uma intuição empírica também é a formação de um complexo singular.

Se for objetado que tal complexo não estaria condicionado pela identidade da apercepção por não ser conceitual, primeiro, diremos que não há nada no modo como Allison expõe o argumento da representação complexa para o sujeito idêntico que especifique tal representação como conceitual. Apenas é defendido que eu não poderia ter uma representação complexa singular se cada elemento componente da representação estivesse em uma autoconsciência diferente. Assim, o mesmo vale para juízos e para coisas. Em segundo lugar, responderemos a eventual objeção dizendo que o próprio Allison ressalta, e corretamente, o caráter extra-conceitual já da síntese transcendental da imaginação (cf. por exemplo, 1983, p. 165), afinal, o produto de tal síntese, ainda que formal, é uma intuição⁸⁰. Mas Allison não coloca a questão e, assim, jamais nos explica por que, em uma intuição formal, para que eu tenha consciência do diverso como formando um composto, preciso pressupor uma autoconsciência idêntica, mas não valeria o mesmo para uma intuição empírica.

⁸⁰ Este é um aspecto da interpretação da segunda parte da Dedução para o qual o leitor deve estar bastante atento ao estudarmos a definição de esquemas no terceiro capítulo desta tese.

O quinto passo do argumento do § 26, enfim chegamos a ele, é apenas a conclusão de que a própria percepção está então submetida às categorias: “Toda síntese, portanto, mesmo aquela que torna possível a percepção, está sujeita às categorias” (*CRP*, B 161). Aqui há um problema aparente pela suposta impossibilidade de se distinguir então entre uma síntese meramente subjetiva de representações (percepções ligadas entre si apenas pelas leis empíricas da associação, como em delírios e sonhos) e a experiência (uma síntese objetiva ou intersubjetivamente compartilhável de percepções, que gera conhecimento empírico). Mas acreditamos que o problema se resolva com a observação que já fizemos sobre o papel das categorias como condicionantes das representações no sentido em que há a possibilidade necessária de síntese *a priori* subjacente a todo conteúdo representacional, não havendo uma *efetividade* necessária de tal síntese⁸¹.

Na seqüência, Kant apenas encerra esta porção do parágrafo que precede os exemplos, afirmando que “desde que a experiência é o conhecimento por meio de percepções conectadas, as categorias são as condições da possibilidade da experiência e são, portanto, válidas *a priori* para todos os objetos da experiência” (*CRP*, B 161). Isto é apenas uma reafirmação do princípio da Dedução que já estudamos. Kant está nos dizendo que, uma vez que a experiência se define pela conexão entre as percepções (deveria ter dito ainda “conexão necessária”), o que realiza esta conexão torna possível a experiência e vale então *a priori* para qualquer objeto que possa figurar em uma experiência. Mas em nenhum momento a Dedução procurou mostrar que as categorias é que são as regras de uma síntese *a priori*. Isto estava assumido no princípio como

⁸¹ Mas, observamos novamente que, aqui, a Dedução se ressentia da falta de uma distinção entre as categorias matemáticas e as categorias dinâmicas. As primeiras são realmente constitutivas de qualquer síntese que gere uma percepção.

praticamente uma tautologia. Categoria do entendimento é o nome que Kant dá para os conceitos que regulam a síntese *a priori* do diverso sensível em geral tornando possível a objetividade em geral.

É importante notar também que, quais sejam estas categorias, ou seja, a tábua descoberta na Dedução Metafísica, de modo algum é um problema que tenha interferido no desenvolvimento da Dedução Transcendental. Fossem outras as categorias, os argumentos não mudariam em nada. Estou então, neste ponto, de pleno acordo com Kemp Smith: “a prova da validade de categorias *específicas* é dada [...], não na dedução objetiva da Analítica dos Conceitos, mas somente na Analítica dos Princípios” (1918, p. 242, cf. também p. 252). Apenas devo observar que, para Kemp Smith, este “defeito” ocorre em menor grau na edição B, pela introdução da análise do juízo, já que as categorias específicas haviam sido conectadas com formas específicas dos juízos. De todo modo, mesma na edição que estudamos presentemente, ainda “precisa ser notado que o argumento transcendental só é completado pela pressuposição da adequação da dedução metafísica. Não é feita nenhuma tentativa para mostrar que as categorias particulares obtidas na dedução metafísica são aquelas que são requeridas, que não haja outras ou que todas as doze sejam indispensáveis” (1918, p. 287-8).

A mesma leitura é encontrada em outro comentador clássico: “não é feita nenhuma tentativa para lidar com as categorias separadas. A Dedução Transcendental se preocupa com categorias em geral. Para a discussão de categorias detalhadas, nós precisamos ter paciência até chegarmos à Analítica dos Princípios” (Paton, 1936, v. I, p. 314, cf. também p. 475 e p. 552). E a lista deles, de fato, é longa. Strawson ainda, lendo a conclusão de Kant na Dedução de modo

muito semelhante ao que fizemos aqui, comenta que o argumento teria visado demonstrar que qualquer unidade conceitual da consciência requer como condição uma unidade objetiva capaz de ser articulada em juízos empíricos objetivos, mas: “No que diz respeito a esta conclusão geral, permanece uma questão largamente aberta precisamente quais conceitos específicos ou tipos de conceitos, se quaisquer, são essenciais se a conceitualização da experiência deve satisfazer estes requerimentos gerais de unidade e objetividade” (1966, p. 87, cf. também pp. 84, 114 e 117). Chipman é mais um exemplo desta leitura que, a esta altura, já chamaríamos de convencional: “De fato, ainda [depois da Dedução – AF] não foi estabelecido, com respeito a qualquer categoria *particular*, que *aquela* categoria é necessária para a possibilidade da experiência” (1982, p. 102). Para irmos finalizando nossos exemplos por aqui, temos Bird: “a Dedução Transcendental é uma explanação da noção de uma categoria, e não um argumento sobre qualquer conceito particular” (1962, p. 86, cf. também pp. 88-90, 111-3 e 130); e Kitcher: “Argumentos específicos sobre categorias individuais só podem ser encontrados na Dedução Metafísica e nos Princípios” (1990, p. 62, cf. também p. 64).

O verdadeiro alvo da Dedução, alcançado neste quinto passo, era mostrar que uma síntese *a priori*, portanto, também suas regras, são pressupostos da síntese que gera as percepções, em outras palavras, que o conceito de experiência possível é necessário como um pressuposto das próprias percepções. Porque Allison não lê como nós o modo como Kant entende as categorias e o princípio, que, em decorrência, impõe-se à Dedução, ao não poder encontrá-lo então como resultado da mesma, julgou um equívoco que se dissesse que as categorias possibilitam a experiência:

O que deve ser demonstrado é que, ao servirem como regras para a unificação das percepções [...] as categorias tornam possível o conhecimento de uma ordem

objetiva de coisas e eventos [...] distinta da ordem subjetiva das percepções [...]. O problema com o argumento da Dedução Transcendental é que tal resultado não se segue do papel das categorias na síntese da apreensão. No máximo, se segue deste papel que as categorias são necessárias para a conexão das percepções na ‘consciência empírica’; não se segue dele que elas também funcionem para relatar estas percepções a uma ordem objetiva e assim produzir experiência. Na verdade, não se segue somente do argumento da Dedução Transcendental que a experiência no sentido kantiano seja mesmo possível” (1983, p. 168).

Allison pretende elucidar sua interpretação tão avessa à nossa com os dois exemplos de aplicação das categorias que Kant oferece no § 26. Notamos que é aqui, pela primeira vez na Dedução, que Kant não trabalha apenas com o conceito de uma categoria em geral, o que é perfeitamente natural em se tratando de exemplificar o processo de aplicação desses conceitos puros à sensibilidade. Não quer dizer de modo algum que, fossem outras as categorias, os argumentos precedentes não valeriam. Allison quer usar esses exemplos para mostrar que essas duas categorias aparecem no texto do próprio Kant como condições apenas da apreensão dos objetos na consciência empírica, não como uma condição da experiência desses objetos distinta de sua mera representação subjetiva (cf. 1983, p. 169)⁸².

⁸² Antes de começarmos a exposição do primeiro exemplo, penso que convenha observar que, quando Allison diz que Kant não provou que as categorias condicionam a experiência, ele quer dizer que julga que Kant não provou que as categorias tornem possível a experiência ao serem aplicadas a intuições empíricas. Ele admite que as categorias ao menos se aplicam necessariamente à experiência – ou que a experiência, em alguma medida, depende das categorias –, pois acredita que elas se aplicam necessariamente às percepções que fazem parte da experiência (cf. 1983, p. 168).

Os exemplos do § 26

O primeiro exemplo de Kant é a intuição da casa. Ele nos diz que, ao apreendermos o diverso da intuição convertendo-o em percepção, tomamos por fundamento a unidade *necessária* do espaço (cf. *CRP*, B 162), ou seja, a síntese transcendental da imaginação que determina o espaço como intuição formal. Como era de se esperar, ele nos leva um degrau acima ao afirmar que, abstraindo então da forma do espaço, temos a pura unidade sintética do entendimento, que, no caso, seria representada pela categoria da quantidade: “a categoria da síntese do homogêneo numa intuição em geral [...], à qual deverá, portanto, ser totalmente conforme esta síntese da apreensão, isto é, a percepção” (*CRP*, B 162).

Ao contrário do que dissemos anteriormente sobre a relação de condicionante e condicionado da categoria para a percepção, Kant, como também advertimos que seria o caso, está nos dizendo que a categoria tem um papel necessariamente efetivo na síntese da apreensão, ou seja, se eu me deparo com uma casa, eu a percebo no espaço, mas esta determinação do espaço em que desenho a figura de uma casa diante de mim só é possível mediante a aplicação da categoria da quantidade que, como Kant nos explica nos Axiomas da Intuição, torna possível a composição do diverso homogêneo em uma representação (cf. *CRP*, B 202-4).

Volta à tona aqui o fato de que temos que conceder a Allison que algumas categorias são condições constitutivas de percepções: as categorias matemáticas. A percepção não se concretiza sem as categorias matemáticas funcionando como regras de sua síntese. No

entanto, se queremos da Dedução uma resposta a um cético que nos permita diferenciar simples estados de consciência de valor privado de uma experiência objetiva, as categorias matemáticas também não nos são de auxílio. Categorias matemáticas sozinhas não garantem a validade necessária de juízos empíricos, não tornam a experiência possível. Para elas sim vale dizer que só condicionam a experiência, porque condicionam a consciência empírica que a compõe mas não a resume. Posto simplesmente, com uma categoria matemática, eu tenho a figura de uma casa em minha mente, mas não sei nada sobre a realidade empírica efetiva desta casa, não sei se há uma casa fora de minha mente (no sentido empírico desta externalidade, é claro).

E se as categorias matemáticas não bastam para a realização do fim da Dedução Transcendental, por outro lado, gostaríamos de abrir um parêntese para sugerir que essas categorias tão pouco precisam dessa Dedução Transcendental. Ao que nos parece, se o problema fossem as categorias matemáticas, bastariam os argumentos expostos nos Axiomas da Intuição e nas Antecipações da Percepção, somados à dedução transcendental do espaço e do tempo, como a dedução transcendental de sua realidade objetiva. Estes argumentos não parecem precisar se valer dos resultados da seção que Kant intitulou Dedução Transcendental dos Conceitos Puros do Entendimento, bastando-se por si próprios, pela seguinte razão: partindo-se do próprio fenômeno, chega-se aos princípios referentes às categorias matemáticas como suas condições *sine qua non*. Kant, com sucesso ou não (não nos é fundamental saber disso aqui), se o entendemos bem naquelas provas, quer mostrar que, na ausência desses princípios, não há consciência empírica. O que o cético poderia fazer então se concedesse o sucesso de Kant nestas passagens da *Crítica*? Negar que tem consciência empírica? Impossível se a questão a ser resolvida for tomada como

dizendo respeito à objetividade de nossas representações. O cético estaria negando uma condição inerente da questão que levanta: que temos representações sensíveis.

Kant parece ter consciência disso. Esse posicionamento seria textualmente assumido quando ele encerra a argumentação em prol dos princípios relacionados às categorias matemáticas e introduz as Analogias da Experiência, princípios decorrentes das categorias dinâmicas de relação, aquelas que de fato objetivam as relações entre nossas representações constituindo objetos empíricos para além de nossa consciência privada deles: “O princípio geral destas três analogias assenta na unidade necessária da apercepção” (*CRP*, A 177, B 220). Assim, estivéssemos lendo mal seu texto, por que Kant intercalaria esta observação entre os princípios do entendimento matemáticos e dinâmicos? Afinal, o princípio geral de todos os princípios do entendimento assentariam então na unidade necessária da apercepção.

Kant, em nossa hipótese interpretativa, precisaria só agora da unidade necessária da apercepção, porque a partir dela se estabelece que deve sempre ser possível uma síntese necessária de nossas representações, sendo que as Analogias são apenas modos em que esta síntese se dá na ordem do tempo e modos que não podem ser diretamente exibidos na síntese que forma representações sensíveis. Por isso também, Kant afirma que a certeza cabível aos princípios matemáticos é intuitiva e, aos princípios dinâmicos, é discursiva (cf. *CRP* A 162, B 201). Nos argumentos para cada Analogia, ele pretende mostrar como, sem estes princípios, haveria apenas formas subjetivas para a ordenação dos fenômenos no tempo. Um ponto que o leitor não deve perder de vista é que estes próprios argumentos não se ocupam de demonstrar por que deveria haver uma forma objetiva de sintetizar a ordem dos fenômenos. Um cético, sem a

Dedução Transcendental, olharia para as Analogias como meros desenvolvimentos hipotéticos que pressupõem o que ele nega: que algo como a experiência em sentido forte seja uma possibilidade que devamos necessariamente assumir. Sem o argumento da unidade da apercepção, ele continua não podendo negar que temos consciência empírica, mas ele pode negar que a experiência humana não deva se resumir ao sentido de vivências subjetivas. Ele poderia concordar, por exemplo, que, sem a causalidade, não posso determinar objetivamente no tempo a posição de um fenômeno em relação de sucessão quanto a outro. Mas a questão então seria por que deveríamos supor que esta determinação objetiva dos fenômenos na ordem do tempo tem que ser possível, por que não poderíamos nos contentar com a ordem da sucessão empírica das representações na consciência de cada indivíduo. É aqui que nossa leitura da Dedução Transcendental, se aceita, responderia a tal cético.

Já nos argumentos referentes aos princípios matemáticos, precisamos pressupor apenas que há representações espaço-temporais e que, conforme reza a Estética Transcendental, tempo e espaço são formas da nossa sensibilidade e não realidades absolutas, então estes argumentos vão apenas procurar demonstrar que não teríamos tais representações sem a aplicação das categorias matemáticas às formas das representações, mediante tais princípios. Porque não seria preciso apelar à Dedução, com seu princípio da unidade da autoconsciência, Kant se veria obrigado a fazer uma pausa entre os dois blocos de argumentos e dizer ao leitor que, agora sim, este princípio seria seu fundamento *a priori*. A partir deste momento também, a relação das categorias para as percepções seria diferente: a determinação categórica seria uma possibilidade necessária fornecendo uma regra *a priori* para que se busque o fenômeno na relação indicada, e não uma efetividade constante em cada apreensão. E isto pela razão das categorias dinâmicas, ao

contrário das matemáticas, não serem constitutivas das percepções, mas sim da experiência, fato também pelo qual Kant chama os princípios derivados das primeiras de propriamente “constitutivos” e os da segunda apenas de “regulativos” (cf. *CRP*, A 179, B 221-2).

É verdade que toda esta interpretação só ficaria demonstrada de modo satisfatório com uma análise pormenorizada da prova de cada princípio do entendimento. Como isto, no entanto, nos desviaria por demais de nosso foco e já seria razão de uma outra tese, creio que uma análise do segundo exemplo do § 26, em consonância com a segunda Analogia da Experiência e em contraste com o que dissemos sobre o primeiro exemplo, poderia bastar a nossos propósitos de apenas marcar coerentemente a diferença entre categorias matemáticas e dinâmicas de relação com respeito às percepções, o que é importante para a correta compreensão da Dedução.

O segundo exemplo de Kant aborda a aplicação da categoria da causalidade. Kant escolhe a percepção do congelamento da água para explicar o que está em jogo. Esta percepção envolve a apreensão de dois estados diferentes de um fenômeno em uma relação de tempo sucessiva. Primeiro, eu vejo a água no estado líquido e, depois, vejo a mesma água em estado sólido⁸³. Qual é então a diferença entre a representação determinada deste fenômeno e a representação determinada de uma casa, por exemplo? Quando eu olho para uma casa, tanto faz o que dela percebo primeiro. Se começo pelo telhado e desço meus olhos pela fachada, a seguir, posso inverter a ordem da apreensão e subir meus olhos pela fachada até o telhado. Esta indeterminação na sucessão, esta ausência de imposição de uma ordem temporal para a

⁸³ Kant opta assim por não usar um exemplo mais simples de causalidade, como aqueles em que o primeiro evento da sucessão é a causa e o segundo evento, o efeito. Talvez a escolha tenha sido proposital para que fique claro que a causalidade é sempre a lei que determina objetivamente qualquer sucessão.

apreensão, não me impede de ter a representação determinada de uma casa. Digo então que, embora sucessivas na minha percepção, as partes da casa apreendidas por mim, objetivamente, existem simultaneamente no tempo. É a simultaneidade objetiva das partes⁸⁴ que me confere a liberdade de não ter que determinar uma ordem certa para a sucessão dessas partes em minha apreensão delas⁸⁵.

Mas e o caso da apreensão do congelamento da água? Eu não posso dizer que tenho uma representação determinada de um congelamento se a sucessão que ocorre em minha apreensão deste fenômeno não obedece a uma ordem determinada. Diferentemente do que ocorre na representação de uma casa como objeto físico existente em um tempo *x* e um espaço *y*, se posso apreender também primeiro a solidez da água e, posteriormente, sua liquidez, eu não posso dizer que tenho a representação objetiva do congelamento. Assim, se a ordem em que a sucessão se dá efetivamente na minha apreensão é apenas empírica e subjetiva, como eu não posso apreender o próprio tempo para estar em condições de dizer que, objetivamente, essas percepções estão na relação de sucessão temporal que eu apreendo e não em uma inversa⁸⁶, como eu posso então dizer que o congelamento é um processo objetivo, que é o mesmo que dizer que a ordem em que o diverso de sua apreensão se sucede para mim é uma ordem que não pode ser revertida,

⁸⁴ Garantida, supostamente, pela categoria da comunidade que não vamos analisar aqui (cf. *CRP*, A 211, B 256-8).

⁸⁵ Parece-me fundamental advertir o leitor de que, neste ponto, apesar de trabalhar com a apreensão de uma casa, não tenho em mente o primeiro exemplo de Kant no § 26, pois, ao contrário do que faço aqui, lá, Kant não tratava da realidade empírica de uma casa, mas sim de sua simples apreensão. Por isso mesmo, enquanto ele se dedicava à explicação da categoria da quantidade, fiz referência aqui à categoria da comunidade (nota acima). Meu objetivo nesta passagem é esclarecer o segundo exemplo, começando com um contraste com um outro tipo de relação temporal na *ordem* do diverso da intuição.

⁸⁶ Na *Refl.* 4684, o que está em jogo para que Kant defenda a mesma posição (o que faz, portanto, o papel desta premissa) é que não há qualquer diferença intrínseca entre os momentos do tempo que justifique a associação de um estado de coisas a um momento em vez de outro qualquer (cf. o comentário de Paul Guyer a respeito, 1987, p. 37).

e não apenas que não é revertida? É para este tipo de problema que Kant lança mão da categoria da causalidade e vamos retomar o que dissemos seguindo passo a passo com ele até este ponto.

[1º passo] “Percebo que os fenômenos se seguem uns aos outros, isto é, que há um estado de coisas em certo tempo, enquanto havia o seu contrário no estado precedente” (CRP, A 189, B 233).

[2º passo] “A imaginação, porém, pode ligar os dois estados de duas maneiras, conforme dê preferência a um ou a outro no tempo, porque o tempo não pode ser percebido em si mesmo” (ibid. idem).

[3º passo] “tenho apenas consciência de que a minha imaginação situa um antes e outro depois, e não que no objeto um estado preceda o outro; por outras palavras, pela simples percepção fica indeterminada a *relação objetiva* dos fenômenos que se sucedem uns aos outros” (CRP, A 189, B 233-4).

[4º passo] “Para que esta relação seja conhecida de maneira determinada, a relação entre os dois estados tem de ser pensada de tal modo que, por ela, se determine necessariamente qual dos dois deve ser anterior e qual posterior e não vice-versa” (CRP, A 189, B 234).

[5º passo] “a causa determina o efeito no tempo, como sua consequência, e não como algo que simplesmente pudesse ter precedência na imaginação (ou nem sequer fosse de modo algum percebido)” (ibid. idem).

[conclusão] “porque submetemos à lei da causalidade a sucessão dos fenômenos e, por conseguinte, toda a mudança, é que é possível a própria experiência, ou seja, o conhecimento empírico dos fenômenos; por consequência, não são eles próprios possíveis, como objetos da experiência, a não ser segundo essa lei” (ibid. idem).

Com esta construção argumentativa, Kant teria nos mostrado então que só podemos ter conhecimento objetivo determinado de uma sucessão temporal qualquer quando determinamos o que será sempre uma mudança de estados como efeito de uma causa⁸⁷, pois

⁸⁷ No caso do exemplo, não posso apreender, primeiro, a água em estado sólido e, depois, seu estado de fluidez, porque determino um evento como causa da mudança de estado da água para a solidez, no caso, seu resfriamento até o congelamento. Assim, eu teria o juízo hipotético objetivo “a água, se levada à temperatura de 0° C, de líquida no tempo t^1 , torna-se sólida no tempo t^2 ” (cf. Longuenesse, 1993, p. 365 em especial e o cap. 11 de modo geral para uma análise detalhada da formação deste tipo de juízo). E, mesmo que eu não conheça a regra “se levada à temperatura de 0° C”, se eu tomo a ordem no tempo dos estados de coisas como objetiva, eu pressuponho uma regra do tipo a ser posteriormente determinada. Este tipo de formulação deixa claro que, para experienciarmos uma alteração, a Segunda Analogia, ao contrário do que parece na citação sob análise, não nos pede para simplesmente tomarmos o estado precedente como causa e o conseqüente como efeito, o que nos levaria a absurdos como a afirmação de que a saúde, por exemplo, é a causa da doença. Em vez disso, a Segunda Analogia nos diz que a experiência da mudança de estado do organismo, neste nosso exemplo, pressupõe uma regra que determine a condição da mudança (exemplo: “o organismo A, se contrair o vírus B, passa, em t^2 , a apresentar os sintomas S,

assim vetamos a possibilidade de inversão da ordem de apreensão do diverso⁸⁸. Este conhecimento objetivo de uma relação empírica de fenômenos quanto à existência é o que Kant chama de experiência e é por isso que ele nos diz que a lei da causalidade torna possível a experiência: ao aplicar a categoria de causa e efeito aos fenômenos apreendidos, estabelece-se uma relação necessária entre eles que não é inerente à própria apreensão. Note-se aqui, o que é fundamental na interpretação que proponho, que, em momento algum do argumento, Kant defende a própria possibilidade e necessidade da experiência, o que também não acontece na porção de texto da prova desta Analogia da Experiência que se segue às passagens que citei e nem na que as precede. Argumento que ele teria provado a necessidade de seu conceito de experiência possível na Dedução Transcendental (cf. por exemplo, *CRP*, A 111 e B 151) e que ele parecia ter perfeita clareza quanto a esse fato por referir as Analogias da Experiência à

ausentes em *t'*). A sucessão necessária é, portanto, a sucessão de estados de uma substância, e não necessariamente da causa e seu efeito. Kant, durante sua prova propriamente, dá exemplos apenas da sucessão de estados, e não de causas. Estas só são mencionadas posteriormente, quando ele nos diz justamente que causa e efeito podem ser (e geralmente são) simultâneas *no curso do tempo*, como uma bola e sua marca em uma almofada. Neste caso, aliás, a sucessão necessária é entre o estado da almofada com e sem a marca (cf. *CRP*, A 203, B 248-9). Se pensamos causa e efeito ainda como sucessão neste caso, é apenas porque, *na ordem do tempo*, a bola, sendo posta, é posta então a cavidade na almofada, mas não o contrário (cf. Longuenesse, 1993, p. 372). No mais, a condição da alteração de estados é um outro evento, e não a própria substância cujos estados se alteram (como, no exemplo anterior, o “organismo” ou, agora, a “almofada”), porque se o predicado no juízo fosse determinado suficientemente pelo próprio conceito do sujeito (recíproco com a substância), não se entenderia justamente o conceito de alteração, ou seja, que a *mesma* substância receba predicados diferentes em tempos diferentes. É preciso então que se *adicione* uma condição de alteração ao conceito do sujeito, o que, a propósito, explica a diferença entre juízos categóricos e hipotéticos. Todas estas questões serão propriamente discutidas no nosso capítulo sobre o Esquematismo.

⁸⁸ Newman parece-me ter captado muito bem a intenção de Kant com a Segunda Analogia: “O que Kant quer demonstrar é que não podemos assinalar posições temporais objetivas para aparências por relação direta das aparências para posições no tempo puro, mas, em vez disso, para assinalarmos estas posições temporais objetivas, precisamos envolver conexões necessárias entre as aparências que tenham um paralelo com as conexões necessárias entre os momentos do tempo” (1992, v. II, p. 198). De fato, assim como eventos causalmente determinados têm posições irreversíveis, um momento seguinte no tempo nunca retorna ao precedente. Como não podemos perceber este tempo em si, encontramos na causalidade o paralelo de seu fluxo unidirecional.

unidade necessária da apercepção relativamente à consciência empírica, que é o centro da Dedução Transcendental (cf. *CRP*, A 177, B 219-20).

É importante ressaltar também mais uma vez que a causalidade, como as demais categorias de sua espécie, no segundo exemplo, não aparece como sendo constitutiva da própria percepção, como acontecia com a categoria matemática empregue no primeiro exemplo do § 26: “A apreensão do diverso dos fenômenos é sempre sucessiva. As representações das partes sucedem-se umas às outras. Se, no objeto, se sucedem ou não, é um segundo ponto para a reflexão, que não está contido no primeiro” (*CRP*, A 189, B 234). A categoria da causalidade, as categorias dinâmicas de relação de modo geral, vem resolver este segundo ponto, não vem condicionar a própria apreensão⁸⁹. Agora esclarecidos quanto ao emprego da lei da causalidade, voltemos ao exame específico do congelamento no § 26, interior da Dedução.

Primeiro, há a apreensão subjetiva de dois estados sucessivos: “Quando (num outro exemplo) tenho a percepção do congelamento da água, apreendo dois estados (o da fluidez e o da solidez), que estão um para o outro numa relação de tempo” (*CRP*, B 162). A seguir, uma síntese do diverso deste fenômeno é dada como necessária para que a ordem de sucessão possa ser determinada: “Mas no tempo, que dou por fundamento do fenômeno, como *intuição* interna, represento-me necessariamente uma *unidade* sintética do diverso, sem a qual essa relação não poderia ser dada de *maneira determinada* numa intuição (quanto à sucessão temporal)” (*CRP*, B 162-3). Neste ponto, não é dito que a unidade sintética *a priori* aplicada ao tempo como forma da

⁸⁹ Como já apontado, é neste sentido que Kant diz que as categorias matemáticas têm certeza intuitiva enquanto as dinâmicas têm certeza apenas discursiva (cf. *CRP*, A 162, B 201) e é por isso que nós dissemos que as categorias matemáticas prescindem da Dedução Transcendental e as dinâmicas não. Voltaremos ainda a isto mais tarde.

intuição interna (a síntese figurada baseada na síntese intelectual que estivemos estudando) condicione a própria intuição empírica, mas sim a possibilidade de que uma certa relação temporal seja dada de maneira *determinada* nesta intuição. A finalização do argumento, bastante condensado no exemplo, apenas nos diz que esta síntese necessária do diverso que confere ao fenômeno uma determinação temporal objetiva tem por forma a causalidade: “Esta unidade sintética, porém, como condição *a priori* pela qual ligo o diverso de uma *intuição em geral*, quando abstraio da forma permanente da minha intuição interna, o tempo, é a categoria de causa pela qual, quando aplicada à minha sensibilidade, eu determino tudo o que acontece no tempo em geral segundo a sua relação” (CRP, B 163); ou seja, a causalidade seria a regra operante na síntese intelectual que serve de base à síntese da imaginação transcendental determinante do tempo que serve de forma à síntese da apreensão de acontecimentos empíricos. Porque seria justamente a causalidade a regra da unidade sintética neste caso é algo que ficou ausente do argumento nesta sua versão excessivamente enxuta que Kant, afinal, usou apenas a título de exemplo.

Agora, nós finalizaremos nossa interpretação da Dedução B voltando a Allison para a discussão desse exemplo e já teremos que discordar quanto ao que estaria em jogo na passagem: “O problema é explicar como tal apreensão [do congelamento da água – AF] é possível” (Allison, 1983, p. 169). Nossa interpretação distingue rigorosamente entre o problema das condições da apreensão e o problema da determinação objetiva de uma relação temporal, reservando às categorias matemáticas o primeiro papel solucionador e, às categorias dinâmicas de relação, o segundo. Para Allison, Kant pareceria estar sugerindo o seguinte paralelo com o exemplo prévio das partes de uma casa: “Simplesmente como aquela apreensão pressupõe uma

síntese que determina o diverso puro do sentido externo (o espaço), assim também esta apreensão pressupõe uma síntese que determina o diverso puro do sentido interno (o tempo)” (1983, p. 169). No entanto, é de se notar que, em nenhum momento do texto do primeiro exemplo, Kant fala em uma *determinação* do diverso de uma intuição externa, ao passo que ele chega a grifar a expressão “maneira determinada” no segundo exemplo, falando de uma relação assim dada na intuição. Kant parece estar querendo com isso marcar a seguinte diferença: o primeiro exemplo trataria apenas das condições para que se tenha consciência de uma intuição empírica externa, ao passo que o segundo exemplo trataria das condições para que se determine como um objeto o diverso de uma intuição empírica.

Se olharmos o texto da Segunda Analogia, temos Kant se expressando nos mesmos termos do segundo exemplo, mas esclarecendo com precisão o tipo de determinação em jogo. Repetindo o que já citamos: “pela simples percepção, fica indeterminada a *relação objetiva* dos fenômenos que se sucedem uns aos outros. Para que esta relação seja conhecida de maneira determinada, a relação entre os dois estados tem de ser pensada de tal modo que, por ela, se determine necessariamente qual dos dois deve ser anterior e qual posterior e não vice-versa” (CRP, A 189, B 234). Parece ficar claro então que a determinação que Kant tem em mente no contexto da aplicação da categoria de causa e efeito à sensibilidade é a imposição de uma ordem necessária em uma relação temporal sucessiva, o que, em suma, é a *determinação* da existência de um objeto no tempo⁹⁰. Tanto seria assim que a porção do texto da Segunda Analogia que se

⁹⁰ Paton lê o exemplo de forma semelhante a nós: “Notem a palavra ‘*bestimmt*’ [...]. Kant está distinguindo uma sucessão objetiva de eventos de uma sucessão subjetiva tal como a que acontece quando eu vejo as partes de uma casa uma depois da outra, embora não haja mudança correspondente ou sucessão na casa” (1936, v. I, pp. 544-5, n. 6). Nossa leitura também é condizente com a interpretação de Christian Klotz para o conceito de determinação em Kant, que, aliás, não é definido na *Crítica*, apesar de sua centralidade:

segue imediatamente ao argumento que expusemos passo a passo traz justamente uma exposição acerca do que significa para um fenômeno não apenas ser um objeto para a consciência no sentido lógico do termo em que tudo pode ser objeto, mas sim *designar* um objeto (cf. *CRP*, A 189-90, B 235). Já o texto dos Axiomas da Intuição, o paralelo do primeiro exemplo do § 26, fala de um espaço determinado (bem como de um tempo), mas aqui trata-se apenas da determinação da composição do diverso segundo uma forma delimitante, uma medida (cf. *CRP*, A 162, B 202-3). Não se trata da determinação de uma existência nesse tempo e nesse espaço⁹¹.

Nossa sugestão é então que Kant não teria feito referência a este tipo de determinação quando abordou o exemplo da apreensão de partes de uma casa justamente para não criar confusões com a determinação do outro tipo que não podia deixar de mencionar no segundo exemplo, visto que foram exposições breves, longe de serem tão precisas como as provas dos Axiomas da Intuição e da Segunda Analogia. Em todo caso, na pior das hipóteses, não há nada no segundo exemplo que nos impeça de ler a abordagem do problema da determinação no sentido da Segunda Analogia, fazendo como Allison que lê este exemplo como significando apenas e tão somente que, só como resultado de uma determinação da ordem do tempo, é possível apreender uma seqüência de percepções no tempo. Para nós, o segundo exemplo trata da possibilidade de uma determinação objetiva de uma seqüência de percepções dada na apreensão.

“determinação é o ato por meio do qual nós atribuímos uma posição ‘não-arbitrária’ para uma aparência em relação a outras aparências” (2005, p. 3).

⁹¹ É fácil entender a diferença entre a determinação em jogo em cada conjunto de princípios (matemáticos ou dinâmicos) quando pensamos no fato corriqueiro dos juízos matemáticos determinarem um espaço (na geometria) e um tempo (na aritmética), mas não tratarem de existências espaço-temporais. No mais, quando lidarmos com o capítulo do Esquematismo, veremos que as categorias matemáticas determinam o tempo no sentido de produzirem a própria série do mesmo em uma apreensão sucessiva e a síntese em que ele é preenchido, ao passo que as categorias de relação determinam a ordem do tempo para a ligação das percepções entre si (cf. *CRP*, A 145, B 184-5).

Se a simples apreensão desta seqüência é, de alguma forma, subordinada à categoria de causalidade, seria apenas na medida em que toda consciência empírica pressupõe necessariamente a *possibilidade* de uma síntese *a priori* de seu diverso.

Como, para Allison, o tratamento do segundo exemplo é a extensão lógica da segunda parte da Dedução, este exemplo serviria perfeitamente “para ilustrar a inadequação deste argumento para atingir o resultado que Kant deseja” (1983, p. 170). Este resultado, ainda de acordo com Allison, seria a prova de que as categorias condicionariam a experiência. De fato, diz Kant em seu próprio resumo da Dedução que ela “consiste em expor os conceitos puros do entendimento (e com eles todo o conhecimento teórico *a priori*) como princípios da possibilidade da experiência” (CRP, B 168). Esta experiência é então definida por ele como “a *determinação* dos fenômenos no espaço e no tempo *em geral*” (CRP, B 168-9). E aqui, tratando-se da experiência, entendemos a determinação do tempo incluindo também o mesmo sentido que atribuímos ao segundo exemplo do § 26 e à Segunda Analogia da experiência. Mas, para Kant, a Dedução não pára só nisso, ela consiste ainda “finalmente em expor essa determinação a partir do princípio da unidade sintética *originária* da percepção, como forma do entendimento, na sua relação com o espaço e o tempo, formas originárias da sensibilidade” (CRP, B 169); uma última observação que se coaduna com nossa interpretação da Dedução como uma prova da necessária possibilidade da experiência baseada no princípio da identidade necessária da apercepção⁹² e na relação deste princípio com a sensibilidade humana.

⁹² Parece conveniente deixarmos claro que a tese defendida aqui é que as categorias matemáticas, juntamente com seus princípios, prescindem do princípio da unidade da apercepção por encontrarem prova suficiente nos argumentos desenvolvidos para os Axiomas da Intuição e para as Antecipações da Percepção, somados à dedução transcendental do tempo e do espaço, mas isto não implica em dizer que o princípio da unidade da apercepção não possa servir também de fundamento a princípios matemáticos do

entendimento. Apenas não é necessário que sirva pela natureza desses princípios imediatamente aplicáveis a apreensões empíricas, cuja consciência é inegável, como suas condições necessárias. Neste espírito, deve-se conferir o denso trabalho de Paul Guyer sobre as anotações de Kant que acabaram dando origem à *Crítica*. Ele conclui que “é somente a prova da validade objetiva das três categorias de substância, causalidade e interação que constitui o objetivo essencial da dedução transcendental” (1987, pp. 65-6).

2. A DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL: UMA LEITURA SEMÂNTICA

2. 1. Uma Introdução à Filosofia Crítica Lida como Semântica Transcendental

A interpretação que Loparic nos propõe para a filosofia crítica de Kant é uma reconstrução desta em termos semânticos (cf. 2000, p. xiii). Esta leitura parte de uma apresentação da primeira *Crítica* como uma teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão pura teórica, que fixa critérios para a limitação e a expansão do conhecimento humano, sendo fundada sobre uma semântica *a priori* dos conceitos puros da razão (cf. 2000, pp. xiii e 28), justamente o que Loparic chama de “semântica transcendental” e localiza na “Analítica Transcendental” (cf. 2000, p. xiv). A semântica transcendental seria assim aquela parte da Lógica Transcendental de Kant que estuda a aplicação *a priori* de representações puras aos dados da sensibilidade (cf. 2000, p. xxiii), constituindo uma teoria *a priori* da referência e do significado dos conceitos, bem como da verdade dos juízos (cf. 2000, p. xiv)⁹³.

Se aceitamos então, como é kantianamente requerido, que juízos analíticos tem seu valor de verdade decidido unicamente por procedimentos formais, leia-se pela aplicação do

⁹³ Loparic entende que o uso do termo “semântica” seja possível, mesmo embora Kant não seja propriamente um filósofo da linguagem, porque a teoria kantiana das formas de pensamento seria, ao menos em parte, uma teoria da linguagem no sentido contemporâneo (cf. 2000, p. xxiv). Ademais, o uso do termo seria útil, porque os problemas e resultados da Lógica Transcendental poderiam ser mais bem compreendidos quando reconsiderados à luz dos desenvolvimentos posteriores da teoria do significado, que recebe o nome recente de “semântica”, em vez de serem enquadrados em um paradigma meramente mentalista (cf. 2000, p. xxv).

princípio de não-contradição à relação entre os termos do juízo (cf. *CRP*, A 151-2, B 191), ao passo que são os juízos sintéticos que se impõem como problemáticos, por não encontrarem um princípio de decisão suficiente na lógica geral, então, com o que foi dito acima, podemos redefinir a semântica de Kant, com Loparic, dizendo que tal semântica é uma “teoria *a priori* da interpretabilidade das representações discursivas que compõem proposições sintéticas sobre representações intuitivas” (2000, p. 5-6), o que implica em lermos a Analítica Transcendental como uma teoria das condições de verdade e de demonstrabilidade de juízos sintéticos (cf. 2000, p. xix)⁹⁴.

A tarefa da limitação do conhecimento humano deveria então ser igualada à tarefa da limitação da classe dos juízos sintéticos decidíveis em seu valor de verdade e a tarefa da ampliação do conhecimento humano, igualmente, deveria ser entendida como a busca de um critério para a determinação dos juízos sintéticos passíveis de serem demonstrados (cf. 2000, p. 29-30)⁹⁵. Neste ponto, uma vez que expomos o problema central da filosofia crítica na visão de

⁹⁴ Neste trabalho, não nos interessa de modo algum discutir se a distinção kantiana entre juízos sintéticos e analíticos seria ou não defensável atualmente e nem ao menos em que termos exatamente os conceitos de juízo sintético e juízo analítico deveriam ser fixados para a maior razoabilidade da teoria kantiana bem como para sua consistência interna. Nós apenas pressupomos aqui que o juízo sintético traz sempre em seu predicado um acréscimo ao conceito do termo sujeito (cf. *CRP*, A 07, B 11) e que, por isso, a Lógica Geral não dá conta de seu valor de verdade. A propósito, como este valor seria externo ao juízo, repousando em sua relação com o objeto, é daí exatamente que surgiria a necessidade de uma Lógica Transcendental, de modo que este trabalho não faria sentido sem o conceito de juízo sintético pressuposto como explicado. Para um maior aprofundamento quanto a este pressuposto, remetemos o leitor, por exemplo, aos artigos “A originalidade da distinção de Kant entre juízos analíticos e sintéticos”, do próprio Allison (cf. 1992, v. II, pp. 324-46) e “Os juízos sintéticos de Kant podem se tornar Analíticos?”, de Lewis White Beck (op. cit., pp. 347-62).

⁹⁵ Se lemos Loparic corretamente, usa-se o termo “semântica”, em vez da mais tradicional classificação desta problemática como pertencente à teoria do conhecimento, porque, antes das condições de verdade, Kant estaria preocupado com condições de decidibilidade, ou seja, para ele, de significação. Poderíamos dizer então que a semântica transcendental seria um momento anterior à teoria do conhecimento. Eu entendo esta anterioridade da semântica transcendental em relação à epistemologia em um sentido similar ao que Longuenesse atribui a uma “metafísica de novo tipo” em Kant: “Eu penso que o argumento de

Loparic como sendo redutível à questão: “como são possíveis [decidíveis – AF] proposições sintéticas?”; cabe explicar, ainda que brevemente, por que fazer uma pergunta, ao menos a princípio, mais abrangente que a do próprio Kant, que traz uma limitação explícita a uma classe de juízos sintéticos: “Ora, o verdadeiro problema da razão pura está contido na seguinte pergunta: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?” (CRP, B 19).

Felizmente, esta aparente diferença na caracterização dos problemas, como obstáculo, sucumbe a um argumento bastante simples e não requer maior atenção. Não é disputável que os princípios do entendimento, em especial as Analogias da Experiência, sejam juízos sintéticos *a priori* tidos por Kant como princípios que tornam possível a experiência e, com ela, juízos sintéticos cujo valor de verdade é empiricamente decidível. Isto significa que os outros juízos sintéticos com pretensão à verdade têm esta aspiração dependente da verdade daqueles juízos sintéticos *a priori*. Desta forma, tanto é válido dizer que o problema da primeira *Crítica*⁹⁶ são os juízos sintéticos *a priori*, cuja verdade torna possível, em princípio, juízos sintéticos *a posteriori*, como é válido dizer que o problema da primeira *Crítica*, em geral, são os juízos sintéticos que almejam um valor de verdade, um significado objetivo. O importante é apenas que não se tire o papel condicionante dos juízos sintéticos *a priori*, cuja possibilidade e verdade a *Crítica* provará, e que são, por esse papel, o coração de seu problema. Ademais, em

Kant nunca é meramente um argumento epistemológico sobre as condições de *confirmação*, *justificação* ou *verificação* de nossos juízos. É um argumento metafísico de um novo tipo: um argumento sobre a natureza de objetos como aparências, desenvolvido como um argumento sobre as condições de geração de percepções ‘*judgáveis*’ (synthesis speciosa). Assim, o foco englobante do argumento é que (i) condições para formar juízos (empíricos) (*e*, sim, em última instância, *também* identificar condições para sua justificação) e (ii) condições para determinação temporal objetiva das aparências são *inseparáveis*” (Longuenesse, 1993, pp. 364-5, n. 71). No mesmo espírito, Loparic nos falará em operações que constituem, não apenas juízos, mas também o domínio de interpretação destes, ou seja, na constituição de domínios intuitivos julgáveis.

⁹⁶ Loparic estende sua interpretação a todo o sistema kantiano, mas disto não nos ocuparemos aqui.

obra tardia, a possibilidade da experiência como conhecimento *a posteriori* é incluída por Kant no problema principal da filosofia transcendental (cf. 2000, p. 50).

Dito isto, fica estabelecido que, na *Crítica*, segundo Loparic, determinar uma classe de problemas solúveis é o mesmo que identificar uma classe de juízos sintéticos possíveis. Como próximo passo, é fundamental que vejamos como os juízos sintéticos são possíveis nesta leitura semântica. Loparic nos diz que um juízo sintético logicamente consistente é também objetivamente possível, ou seja, pode ser decidido como verdadeiro ou falso, se e somente se 1) “todos os seus conceitos não-lógicos tiverem referente em um domínio de objetos sensíveis” e; 2) “se sua forma lógica for preenchível ou satisfazível em um domínio de formas sensíveis” (2000, p. 5, cf. também pp. 20-2, 203 e 206)⁹⁷.

Já à primeira vista, podemos dizer então que se trata de uma semântica em que interpretar significa associar conceitos a dados sensíveis. No entanto, não se trata de uma semântica meramente realista em que a única tarefa seria a associação do conteúdo cognitivo ao real independente dele, mas sim de uma semântica construtivista⁹⁸, onde o real é constituído para ser então associado ao conceito (cf. 2000, p. xxvi). É desta caracterização que surge como centro da semântica transcendental uma teoria da estrutura dos domínios de dados sensíveis que preenchem juízos sintéticos (cf. 2000, p. 05). Observamos também que a possibilidade (validade objetiva) dos juízos fica condicionada à possibilidade (validade objetiva) dos conceitos, que é

⁹⁷ Em artigo de 1988, Loparic tratava especificamente da significatividade objetiva de juízos filosóficos, o que ainda me parece pertinente no contexto da plena elaboração de sua interpretação em 2000. À época, dizia ele: “uma proposição filosófica tem realidade objetiva (e pode, portanto, ser provada) se e somente se enunciar as condições de significatividade e decidibilidade de outras proposições sintéticas, tanto *a priori* quanto *a posteriori*” (1988, p. 73).

⁹⁸ Penso que seja mais apropriado que discutamos o uso deste termo no capítulo sobre o Esquematismo.

assegurada pela sensificação. O referente sensível do conceito possível, constituído por ele, é chamado objeto possível. Um objeto possível só pode ser então membro do domínio da intuição sensível, referido, em última instância, ao domínio da intuição empírica, afinal, para Kant, o que confere conteúdo (realidade objetiva) à própria intuição sensível pura é a intuição empírica da qual aquela é a forma⁹⁹.

Uma vez que apresentamos, ainda que sumariamente, como Loparic vê a *Crítica* e, em especial a Analítica Transcendental, com seu problema de fundo, podemos definir a tarefa que cabe a Kant nesta leitura: “Kant tinha que determinar condições que garantissem que proposições sintéticas consistentes, possuindo determinadas formas lógicas, pudessem ser preenchidas ou satisfeitas no domínio dos aparecimentos (Da)” (2000, p. 52)¹⁰⁰. É no método para resolução desta tarefa, que também pode ser enunciada como aquela de “assegurar de forma *a priori* a possibilidade do conhecimento sobre objetos empíricos e matemáticos” (2000, p. 75),

⁹⁹ Não estou, com isso, me opondo a Loparic, que, contra Paton, por exemplo, considera objetos matemáticos como objetos possíveis (cf. 2000, p. 21), só estou enfatizando que estes objetos são possíveis por serem objetos formais preenchíveis por intuições empíricas efetivas na experiência possível: “Os próprios espaço e tempo, por mais puros que sejam [...], seriam destituídos de validade objetiva, privados de sentido e significado se não fosse mostrado o seu uso necessário para objetos da experiência; a sua representação é um simples esquema, que se refere sempre à imaginação reprodutiva, a qual suscita os objetos da experiência, sem os quais estes conceitos não teriam qualquer significado; o mesmo acontece com todos os conceitos, sem distinção” (CRP, A 156, B 195).

¹⁰⁰ “Aparecimento”, como temos dito e podemos explicar melhor neste momento, é o termo que Loparic usa para traduzir “Erscheinung” e “Phänomen”, assim como se usa “appearance” em inglês. Ele não optar por “aparência”, porque este termo denota também disfarce e simulação. Também evita “aparição”, porque remete a manifestações sobrenaturais. “Aparecimento” seria então um termo mais adequado, que mantém o caráter de manifestação da coisa e remete a uma luta contra a redução absoluta à construção representacional (cf. 2000, p. 6, nota). Vale ainda observar quanto a isto que, tecnicamente, Kant distingue ‘Erscheinung’ de ‘Phänomen’. Frente a esta distinção, fenômenos são então aparecimentos, na medida em que estes sejam “pensados como objetos de acordo com a unidade das categorias” (CRP, A 249). Há assim uma diferenciação entre a manifestação sensível imediata (Erscheinung) e o objeto empírico determinado (Phänomen). Mas, como de hábito, Kant não é fiel à sua própria distinção, usando os termos indiferentemente, de modo que, neste trabalho, tendemos a seguir seu uso, que também o é da grande maioria dos comentadores.

que Loparic encaixa a Dedução Transcendental e o Esquematismo Transcendental. Vejamos quais são todos os passos desse método para só então nos determos a fundo nas duas etapas que interessam à nossa pesquisa.

O método referido aqui é o método combinado de análise e síntese. Em primeiro lugar, temos que ter claro que é um método constituído por um estágio regressivo e outro progressivo, um percurso do condicionado para a condição e outro da condição para o condicionado. No ponto de partida do caminho de ida, a análise, nós consideramos nosso problema como resolvido¹⁰¹. Aqui, isto significa que juízos sintéticos consistentes seriam tomados *como se* tivessem um valor de verdade determinado no domínio das intuições sensíveis (cf. 2000, p. 52), isto é, *como se* fossem possíveis (cf. 2000, p. 55), mas, para Kant, há juízos sintéticos *a priori* que são efetivamente dados, os da matemática e os da física pura (cf. *CRP*, B 20). De acordo com a interpretação que estamos expondo, é destes juízos específicos que Kant parte, excluindo juízos sintéticos *a posteriori* e outros *a priori*, o que Loparic sugere que seja explicado como uma tentativa de maximizar a certeza do ponto de partida, porque dependeria dela a certeza do ponto de chegada (cf. 2000, pp. 57, xiii-iv e 75)¹⁰². A análise teria que começar a andar descobrindo do que dependeria este dado do ponto de partida.

¹⁰¹ Para Euclides, a análise é “uma pressuposição daquilo que é procurado como se fosse admitido (e a passagem) através de suas conseqüências até algo que se admita como verdadeiro” (apud Heath, 1956, p. 138). A explicação de Pappus é mais completa: “na análise, nós assumimos aquilo que é procurado como se (já) estivesse feito e nós investigamos do que isto resulta e, novamente, qual é a causa antecedente da anterior, e assim por diante, até que, retrocedendo em nossos passos, nós chegamos a algo já conhecido ou pertencente à classe de primeiros princípios e, a tal método, nós chamamos análise por ser uma solução para trás” (apud Heath, 1956, p. 138).

¹⁰² Entretanto, vemos nas citações de Euclides e Pappus feitas na última nota que isto não seria necessário para o método como entendido por eles.

Fazendo tal derivação analítica de candidatos à condição do conhecimento sintético, etapa chamada “transformação”, Kant identificaria as categorias (e também as formas *a priori* das intuições, objeto da Estética Transcendental). Ele descobriria nesta fase que a solução de sua tarefa seria provar a existência de certas representações *a priori* que se aplicassem a todos os perceptos e que fossem suficientes para explicar *a priori* a possibilidade do conhecimento objetivo puro ou empírico (cf. 2000, p. 50). Daqui, estaríamos prontos para a segunda fase da primeira etapa do método: a resolução; que é justamente onde se localizam a Dedução Metafísica e, nossa preocupação, a Dedução Transcendental. A Dedução Metafísica se ocuparia de provar a completude, a unicidade e a existência de condições operacionais *a priori* que possibilitariam juízos sintéticos¹⁰³, enquanto a Dedução Transcendental teria que justificar o resultado obtido na transformação (cf. 2000, pp. 61-2), expondo e tornando inteligível a validade objetiva de conceitos *a priori* (cf. 2000, p. 68). Em suma, a Dedução Transcendental, para Loparic, teria que “dizer que esse conhecimento [*a priori* – AF] (as categorias, mas também as formas *a priori* da intuição) são condições necessárias da possibilidade do conhecimento objetivo, suposto como dado no começo do procedimento de solução” (2000, p. 68, cf. também p. 54). Além disso, ela conteria também a demonstração da idealidade das categorias: tese de que elas só se aplicam ao domínio da intuição sensível (cf. 2000, p. 68).

Feita, na resolução, a prova da verdade das premissas descobertas na transformação (o que equivaleria ao alcance de verdades admitidas), no caminho de volta do método, a síntese, provar-se-ia a possibilidade de proposições sintéticas em geral sobre o domínio sensível e

¹⁰³ Loparic entende que a completude da lista de categorias derivada na Dedução Metafísica nunca pode ser dada como certa por depender, em última análise, de dados da experiência interna e da história empírica da lógica (cf. 2000, pp. 65-6).

entender-se-ia como são possíveis as proposições específicas de cuja suposta efetividade Kant partiu. Teria sido mostrado “que as categorias contêm, por parte do entendimento, os fundamentos da possibilidade de toda a experiência em geral” (2000, p. 54) e o método de síntese teria que mostrar então “como elas tornam possível a experiência e que princípios de possibilidade da mesma elas fornecem na sua aplicação aos aparecimentos” (ibid. idem)¹⁰⁴, o que teria início no Esquematismo Transcendental (outra preocupação desta tese), enquanto construção no domínio sensível das condições necessárias da possibilidade de princípios derivados das categorias (cf. ibid. idem). A partir do Esquematismo, Kant poderia então chegar à verdade dos princípios do entendimento no domínio das intuições sensíveis (cf. 2000, p. 55)¹⁰⁵. A verdade destes princípios implicaria na possibilidade de outros juízos sintéticos sobre o mesmo domínio: “se os princípios do entendimento são verdadeiros dos objetos da experiência sensível em geral, todos os outros juízos sintéticos sobre o mesmo domínio, tanto *a priori* como *a posteriori*, são possíveis, isto é, são verdadeiros ou falsos” (2000, p. 55).

¹⁰⁴ Para Euclides, a síntese é “uma pressuposição daquilo que é admitido (e a passagem) através de suas conseqüências até a finalização ou alcance daquilo que é procurado” (apud Heath, 1956, p. 138). Novamente, Pappus é mais completo: “na síntese, revertendo o processo, nós tomamos como já feito aquilo a que se chegou por último na análise e, arranjando em sua ordem natural como conseqüências o que antes era antecedente, e sucessivamente conectando umas as outras, nós chegamos finalmente à construção do que era procurado” (apud Heath, 1956, p. 138). Heath, na introdução de sua tradução de Euclides, alerta para a importância da síntese como confirmação da análise, pois, desde que premissas falsas podem nos levar logicamente a conclusões verdadeiras, seria possível que o admitido no ponto de partida da análise nos levasse necessariamente a princípios verdadeiros, mas ainda fosse falso, de modo que é preciso, ulteriormente, mostrar que aqueles princípios verdadeiros também implicam necessariamente no ponto de partida da análise, que seria então verdadeiro, porque premissas verdadeiras não podem nos levar logicamente a conclusões falsas (cf. 1956, pp. 139-40). Raciocínio similar vale quando não se trata de determinar a verdade, mas sim a possibilidade de certas proposições, como seria o caso em Kant, preocupado em estabelecer a decidibilidade de proposições sintéticas.

¹⁰⁵ A posição de Hanna, posteriormente desenvolvida, me parece caminhar na mesma direção ao afirmar que uma “semântica cognitiva universal”, constituindo o coração da filosofia transcendental, oferece o caminho para a solução do problema da explicação de verdades não-empíricas substantivas necessárias” (cf. 2001, p. 24. Cf. também p. 30).

Estaria concluído o programa para a resolução do problema maior da filosofia transcendental, um programa semântico na medida em que provaria que e como formas discursivas *a priori* (as categorias) seriam aplicáveis também *a priori* a conteúdos intuitivos (cf. 2000, p. 133), generalizando um método de prova usado por matemáticos desde a antiguidade (cf. 2000, p. 39 e 175), a fim de elaborar uma teoria da validade objetiva de juízos sintéticos. Na exposição do método combinado, confirmamos também que esta seria uma semântica construtivista, como anunciado a princípio, porque requereria “que os casos possíveis que podem tornar uma proposição verdadeira ou falsa devam ser dados na intuição sensível, pura ou empírica, por meio de procedimentos sintéticos governados por exigências expostas nas categorias” (2000, p. 217); os esquemas.

Loparic assume de bom grado que a *Crítica* não está metodicamente organizada da forma exposta em cada etapa sequencial da análise e da síntese. Ele observa que a obra mistura procedimentos de análise e síntese (cf. 2000, p. 52) e podemos exemplificar o quanto ela, *prima facie*, escapa do esquema geral do método combinado apontando a separação entre as justificativas das categorias e da aprioricidade das formas do tempo e do espaço. Não é à toa que estamos diante do que deve ser lido como uma reconstrução do texto, e não de sua simples exposição. O que deve ficar claro para o leitor é que não nos importa aqui problematizar até que ponto esta reconstrução do método de prova da *Crítica* seria filologicamente defensável, isto é, compatível com a exposição textual de Kant. Essa reconstrução da Analítica Transcendental nos importa apenas como chave de leitura dos argumentos da Dedução Transcendental e do Esquematismo. A partir de agora, iremos estudar o texto da Dedução à luz da posição que seu argumento precisaria ocupar na cadeia de provas montada por Loparic sobre o texto de Kant.

Usaremos a primeira edição da Dedução, porque, há pouco, já tivemos a oportunidade de nos debruçar sobre a segunda com Allison e porque, ao contrário deste, Loparic não privilegia um dos textos da Dedução, mas, como veremos, tem na primeira edição abonos bastante convenientes. Quando tivermos completado a caminhada com Loparic pela Dedução A, já seguido com Allison o traçado da Dedução B, reuniremos os dois autores na discussão do Esquematismo Transcendental, nosso último capítulo, uma vez que as interpretações de ambos, como veremos, se tocam em vários pontos deste último texto e até mesmo em sua caracterização geral como teoria semântica.

2. 2. Estrutura e Objetivo da Dedução Transcendental

A partir deste momento, nosso trabalho fará uma leitura passo a passo do texto das duas últimas seções da Dedução Transcendental contido na primeira edição da *Crítica*¹⁰⁶. Embora o próprio Loparic não percorra este texto da forma como será feito aqui¹⁰⁷, no decorrer de sua reconstrução da Analítica Transcendental, ele seguidamente discute conceitos e princípios que compõem o argumento da Dedução. São estes momentos de seu trabalho que nos ajudarão com o nosso. Mas antes de iniciarmos esta análise pormenorizada do texto kantiano, fixemos em mente o significado geral que a Dedução tem para Loparic. Assim, quanto a seu lugar e papel, podemos

¹⁰⁶ Ocorre que a primeira seção, com poucas alterações, contém justamente os chamados §§ 13 e 14 da edição B que já tivemos oportunidade de comentar na introdução a este trabalho e que já sabemos, portanto, não serem parte do argumento propriamente dito.

¹⁰⁷ “Não é meu propósito aqui examinar o espinhoso problema da dedução transcendental. Quero apenas fazer algumas observações sobre seu lugar na solução kantiana do problema fundamental da filosofia transcendental” (Loparic, 2000, p. 69).

ênfatizar que, de acordo com Loparic, ela “faz parte da resolução [do método de análise, como mostrado acima – AF] e prova que as categorias são condições necessárias ideais de compreensibilidade de todo e qualquer objeto, em particular, de objetos da experiência” (2000, p. 75). E temos também na exposição de Loparic que a Dedução “prova a necessidade e a idealidade das condições *a priori* de possibilidade de proposições sintéticas, previamente identificadas na análise propriamente dita e provadas existentes, completas e únicas na dedução metafísica” (2000, p. 77).

A princípio, podemos equiparar as duas explicações, porque provar a compreensibilidade de objetos de experiência, referentes de juízos sintéticos sobre a experiência, é o mesmo que provar a possibilidade da objetividade destes próprios juízos, uma vez que a própria definição da objetividade de uma representação em Kant é a relação ao seu objeto (cf. *Prols.*, A 78). No entanto, uma coisa é provar que as categorias condicionam a objetividade, ou seja, que sem categorias não há juízos sintéticos verdadeiros ou falsos ou que não se compreende como uma representação possa se referir a um objeto; outra coisa, mais forte, seria simplesmente provar a necessidade do uso de tais categorias e, conseqüentemente, a necessidade do próprio conhecimento objetivo. Sugiro então que, para a consistência da interpretação, a necessidade das categorias dita por Loparic, nesta passagem, a ser provada seja lida como uma necessidade exatamente para a objetividade (cf. por exemplo, 2000, p. 54). Da mesma forma então, quando, na seqüência da última caracterização da Dedução citada, Loparic ressalta o objetivo da mesma: “a dedução transcendental visa provar que exatamente *esse* sistema de categorias é aplicável aos aparecimentos possíveis e *somente* aos aparecimentos possíveis” (2000, p. 77); proponho que ele seja lido como significando que a Dedução prova a aplicabilidade do quadro categorial

descoberto na Dedução Metafísica aos aparecimentos possíveis, *na medida em que* as categorias são provadas condições de objetividade e esta é pressuposta.

Esta sugestão de leitura ganha abono aparentemente inegável quando Loparic faz uma breve esquematização do modo como vê o argumento da Dedução. Haveria duas premissas: a primeira diria que toda experiência contém conceitos de objetos em geral; a segunda diria que esses conceitos são as categorias. A conclusão seria que as categorias referem-se, necessariamente e *a priori*, a objetos da experiência (cf. 2000, p. 70). Fica, assim, estabelecido a partir daqui que temos por tarefa, não só checar se o argumento da Dedução A pode se encaixar nesta estrutura de prova em específico, mas, principalmente, se o objetivo do argumento, tenha ele a estrutura que tiver, é realmente mostrar que as categorias especificadas na tábua de Kant fundamentam a experiência.

2. 2. 1. O problema da distinção entre uma dedução objetiva e uma subjetiva

Logo após a porção do argumento contida no que é chamado de §14 na edição B, texto que faz a passagem para a Dedução e é comum a ambas as edições da *Crítica*, Kant abre a Dedução em sua primeira versão afirmando categoricamente sua bem conhecida tese da impossibilidade de que um conceito se aplique *a priori* a um objeto, a menos que seja condição da experiência desse objeto (cf. *CRP*, A 95). Para Kant, a única possibilidade de tornar compreensível o conhecimento puro dos objetos por parte de seres finitos é a equiparação deste

conhecimento com o conhecimento das condições que o próprio aparelho cognitivo impõe à realidade no ato em que constitui a forma dos objetos que conhece. Se negamos esta equiparação, que é uma caracterização do idealismo kantiano, temos que explicar como se dá a relação da representação pura ao seu objeto, uma vez que, justamente por ser pura, esta representação não conteria a intuição em que o objeto é dado à sensibilidade¹⁰⁸. Kant nos diz que conceitos *a priori* que não condicionam a experiência não passam de formas lógicas para conceitos, não sendo conceitos em que *algo* seria pensado (cf. *ibid.* *idem*).

Este início da Dedução A nada mais é do que a reposição do princípio da Dedução enunciado no momento que lhe precede e já citado nesta tese, no capítulo anterior: “A dedução transcendental de todos os conceitos *a priori* tem, pois, um princípio a que deve obedecer toda a subsequente investigação e que é o seguinte: esses conceitos têm de ser reconhecidos como condições *a priori* da possibilidade da experiência (quer seja da intuição que nela se encontra, quer do pensamento)” (*CRP*, A 94, B 126). Não é, portanto, ainda uma novidade do próprio argumento da Dedução quando Kant diz: “Se, portanto, há conceitos puros *a priori*, certamente que não podem conter nada de empírico; mas têm que ser condições puras *a priori* de uma experiência possível, única base sobre a qual repousa a sua realidade objetiva” (*CRP*, A 95).

Mas eis que o conceito de “realidade objetiva” aparece pela primeira vez no texto da Dedução A e logo em seu início. Cabe aproveitarmos a oportunidade para vermos com mais detalhes como Loparic interpreta este conceito. Como nós, Loparic trata como intermutáveis os conceitos de “sentido”, “realidade objetiva”, “validade objetiva” e “possibilidade objetiva” (cf.

¹⁰⁸ A única saída seria então o abandono da idéia de intelecto discursivo em prol de um intelecto ele mesmo intuitivo, ou seja, a idéia de que teríamos, a maneira de Deus, um intelecto criador.

2000, p. 22). A semelhança com Allison então, que já pode ser inferida pelo dito até aqui, repousará na definição da validade objetiva de um juízo como sua capacidade de ser dito verdadeiro ou falso, isto é, na terminologia de Loparic, de ser decidível; e a diferença justamente na ausência de uma separação entre a validade objetiva e a realidade objetiva. Se entendemos corretamente, Loparic apenas reserva a validade objetiva ao plano do discurso: proposições é que são verdadeiras ou falsas; enquanto a realidade objetiva, também rigorosamente falando, se restringirá à caracterização do vínculo da representação com o domínio dos objetos possíveis: ter realidade objetiva é ter um referente objetivo. Nesta interpretação, as duas coisas andam juntas, na de Allison, não, porque, como vimos, ele atrela um conceito mais forte de objeto à realidade objetiva, falando mesmo em efetividade, enquanto Loparic enfatiza exatamente que não devemos confundir o que está em jogo naquele grupo de conceitos usados por Kant com a implicação de um objeto efetivo (cf. 2000, p. 22), mas também não se contentaria com um objeto lógico para a validade objetiva. Estamos então de pleno acordo quando Loparic elabora dois tipos de condições para a realidade objetiva: 1) que o conceito seja construtível, sintetizável ou exibível na intuição; 2) que a intuição se deixe expor em conceitos constituídos de acordo com as categorias; sendo que a efetividade do objeto adviria da presença adicional de sensações acompanhadas de consciência (cf. *ibid.* *idem*).

Mantendo seu estilo de intercambiar os conceitos, logo após falar na realidade objetiva das categorias, Kant passa a falar de sua possibilidade: “Querendo saber então como são possíveis conceitos puros do entendimento, temos de investigar quais sejam as condições *a priori*, das quais depende a possibilidade da experiência e lhe servem de fundamento” (CRP, A 95-6). Temos aqui um primeiro abono na direção do modo como Loparic representou a estrutura

do argumento da Dedução, pois, lembrando, a primeira premissa necessária seria que toda experiência contém conceitos de um objeto em geral; justamente o resultado almejado para uma investigação dos fundamentos *a priori* da experiência como a que está propondo Kant. A segunda premissa encontrada por Loparic, aquela que diz que os conceitos citados na primeira premissa seriam as categorias, também parece contemplada na sequência da argumentação de Kant: “um conceito que exprima, universal e suficientemente, a condição formal e objetiva da experiência, designar-se-ia por um conceito puro do entendimento” (CRP, A 96). Ora, como “um conceito puro do entendimento” é só outro modo de dizer “uma categoria”, Kant estaria dizendo que o conceito encontrado na investigação pelas condições da experiência, proposta logo acima, seria automaticamente uma categoria, isto é, justamente, nas palavras de Loparic, a representação de uma condição geral, de acordo com a qual os objetos podem ser subsumidos a conceitos (cf. 2000, p. 141).

De forma ainda mais próxima da interpretação de Loparic, Kant explicitamente toma a demonstração do papel das categorias na experiência como uma dedução suficiente de sua validade objetiva: “Estes conceitos, que em cada experiência contêm *a priori* o pensamento puro, encontramos-los nas categorias e é já uma dedução suficiente delas e uma justificação da sua validade objetiva podermos demonstrar que um objeto só pode ser pensado graças a ela” (CRP, A 96-7). Esta passagem parece ainda plenamente condizente com outro texto presente apenas na primeira edição da *Crítica*, o Prefácio A, em que Kant distingue uma dedução objetiva e uma dedução subjetiva no interior da Dedução Transcendental. Naquele Prefácio, que viria a ser substituído, Kant diz que a Dedução contém duas partes, sendo que: “Uma reporta-se aos objetos do entendimento puro e deve expor e tornar compreensível o valor objetivo desses conceitos *a*

priori e, por isso mesmo, entra essencialmente no meu desígnio” (CRP, A XVI). Esta é a parte objetiva que, ainda de acordo com Kant, tem um argumento suficiente já no que seria posteriormente denominado § 14: “a dedução objetiva, que é a que aqui me importa principalmente, conserva toda a sua força, bastando, de resto, para isso, o que é dito de páginas 92 a páginas 93” (CRP, A XVII).

Nós havíamos observado que o início do texto da Dedução A não anuncia nenhuma novidade em relação ao que já havia sido dito no § 14. Ademais, nós consideramos a explicação de Kant para sua investigação subsequente, contida nas primeiras passagens da Dedução A, como uma caracterização da dedução objetiva citada no Prefácio A e, agora, vemos que este mesmo Prefácio remete o leitor ao “§ 14” para encontrar um argumento suficiente para a dedução objetiva. Por fim, podemos voltar àquele momento inicial da Dedução A e encontrar Kant justamente explicando a investigação em jogo na dedução subjetiva: “Mas como num tal pensamento [de um objeto – AF] está em jogo alguma coisa mais do que a simples faculdade de pensar, a saber, o próprio entendimento e este mesmo, como faculdade de conhecimento, que se deve referir a objetos, necessita precisamente de um esclarecimento respeitante à possibilidade desta referência, devemos previamente considerar as fontes subjetivas, que constituem os fundamentos *a priori* da possibilidade da experiência” (CRP, A 97). Como não poderia deixar de ser, esta explicação também encontra paralelo na passagem do Prefácio A que anuncia a bipartição da Dedução: “A outra [parte – AF] diz respeito ao entendimento puro, em si mesmo, do ponto de vista da sua possibilidade e das faculdades cognitivas em que assenta: estuda-o, portanto, no aspecto subjetivo” (CRP, A XVI-XVII).

Ora, parece que podemos entender a situação resumindo-a da seguinte forma: O problema fundamental de Kant (seu objetivo com a Dedução Transcendental) seria resolvido por uma dedução objetiva, em que se prova que as categorias tornam possível a experiência, estando o argumento para tanto, em seu essencial, já apresentado no § 14. No texto da Dedução propriamente, Kant não faria nenhum acréscimo essencial à dedução objetiva e desenvolveria uma dedução subjetiva, que, segundo ele mesmo, não pertenceria essencialmente a seu fim principal (cf. *CRP*, A XVII) e que teria o caráter de uma hipótese passível de ser substituída por outras (cf. *ibid.* *idem*). Fica claro então que estes textos oferecem fortíssimo abono à interpretação de Loparic¹⁰⁹, que, naturalmente, se concentra por isso no argumento do § 14. Como o § 14 estabelece que não há experiência sem conceitos que nos permitem pensar objetos, as categorias, mas não que estas categorias sejam exatamente as do quadro de Kant, Loparic afirma que a força demonstrativa da Dedução Transcendental (objetiva) fica dependente da certeza dos resultados da Dedução Metafísica.

Cabe-nos como tarefa continuarmos a seguir Kant pela Dedução A com o intuito de checarmos até que ponto ela realmente cabe no § 14 e, por conseguinte, na estrutura de prova desenhada por Loparic para a dedução objetiva, ou em que medida as observações de Kant no Prefácio A, retiradas da segunda edição da *Crítica* da qual ainda consta o texto que se tornou § 14, fazem juz a seu próprio argumento na Dedução Transcendental da primeira edição.

¹⁰⁹ Embora ele diga que Kant acabou deixando de lado o problema menor da dedução subjetiva (cf. 2000, p. 93).

2. 2. 2. Os três níveis da síntese das representações empíricas

A Dedução A começa a realmente tomar forma quando Kant introduz a teoria de uma tripla síntese de representações que é tradicionalmente tomada como parte da dedução subjetiva. Para tanto, ele explica que não haveria conhecimento possível se, além de uma sinopse do diverso dos sentidos, não houvesse também uma ligação deste diverso baseada em uma espontaneidade da consciência que vem se unir à sua receptividade (cf. *CRP*, A 97). Admitamos por um momento a possibilidade de uma consciência dotada unicamente de intuição sensível. Ela seria um caos sem fim de dados. Só haveria conhecimento possível se um entendimento fosse acrescentado para comparar, discriminar e ligar tais dados. A Dedução A começa com uma explicação de três níveis diferentes desta ligação do diverso das representações rumo ao conhecimento: 1) a síntese da apreensão na intuição; 2) a síntese da reprodução na imaginação; 3) a síntese da reconhecimento no conceito¹¹⁰.

¹¹⁰ Estou aqui, de acordo com Bird: “Não há, estritamente, três sínteses sucessivas, mas uma síntese, a da apreensão, que se divide ou desdobra em três elementos que podemos distinguir, mas não separar” (1962, p. 118). Certamente, há um primeiro nível que seria a síntese da apreensão em sentido estrito (como apreensão bruta). Mas, segundo a leitura que vou sugerir, os outros dois níveis são acrescentados como elementos de um ato de apreensão que tenha valor propriamente representacional (para leitura semelhante, ver Ewing, 1938, pp. 75 e 103).

2. 2. 2. 1. A síntese da apreensão

O primeiro passo da análise da síntese da apreensão é a observação de que todas as nossas representações, como modificações do sentido interno, estão submetidas à sua condição formal: o tempo (cf. *CRP*, A 98-9). Graças à distinção do tempo¹¹¹ em uma série de impressões sucessivas, representamos como tal o diverso contido na sinopse de toda intuição indeterminada. Esta distinção introduzida na “matéria” indeterminada recebida pelos sentidos é o segundo passo. O terceiro é a unidade da intuição deste diverso distinguido. Esta é propriamente a função da síntese da apreensão: “para que deste diverso surja a unidade da intuição [...] é necessário, primeiramente, percorrer esses elementos diversos e depois compreendê-los num todo. Operação a que chamo *síntese da apreensão*, porque está diretamente orientada para a intuição, que, sem dúvida, fornece um diverso” (*CRP*, A 99). Quando, por exemplo, eu olho para uma árvore (o que temos feito muito neste trabalho), eu percorro toda uma série de impressões dos sentidos distinguindo elementos em meu campo sensorial para como que desenhar a figura da árvore, ligando certas impressões entre si e separando-as de outras, de modo que a figura da árvore ganha uma unidade e pode ser percebida como tal por mim.

¹¹¹ Kant diz que se não distinguíssemos o tempo na série das impressões, encerrada em um único momento, cada representação não poderia se distinguir da unidade absoluta (cf. *CRP*, A 99). Isto me parece significar que, porque distinguimos a sucessão temporal, percebemos o diverso como tal em nossas representações, e não que uma representação temporal, aquela contida em um momento, poderia não conter um diverso, sendo absolutamente simples. Objetando a leitura de De Vleeschawver para a passagem, Longuenesse chama nossa atenção para a diferença entre uma unidade não dividida e a simplicidade absoluta, apontando que a última seria impossível para uma representação temporal, como é entendida pela filosofia crítica, na qual o tempo (como o espaço) é infinitamente divisível, portanto, também seu conteúdo (cf. 1993, pp. 38-9, n. 10). Estamos de pleno acordo. Para uma leitura diferente para a observação kantiana, ver Kitcher, 1990, p. 152. Para uma interpretação semelhante à defendida aqui, ver a sugestão de Paton, em 1936, v. I, pp. 358-9.

É por ser esta uma síntese que condiciona as percepções que Kant a chama de síntese da apreensão e a coloca no nível mais básico da síntese do conhecimento. Se ela é independente ou não dos demais níveis e, portanto, se já temos uma noção completa desta operação ou não, é um problema para mais tarde. Por agora, Kant vai encerrar esta etapa da discussão com um quarto passo importante: a tese de que há uma síntese pura da apreensão. Esta afirmação, a princípio, não é problemática, porque o kantismo tem que admitir intuições puras, uma vez que admite um “diverso que a sensibilidade fornece na sua recepção originária” (CRP, A 100), quer dizer, desde que o tempo e o espaço fornecem um diverso puro, uma síntese da apreensão deste diverso em uma intuição, como nas construções matemáticas, pode ser praticada *a priori*¹¹².

2. 2. 2. 2. A síntese da reprodução

De modo um tanto quanto surpreendente, e até talvez desconcertante, quando Kant passa a tratar da reprodução das representações na consciência empírica, em vez de descrever uma regra meramente empírica de associação, ele logo de cara anuncia que uma regra empírica do gênero pressupõe um princípio *a priori* de síntese. Sigamos por partes. Em primeiro lugar, Kant faz uma espécie de rememoração das investigações de Hume (embora este não seja citado), observando que, quando certas representações se sucedem frequentemente na apreensão dos

¹¹² O que, no momento oportuno, poderá ser problematizado é se devemos falar realmente de uma síntese da apreensão do diverso puro ou se a idéia de uma construção deste diverso não nos remeteria já a uma maior espontaneidade, neste caso, nós apreenderíamos propriamente apenas dados empíricos, mas construiríamos a forma espaço-temporal imposta a estes dados na apreensão.

sentidos, acabam se associando de tal maneira que, na presença de uma, nossa consciência já passa à outra. Rapidamente, ele então conclui: “Esta lei da reprodução pressupõe, contudo, que os próprios fenômenos estejam realmente submetidos a uma tal regra” (CRP, A 100). A idéia é que, se as representações mesmas não estivessem associadas entre si, nunca haveria ocasião para a formação de algo como o hábito ou o costume humeano no espírito humano:

Se o cinábrio fosse ora vermelho, ora preto, ora leve, ora pesado, se o homem se transformasse ora nesta, ora naquela forma animal, se num muito longo dia a terra estivesse coberta ora de frutos, ora de gelo e neve, a minha imaginação empírica nunca teria ocasião de receber no pensamento, com a representação da cor vermelha, o cinábrio pesado, ou se uma certa palavra fosse atribuída ora a esta, ora àquela coisa, ou se precisamente a mesma coisa fosse designada ora de uma maneira, ora de outra, sem que nisso houvesse uma certa regra, a que os fenômenos estivessem por si mesmos submetidos, não podia ter lugar nenhuma síntese empírica da reprodução (CRP, A 100-1)¹¹³.

O problema com esta linha de argumentação que leva Kant a concluir que: “Deve portanto haver qualquer coisa que torne possível esta reprodução dos fenômenos, servindo de princípio *a priori* a uma unidade sintética e necessária dos fenômenos” (CRP, A 101); é que isto só seria um raciocínio válido se pudéssemos afirmar, não apenas que associamos os fenômenos que costumamos ver em conjunções constantes, seu ponto de partida, como também que, por alguma razão, temos que associar os fenômenos. Neste sentido, pondera Paton: “Com este argumento, Kant passa – ilegitimamente, creio eu – de uma regularidade empírica para uma regularidade necessária nas aparências” (1951, p. 79)¹¹⁴. De fato, até aqui, Kant não apresentou a

¹¹³ Nota-se que a conjunção constante na sucessão temporal que levanta o problema da relação causal entre eventos não é a única forma de associação que Kant tem em mente.

¹¹⁴ Longuenesse é bem mais generosa com Kant evitando dizer que ele esteja se precipitando em uma conclusão, justamente por não haver premissas que justifiquem tal conclusão: “Eu uso a expressão ‘programa para explicar’ aqui, porque a sentença que eu acabo de citar [a mesma que citamos acima e estamos discutindo – AF] só pode, na verdade, determinar um *programa*, não uma *conclusão*. Nada do que veio antes autoriza Kant a *concluir* que a regularidade das ‘próprias aparências’ revela a presença de um ‘fundamento de unidade sintética necessária’” (1993, p. 40). Assim, ela afirma que o “deve portanto

razão pela qual a associação dos fenômenos deveria ser necessariamente assumida. O simples fato de que nossa faculdade reprodutiva teve ocasião de se manifestar e não permaneceu “oculta no íntimo do espírito como uma faculdade morta e desconhecida” (CRP, A 100) nada prova, porque esta ocasião pode ter sido mera felicidade do destino, sendo que, futuramente, poderia falhar, de modo que os fenômenos deixassem de se apresentar em conexão constante¹¹⁵. A lição de Hume, que se transformou numa espécie de *slogan* para estudantes de filosofia, é que não se conclui esse “dever ser” de seu “ser” e esta objeção à conclusão de Kant extraída da análise da síntese da reprodução nada mais é do que o fundamento do argumento de Hume contra a indução. Nada me garante que a experiência futura repetirá a passada, só posso dizer, como hipótese explicativa para a idéia de conexão necessária entre representações, que a constância observada até o momento presente ocasionou o processo psicológico pelo qual infiro um fenômeno da existência de outro.

Assim, poderíamos dizer que o argumento de Kant em defesa da necessidade de um princípio *a priori* da síntese dos fenômenos não passa de um *non sequitur* da explicação de Hume para a experiência humana? Continuemos seguindo os passos de Kant a fim de sabermos se sua extrapolação do argumento do § 14¹¹⁶ seria mesmo assim tão pobre.

haver” de Kant deva ser lido como significando “vamos então investigar se não há” (cf. *ibid.* *idem*). Realmente, a passagem só faz sentido se reconstruída desta forma, mas não percamos de vista que isto é uma extrapolação do texto, já que Kant, de fato, disse “deve *portanto* haver”.

¹¹⁵ “Concordais que o curso das coisas tenha sido sempre tão regular. Apenas esta constatação, sem novo argumento ou inferência, não é prova suficiente de que no futuro continuará assim” (Hume, 1972, pp. 41-2).

¹¹⁶ Creio que o leitor, a esta altura, já tenha plena condições de compreender que o argumento kantiano explicado logo acima iria além do § 14, porque este apenas sustenta que o conhecimento depende de condições *a priori* ao passo que aqui estaria em jogo demonstrar que a mera associação empírica das representações já pressupõe condições *a priori* de síntese. Em outras palavras, se concedermos o argumento acima, a associação psicológica de fenômenos constatável empiricamente já provaria a necessidade do próprio conhecimento objetivo.

Logo após sustentar a necessidade de um princípio *a priori* da unidade sintética dos fenômenos da maneira descrita acima, Kant parece adicionar um argumento: “A isto, porém, se chega quando se reflete que os fenômenos não são coisas em si, mas o simples jogo das nossas representações” (CRP, A 101). Esta passagem soa como se Kant quisesse dizer que, assumindo a perspectiva de seu idealismo transcendental, poderíamos concluir que os fenômenos – não existentes em si, mas simples modificações de nosso sentido interno – estão sujeitos a uma unidade sintética e necessária *a priori*. Entretanto, a doutrina do idealismo transcendental por si só, não nos *obriga*, mas, no máximo, nos *permite* pensar na subsunção dos fenômenos a princípios *a priori* entendidos à maneira kantiana, visto que uma coisa dotada de existência absoluta, como quer o realismo transcendental para os fenômenos, não teria que se ajustar a regras necessárias do conhecimento humano, mas *pode-se* pensar em tal sujeição para o que só existe como determinação do espírito humano. Por conseguinte, estabelecer a idealidade do espaço e do tempo, e com ela a dos fenômenos, pode ser uma condição de possibilidade para a prova de uma determinação *a priori* da síntese do diverso do fenômeno, mas não uma condição suficiente que permitiria uma inferência simples e automática.

Convincente ou não, a última passagem citada parece marcar uma divisória no texto explicativo da síntese da reprodução. Até ali, Kant falava de um princípio de síntese *a priori* como condição para uma regra meramente empírica de associação. Agora, ele falará em cognições, representações completas e mesmo em experiência:

Se, pois, podemos mostrar, que mesmo as nossas intuições a priori mais puras não originam cognição a não ser que contenham uma ligação do diverso, que uma síntese completa da reprodução torna possível, esta síntese da imaginação também está fundada, previamente a toda experiência, sobre princípios a priori e é preciso admitir uma síntese transcendental pura desta imaginação, servindo de fundamento à possibilidade de toda a experiência (enquanto esta pressupõe, necessariamente, a

reprodutibilidade dos fenômenos). Ora, é evidente que, se quero traçar uma linha em pensamento, ou pensar o tempo de um meio dia a outro, ou apenas representar-me um certo número, devo em primeiro lugar conceber necessariamente, uma a uma, no meu pensamento, estas diversas representações. Se deixasse sempre escapar do pensamento as representações precedentes (as primeiras partes da linha, as partes precedentes do tempo ou as unidades representadas sucessivamente) e não as reproduzisse à medida que passo às seguintes, *não poderia jamais reproduzir-se nenhuma representação completa* (CRP, A 102, grifos meus, tradução modificada).

O princípio *a priori* é introduzido como condição da completude da síntese da apreensão, na medida em que a reprodutibilidade o é e como condição a experiência, na medida em que esta pressupõe representações completas. A questão é que, se tenho representações completas, posso conceder que foram preenchidas condições de reprodutibilidade do diverso, porque parece que somos obrigados a conceder que, realmente, a síntese da apreensão nunca forma um todo sem a reprodutibilidade, o que nos remete, inclusive, a um aperfeiçoamento da explicação da síntese da apreensão quanto à questão de sua independência ou não, que havíamos deixado em aberto. Kant mostra agora como a síntese da apreensão e da reprodução andam juntas¹¹⁷. A simples progressão da consciência na série das impressões não possibilita a unidade de uma representação. Voltando ao nosso exemplo da árvore, se eu, ao apreender a copa, deixasse o caule escapar do pensamento e não o reproduzisse, eu nunca teria a representação completa da árvore (cf. CRP, A 102). Só que, enquanto não provo que representações completas ou cognições são necessárias, não preciso pressupor um princípio de reprodutibilidade que não seja meramente contingente. No entanto, Kant conclui: “A síntese da apreensão está, portanto, inseparavelmente ligada à síntese da reprodução. E como a primeira exprime o princípio transcendental da possibilidade de todas as cognições em geral [...], a síntese reprodutiva da imaginação pertence

¹¹⁷ A título de curiosidade, é interessante observar que este ponto também é essencial para a análise do matemático sublime na terceira *Crítica* (cf. CFJ, § 26, p. 87).

aos atos transcendentais do espírito [tem um princípio *a priori* - AF]” (CRP, A 102, tradução modificada)¹¹⁸.

Ora, antes de mostrar a necessidade da reprodutibilidade, Kant não poderia atribuir-lhe um princípio transcendental e o máximo que ele tinha nos oferecido até aqui como ato puro de apreensão era a apreensão de um diverso puro: “A diferença óbvia entre o que Kant anuncia (um fundamento *a priori* da associabilidade das aparências) e o que ele oferece (um ato de reprodução ‘pura’ aplicada a formas puras de espaço e tempo em que todo diverso é representado) tem confundido e exasperado muitos comentadores” (Longuenesse, 1993, p. 43). É verdade que, ao mostrar a síntese da reprodução essencialmente atrelada à síntese da apreensão *e ambas como condição da experiência*, ele pode defender de modo mais convincente que a execução de tal operação não pode depender de uma conjunção propícia casual entre nossas representações. O pressuposto da experiência torna necessária a reprodutibilidade das representações pelo fato de regras contingentes (meramente psicológicas) não gerarem conhecimento empírico no sentido kantiano. Passa então a ser lícito que se atribua a esta síntese um princípio *a priori*. O problema é que, embora funcione melhor, este argumento (que, no mínimo, não é claramente articulado no texto que analisamos), lido como defesa da necessidade

¹¹⁸ A reprodução cabe à imaginação, porque, em geral, como temos visto, esta pode ser definida como a faculdade de representar uma intuição mesmo quando não imediatamente presente aos sentidos (cf. por exemplo, CRP, B 151), ou seja, uma intuição passada ou meramente possível. Mas é importante notar, como Kant fará mais tarde, que não é por ser a imaginação responsável pela reprodução e pelo papel desta na apreensão que a própria síntese da apreensão será atribuída também à imaginação. Independentemente da reprodutibilidade, cabe à imaginação formar as intuições empíricas, como havíamos notado ao comentar a edição B da Dedução: “Que a imaginação seja um ingrediente necessário da própria percepção, certamente ainda nenhum psicólogo pensou. Isto acontece, em parte, porque *se limitava essa faculdade apenas às reproduções*, e em parte, porque se acreditava que os sentidos forneciam não só impressões, mas também as *encadeavam* e conseguiam *formar imagens* dos objetos, o que, sem dúvida, além da receptividade das impressões, ainda exige algo mais, a saber, uma *função que as sintetize*” (CRP, A 120, nota, grifos meus).

de um princípio *a priori* de síntese, pede uma concessão maior. Antes, para admitir um princípio *a priori* determinando a síntese do diverso das representações, eu tinha que conceder que, empiricamente, associa representações graças à regularidade de fato *observada* em suas relações, o que vimos não funcionar; agora, para admitir o mesmo princípio, eu teria que conceder que há experiência em sentido kantiano estrito¹¹⁹. Em suma, no que tange à justificativa da aplicabilidade das categorias à sensibilidade (sua realidade objetiva) voltamos ao § 14, que não garantia a necessidade dessa aplicabilidade. Estamos apenas analisando condições de possibilidade do conhecimento humano, não defendendo a necessidade de que seja possível o conhecimento humano. O que não havia no § 14 seria apenas a investigação das operações que constituem a experiência, talvez justamente a dedução subjetiva de menor importância.

2. 2. 2. 3. A síntese da reconhecimento

Primeiro, Kant procurou mostrar como percorremos o diverso e o ligamos na síntese da apreensão; depois, como reproduzimos as partes precedentes conforme percorremos este diverso, outro pré-requisito para que possamos alcançar sua unidade em uma representação

¹¹⁹ Quanto a este ponto, penso que minha interpretação praticamente coincida com a de Guyer: “da premissa que, se é contingente que os dados da intuição sejam ordenados, também é contingente que nós possamos reproduzi-los, ele [Kant – AF] conclui que é de fato necessário que eles estejam ordenados. Infelizmente, este resultado se seguiria somente se também fosse de fato necessário que tal reprodução acontecesse. Todavia, a premissa de Kant, de jeito nenhum, mostra que tal reprodução seja necessária, exceto no sentido estritamente relativo ou condicional de que ela precisa ocorrer *se* temos que ter conhecimento empírico” (1987, p. 122). A partir disto, Guyer acusa Kant de cometer uma falácia modal, confundindo a necessidade um condicionante com a necessidade de seu antecedente, inferindo ilicitamente a necessidade de seu conseqüente (cf. 1987, n. 21, p. 437).

completa ou cognição. Mas até aqui, com apreensão e reprodução, temos algo como o que Hanna chama de “proto-cognição”, e não propriamente uma cognição, porque temos o suficiente para determinar que há um ocupante em nosso campo sensorial, mas não para discriminar as características deste ocupante (cf. Hanna, 2001, p. 49) e, eu acrescentaria ainda, não para distingui-lo dos demais ocupantes. Teríamos um objeto indeterminado da intuição, e não apenas no sentido de não ser categoricamente determinado, como também no sentido de não ser, em geral, conceitualmente determinado, ou seja, um conteúdo mental que ainda é pré-representacional por não ter um objeto em sentido forte e nem mesmo um objeto intencional¹²⁰. Esta interpretação me parece bastante condizente com a seguinte passagem do texto de Kitcher: “Nós percebemos quando, com os olhos de nossa mente, nós desenhemos uma linha em volta das fronteiras dos objetos e de outras características geométricas salientes. Se nós não podemos fazer isto muito bem, então não é claro que nós estejamos mesmo diferenciando um objeto de seu plano de fundo [*background*, é a palavra usada por Kitcher – AF], de modo que é um sentido bastante mínimo de perceber” (1990, p. 156).

Mas, agora, tratar-se-á de mostrar justamente o papel da consciência na unidade do percepto, que lhe eleva desse nível, digamos, animal; a subsunção ao conceito: “esta consciência una é que reúne numa representação o diverso, sucessivamente intuído e depois também

¹²⁰ Eu gostaria assim de distinguir três níveis progressivos na constituição da objetividade: uma indeterminação do objeto da representação, que remete a indistinções no campo sensorial; uma determinação nominal do objeto representacional, que seria a geração de uma representação clara e distinta do objeto em sentido fraco (discriminação de suas estruturas internas e distinção dos demais objetos do campo sensorial) e, por fim; uma determinação objetiva da representação, que seria a constituição do objeto em sentido forte. Este último nível seria regulado pelas categorias dinâmicas de relação.

reproduzido” (CRP, A 103)¹²¹. Como explica Kemp Smith, “para que as imagens reproduzidas possam cumprir suas funções, elas devem ser reconhecidas como estando para ou representando conteúdos que o eu acaba de experienciar” (1923, p. 246). Em outras palavras, para apreender uma linha reta, ficando com o exemplo de Kant, eu preciso reproduzir as partes precedentes enquanto passo às subseqüentes e, para reproduzir as partes antecedentes, preciso reconhecê-las como conectadas às subseqüentes e não como pertencentes a uma outra representação, ou seja, “sem a consciência que o que nós estamos pensando é o mesmo que aquilo que nós pensávamos no momento anterior, toda reprodução na série das representações seria vã. Pois haveria no estado atual uma nova representação, que não pertenceria ao ato pelo qual devia ser, pouco a pouco, produzida, e o diverso dessa representação não formaria nunca um todo, porque lhe faltava a unidade, que só a consciência lhe pode alcançar” (CRP, A 103). Esta explicação kantiana essencial à compreensão da síntese da reconhecimento é o que me leva a já citada (na Introdução deste trabalho) oposição à seguinte tese de Hanna: “uma intuição se refere a seu objeto mesmo se nenhuma outra faculdade cognitiva à parte da sensibilidade estiver envolvida” (2005, p. 258). O seguinte comentário de Guyer é que me parece fazer justiça à teoria que estamos vendo Kant desenvolver com a tríplice síntese:

A natureza temporalmente estendida da entrada [*input* – AF] do diverso e a conseqüente necessidade pela reprodução de seus membros são expressas pelas noções de Kant da ‘síntese da apreensão’ e da ‘síntese da reprodução’ respectivamente [...]: as representações passadas não existem mais quando nós chegamos às presentes. No lugar disto, precisa haver algum modo em que o estado representacional atual do conhecedor possa ser *interpretado* como incluindo a representação de seus estados representacionais prévios. E isto só é possível se o conhecedor tem alguns conceitos ou regras pelas quais este estado representacional atual pode ser interpretado ou uma distinção entre o que ele representa *como* atual e

¹²¹ Não me parece muito arriscado aproximar este momento do texto kantiano da atribuição feita por Husserl de um papel essencial na percepção para a apercepção entendida por ele como “aquilo-como-o-que” se apreende algo: “A *casa* me aparece – e não poderia ser de outro modo senão por eu aperceber, de uma certa maneira, os conteúdos sensíveis realmente vividos” (1985, p. 174).

o que ele representado como tendo sido previamente representado possa ser feita (1989, p. 63).

É disto que se trata na síntese da reconhecimento que introduz os conceitos como aquelas regras pelas quais organizamos o que, de outro modo, seria um fluxo caótico de dados sensoriais sucessivos, visto que não há alguma impressão sensorial (de segunda ordem) de uma ligação especial entre quaisquer desses dados. Como Kant está sempre preocupado com a síntese pela qual chegamos a uma representação completa a partir de tal fluxo nos sentidos (o diverso reunido em um todo), importa primordialmente a reprodução como reprodução de partes precedentes na medida em que a apreensão passa às subseqüentes e então a reconhecimento como consciência da unidade de um mesmo ato de apreensão. Mas a reprodução também é a reprodução de intuições completas passadas ou possíveis perante uma apreensão atual e então ela é permitida novamente pela consciência de uma unidade na síntese da apreensão atual que é a mesma com relação à intuição reproduzida. Como diz Longuenesse: “A reconhecimento da identidade genérica das representações empíricas que são apreendidas e reproduzidas depende assim da consciência de seu pertencimento a um ato unificado de síntese” (1993, p. 46). O conceito é a consciência de tal unidade operacional.

O conceito como unidade analítica, representação genérica comum a diversas instâncias, é então um sentido derivado seu. O conceito é comum a uma diversidade de representações, porque é a reflexão da regra comum pela qual elas são constituídas sinteticamente. Valendo-me novamente da excelente exposição de Longuenesse quanto à questão: “A identidade genérica das intuições empíricas reproduzidas pela imaginação associativa é mostrada como sendo a identidade genérica do *ato de síntese sucessiva* que, por sua

vez, gera cada uma destas intuições empíricas particulares ‘como’ unidades específicas de um diverso” (1993, p. 47). É por isso que não há aqui uma contradição entre a tese de que a unidade da intuição é regrada por conceitos e a tese de que conceitos são derivados através de comparação, abstração e reflexão tendo por objeto intuições formadas. O conceito como unidade analítica é o resultado de tal processo. O conceito como regra de unidade sintética é sua condição. Tal distinção entre um sentido derivado e um sentido originário para os conceitos explica também que eu não precise saber o que algo é para percebê-lo, pois eu não disponho do conceito como unidade analítica anteriormente às operações de comparação, abstração e reflexão.

Se perceber, em um sentido propriamente representacional, é delimitar um objeto intencional¹²², separando-o de seu *background*, ao perceber algo, eu o percebo, em primeiro lugar, tendo o modo temporal do presente e, portanto, ocorrendo antes, durante ou depois de outras percepções, e; eu o percebo em algum lugar e, portanto, no centro, abaixo, acima, ao lado (à direita, à esquerda) em relação a outras percepções. Para tanto, eu preciso, usando a expressão emprestada de Kitcher, como que desenhar o contorno das fronteiras do objeto enquanto o percebo, o que também implica em percebê-lo com uma determinada forma geométrica. Em suma, nós percebemos arranjos espaço-temporais de dados sensoriais representativos porque organizados de uma determinada maneira (segundo a unidade de determinada regra). Comparando, abstraindo e refletindo sobre estes arranjos, nós chegamos a conceitos de percepção como unidades analíticas, que são generalizações de estruturas espaço-temporais, somadas a qualidades sensoriais, comuns a uma diversidade hipotética ou não de percepções, isto é, são o

¹²² Afinal, uma representação obscura só conta como tal enquanto componente indistinto de uma representação clara, como os olhos de um homem que vejo ao longe, para ficarmos com o exemplo de Kant na *Antropologia*.

que resta quando se exclui a posição espaço-temporal específica, que é o princípio de individuação em Kant. Exemplificando, se eu percebo um círculo vermelho em um fundo verde, eu posso chegar ao conceito como unidade analítica de círculos vermelhos (e de fundos verdes). Um círculo vermelho é aquele que ocupa a posição p' , no tempo t' , em meu campo visual. Se minha percepção do círculo vermelho individual, por sua vez, não seguisse uma regra para a síntese, eu não delimitaria as impressões do vermelho das impressões do verde ou eu suporia que tal delimitação é recebida pronta pelos sentidos, o que contraria a premissa que apreendemos o diverso dos sentidos no fluxo contínuo do tempo.

Com a explicação acima, parece-me razoavelmente claro por que as intuições são cegas, isto é, nada representam ou não são cognições sem os conceitos entendidos como a consciência da unidade de uma sucessão, isto é, como regras de associação para a reprodução. Concluindo a explicação dos três níveis necessários à formação de uma representação intuitiva, Kant passa a tratar da objetividade da mesma (de sua relação ao objeto em sentido forte). Chegamos então a um momento crucial da Dedução Transcendental e mesmo ao que talvez seja a tese chave da filosofia crítica, a saber, a sua concepção do que se deve entender por um objeto do conhecimento, em certo sentido, distinto das representações, um objeto das próprias representações: “Dissemos acima que os próprios fenômenos não são outra coisa que representações sensíveis, que devem ser consideradas em si mesmas, exatamente como tais, e não como objetos (fora da faculdade da representação). O que se entende pois, quando se fala de um

objeto correspondente ao conhecimento e, por conseqüência, também distinto deste?” (*CRP*, A 104)¹²³.

2. 2. 2. 4. *O objeto transcendental*

Uma vez que Kant se move no quadro da definição nominal clássica da verdade como adequação do conhecimento ao objeto (cf. *CRP*, A 58, B 82), é preciso explicar de que forma este objeto é concebido e de modo que faça sentido que falemos em conhecimento em tal sentido clássico do termo. Assim, continua Kant dizendo: “É fácil de ver que este objeto apenas deve ser como algo em geral = X, porque nós, fora do nosso conhecimento, nada temos que possamos contrapor a esse conhecimento, como algo que lhe corresponda” (ibid. idem). Estaria vedado, portanto, o caminho da fundamentação da representação objetiva sobre um objeto existente em si mesmo como critério de conhecimento. A interpretação de Loparic atenta para o fato de que, desde que tenhamos um conceito crítico de objeto, a relação de referência do conjunto de representações a algo em geral não deve ser pensada como constituída por algo absolutamente fora de nossa consciência, mas sim como produto de nosso sistema cognitivo:

O ‘correlato’ de nossas representações intuitivas, que na consideração do senso comum é garantida pela existência de um objeto externo, nada mais é do que a consciência da unidade de uma ‘função [Funktion] de síntese’, mais precisamente, uma ‘função do entendimento’ capaz de gerar padrões unificados de aparecimentos

¹²³ Se é correto que se considere a tríplice síntese como contendo a dedução subjetiva de que falava Kant, certamente, o momento que se inicia agora, no próprio âmago da síntese da reconhecimento, teria que ser tomado como parte da dedução objetiva. Nota-se então a dificuldade de se entender o que caracterizaria exatamente cada argumento, uma vez que se intercalam. Quer dizer, como se estabelecer até que ponto a dedução subjetiva não é uma parte essencial do argumento da dedução objetiva?

‘em conformidade com uma regra’ que torne *a priori* necessária não apenas a reprodução (A 105), mas também a antecipação do múltiplo (A 108) (2000, p. 121)¹²⁴.

Mas a passagem do texto kantiano citada acima, em nossa interpretação, contém apenas a enunciação de uma condição negativa para o conceito de objeto do idealismo transcendental: o fato de estar vedada a hipótese do objeto ser a alteridade absoluta do sujeito. Não é ainda enunciada nenhuma condição positiva para que algo ocupe o lugar de objeto. Pelo contrário, o “algo em geral = X” expressa mesmo a total ausência de determinações. Ora, embora falemos de um objeto indeterminado, não temos um empecilho para tal pesquisa pelas condições positivas que fazem de “algo” um objeto. São coisas diferentes. É assim que Kant prossegue:

Porém, achamos que o nosso pensamento sobre a relação de todo o conhecimento ao seu objeto comporta algo de necessário, pois este objeto é considerado como aquilo a que se faz face; os nossos conhecimentos não se determinam ao acaso ou arbitrariamente, mas *a priori* e de uma certa maneira, porque, devendo reportar-se a um objeto, devem também concordar necessariamente entre si, relativamente a este objeto, isto é, possuir aquela unidade que constitui o conceito de um objeto (CRP, A 104-5)¹²⁵.

Eis o que viria a aparecer posteriormente nos *Prolegômenos* como a tese de que a relação da representação ao objeto é o mesmo que a validade universal e necessária de uma

¹²⁴ “Em Kant, a teoria do objeto faz parte da teoria do significado e da verdade, e não do mundo ou das coisas elas mesmas” (Loparic, 2000, p. 135).

¹²⁵ Creio ser bastante evidente que este momento do texto kantiano deva ser comparado com o que Kant diz sobre o objeto do conhecimento, retomando o esclarecimento de seu sentido crítico, na Segunda Analogia: “Como somos, então, impelidos a dar um objeto a estas representações ou a atribuir-lhes não sei que realidade objetiva para além da realidade subjetiva que possuem, enquanto modificações? O valor objetivo não pode consistir na relação com outra representação (do que se quisesse chamar objeto); pois então renova-se a pergunta: como sai esta representação, por sua vez, para fora de si própria e adquire significado objetivo, para além do subjetivo, que lhe é inerente como determinação de um estado de espírito? Se investigarmos qual é a nova propriedade que a *relação a um objeto* confere às nossas representações e qual a dignidade que assim adquirem, encontramos que essa relação nada mais faz que tornar necessária, de determinada maneira, a ligação das representações e submetê-las a uma regra; e que, inversamente, só porque é necessária certa ordem na relação de tempo das nossas representações, elas auferem significado objetivo” (CRP, A 197, B 242-3).

representação. Também aqui o *insight* de Kant é que, em uma concepção tradicional de conhecimento, o aspecto relevante da referência de uma representação a seu objeto é o fato de que a representação que tem objetividade neste sentido é, para usarmos uma expressão contemporânea, intersubjetivamente compartilhável de modo necessário, isto é, representações que se reportam a um objeto concordam necessariamente entre si. A tarefa então, para não perdermos o que está em jogo fundamentalmente na noção clássica de conhecimento, é encontrarmos outro critério, que não o fundamento da representação em um objeto existente em si, para a universalidade de nossas representações: “uma vez que apenas temos que nos ocupar com o diverso das nossas representações e como aquele X, que lhes corresponde (o objeto), não é nada para nós, pois deve ser algo de diferente de todas as nossas representações, é claro que a unidade que constitui necessariamente o objeto, não pode ser coisa diferente da unidade formal da consciência na síntese do diverso das representações” (CRP, A 105). Em outras palavras, nesta abordagem do problema clássico do conhecimento, a objetividade dependerá de conceitos originários, fundamentais (nada mais do que as chamadas “categorias”), que servirão ao entendimento como condições¹²⁶ para regras *a priori* que tornam necessária a apreensão e

¹²⁶ O sentido em que as categorias são condições para regras será esclarecido no capítulo sobre o Esquematismo. Por enquanto, atentando, como Paton, para a necessidade envolvida no próprio conceito de objeto, eu concordo com este comentador quando ele descarta a suposta dificuldade levantada por Vaihinger e Kemp Smith de que, no texto kantiano sob análise, o filósofo não trabalharia tendo as categorias em mente, mas apenas conceitos empíricos, de modo que este seria um texto antigo arbitrariamente intercalado na Dedução Transcendental (cf. Paton, 1951, p. 85). Os conceitos empíricos não subsumidos a categorias de relação dão conta do problema kantiano apenas até o ponto em que está em jogo a reconhecimento como condição de uma representação intuitiva. Quando se passa ao problema de seu referente objetivo, Kant está atendo para a necessidade de uma regra *a priori* de unidade da síntese do diverso em todos os seus níveis. Possivelmente, por não estar de posse do esquema da substância, por exemplo, Kant optou por usar como exemplo de regra da reprodução necessária do diverso empírico, um conceito empírico, no caso o conceito de corpo, exemplo por excelência da substância. Não acredito, portanto, que Kant tenha confundido a função generalizante pertencente a todo conceito com a pretensão à universalidade necessária implicada pela noção de validade objetiva. Para a validade objetiva de uma representação não conta apenas que ela possa ser instanciada em várias apreensões particulares do mesmo

reprodução do diverso da intuição na síntese da imaginação, possibilitando que este diverso se unifique em conceitos objetivos de segunda ordem.

A leitura de Loparic mostra-se produtiva para que entendamos este momento do texto de Kant que nos fala da constituição dos objetos sensíveis do conhecimento mediante conceitos. O conceito de um objeto, para Loparic, é justamente a unidade formal discursiva do diverso sensível que o refere a seu objeto, garantindo-lhe significado objetivo, sendo que, quando o modo em que o diverso é dado não é especificado, o objeto visado é apenas transcendental ou indeterminado, não um objeto sensível determinado (cf. 2000, p. 172). A matéria do conceito é então o diverso das representações unificadas pela operação do entendimento por meio de sua regra, enquanto a forma do conceito é a regra, que pode ser engendrada inteiramente *a priori* (que é o caso das categorias que, por isso, tratamos logo acima como conceitos originários) ou com a ajuda da experiência, mas ainda de acordo com aquelas condições *a priori* expressas nas categorias (cf. 2000, p. 176). Conceitos que, de modo algum, funcionam como condições para regras de unificação do diverso da intuição são ditos impossíveis (cf. 2000, p. 175).

Loparic explica ainda que categorias são “condições universais de regras sintéticas para construção de estruturas de dados intuitivos, que visam garantir que os juízos gerados pelas funções lógicas do entendimento sejam objetivamente válidos, isto é, objetivamente verdadeiros ou falsos no domínio dessas estruturas” (2000, p. 188)¹²⁷. Importa-nos aqui entender essencialmente que tais regras impõem aos dados sensíveis condições discursivas, que são as

sujeito, mas que seja compartilhável, em princípio, também por outros sujeitos possíveis, o que não está contido no conceito de conceito em geral, mas sim no conceito de categoria em específico.

¹²⁷ As regras sintéticas a que Loparic se refere são os chamados “Princípios do Entendimento” (cf. 2000, p. 203).

categorias, para a estruturação desses dados de modo que formem objetos. Uma vez constituído um domínio sensível objetivo, cada forma lógica dá origem a juízos que podem ser decididos como verdadeiros ou falsos ao serem interpretados em relação a esse domínio. Um exemplo para que tenhamos claro o processo em questão. Uma regra *a priori* do entendimento chamada “Princípio da Causalidade” (a Segunda Analogia da Experiência) impõe a categoria de causa e efeito ao diverso da sensibilidade que apreendemos em relação temporal de sucessão. Com os eventos que se sucedem no tempo sendo determinados segundo causas, surge um domínio objetivo que permite que juízos empíricos com a forma lógica da relação fundamento/consequência (para todo x , se y , então A em t^1 e B em t^2) sejam decididos como verdadeiros ou falsos. Sem a imposição da categoria de causalidade para a estruturação deste aspecto do domínio de dados sensíveis, os eventos sucessivos seriam pensados apenas como conjuntados, não como necessariamente conectados, de modo que juízos de experiência (leis naturais particulares) com a forma lógica correspondente à categoria da causalidade não poderiam ter pretensão de verdade. É por esta razão que Loparic nos diz que a necessidade objetiva de certa sequência de aspectos “funda-se numa regra do entendimento que controla a operação de apreensão” (2000, p. 109)¹²⁸. Em outras palavras, diríamos que a apreensão nunca pode se dar de modo que seja impossível a aplicação das categorias às representações empíricas.

Estudado então o traço distintivo à constituição da objetividade, podemos dar um tratamento mais direto à questão: “o que é um objeto no sentido crítico?” Loparic aborda o problema nos dizendo que as unidades objetivas indeterminadas do diverso da intuição, que, segundo o uso de Kant, podem também ser chamadas de “algo em geral = X”, “X transcendental”

¹²⁸ Em breve, lidaremos diretamente com a relação entre a síntese da apreensão e princípios de uma síntese necessária *a priori*.

ou “incógnita transcendental” (cf. *CRP*, A 104 e 253), são determinadas como valores das incógnitas dos problemas do entendimento (cf. Loparic, 2000, p. 121). No caso, por exemplo, dos problemas objetuais empíricos, as incógnitas seriam os diferentes aspectos da unidade das intuições (como sua constituição interna e suas interconexões), sendo as respostas juízos de experiência que ampliariam aspectos da unidade observados (cf. 2000, p. 120). Como uma incógnita significa aqui um correlato da unidade de uma regra de síntese de representações e um objeto empírico determinado é seu valor, o mesmo objeto não pode ser considerado um aparecimento em particular, mas também não pode ser uma classe finita de aparecimentos, visto que sempre são possíveis juízos ampliativos acerca do objeto. A hipótese de uma classe infinita atual de representações é vedada por falarmos de dados empíricos, sempre condicionados. Já que também não falamos de um objeto transcendente com relação aos dados sensíveis, concordamos com Loparic, que conclui que: “Resta a possibilidade de dizer que um objeto sensível kantiano é uma *classe aberta* de aparecimentos *construtível* por meio de operações executadas de acordo com uma regra geral” ou “extensões abertas de aparecimentos reproduzíveis por um procedimento geral” (2000, p. 122), que são “classes especificadas pelo ponto de partida dado e pela lei para a geração de todos os outros membros”, o que é o mesmo que dizer também que são conjuntos infinitos de soluções de problemas empíricos intermináveis, “cujas incógnitas são os dados infinitos que faltam para completar uma classe construtiva kantiana dada (isto é, já parcialmente constituída)” (2000, p. 123)¹²⁹. Os objetos empíricos determinados, juntamente com os objetos matemáticos que lhes dão forma *a priori*, esgotam a esfera do novo conhecimento

¹²⁹ É verdade que os “X” transcendentais podem ser interpretados por séries finitas de aparecimentos geradas de acordo com sua regra, mas seria uma interpretação apenas parcial (cf. Loparic, 2000, p. 125), porque, para Loparic, os objetos sensíveis “relacionam-se com representações intuitivas singulares do mesmo modo que as classes construtivas kantianas com seus membros” (2000, p. 197).

objetivo possível, quer dizer, a Dedução Transcendental, ao trabalhar com o conceito crítico de objeto, limita o conhecimento especificamente ao domínio intuitivo (cf. Loparic, 2000, p. 137).

A leitura de Loparic para a objetividade em Kant me parece então crucial para que entendamos que o objeto transcendental de que Kant trata na Dedução A não é o objeto transcendental como coisa em si, que aparece na Estética Transcendental (cf. *CRP*, A 46, B 63), na Segunda Analogia (cf. *CRP*, A 194, B 239), na Nota sobre a Anfibolia dos Conceitos da Reflexão (cf. *CRP*, A 277, B 333 e A 288, B 344) e na Dialética Transcendental (cf. *CRP*, A 358, A 361, A 366, A 372, A 379, A 390, A 393-4, A 494-5, B 522). A mesma nomenclatura estaria sendo usada na análise de problemas diferentes e, por isso, com denotações diferentes: “Há um certo desajuste na exposição de Kant, pois a mudança no significado do termo ‘objeto transcendental’, mesmo quando as razões para isso são explicadas, levam necessariamente à confusão” (Paton, 1936, v. I, p. 424). Cabe então ao comentador atentar para a diferença de contextos e não atribuir uniformidade ao objeto transcendental como coisa em si, único mantido na edição B da *Crítica*, e ao objeto transcendental que também dá nome ao objeto indeterminado de uma experiência possível na edição A. Ewing também me parece ter sido bastante feliz comentando a questão: “aqui, nós precisamos escolher entre admitir uma inconsistência no uso da terminologia por parte de Kant e uma inconsistência fundamental e extraordinária nas visões expressas, eu prefiro a primeira alternativa” (1938, p. 101).

Na verdade, também na edição A, no capítulo III, referente à distinção dos objetos em fenômenos e númenos, Kant parece trabalhar uma espécie de transição entre os dois sentidos de objeto transcendental: como coisa em si e como unidade da regra de síntese das

representações. Lá, o objeto transcendental do qual nada sabemos serve justamente a título de correlato da unidade da apercepção pura para unificar o diverso da intuição sensível (cf. *CRP*, A 250-1). E é verdade que, ao se referir a incognoscibilidade do objeto transcendental como referente dos fenômenos, Kant parece nos obrigar a interpretá-lo como coisa em si. Mas eu digo que ele procede a uma transição para o conceito da Dedução A, onde o objeto transcendental não pode ser equiparado à coisa em si, porque ele alerta que “este objeto transcendental não se pode, de maneira alguma, separar dos dados sensíveis”, para então dizer que não há objeto do conhecimento em si, “mas apenas a representação dos fenômenos subordinada ao conceito de um objeto em geral, que é determinável pelo diverso dos fenômenos” (*CRP*, A 251). De forma definitiva, Kant acrescenta ainda que as categorias servem “para determinar o objeto transcendental (o conceito de algo em geral), por meio do que é dado na sensibilidade, para assim conhecer empiricamente fenômenos sob conceitos de objetos” (ibid. idem). Interessantemente, Ewing vê esta transição também na Dedução A, o que parece fazer muito sentido:

Eu, de minha parte, penso que Kant esteja começando com a concepção do senso comum de um objeto, ao qual as representações são referidas, e então esteja notando que, *para nós*, a referência a um objeto não pode significar nada além do que dizer que representações constituem um sistema. Pois, ele está dizendo, nosso conceito do objeto transcendental considerado à parte disto torna-se o conceito vazio de uma coisa em si, e, portanto, se o conceito de ‘objeto’ deve ser útil ao nosso pensamento, precisa adquirir um significado diferente e ser entendido como uma expressão da unidade de nossa experiência, isto é, ele deliberadamente muda o significado de ‘objeto transcendental’ para mostrar ao leitor o único sentido em que o conceito de um objeto pode ser empregue utilmente (1936, p. 101).

Ora, está claro até aqui, ou melhor, está dito, que o objeto transcendental é apenas um objeto em geral que assumirá diferentes determinações conforme às categorias determinem o diverso sensível. Por isso, não faria sentido que repetíssemos com Kemp Smith que a doutrina do objeto transcendental não pôde ser mantida na Dedução B por não deixar espaço para objetos

empíricos (cf. Kemp Smith, 1918, p. 206). A coisa em si, que Kemp Smith pensa ser o único sentido de objeto transcendental, pode ter papel nessa reflexão kantiana no sentido de nos ajudar a compreender que o fenômeno é uma representação de um objeto, e não ele mesmo um objeto, é assim que falo em transição de um sentido a outro, mas daí a usar a doutrina do objeto transcendental para fazer da coisa em si o objeto do conhecimento não parece cabível. Não é então por acaso que, ao defender a interpretação que rechaçamos aqui, Kemp Smith classifica a doutrina do objeto transcendental como pré-Crítica, censurando Kant por sua presença na *Crítica* (cf. 1918, p. 204).

É certo que as passagens da Dedução A e do Capítulo III que analisamos foram suprimidas da segunda edição da *Crítica*, mas isto seria evidência insuficiente para que considerássemos então estes textos como pré-Críticos, especialmente se tivermos em mente que a coisa em si nada mais é do que o númeno em sentido negativo, ou seja, a coisa da qual abstraímos nosso modo de intuir e pensar (cf. *CRP*, A 252, B 307-8), e, no texto do Capítulo III removido da edição B, logo após expor os conceitos negativo e positivo de númeno, Kant diz que o objeto transcendental, a que reporto o fenômeno em geral, sendo o pensamento completamente indeterminado de algo em geral, não pode ser o númeno: “Não posso pensá-lo [ao númeno - AF] mediante categorias, pois estas só valem para a intuição empírica a fim de a reconduzirem a um conceito do objeto em geral” (*CRP*, A 253).

A passagem da Dialética contida em A 494, B 522, portanto, mantida na segunda edição da *Crítica*, certamente confunde Kemp Smith (cf. 1918, pp. 211-7). Com base nela, ele interpreta que Kant tomava o objeto transcendental no sentido de coisa em si como fundamento

da objetividade dos fenômenos. Ocorre que Kant diz: “A este objeto transcendental podemos atribuir toda a extensão e encadeamento das nossas percepções possíveis” (*CRP*, A 494, B 522-3), mas este encadeamento das nossas percepções não devia ser lido como a unidade necessária característica do objeto da Dedução A. Como abono para esta advertência, recorro à sequência do texto de Kant em questão: “A causa das condições empíricas deste progresso [da experiência – AF] e, portanto, que membros posso encontrar na regressão, ou mesmo até onde poderei encontrá-los, tudo isto é transcendental e, por conseguinte, necessariamente desconhecido para mim” (*CRP*, A 496, B 524). Em minha leitura, portanto, tomo o objeto transcendental no sentido de coisa em si como determinando o encadeamento das percepções na medida em que ele determina as condições empíricas em que progredirei em uma experiência, isto é, um problema completamente distinto daquele da Dedução A. Conclui-se então que, sim, a doutrina é de difícil interpretação e Kant a simplificou na segunda edição reservando a expressão “objeto transcendental” apenas para o sentido de coisa em si, mas, não, não era uma doutrina pré-Crítica sobrevivente, valendo-se de númenos como objetos do conhecimento, exatamente porque havia um segundo sentido, um sentido jazente em uma doutrina do objeto crítico que foi mantida inalterada na edição B, tendo como única modificação exatamente o abandono da expressão que lhe dava nome¹³⁰.

Feita esta complexa introdução do conceito de objeto transcendental na primeira edição da Dedução, Kant, de modo essencial para seus propósitos, passa a trabalhar a articulação do objeto tanto com a unidade da apercepção quanto com a noção de conhecimento. Começando

¹³⁰ Para uma abordagem crítica, mas diferente da exposta aqui, para a interpretação de Kemp Smith, ver Paton, 1936, v. I, pp. 421-5. Ver Smith, 1947, pp. 70-9 para uma leitura, da qual eu discordo, em que o objeto transcendental da Dedução A é distinto das representações e também da coisa em si. Ver Bird, 1962, pp. 76-8 e 132-3, para um comentário, em linhas gerais, semelhante ao feito aqui.

pela primeira, ele nos diz: “esta *unidade da regra* [expressa no conceito – AF] determina todo o diverso e limita-o a condições que tornam possível a unidade da apercepção, e o conceito dessa unidade é a representação do objeto = X” (CRP, A 105). Esta passagem é fundamental para que entendamos as verdadeiras conclusões que Kant poderá tirar da Dedução Transcendental. Para que sigamos o resto de seus passos, é preciso que mantenhamos em mente que a determinação do diverso sensível por uma regra *a priori*, que encontra na categoria a sua condição, ao mesmo tempo em que representa o conceito crítico de objeto, possibilita o princípio que Kant introduz agora pela primeira vez na edição A: a unidade da apercepção.

2. 2. 2. 5. A unidade da apercepção

Antes de fundamentar e retirar todas as conseqüências desta tese, Kant passa ao segundo elo de sua articulação entre unidade da apercepção e conhecimento. Ele se detém na ênfase de que todo conhecimento exige um conceito que, quanto à forma, é universal e serve de regra necessária da reprodução das intuições na unidade sintética da consciência (cf. CRP, A 106 e também A 111, onde Kant argumenta que princípios contingentes de ligação do diverso não dariam conta do conhecimento). É ao ressaltar esta necessidade na síntese do diverso da intuição pressuposta pelo conceito de conhecimento que Kant pode mostrar como se dá o trânsito deste conhecimento para o princípio da unidade originária da apercepção (cf. CRP, A 109, como retomada esclarecedora do ponto). Analisemos mais detidamente esta construção argumentativa: “Toda a necessidade tem sempre por fundamento uma condição transcendental. Deve encontrar-

se, portanto, um princípio transcendental da unidade da consciência na síntese do diverso de todas as nossas intuições” (*CRP*, A 106). Este primeiro passo é bastante simples por dizer apenas que, se há uma regra objetivamente necessária da síntese do diverso da intuição, esta regra não pode ser derivada da experiência, que nunca fundaria algo além de uma universalidade comparativa. Estamos, portanto, em busca de um fundamento *a priori* para a unidade necessária da consciência na síntese dos dados sensíveis, isto é, de uma condição *a priori* para regras *a priori*. Esta condição é dita transcendental então, porque é assim que Kant chama o conhecimento *a priori* que torna possível outro conhecimento *a priori*.

O passo seguinte também é simples por estabelecer apenas que o mesmo princípio transcendental que funda a unidade sintética necessária da consciência do diverso da intuição funda também o conceito crítico de objeto: “princípio [transcendental – AF] sem o qual seria impossível pensar qualquer objeto para as nossas intuições, pois este objeto não é nada mais do que o alguma coisa, do qual o conceito exprime uma tal necessidade da síntese” (ibid. idem). É neste sentido que Loparic diz que “Kant não *descreve*, nem mesmo *prescreve*, mas antes *infere* analiticamente a unidade das operações cognitivas como uma condição necessária do conhecimento objetivo” (2000, p. 146). Kant irá argumentar que a condição transcendental que funda a unidade sintética das percepções, fundamentando, por consequência, o conceito crítico de objeto é o princípio da apercepção transcendental (cf. *CRP*, A 107). Dizemos que compreender o porquê de tal asserção é compreender a Dedução Transcendental. A chave do argumento será que a possibilidade de sínteses necessárias do diverso da intuição torna possível tanto o conceito crítico de objeto quanto a unidade da apercepção transcendental. Para chegar aqui, Kant começa mostrando que a consciência empírica de si não basta para garantir a unidade da autoconsciência:

“A consciência de si mesmo, segundo as determinações do nosso estado na percepção interna, é meramente empírica, sempre mutável, não pode dar-se nenhum eu fixo ou permanente neste rio de fenômenos internos [...]. Aquilo que deve ser *necessariamente* representado como numericamente idêntico, não pode ser pensado como tal por meio de dados empíricos” (ibid. idem). O argumento, que viria a ser reapresentado na segunda edição da Dedução, é que, não é por acompanhar com a consciência cada representação empírica no fluxo do sentido interno, que eu posso garantir que a mesma autoconsciência que pensou *x* também pensa *y*.

Desconsiderado assim o caminho da experiência interna, Kant diz que: “Deve haver uma condição, que preceda toda a experiência e torne esta mesma possível, a qual deve tornar válida um tal pressuposto transcendental” (ibid. idem). É esta a expressão clara do ponto fundamental do argumento sobre o qual tanto insistimos: a mesma condição que torna possível a experiência – o que é o mesmo que dizer “o conceito crítico do objeto” (cf. *CRP*, A 111) – torna possível também o pressuposto transcendental de que a autoconsciência seja numericamente idêntica em toda consciência do diverso. Defendendo esta tese, Kant aponta, primeiro, que não haveria conhecimento sem a unidade numérica da apercepção, pois não haveria ligação entre nossas representações (cada uma em uma diferente autoconsciência) ao passo que esta ligação (como unidade necessária) está contida no conceito crítico de objeto (cf. ibid. idem). Trata-se da apercepção como *ratio essendi* do conhecimento. Como diz Loparic: a “unidade do sujeito cognitivo formula a condição da possibilidade da unidade objetiva, isto é, da unidade do objeto de toda e qualquer síntese de representações” (2000, p. 146). Mas o que é realmente importante, mesmo o essencial na interpretação que fazemos aqui, é que o inverso também é verdadeiro, ou seja: se não fosse possível uma síntese necessária do diverso de nossas representações, também

não seria possível a própria identidade do sujeito cognoscente. Trata-se agora da síntese necessária do diverso sensível como *ratio essendi* da identidade da apercepção. Vale a longa e fundamental citação como abono:

essa unidade da consciência seria impossível se o espírito, no conhecimento do diverso, não pudesse tomar consciência da identidade da função pela qual ela [a apercepção originária – AF] liga sinteticamente esse diverso num conhecimento. A consciência originária e necessária da identidade de si mesmo é, portanto, ao mesmo tempo, uma consciência de uma unidade, igualmente necessária, da síntese de todos os fenômenos segundo conceitos, isto é, segundo regras, que não só os tornam necessariamente reprodutíveis, mas determinam assim, também, um objeto à sua intuição, isto é, o conceito de qualquer coisa onde se encadeiam necessariamente. Com efeito, o espírito não poderia pensar *a priori* a sua própria identidade no diverso das suas representações se não tivesse diante dos olhos a identidade do seu ato, que submete a uma unidade transcendental toda a síntese da apreensão (que é empírica) e torna antes de mais o seu encadeamento possível segundo regras *a priori* (CRP, A 108).

Em primeiro lugar, cabe observar que, nesta passagem, fica mais evidente do que em qualquer outro ponto da Dedução (incluindo o texto da edição B) a sugestão de que um tipo de consciência da identidade de um ato, no caso, o ato de síntese, seria a condição apontada para a consciência da identidade da própria autoconsciência. Mas este não me parece o caminho mais frutífero a ser explorado, porque, como diz Strawson, “afinal, Kant não pensa que nós tenhamos um tipo especial de experiência ou consciência do eu ou de sua atividade, distinta daquela autoconsciência empírica em que, como ele mantém, nós somos conscientes somente de aparências de nós mesmos” (1966, p. 95). De fato, o eu da apercepção é, como já vimos, sempre um completo vazio “eu sou eu” e toda a sua atividade de síntese só é exercida sobre um diverso dado, seja puro ou empírico. Por isso, em ambas as versões da Dedução, consideramos como melhor expressão da doutrina de Kant, quanto à condição da identidade da autoconsciência, a ênfase dada às características do produto possível da síntese, ou seja, as regras *a priori* às quais o diverso aparece submetido pelo ato, e não a uma suposta consciência da identidade de uma

atividade que pudesse ser contemplada em si mesma e oferecesse um conteúdo para a identidade do eu¹³¹.

A meu ver, a principal idéia contida na passagem em questão, em todo caso, é que a síntese da apreensão tem que estar submetida a regras *a priori* que permitem a constituição de objetos¹³², porque isto é o mesmo que dizer que o sujeito pode ter consciência de sua própria unidade na consciência de cada representação sintetizada. A principal questão levantada a partir daqui é por que deveríamos pensar como necessária esta identidade do sujeito em cada representação consciente, de modo que a unidade da apercepção seja o último princípio transcendental fundamentando o edifício do conhecimento, por assumir também o papel de *ratio cognoscendi* no argumento. Com o visto até aqui, o argumento de Kant só nos faz ir e vir por um mesmo caminho de duas mãos, pois temos dois elementos que reciprocamente funcionam como *ratio essendi* um do outro, e nenhuma *ratio cognoscendi*, ou seja, nenhum elemento fixado para que eu possa partir dele para conhecer o outro como sua *ratio essendi*. Posso partir do conhecimento, reconhecer que ele pressupõe a unidade necessária do diverso da intuição para sua relação ao objeto e constatar que a mesma unidade também assegura a identidade da autoconsciência, assim como posso partir da unidade numérica da autoconsciência, reconhecer

¹³¹ Comentando a passagem no artigo “Sobre naturalizar a Psicologia Transcendental de Kant”, Allison diz que a tese contida nela é “aparentemente bizarra” e que Kant se manifesta em “termos metafóricos” (cf. 1996, p. 61). Eu concordo e acho muito propícia a explicação oferecida por Allison em outro artigo, este originalmente de 1989, “A refutação de Kant do materialismo”: “a tese de que atividades cognitivas tais como julgar e raciocinar são inerentemente autoconscientes (o coração do princípio da apercepção de Kant) não devia ser considerada equivalente à tese de que elas são analisáveis em duas atividades distintas, a saber, um representar e um representar que alguém está representando. Ser consciente da própria atividade não é outra coisa que alguém faz quando julga ou raciocina; é, antes, um componente ineliminável da própria atividade de primeira ordem” (1996, p. 95). Novamente, não há contemplação do ato em si mesmo.

¹³² Por isso, penso eu, Loparic estaria justificado ao dizer que a apercepção tem sentido de operação originária fundante do conhecimento e que a apreensão é uma operação fundada (derivada) (cf. 2000, nota 2 à p. 157).

que ela pressupõe a unidade sintética *a priori* das representações conscientes e então constatar que esta mesma unidade possibilita o conhecimento. Neste percurso, não garanto a necessidade de qualquer ponto de partida. Não há, até aqui, provas de que eu deva pressupor seja o conhecimento ou a identidade da autoconsciência, e apenas se eu pudesse fixar um deles poderia deduzir a possibilidade também do outro por meio da condição necessária e suficiente comum a ambos¹³³. Não percamos isto de vista.

2. 2. 3. A prova da necessidade das categorias

Explicado o conceito crítico de objeto e sua relação com a unidade da apercepção por meio do compartilhamento de um pressuposto comum (a unidade sintética necessária do diverso da intuição), Kant retoma o objetivo de sua investigação dizendo o que já pudemos antecipar com base no princípio da dedução: que os conceitos fundados que funcionam como condições intelectuais *a priori* para que os fenômenos correspondam a objetos em geral são as categorias. Neste contexto, ele afirma que as categorias têm validade objetiva e que é o que queríamos saber (cf. *CRP*, A 111). Aparentemente, Kant estaria dando-se por satisfeito com sua Dedução. A rigor, temos ensejo então de repetir a questão que já havíamos levantado: ele estaria reduzindo a Dedução a um maior aprofundamento do § 14, as categorias apresentadas como condições do conhecimento, o que faria maior sentido com a explicação detalhada do conceito crítico de objeto? A relação das categorias com a unidade da apercepção faria parte também

¹³³ Em havendo um diverso da intuição sensível, regras *a priori* de síntese são necessárias e suficientes tanto para a constituição de objetos quanto para a consciência da identidade do sujeito das representações.

apenas deste aprofundamento do novo conceito de objetividade, que talvez devesse ser chamado de “dedução subjetiva”? Se as respostas forem positivas, eu saberia que há implicação recíproca entre a identidade do sujeito cognoscente e a operação de constituição de objetos, mas esta reciprocidade não faria parte de um argumento fundante da última e sim de um esclarecimento seu, que, como parte da dedução subjetiva, poderia mesmo vir a ser substituído.

No entanto, por mais que o tom de Kant (“era isso o que propriamente queríamos saber”) tenha sido de encerramento e satisfação, há aqui um “porém” que muito nos interessa e que não é interpretativo; é textual:

Porém, a possibilidade, mesmo a necessidade destas categorias, repousa sobre a relação que toda a sensibilidade, e com ela todos os fenômenos possíveis, têm com a apercepção originária, na qual tudo necessariamente deve estar conforme às condições da unidade completa da *autoconsciência*, isto é, deve estar submetido às funções gerais da síntese, a saber, da síntese por conceitos, na qual unicamente a apercepção pode demonstrar *a priori* a sua identidade total e necessária (CRP, A 111-1).

Está dito literalmente que a relação que os dados sensíveis têm para com a apercepção originária funda, mais do que a possibilidade, a necessidade das categorias. Ora, esta observação é vital. Se concordarmos que “possibilidade” seja o mesmo que “validade objetiva” e se entendermos por “validade objetiva”, como Loparic, a aplicabilidade das condições intelectuais do conhecimento a condições sensíveis, então, de fato, basta o que está contido no § 14 e foi mais bem detalhado até aqui para que entendamos a satisfação de Kant. Querendo provar que as categorias têm validade objetiva, e não “verdade”, basta que pensemos na possibilidade de que sejam sensificadas, o que ocorre quando explicamos as categorias como condições de regras determinantes da operação de síntese dos dados sensíveis para que estes constituam experiência. Por que o “porém” então? Se a validade objetiva das categorias está garantida, por que prosseguir

com a Dedução, a menos que seja para exposição de sua parte subjetiva? A resposta está no fato de nada ter sido garantido ainda quanto à *necessidade* das categorias. Kant pode se satisfazer com seu trabalho já realizado quando ele deve ser tomado como uma prova pela validade objetiva das categorias, ainda que em geral, mas Kant não pode se satisfazer em provar apenas a possibilidade das categorias se pretende extrair delas princípios, mais do que possíveis, necessariamente verdadeiros, sobre os quais repousará a possibilidade ou validade objetiva de todo conhecimento sintético. Dito simplesmente, como ensina o próprio Kant, uma possibilidade fundada sobre outra possibilidade não está garantida sob todos os aspectos (cf. *CRP*, A 232, B 284).

Pressupondo então que é preciso que Kant prove a necessidade das categorias, entendida como aplicabilidade necessária a cognições, temos que entender a razão da fundamentação desta necessidade sobre o princípio da unidade da apercepção. Temos, em suma, que entendê-la como *ratio cognoscendi*, o que significa que ela terá que se sustentar sem apelos à noção de conhecimento. O peso do argumento recai todo em uma justificativa separada da necessidade de pressupormos *a priori* a “identidade total e necessidade” da apercepção. Mas é apenas mais adiante que, nesta primeira edição da Dedução, Kant vai nos satisfazer explicando por que a identidade numérica é inseparável da autoconsciência e certa *a priori* (cf. *CRP*, A 113), a ponto dele equiparar a apercepção pura com “a completa identidade consigo mesma em todas as representações possíveis” (*CRP*, A 116).

2. 2. 3. 1. A primeira formulação do argumento

O argumento que, na segunda edição, praticamente abre a Dedução, estando no § 16, na primeira edição, só vai aparecer na Terceira Seção, intitulada: “Da Relação do Entendimento aos Objetos em Geral e da Possibilidade de se Conhecer *a priori*”. Podemos dividir este argumento, pelo qual esperávamos, em três passos. O primeiro estabelece que: “Todas as intuições não são nada para nós e não nos dizem respeito algum, se não puderem ser recebidas na consciência” (CRP, A 116). As intuições que contam, ao menos cognitivamente, são as intuições conscientes. A única concessão que esta etapa do argumento requer é que admitamos poder tomar consciência do diverso da intuição sensível, ou seja, saber que ele representa algo para nós independentemente do valor objetivo (universal) do representado. Tendo um requerimento tão razoável e conforme com a isenção que precisávamos, torna-se muito importante sabermos quais conseqüências Kant poderá extrair dele.

O segundo movimento do argumento estabelece: “Temos consciência *a priori* da identidade permanente de nós próprios, relativamente a todas as representações que podem pertencer alguma vez ao nosso conhecimento, como duma condição necessária da possibilidade de todas as representações (porque estas só representam para mim qualquer coisa, enquanto pertencem, como todas as outras, a uma única consciência, à qual, por conseguinte, devem pelo menos poder estar ligadas)” (ibid. idem). Podemos dizer que este é um pilar que talvez sustente toda a *Crítica*, porque é um raciocínio que visa garantir que a identidade do sujeito cognoscente, sobre a qual se apóia a *necessidade* da aplicabilidade das categorias, não é uma petição de

princípio, mas sim uma condição para uma concessão que ninguém poderia deixar de fazer: que tenho representações que representam para mim qualquer coisa. A idéia aqui é que seria contraditório pensar que sou consciente de um diverso dos sentidos, que este diverso representa algo para mim, mas que, ao mesmo tempo, esta diversidade de representações pertenceria cada uma a diferentes autoconsciências.

Construído agora sobre a base que antes faltava, o terceiro passo do argumento não nos é novidade. Kant se refere ao princípio que julga solidamente estabelecido no passo anterior do argumento como “*princípio transcendental da unidade de todo o diverso das nossas representações (portanto também do diverso da intuição)*” (ibid. idem). Porque “a unidade do diverso num sujeito é sintética”, desse princípio, ele estabelece que: “a apercepção pura fornece um princípio da unidade sintética do diverso em toda a intuição possível. Esta unidade sintética pressupõe, contudo, uma síntese, ou inclui-a, e se a primeira deve ser necessariamente *a priori*, a última deve ser também uma síntese *a priori*” (CRP, A 116-8). Se todas as minhas representações devem poder ser unidas em uma única autoconsciência para serem algo para mim e se, para o sujeito cognoscente finito, a unidade de suas representações é sintética, então é legítimo pressupor que sínteses reguladas *a priori* sempre sejam possíveis, já que regras contingentes de ligação do diverso das representações não garantiriam a unidade sintética necessária das mesmas como o argumento requer¹³⁴.

¹³⁴ Em uma nota acrescentada à última passagem citada, Kant retoma a relevância do presente argumento e o condensa. Primeiramente, ele defende a necessidade de uma consciência empírica possível para todas as nossas representações. É curioso notar então que, expondo a tautologia de se dizer que, sem consciência empírica possível das representações, seria impossível termos consciência delas, ele afirma que dizer que não temos consciência dessas representações é o mesmo que dizer que não existem. Na segunda versão da Dedução Transcendental, mais moderado, ele diz apenas que representações das quais não tenho consciência nada são para mim (cf. CRP, B 132). Outra discrepância interessante com relação à segunda

2. 2. 3. 2. A segunda formulação do argumento

Convencido da importância capital do argumento reconstruído acima, Kant decide refazê-lo por um caminho mais longo, partindo do dado empírico e passando por cada etapa até a apercepção pura. O primeiro momento desta nova construção do argumento, porém, não é muito diferente daquele do anterior: “A primeira coisa que nos é dada é o fenômeno que, se estiver ligado a uma consciência, se chama percepção” (*CRP*, A 120)¹³⁵. Em seguida, Kant diz que “todo o fenômeno contém um diverso” (*ibid.* *idem*). Do diverso das percepções, ele passa à afirmação de que é necessário que seja ligado e que esta ligação não se dá no próprio sentido (faculdade apenas passiva, receptiva). Tomamos então por terceiro passo do argumento o apelo a uma faculdade ativa de síntese. Esta seria a imaginação e seu ato, a apreensão¹³⁶. Posto que a imaginação vai reduzir a imagens o diverso da intuição, no quarto passo, Kant rememora a explicação com que abria a Dedução, dizendo que não haveria apreensão se não houvesse também uma síntese capaz de garantir a formação de séries completas de percepções: a

edição da Dedução diria respeito ao próprio princípio da unidade da apercepção. Após dizer que a unidade da autoconsciência implica em uma unidade sintética do diverso que fundamenta proposições sintéticas *a priori*, Kant se refere a tal princípio da apercepção como sendo sintético, pois seria sintética a proposição que diz que “todas as diversas consciências empíricas devem estar ligadas a uma única consciência de si mesmo” (*CRP*, A 117, nota). Nós já sabemos que, na segunda edição, aparentemente, a mesma proposição é tida como analítica (cf. *CRP*, B 135). Em nossa interpretação, a edição B representaria um avanço em relação à A nos dois pontos, ou seja, consideramos que a representação da qual não temos consciência nada é para nós, mas ainda pode bem existir (mesmo em outra consciência possível) e consideramos que o princípio de não-contradição já nos impede de dizer que diversas consciências empíricas representam algo para o sujeito mas nem todas pertencem a uma única autoconsciência. No mais, se este princípio, que declara como necessários outros princípios sintéticos *a priori* (funda coletivamente proposições sintéticas *a priori*) fosse ele mesmo sintético, não poderia ser o princípio primeiro como é tomado aqui.

¹³⁵ Aqui, novamente, é dito que o fenômeno de que não temos consciência nada é para nós e também, portanto, não é absolutamente nada (cf. *CRP*, A 120).

¹³⁶ Kant reclama neste momento a originalidade da descoberta de que a própria percepção, a formação da imagem dos objetos, exige uma faculdade para além dos sentidos: a imaginação (cf. *CRP*, A 120, nota).

reprodução. Esta forma encadeamentos, e não meros amontoados inúteis ao conhecimento, porque obedece ao princípio empírico da associação.

No quinto passo, também *atendendo a uma necessidade implicada pela noção de conhecimento*, a associação é dita subordinada a um princípio objetivo: “*Se esta unidade da associação, contudo, não tivesse também um princípio objetivo, de tal modo que fosse impossível serem apreendidos os fenômenos pela imaginação, de outra maneira que não fossem subordinados à condição de uma unidade sintética possível dessa apreensão, seria também algo de completamente acidental que os fenômenos se acomodassem num encadeamento de conhecimentos humanos*” (CRP, A 121, grifos meus). O que é então de extrema relevância na transição do quinto para o sexto momento do argumento é que este princípio objetivo de síntese não será defendido em função de seu papel como condição do conhecimento. Imediatamente após a última passagem citada, Kant apresenta a *segunda* consequência da admissão da contingência da ligação entre nossas representações: “Com efeito, embora nós tivéssemos a faculdade de associar percepções, mantinha-se contudo completamente indeterminado e contingente se elas seriam suscetíveis de associação. *No caso de não o serem*, poderia ser possível uma multidão de percepções e mesmo toda uma sensibilidade, onde muitas consciências empíricas se encontrariam no meu espírito, mas separadas e sem que pertencessem a uma consciência única de mim próprio, *o que é impossível*” (CRP, A 121-2, grifos meus)¹³⁷.

¹³⁷ Note-se que o uso que Kant faz do princípio parece em claro contraste com a afirmação de seu caráter sintético, sendo muito mais condizente com a analiticidade defendida na formulação do argumento na segunda edição.

No que vai muito além do § 14 e, portanto, da prova da simples validade objetiva das categorias, o princípio objetivo de síntese que possibilita o conhecimento, uma vez que seja dado o diverso das intuições, é fundamentado, não por ser justamente uma condição do conhecimento ou da experiência possível, mas sim porque sua negação implicaria na negação de uma proposição necessariamente verdadeira: *diversas consciências empíricas em meu espírito têm que pertencer a uma consciência única de mim próprio*. Por conseguinte, diz Kant: “É somente porque refiro todas as percepções a uma consciência (à apercepção originária) que posso dizer de todas as percepções que tenho consciência delas. Deve, *portanto*, haver um princípio objetivo [...] sobre o qual repousam a possibilidade e mesmo a necessidade de uma lei extensiva a todos os fenômenos, que consiste em tê-los a todos como dados dos sentidos, suscetíveis de se associarem entre si e sujeitos a regras universais de uma ligação completa na reprodução” (CRP, A 122).

2. 2. 3. 3. O problema da dedução subjetiva retomado

Kant confirma então a interpretação que fazemos da Dedução como ultrapassando o § 14, sem se limitar por isso a uma dedução subjetiva de menor importância, por mais que pese observação em contrário no Prefácio A, no momento em que ele nos diz que: “A unidade objetiva de toda a consciência (empírica) numa consciência (a da apercepção originária) é, portanto, a

condição necessária mesmo de toda a percepção possível” (*CRP*, A 123)¹³⁸. Isto, é claro, se não equipararmos a relação entre a consciência de si e a consciência objetiva com a própria dedução subjetiva, como faz Carl, para quem, por isso, a dedução subjetiva é mais importante que a objetiva (cf. 1989, pp. 18-9). Linhares, no artigo “As deduções objetiva e subjetiva na primeira edição da *Crítica da Razão Pura*”, também defende que a dedução subjetiva deva ser identificada às segunda e terceira seções do capítulo da Dedução, sendo mais importante que a objetiva (cf. 2006, p. 14). Embora este tipo de leitura seja algo próximo ao que sugiro com meu trabalho, onde divido a primeira seção das demais como a prova da possibilidade das categorias em oposição à prova de sua necessidade, eu teria muitas ressalvas para chamar o argumento da unidade da apercepção desenvolvido nas últimas seções, que, de resto, leio muito como Linhares¹³⁹, de “dedução subjetiva”. Meu estranhamento se daria justamente porque, no único momento em que Kant fala explicitamente em “dedução subjetiva”, ele não atribui tal valor a ela, na verdade, ele faz pouco caso dela. Eu preferiria então sugerir que a distinção fosse considerada uma infelicidade da parte da Kant, cuja ausência da segunda edição deveria ser louvada, sendo então substituída simplesmente pela divisão que citei entre uma prova da possibilidade/validade objetiva das categorias (primeira seção) e uma prova de sua necessidade/“verdade” (segunda e terceira seções).

¹³⁸ Kant também diz, com o mesmo grau de clareza, que os fenômenos, apenas objetivamente sintetizados, “podem pertencer ao conhecimento e, em geral, à nossa consciência e, portanto, a nós próprios” (*CRP*, A 125). Deve-se conferir também a passagem contida em A 129, onde ele diz que, se tivermos que nos ocupar apenas de fenômenos, não é só possível, como *necessário* que as categorias precedam o conhecimento empírico: “todos estes fenômenos, portanto, todos os objetos com os quais nos podemos ocupar, estão todos em mim, isto é, são determinações do meu eu idêntico; esta representação exprime, como necessária, uma unidade completa dessas determinações numa só e mesma apercepção. Porém, é nesta unidade da consciência possível que consiste também, a forma de todo o conhecimento dos objetos (pelo qual o diverso é pensado como pertencente a um objeto)” (*CRP*, A 129).

¹³⁹ “O eu penso, concebido como unidade da consciência, apenas é possível se se referir aos objetos do conhecimento” (Linhares, 2006, p. 14).

Resumindo essa “prova da necessidade das categorias”, conforme temos lido, admitamos simplesmente que temos representações empíricas e teremos também que admitir a possibilidade sempre presente de uma síntese objetiva das mesmas como seu pressuposto necessário. Por quê? Porque, do contrário, as representações, cuja consciência se admite, não pertenceriam todas à autoconsciência idêntica que me permite dizer que são minhas representações. Diz Kant neste contexto que: “o eu fixo e permanente (da apercepção pura) constitui o correlato de todas as nossas representações, na medida em que é simplesmente possível ter consciência dessas representações, e toda a consciência pertence a uma apercepção pura, que tudo abarca...” (*CRP*, A 123). Ficaria assim garantida a quebra de um círculo vicioso: “Eu acredito que, estritamente, nós devamos ver a unidade da apercepção como necessária em si mesma, e também como necessária para o conhecimento de um objeto: de outro modo, o argumento de Kant torna-se circular”, diz Paton (1936, v. I, p. 420, n. 1)¹⁴⁰. O brilhantismo do argumento, se nos permitem tal tipo de comentário, está em assegurar a transição para objetos intersubjetivamente compartilháveis a partir de representações subjetivas puramente privadas¹⁴¹. Neste sentido, Kant rememora que a experiência se compõe em três níveis: apreensão, reprodução e reconhecimento, estando neste último o componente que, uma vez transcendentalmente fundamentado, confere a unidade formal das intuições que representa a validade objetiva do conhecimento empírico. As categorias são este tal componente (cf. *CRP*, A 124-5).

¹⁴⁰ Certamente, eu compartilho da convicção de Paton, mas eu não acredito que sua leitura demonstre a necessidade da unidade da apercepção sem pressupor o conhecimento (cf. por exemplo, 1936, v. I, pp. 458-9).

¹⁴¹ A este respeito, Guido de Almeida, interessantemente, observa que a consciência de nossas intuições não é um mero fato empiricamente constatável e, por isso, adotado como ponto de apoio do argumento, mas sim um pressuposto da questão que, por isso, não poderíamos recusar, desde que, é claro, entendamos que a questão da Dedução Transcendental é provar ao cético que as categorias se aplicam a intuições decorrendo disso que o conhecimento objetivo é possível (cf. 1993, p. 200).

2. 2. 4. Afinidade e Apercepção: a transição para o Esquematismo

Dito simples e diretamente, Kant (apenas nesta versão da Dedução, é verdade) dá um nome ao “princípio objetivo de toda a associação dos fenômenos”: afinidade (cf. *CRP*, A 122). Kant nos remete a este conceito pela primeira vez usando como exemplo a categoria de causalidade, como toda categoria, uma regra discursiva *a priori* que confere unidade a uma síntese fenomênica. Esta regra *a priori*, no caso da causalidade, implica na necessidade da conexão dos fenômenos que se seguem no tempo, o que a experiência, justamente no sentido lato e não categoricamente determinado, não está à altura de fundamentar ao mostrar apenas uma conjunção contingente de eventos. Como vimos, a necessidade de que pensemos, para além de uma associação contingente, uma afinidade (transcendental) dos fenômenos requer que esta seja compreendida como condição da identidade da apercepção e operação desta sobre suas representações. Em outras palavras, a afinidade nada mais é que a conformidade da apreensão do diverso do fenômeno a uma unidade sintética *a priori* (categorial) ditada pela autoconsciência (portanto, intelectual) e, nesta mesma medida, justificável (cf. *CRP*, A 113 e 122).

O que torna possível tal conformidade de uma síntese empírica a uma unidade intelectual é a determinação da afinidade como “uma consequência necessária de uma síntese na imaginação, que está fundada *a priori* sobre regras” (*CRP*, A 123). Pensada como faculdade de síntese *a priori*, a imaginação recebe o complemento “produtiva” ou “transcendental”, enquanto Kant reforça: “apenas mediante esta função transcendental da imaginação se tornam mesmo

possíveis a afinidade dos fenômenos, com ela a associação e, por esta última, finalmente, a reprodução segundo leis, por conseguinte, a própria experiência...” (ibid. idem).

Ao explicar a síntese da reprodução, como vimos, Kant atribuía também à imaginação reprodutiva um ato transcendental (cf. *CRP*, A 102). Já neste momento do texto, justamente por ser capaz de sínteses *a priori*, a imaginação é chamada “produtiva”. Mais ainda, na segunda edição da Dedução, é dito explicitamente que a imaginação reprodutiva está submetida a leis puramente empíricas, pertencendo meramente à psicologia, e não à investigação da filosofia transcendental (cf. *CRP*, B 152). Pelo simples fato da edição B ter sido composta posteriormente e da tríplice síntese ter sido apresentada por Kant como uma exposição de caráter preliminar e assistemático (cf. *CRP*, A 98), pareceria que devemos considerar a posição contida em A 123 como a visão ponderada de Kant sobre o assunto. Voltando assim à explicação da tríplice síntese, a princípio, nos inclinamos a concordar com Paton quando ele diz que: “esta síntese pura da reprodução, embora necessária para a apreensão do diverso puro, como por exemplo, um período de tempo, é governada por leis ordinárias de associação, e é, neste sentido, empírica” (1951, p. 87). Em outras palavras, sugere-se que a matéria a que se aplica a síntese pode ser pura, mas o princípio que regula a síntese é empírico. Como dissemos na ocasião, só suporíamos um princípio *a priori* subjacente a tais “leis de associação” se pressupuséssemos que, para além da mera apreensão dos fenômenos, deve ser possível o conhecimento. Neste caso, diríamos agora então, tendo em vista a posição refletida de Kant, que a imaginação reprodutiva estaria sujeita à produtiva, aquela que possui um princípio transcendental de síntese.

No entanto, embora esta explicação de Paton realmente faça sentido em um primeiro momento, existem evidências textuais que nos sugerem ainda outro caminho. Ocorre que na Dedução B, como vimos, Kant define a síntese da apreensão como a reunião do diverso numa intuição *empírica* (cf. *CRP*, B 160) e isto mesmo embora, neste contexto, ele esteja tratando também do diverso puro e de sua intuição formal. De fato, de acordo com a Dedução B, esta intuição formal é um produto da síntese transcendental da imaginação¹⁴². Desta forma, em certo sentido, deixaria de ser possível que a imaginação reprodutiva procedesse a uma síntese *a priori*. O elemento *a priori* que determina a síntese da apreensão, na segunda edição da *Crítica*, é sintetizado pela imaginação transcendental. Voltando a Paton, diríamos então que, desde que não posso apreender um tempo vazio, se eu apreendo um período de tempo, conecto o diverso em uma intuição empírica que tem o tempo por forma. Esta apreensão temporal, como supomos ser a posição refletida de Kant, depende de uma síntese transcendental da imaginação produtiva que determina *a priori* justamente uma estrutura temporal formal para a apreensão. É verdade que esta interpretação só faz pleno sentido na Dedução B, mas é para ela que acreditamos apontar a passagem da Dedução A sob análise no momento, uma passagem que é já revisionista em relação à teoria preparatória da tríplice síntese. Se eu entendi bem, Longuenesse procura resolver o problema na mesma direção:

Na exposição propedêutica, a síntese transcendental da imaginação é chamada *reprodutiva* (A 102). Em todos os outros lugares, ela é chamada *produtiva* (ver em particular A 118), e o adjetivo *reprodutiva* é reservado à síntese empírica-associativa. Se minha análise é correta, de fato, *toda* síntese da imaginação é reprodutiva, a função própria à imaginação é reproduzir os elementos de um diverso sensível para constituir ‘séries completas de percepção’ (A 121). Sem esta *síntese*,

¹⁴² O mesmo é textual na *Antropologia*, § 28: “A imaginação [...] como uma faculdade das intuições também sem a presença do objeto é ou *produtiva*, isto é, uma faculdade da exibição originária [...] do último, que portanto precede a experiência, ou *reprodutiva* [isto é, uma faculdade da exibição] derivativa [...], que reporta à mente uma intuição empírica antes havida. – As intuições puras do espaço e do tempo pertencem à primeira exibição” (citado por Marques, 2005, p. 151).

nenhuma *análise* discursiva de aparências seria possível. Mas esta reprodução é chamada *síntese produtiva*, na medida em que, sendo exercida sobre a forma pura (espaço-temporal) do diverso de acordo com as regras providenciadas pelas categorias, *produz* as formas sensíveis nas quais as aparências vêm a se conformar às categorias, isto é, produz a *afinidade* (A 122) das aparências. Isto explica por que, subsequentemente, Kant sempre distingue a *síntese transcendental* da *síntese empírica* chamando a primeira *produtiva* e a segunda *reprodutiva* (1993, p. 44, n. 1)¹⁴³.

Desde que eu esteja lendo Longuenesse corretamente, meu único reparo se daria na sugestão de que a imaginação operaria sempre essencialmente apenas por reproduções. Como já vimos, Kant reclama a originalidade de ter acrescentado a esta caracterização dos manuais de seu tempo a atribuição da operação de encadear à imaginação. Neste sentido, creio que ele se refira à imaginação transcendental como produtiva justamente porque está em jogo nela, sobretudo, a espontaneidade desse encadeamento, o que não significa que uma reprodução não seja também necessária, é claro. Penso estar de acordo com Kitcher neste particular: “na medida em que a imaginação é entendida meramente como uma faculdade para reproduzir os dados dos sentidos, ela não dá conta da tarefa [de alcançar imagens visuais estáveis com base em um fluxo incrivelmente rápido de imagens na retina – AF]. Reproduzir a ordem dos sentidos simplesmente reproduziria o fluxo da retina [...]. Assim, ele [Kant – AF] assiná-la a construção para uma imaginação construtiva ou produtiva” (1990, p. 151).

Talvez valha ainda observar que, embora esta estipulação de papéis às faculdades possa ser tomada como a dedução subjetiva de menor importância e, talvez por isso mesmo, seja hesitante, o produto da *síntese transcendental* da imaginação como intermediário entre conceitos

¹⁴³ Na verdade, na passagem contida em A 141, B 181, Kant se refere à imagem como um produto da faculdade empírica da imaginação produtiva, mas Vaihinger propõe que se leia “reprodutiva” em vez de “produtiva” (cf. a tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, ed. 4, p. 184, n. 1).

e dados empíricos é, nas duas versões da Dedução, embora com mais clareza na segunda, essencial para os propósitos de uma dedução objetiva, ou seja, para o estabelecimento da relação das categorias a objetos¹⁴⁴. O papel atribuído à imaginação transcendental em A 123 é a de faculdade ponte entre entendimento e sensibilidade, temática que se tornará objeto principal da investigação do Esquematismo Transcendental, ao qual dedicamos nosso próximo capítulo. O que permite à imaginação transcendental exercer a função de intermediária entre condições intelectuais do conhecimento e seus dados empíricos é o fato dela se pautar em regras *a priori* e ser ainda sempre sensível (cf. *CRP*, A 118 e 124). Operando uma síntese *a priori* sobre a forma sensível dos fenômenos, a qual a síntese da apreensão empírica deve se conformar, a imaginação transcendental, Kant diz já no texto da Dedução avançando sobre o problema do Esquematismo, efetua os conceitos do entendimento, afinal, as regras *a priori* da imaginação são traduções sensíveis das condições intelectuais da apercepção, como veremos em detalhes no momento oportuno.

O que está antecipado neste momento, por ser essencial ao problema da constituição do objeto do conhecimento, é que a imaginação *afina* o diverso empírico da sensibilidade aos conceitos do entendimento por meio de regras sensíveis e *a priori*: “*Mediante* esta faculdade, *ligamos* o diverso da intuição, por um lado, com a condição da unidade necessária da apercepção pura, por outro. Os dois *termos extremos*, a *sensibilidade* e o *entendimento*, devem necessariamente articular-se *graças* a esta função transcendental da imaginação, pois de outra

¹⁴⁴ Também parece-me interessante fazer alusão aqui à hipótese interpretativa de Kitcher, segundo a qual Kant teria diminuído a importância de sua dedução subjetiva por se preocupar com a possibilidade de que “em seus esforços em providenciar descrições de características que mentes precisam ter para serem capazes de conhecer, ele possa ter caído em explicações de como a mente tem aquelas características” (1990, p. 14, cf. também p. 65). Frente à importância que a dedução subjetiva, entendida neste sentido, de fato parece ter para a dedução objetiva, o pensamento de Kitcher me soa muito plausível.

maneira ambos dariam, sem dúvida, fenômenos, mas nenhum *objeto* de um conhecimento empírico e, portanto, experiência alguma” (CRP, A 124, grifos meus, cf. também A 119). Sem a imaginação transcendental como que desenhando *a priori*, na forma da sensibilidade e segundo conceitos, a estrutura a que a apreensão do diverso empírico deve se enquadrar, os objetos empíricos, desprovidos de regras necessárias em sua formação, não se constituem e, com isso, tampouco as categorias podem ser objetivamente interpretadas.

Desta forma, não me parece correto o comentário de Henrich afirmando que não se encontra na primeira edição uma idéia indispensável na segunda edição: a tese de que as intuições puras em si mesmas pressupõem uma síntese que inclui tudo que é dado nelas. Para Henrich, Kant teria, no máximo, desenvolvido esta tese essencial de um elemento presente já na primeira edição: a síntese pura nas representações de espaço e tempo. Curiosamente, argumentando neste sentido, ele se refere apenas ao que é dito sobre a imaginação no contexto da tríplice síntese, ignorando justamente a doutrina da afinidade produzida pela imaginação transcendental. É por fazer esta leitura seletiva dos textos da primeira edição que Henrich então pode concluir que: “Assim, há uma diferença substancial entre as provas da primeira e da segunda edição, e não meramente na maneira de apresentação, como Kant mesmo acreditava” (1982, p. 78).

2. 2. 5. O objetivo da Dedução Transcendental e sua função na Analítica Transcendental

Nós seguimos o percurso completo da Dedução Transcendental até o ponto em que ela se vincula com o Esquematismo Transcendental, capítulo que a sucede na *Crítica*. É hora de enfatizarmos algumas importantes conclusões acerca do que teria sido provado. Esta tese sugere que, análise feita, a Dedução deve ser considerada como tendo por ponto alto uma defesa da necessidade da experiência possível tal qual entendida por Kant, ou seja, como síntese necessária de perceptos. Nós apelamos aqui à nossa reconstrução global do argumento, em que a descrição de cada passo foi abonado pelas devidas citações literais, mas há uma passagem muito clara sobre o ponto que também merece ser vista. Kant fala textualmente na Dedução sobre a necessidade da relação dos fenômenos à experiência possível: “esta relação dos fenômenos a uma experiência possível é igualmente necessária” (*CRP*, A 119). Depreende-se de nossa análise que esta necessidade decorre do fato de que, sem relação à experiência possível, não teríamos consciência dos fenômenos. E Kant confirma: “sem essa relação nunca nos era dado conhecimento algum por meio dos fenômenos e, *por conseguinte, não seriam absolutamente nada para nós*” (ibid. idem, grifos meus).

Nossa hipótese de leitura tem a importante consequência de termos que tomar as categorias, definidas como pressupostos daquela síntese necessária de perceptos, como tendo mais do que sua validade objetiva definitivamente assegurada (cf. *CRP*, A 128), ainda que enquanto conceito genérico, já que o argumento da Dedução, por si só, recorre a um ou outro exemplo específico de categoria, mas não se vincula de modo algum ao quadro determinado por

Kant. Sendo assim, esta sugestão interpretativa, que esperamos ter sido suficientemente apoiada pelas seções precedente, facilita que o argumento seja lido como Resolução da parte analítica do método combinado de análise e síntese, como quer Loparic, porque, ao fundamentar a necessidade da aplicabilidade de condições intelectuais *a priori* ao diverso da sensibilidade, mostrando tais condições como um pressuposto necessário da própria consciência representacional do diverso da sensibilidade, a Dedução cumpriria perfeitamente o que, segundo Loparic, se espera da Resolução: que ela prove a legitimidade das condições do conhecimento sintético descobertas na Transformação, primeira parte da análise. Como já foi dito, se apenas a possibilidade das categorias fosse provada na Dedução, a possibilidade dos juízos sintéticos que servem de ponto de partida à análise permaneceria sendo apenas uma hipótese, agora, uma hipótese esclarecida em seus pressupostos, mas ainda não provada. Assim, curiosamente, nossa divergência com Loparic quanto à exegese do texto da Dedução não nos faz rejeitar sua interpretação global da Analítica Transcendental, mas, pelo contrário, nos encaminha a aceitá-la.

Embora, como já dissemos, Loparic não tenha feito uma leitura passo a passo da Dedução, encontramos em sua obra, além dos comentários gerais citados previamente, um texto extremamente frutífero como contraste à análise que levamos a cabo nas seções precedentes. Este texto nos será de grande auxílio também para situar o leitor quanto às consequências que decorrem da hipótese interpretativa acatada por nós. Trata-se da discussão de Loparic acerca do que chamaremos “polêmica Hume/Kant” sobre o conceito de experiência. Diz Loparic: “Em oposição a Kant, Hume considera a experiência humana como uma síntese empírica de perceptos que não possuem nenhuma proposição *a priori* e que, por tudo que podemos saber, não exibem nenhuma nota característica universalmente válida e necessária” (2000, p. 194). Não nos interessa

aqui de modo algum discutir a precisão filológica desta leitura sobre Hume, que fundamenta a contraposição de seu conceito de experiência ao de Kant. Importa sim que estamos de pleno acordo com Loparic quanto ao conceito kantiano de experiência: “A experiência consiste na ligação sintética necessária dos aparecimentos (perceptos) numa consciência. A necessidade da ligação advém da subsunção dos perceptos e das seqüências de perceptos sob conceitos” (Loparic, 2000, p. 191, cf. também pp. 185 e 206).

A questão que se coloca então é qual conceito corresponderia à verdadeira experiência possível a seres humanos: o conceito kantiano ou o conceito supostamente humeano, em que as regras que conectam fenômenos são contingentes. Como o conceito de experiência seria ele mesmo dado *a posteriori* para análise, Loparic bem observa que “pela metodologia kantiana de análise de conceitos dados *a posteriori*, não temos como decidir essa pergunta com certeza apodíctica” (2000, p. 194). Abordando o problema por este prisma, Loparic tem razão. A análise de um conceito não-matemático não pode nos dar esta resposta com o devido grau de certeza, não podemos definir o conceito de experiência no sentido de “apresentar originalmente o conceito pormenorizado de uma coisa dentro dos seus limites” (*CRP*, A 727, B 755), pois sempre que excedemos a matemática, há “dúvidas quanto ao caráter minucioso da análise” (*CRP*, A 729, B 757). Isto ocorre justamente porque são conceitos dados, nos quais temos que descobrir as notas características, ao passo que os conceitos matemáticos são arbitrários, existindo neles apenas aquilo que neles colocamos (cf. *ibid.* *idem*).

Constatando que Kant não poderia disputar com Hume a certeza quanto ao conceito em que divergem com base nas premissas metodológicas de seu próprio sistema, Loparic

pergunta: “Como, então, pode Kant defender a tese de que seqüências empíricas obedecem necessariamente a certas condições *a priori* quanto a suas formas?” (2000, p. 194). Para Loparic, a resposta é a seguinte “pela síntese de um conceito *satisfatório* de experiência. Kant *quer* que a experiência seja um domínio de objetos do conhecimento, e não um mero agregado de dados. Em particular, ele quer que ela seja um modelo de leis empíricas universais, decidíveis em princípio como verdadeiras ou falsas. Ele também quer que a matemática seja aplicável ao domínio das experiências. Tendo estes *fins* ou *interesses* cognitivos em vista, Kant não pode aceitar a reconstrução humeana do conceito de experiência” (2000, pp. 194-5)¹⁴⁵. É assim que o conceito kantiano de experiência, para Loparic, torna-se um constructo teórico e não resultado de análise conceitual.

Já de acordo com nossa interpretação, no que nos inspiramos na própria proposta de Loparic, o conceito de experiência possível seria obtido justamente na análise das condições necessárias da validade objetiva dos juízos sintéticos. O domínio da experiência, estruturado da forma como Kant o entende, surge quando se pensa em um domínio de aplicação sobre o qual juízos sintéticos poderiam ser ditos verdadeiros ou falsos. Mas o conceito de tal domínio não seria validado apenas porque Kant *quer* que juízos sintéticos possam ser verdadeiros ou falsos. Esse domínio, que nos leva além das representações empíricas puramente privadas, é legitimado

¹⁴⁵ Paton parece trilhar um caminho similar, a princípio, não identificando no texto kantiano uma prova da necessidade da própria objetividade como entendida por Kant. Discutindo se a conformidade dos fenômenos às categorias seria um mero acidente e assim também a constituição de objetos, ele diz: “Ele [Kant – AF] está *pressupondo* que a síntese transcendental da imaginação combine necessariamente fenômenos dados em conformidade com a unidade da apercepção e, portanto, em conformidade com as formas de pensamento nas quais aquela unidade é necessariamente manifesta” (1936, v. I, p. 431, grifo meu). Mas Paton acaba se decidindo pelo mesmo caminho que seguimos aqui logo na seqüência, dizendo que a necessidade da realidade objetiva das categorias repousa na relação estabelecida entre todos os fenômenos possíveis e a apercepção originária (cf. 1936, v. I, p. 432).

na Dedução Transcendental como condição do domínio das intuições sensíveis de que temos consciência representacional, de modo que é por isso que entendemos que, em nossa leitura, a Dedução ganha pleno direito de se situar na Resolução do método combinado.

Na interpretação de Guido de Almeida, a Dedução Transcendental é abordada como argumento contra o cético e de modo muito semelhante ao que fizemos aqui (cf. 1993, p. 190 e, especialmente, 2005, p. 158, para a expressão do argumento de modo mais próximo ao reconstruído em nosso trabalho). Kemp Smith também chega a uma conclusão geral parecida à defendida por nós ao manter que a Dedução Transcendental parte de sínteses subjetivas para chegar a objetos empíricos apreendidos em termos das categorias (cf. 1918, p. 252). Mas Strawson parece ser o intérprete que nos é de mais serventia neste ponto: “Uma parte principal do papel da Dedução será *estabelecer* que a experiência [no sentido de vivências subjetivas – AF] necessariamente envolve conhecimento de *objetos*, no sentido forte, e portanto retirar desta tese o *status* de definição prévia, ou premissa pressuposta, da investigação” (1966, p. 88). Pouco adiante, Strawson será ainda mais enfático: “De jeito nenhum é simplesmente uma questão de definição de ‘experiência’ que experiência envolva conhecimento de objetos” (1966, p. 92). Strawson questiona então se representações sensíveis não poderiam se suceder na consciência sem a conexão necessária que torna possível a objetividade. Sua preocupação, como a nossa, é ressaltar que Kant não baseia sua resposta ao problema “em uma definição que escreva ‘conhecimento de objetos’ no significado de ‘experiência’” (ibid. idem). Assim como foi feito aqui, Strawson localiza a resposta de Kant no argumento da unidade da apercepção: “O que é requerido para que uma série de experiências [agora no sentido de vivências – AF] pertençam a uma única consciência é que elas devem possuir precisamente aquela conexão governada por

regras que também é requerida para que elas coletivamente constituam uma experiência temporalmente estendida de um único mundo objetivo. O peso do argumento todo é assim colocado na unidade necessária da consciência” (1966, pp. 92-3).

O que dificulta acentuadamente a compreensão desta função tão essencial da Dedução Transcendental é que Kant, quando explica a própria intenção, se restringe a descrever o argumento como prova da validade objetiva das categorias, chegando mesmo, como vimos, a identificar o lado objetivo do argumento com o § 14, enquanto o argumento que ele de fato desenvolve em prol da necessidade de seu conceito forte de experiência é fundamental para seus propósitos com o projeto crítico. Como diz Strawson, este último tipo de prova foi “uma necessidade que ele mesmo [Kant – AF] claramente sentiu, mas nunca explicou muito claramente” (1966, p. 88).

Outro representante da leitura analítica de Kant, Bennett, que em seu livro sobre a Analítica de Kant havia defendido que a Dedução apenas argumentava que a autoconsciência precisava aplicar conceitos, posteriormente, concedeu a Strawson que errou e, portanto, reconheceu que a Dedução contém um argumento pela tese de que a autoconsciência precisa aplicar conceitos de objetividade (cf. 1992, v. I, p. 252). Passando agora das leituras analíticas para seu oposto, a interpretação de Kitcher da filosofia crítica como psicologia transcendental, noto com curiosidade que, apesar de sua oposição ferrenha a tentativas de descoberta de argumentos analíticos contra o cético na Dedução Transcendental (cf. 1990, pp. 27-8), encontra-se em seu próprio trabalho um argumento que segue os moldes do que apresentamos nesta tese. Diz ela:

Embora as análises de representar e julgar objetos produzam a conclusão desejada, elas não podem providenciar argumentos diretos contra Hume. Elas começam por

assumir que nós podemos representar e julgar objetos ‘fora’ de nós, e Hume negou isto em ‘Do ceticismo com respeito aos sentidos’. Para ter sucesso em seu argumento anti-cético, Kant precisa mostrar que a unidade de um pensador é uma condição necessária para alguma tarefa cognitiva que mesmo Hume não negará. Isto o leva a considerar outra capacidade cognitiva. Como pensadores podem ter estados cognitivos que ao menos representam algum conteúdo *para eles*? É esta análise que leva Kant a manter que a unidade transcendental de apercepção é um fato absolutamente fundamental sobre qualquer ser cognitivo (1990, p. 96).

O fecho do argumento, que segue ainda a mesma estrutura desenvolvida em nosso trabalho, se dá poucas páginas adiante: “Em [B – AF] 118, ele [Kant – AF] defende que uma síntese transcendental da imaginação é anterior a e necessária para apercepção e em B 134, que a síntese *a priori* é suficiente para ela. ‘A unidade sintética dos diversos [elementos] de intuições, como produzidas [*hervorgebracht*] *a priori*, é assim o fundamento da identidade da própria apercepção que precede todo meu pensamento determinado’ [...]. Finalmente, ele identifica ambas em B 135” (1990, p. 104).

Considerações quanto a objeções de Karl Ameriks

No momento em que nos filiamos a uma tradição de leitura da Dedução que lhe atribui teses fortes (como, em nossa variação, a prova da necessidade de que a experiência, como entendida em sentido forte por Kant, seja possível para um intelecto discursivo), temos que dar uma resposta a Karl Ameriks, que destina seu influente artigo “A Dedução Transcendental de Kant como um Argumento Regressivo” justamente a fazer oposição a este tipo de interpretação: “Enquanto suas interpretações [as de Strawson, Bennett e Wolf – AF] vêm a dedução de Kant

como visando providenciar uma prova da objetividade que responderá ao ceticismo, eu argumentarei que, pelo contrário, é necessário e proveitoso entender a dedução como se movendo da pressuposição que há conhecimento empírico para uma prova das pré-condições daquele conhecimento” (1978, p. 273).

Segundo Ameriks, sua maior divergência com respeito às leituras da Dedução como prova da objetividade é que ele considera que Kant aceite o “conhecimento empírico como uma premissa a ser regressivamente explicada em vez de uma conclusão a ser estabelecida” (1978, p. 276)¹⁴⁶. O autor procede assim a uma análise crítica das leituras de Strawson, Bennett e Wolff. São estas objeções que nos interessam em especial, ou melhor, as objeções a Strawson e Bennett não nos seriam de grande interesse, porque ficam atreladas a especificidades dos argumentos desses comentadores que não foram compartilhadas aqui. Interessa-nos então em especial a crítica a Wolff. Esta objeção gira em torno da análise da seguinte passagem da Dedução A: “Pois mesmo embora nós devíamos ter o poder de associar percepções, permaneceria inteiramente indeterminado e acidental se elas seriam associáveis; e se elas não deversem ser associáveis, poderia existir uma multidão de percepções, na verdade uma sensibilidade inteira, em que muitas consciências empíricas surgiriam em minha mente, mas em estado de separação, e sem pertencerem a [uma] consciência de mim mesmo. Isto, contudo, é impossível. Pois é somente porque eu atribuo todas as percepções a uma consciência (apercepção original) que eu posso dizer de todas as percepções que eu sou consciente delas” (*CRP*, A 121-2. Eu verti para o

¹⁴⁶ Embora Allison não tome Ameriks por adversário, este tipo de tese parece-me essencialmente conflitante com a seguinte passagem de seu artigo “Apercepção e analiticidade na Dedução B”: “Ao menos a partir do § 16, então a primeira parte da Dedução B poderia ser considerada como um argumento ‘sintético’ ou ‘progressivo’” (1996, p. 49).

português a tradução citada em inglês por Ameriks para que sejamos mais fiéis ao argumento dele).

Segundo Ameriks, assim como foi argumentado nesta tese, se o leitor está lembrado, Wolff consideraria esta passagem como o xequ mate para uma leitura forte da Dedução. De imediato, ele então observa que o que “Kant está negando é a possibilidade de ter uma ‘multidão de percepções’, uma ‘sensibilidade inteira’ que está ‘em minha mente’ enquanto não há ‘uma consciência de mim mesmo’” (1978, p. 280). Portanto, Ameriks omite o “estado de separação” desta “multidão de percepções”, o que já é um indício de uma distorção, porque o argumento de Kant, mesmo restrito à passagem citada, não sustenta apenas a trivialidade, como diz Ameriks, de que muitas representações não poderiam pertencer a uma consciência enquanto não houvesse um sujeito que tivesse aquelas representações (cf. *ibid.* *idem*)¹⁴⁷. A passagem deixa explícito que as percepções devem ser em si mesmas associáveis, porque, se não pudéssemos associá-las, surgiria a consequência que Kant julga impossível: que uma multidão de representações não pudesse se ligar a uma autoconsciência. Pode-se dizer assim que é uma trivialidade que tal multidão tenha que poder ser acompanhada de uma autoconsciência, mas não que a passagem tenha o objetivo apenas de chegar neste ponto. Pelo contrário, esta suposta trivialidade (particularmente, preferiríamos falar em “verdade analítica”), como tal, interessa justamente para uma espécie de redução ao absurdo da hipótese contrária a de Kant.

¹⁴⁷ Ameriks fala em “estados”, mas o argumento é sobre “representações” (Kant, na passagem, diz “percepções”), sendo que já vimos que nem todo estado mental é uma representação no sentido que interessa ao argumento de Kant.

E qual seria a hipótese defendida por Kant? Ora, o argumento contido na passagem, nota-se facilmente (“pois mesmo embora...”), fica incompleto sem o que lhe antecede imediatamente, no caso, exatamente esta passagem: “*Se esta unidade da associação, contudo, não tivesse também um princípio objetivo*, de tal modo que fosse impossível serem apreendidos os fenômenos pela imaginação de outra maneira que não fossem subordinados à condição de uma unidade sintética possível dessa apreensão, seria também algo de completamente acidental que os fenômenos se acomodassem num encadeamento de conhecimentos humanos...” [segue-se a passagem que estamos discutindo – AF] (CRP, A 121, grifo meu). Ora, é textual então que Kant extraia conseqüências supostamente absurdas da negação da possibilidade de um *princípio objetivo para a determinação dos fenômenos*, o que é o mesmo que dizer que ele extrai conseqüências absurdas da negação da possibilidade do conhecimento empírico. Como dizer então que a Dedução não visa defender o conceito de objetividade, mas apenas partir dele?

Ameriks não acrescenta nada aos argumentos já atribuídos a ele nesta seção, mas, talvez com este tipo de constatação em mente, ele ensaia uma concessão: “talvez Wolff esteja certo em pensar que Kant fez isso [defendeu uma tese forte na passagem – AF], mas então é significativo que a passagem ocorra somente na primeira edição” (1978, p. 280). Acontece que isto simplesmente não é verdade. Não é verdade que a passagem não tenha perfeito paralelo na segunda edição. Muito pelo contrário, nosso trabalho no primeiro capítulo desta tese visou mostrar que o argumento da Dedução B tem por pilar exatamente uma demonstração de que a aplicabilidade de um princípio sintético *a priori* para a síntese da apreensão é uma condição necessária da identidade da autoconsciência que apreende os fenômenos.

Por fim, com base no trabalho de Ewing, gostaria de acrescentar uma objeção à aplicação que Ameriks faz da explicação kantiana de uma Exposição Transcendental na Estética para a compreensão da estrutura da Dedução Transcendental da Analítica. Assim, Ameriks comenta a Estética: “Em um parágrafo notavelmente sistemático adicionado na segunda edição, Kant explica o que ele quer dizer por uma ‘exposição transcendental’ e como é que sua análise de espaço é uma [exposição transcendental – AF]. Brevemente, Kant declara que uma explicação transcendental de uma representação particular (B) é aquela que mostra como B explica a possibilidade de um tipo de conhecimento sintético *a priori* (A)” (1978, p. 274). Desta forma, o espaço seria deduzido com a demonstração de que a ciência da geometria, cuja verdade é pressuposta, flui da representação do espaço e só é possível se esta representação tiver uma natureza ideal.

Concordo com Ameriks. Creio que este seja ao menos um dos argumentos de Kant na Estética, mas Ewing já havia apresentado uma boa razão para que a estratégia da Dedução Transcendental seja lida de forma diferente: “Para Kant, proposições sintéticas auto-evidentes apenas ocorrem onde as características conectadas podem ser encontradas juntas ou ligadas em uma intuição pura” (1938, p. 67). De fato, Kant nos diz: “falta infinitamente a qualquer proposição sintética da razão pura e transcendental que seja tão manifesta (como obstinadamente se tem o costume de dizer) como a proposição: *dois mais dois igual a quatro*” (CRP, A 733, B 761). Tendo a matemática princípios cuja verdade seria evidente, é compreensível que Kant parta desta certeza em um argumento que pretenda mostrar que ela não seria possível fosse o espaço ou o tempo dotado de realidade absoluta. Porém, não se aplicando a mesma evidência à verdade de enunciados discursivos, não se pode simplesmente concluir que a estratégia uma vez anunciada

no contexto da Estética valha também para a Analítica, por mais que, em acréscimo à Introdução da *Crítica* em sua segunda edição, Kant tenha afirmado a realidade da física pura tanto quanto da matemática pura (cf. *CRP*, B 20). Parece-me, aliás, que Kant, naquele contexto, devia ser lido como se remetendo à existência de fato da ciência da física pura e não à sua indubitabilidade, uma vez que esta não faria sentido algum frente às passagens do capítulo sobre “A Disciplina da Razão Pura” de que tratamos logo acima, sendo que é este capítulo que trata sistematicamente da questão do grau de certeza cabível a cada conhecimento e das devidas estratégias de prova que lhes seriam adequadas¹⁴⁸.

Além do mais, quando Kant, voltando ao texto da Introdução em questão, levanta a possibilidade da dúvida quanto à realidade da física pura, ele nos diz que esta ciência existe realmente, porque está contida nos princípios da física empírica (cf. *CRP*, nota a B 21). Ora, ninguém dirá que a física empírica é auto-evidente para Kant. Por fim, ainda neste mesmo contexto, ele diz que Hume não teria tratado o conhecimento racional envolvido no juízo causal como ilusório se tivesse se dado conta de que a matemática pura é constituída por um conhecimento racional do mesmo tipo. Assim, ele diz que o bom senso de Hume teria evitado que ele objetasse à realidade da matemática pura (cf. *CRP*, B 20), mas ele não acusa Hume de

¹⁴⁸ Paul Guyer também se dá conta do uso de dois métodos diferentes em Kant, um pressupondo a verdade de princípios *a priori* e outro não: “De fato, Kant emprega dois métodos radicalmente diferentes para sua investigação de nossa constituição cognitiva. Em um estado de espírito [*mood* – AF], ele simplesmente assume que nós conhecemos certas proposições como verdades necessárias e universais; ele então argumenta que tais pretensões ao conhecimento de verdades necessárias só podem ser explicadas pela nossa posse antecedente de certos conceitos e capacidades que nós pressupomos poder impor sobre a realidade [...]. Em seu outro estado de espírito, Kant não tem qualquer pretensão inicial ao nosso conhecimento de verdades necessárias, mas, com extremo cuidado, apresenta princípios que nós precisamos adotar para confirmar até mesmo juízos empíricos contingentes” (1987, pp. 5-6). Mas, diferentemente, do que fazemos aqui, Guyer não se atém aos diferentes contextos em que os métodos são usados. Ao apelar às oscilações de humor de Kant, ele pensa detectar uma “ambivalência quanto ao método próprio à filosofia crítica” (1987, p. 6).

simplesmente não ter bom senso por ter transtornado os fundamentos da física. Deste modo, esta passagem já parece nos remeter à distinção entre a certeza intuitiva e a certeza discursiva. Em resumo, meu ponto aqui é que um juízo sintético discursivo não poderia ser o fundamento da Dedução Transcendental, justamente porque o cético não poderia ser, de antemão, acusado de não ser razoável ao colocá-lo em xeque. Deste modo, ou lemos a Dedução como partindo dos pressupostos do próprio cético (a simples consciência empírica intencional) ou Kant foi desperto de seu sono dogmático por Hume, mas não teve disposição suficiente para se levantar e fazer frente a ele.

3. O ESQUEMATISMO TRANSCENDENTAL

Fazendo nosso próprio resumo da Dedução Transcendental em sua essência comum às duas versões estudadas, a título de ligação com este capítulo: Kant, segundo nossas conclusões, partiria do princípio de que não há objeto sem conceitos *a priori* que tornem sínteses do diverso da intuição necessárias (o que consideramos a tese mestra de sua Revolução Copernicana) para então argumentar, primeiro, que a possibilidade de tais sínteses *a priori* é necessária para a identidade da autoconsciência em cada uma de minhas representações; segundo, que sínteses *a priori* são aplicáveis a intuições empíricas, que lhes conferem conteúdo, graças à presença das formas *a priori* da sensibilidade (seu Idealismo Transcendental exposto na Estética Transcendental da *Crítica*) sintetizáveis pela Imaginação Transcendental. Esta última parte do argumento é onde encontramos os fundamentos do que analisaremos agora, o Esquematismo Transcendental, que aprofundará e detalhará o uso das categorias: “Como [as categorias – AF] tornam possível, porém, a experiência e que princípios da possibilidade desta nos facultam na aplicação aos fenômenos é o que, no capítulo seguinte, sobre o uso transcendental do juízo será descrito mais desenvolvidamente” (*CRP*, B 167).

Nossa discussão com Allison será facilitada aqui pelo fato de lermos o Esquematismo Transcendental tomando o mesmo fio condutor: vemos o Esquematismo como o lugar da *Crítica* em que Kant lida com os produtos da síntese transcendental da imaginação,

introduzida na segunda parte da Dedução B e presente também na Dedução A¹⁴⁹, para unir as condições intelectuais do conhecimento com suas condições sensíveis (cf. Allison, 1983, p. 173). Também tomaremos como nossos, para este capítulo, os objetivos que Allison traça para seu próprio capítulo sobre o Esquematismo: explicar o que é um “esquema transcendental” e delinear a função do Esquematismo no argumento kantiano como um todo (cf. *ibid.* *idem*). Estaremos, sobretudo, interessados na relação entre o Esquematismo e a Dedução.

Percebemos a mesma facilidade no diálogo com Loparic, para quem o Esquematismo Transcendental trata da aplicação de formas lógicas de proposições a determinações intuitivas, conceitualmente expressáveis, por sua vez, por meio de categorias (cf. 2000, p. 23). Sumariamente, podemos dizer que, na leitura de Loparic, o Esquematismo seria mais precisamente um “procedimento de acordo com regras para a construção de modelos intuitivos puros para conceitos do entendimento” (2000, p. 151-2). Esta definição, conforme veremos, não deixa de traduzir bem o que também pensa Allison e a linha que nós mesmos seguiremos neste capítulo em que aparecem divergências apenas pontuais tanto entre nossos dois interlocutores principais quanto de nossa parte para com eles¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Estou, portanto, de pleno acordo com Marques: “É fato que ambas as versões da dedução transitam pelo problema do esquematismo – embora pareça que a segunda o faça mais, com a direta nomeação de uma ‘síntese figurada’ ou *speciosa*” (Marques, 1995, p. 130).

¹⁵⁰ Não nos ocuparemos do problema do esquematismo de conceitos empíricos ou matemáticos, porque isto traria toda uma gama de questões desviantes com relação a nosso tema principal, sempre a relação entre categorias e dados empíricos na formação de objetos em geral, e porque não julgamos que seria de grande serventia compreender os esquemas das categorias em relação com essas outras supostas operações esquemáticas. Onof, para o leitor interessado no tema, tem uma interessante abordagem sobre o problema, contida em sua comunicação “Entendendo o esquematismo e a natureza dos esquemas”, 2005, pp. 4-5. De minha parte, posso dizer que, findado este capítulo, o leitor, como eu, pode ter dificuldades em conceber esquemas de conceitos empíricos ou matemáticos, distinto deles, desde que conceda as considerações que serão feitas sobre os esquemas das categorias. Farei a indicação do problema no momento oportuno. Por agora, posso remeter o leitor a uma passagem do texto de Paul Guyer sobre o esquematismo que basicamente explicita o que tenho em mente (cf. 1987, pp. 158-9).

3. 1. O Papel e a Importância do Esquematismo Transcendental para a Objetividade das Categorias

Podemos explicar em dois passos o que torna necessária a existência do Esquematismo Transcendental na *Crítica da Razão Pura*. Dito simplesmente, se não entendemos a Dedução, não entendemos sequer o porquê do capítulo que a segue. Diz Kant, ainda no § 23 da Dedução B, que os conceitos, sem nossa intuição sensível, são vazios e, a respeito deles, sequer podemos dizer se são possíveis ou impossíveis (cf. *CRP*, B 148). Para Kant, o pensamento não é capaz de por si só tornar possível a realidade dos objetos que pensa. Mas a realidade do objeto de nossos conceitos também não se baseia apenas nas impressões que recebemos em nossos sentidos. O peso do conhecimento, na filosofia crítica, não repousará mais apenas sobre os ombros das impressões sensoriais, mas também no que os conceitos podem fazer destas impressões. Nós deixamos de nos preocupar em saber se nossas impressões são retratos fidedignos de um mundo existente *além de nós* e passamos a nos ocupar da *constituição* de um mundo objetivo *para nós* usando aquelas impressões como material. Os conceitos passam a ser nada mais do que formas do nosso intelecto para determinar um objeto *quando impressões lhe são fornecidas*. Se eu pensar, por exemplo, no conceito de causa, não sei se realmente pode haver uma coisa que torne necessária a existência de outra coisa diferente dela e nem mesmo compreendo que tipo de coisa seria esta se eu não tiver uma intuição correspondente a que eu possa aplicar este conceito, isto é, sem extrapolar o âmbito conceitual, não sei se é realmente possível um mundo em que coisas se relacionem causalmente e tão pouco sei de que maneira determinada uma existência poderia depender de outra. De fato, não sei mesmo o que significa

realmente existir: “não sei se pode haver uma coisa que corresponda a esta determinação do pensamento se uma intuição empírica me não der o caso para a aplicação. Mas, deste assunto trataremos mais adiante” (*CRP*, B 149); é o que Kant diz na Dedução e, no Esquematismo, a hora chegou. Exatamente neste sentido, Loparic nos diz que: “Todo conceito, a fim de possuir um referente e um significado objetivos, tem que ser associado com um procedimento de síntese do múltiplo sensível ‘pensado’ no conceito” (2000, p. 177). Neste ponto, ele insere o Esquematismo Transcendental ou *a priori* entendido como a própria teoria da referência e do significado dos conceitos puros do entendimento (cf. 2000, pp. 203-4).

A Dedução, se bem compreendida nesta tese, queria nos dizer que as categorias em geral têm que ser aplicáveis, mas desde que pensadas como condições de objetos de experiência possível, portanto, precisam de aplicabilidade intuitiva para ter relação a objetos (cf. *CRP*, B 150). Para explicar como se aplicam aos dados empíricos aos quais não só podem como devem se aplicar é a que vem o Esquematismo, pois é necessário “poder expor, simultaneamente, segundo características gerais, mas suficientes, as condições pelas quais podem ser dados objetos de acordo com esses conceitos. Caso contrário, não teriam qualquer conteúdo, seriam simples formas lógicas e não conceitos puros do entendimento” (*CRP*, A 136). A Dedução, em outras palavras, teria nos mostrado que o Esquematismo é possível e mesmo necessário. Não penso que haja qualquer escândalo quanto ao ponto. Em todo caso, é o próprio Kant quem explicitamente se refere ao que foi visto na Dedução já no texto do Esquematismo (cf. *CRP*, A 139-40, B 178-9). De modo ainda mais claro quanto à conformidade do que vimos dizendo, Kant define o esquema como: “um produto transcendental da imaginação, referente à determinação do sentido interno em geral, segundo as condições da sua forma (o tempo), em relação a todas as representações, *na*

medida em que estas devem interconectar-se a priori num conceito conforme à unidade da apercepção” (CRP, A 142, B 181, grifo meu. Cf. também A 145-6, B 185). Seria impossível Kant ter sido mais preciso quanto ao fato do Esquematismo pressupor o que está claramente formulado na segunda parte da Dedução B e aparece de forma mais diluída na Dedução A (cf. A 123-4, por exemplo), sendo seu desenvolvimento e detalhamento natural¹⁵¹.

Mas este requerimento de condições sensíveis em conexão com as condições intelectuais do conhecimento é apenas uma face da necessidade do Esquematismo. Como eu disse, há outro aspecto a ser notado para que compreendamos a razão de ser deste capítulo da *Crítica*: “Ora, os conceitos puros do entendimento, comparados com as intuições empíricas (até mesmo com as intuições sensíveis em geral), são completamente heterogêneos e nunca se podem encontrar em qualquer intuição. Como será pois possível a *subsumção das intuições nos conceitos, portanto a aplicação* da categoria aos fenômenos, se ninguém poderá dizer que esta, por exemplo, a causalidade possa também ser intuída através dos sentidos e esteja contida no fenômeno?” (CRP, A 137-8, B 176-7). Assim, o Esquematismo é necessário 1) porque é preciso relacionar conceitos a intuições empíricas e 2) porque esta relação não se dá por si só. O exemplo de Kant para a segunda razão do Esquematismo é praticamente auto-explicativo. Tudo que posso intuir são seqüências de perceptos. Jamais a própria intuição me mostra que a existência de um evento depende necessariamente da existência de outro¹⁵². Isto é um juízo que faço da intuição. E

¹⁵¹ Citando, entre outros exemplos, o fato do Esquematismo expandir a teoria da imaginação produtiva já contida na Dedução, Kemp Smith comenta que “em suma, todo o ensinamento antecedente da *Crítica* é focalizado e o inteiro desenvolvimento subsequente da doutrina Crítica é antecipado neste breve capítulo [sobre a Dedução Transcendental – AF]” (1918, p. 271).

¹⁵² Veremos adiante, neste espírito, que a causalidade, assim como as demais categorias, em certo sentido, não é um conceito propriamente construtível, isto é, exibível na intuição, como os matemáticos.

como é possível este juízo? Como conectar a singularidade da intuição à universalidade e à necessidade do conceito nos juízos?

Este problema da necessidade do intermediário não nos é estranho e tão pouco o era sua solução com a introdução do produto de uma síntese transcendental da imaginação, que é a determinação do tempo, como forma de todas as representações, segundo as categorias. Como temos insistido, neste capítulo, só vamos aprender mais sobre este procedimento que nos foi apresentado na Dedução:

O conceito do entendimento contém a unidade sintética do diverso em geral. O tempo, como condição formal do diverso do sentido interior, e, portanto, da ligação de todas as representações, contém um diverso *a priori* na intuição pura. Ora, uma determinação transcendental do tempo é homogênea à *categoria* (que constitui a sua unidade) na medida em que é *universal* e assenta sobre uma regra *a priori*. É, por outro lado, homogênea ao *fenômeno*, na medida em que o tempo está contido em toda a representação empírica do diverso. Assim, uma aplicação das categorias aos fenômenos será possível mediante a determinação transcendental do tempo que, como esquema dos conceitos do entendimento, proporciona a *subsumção* dos fenômenos na categoria (CRP, A 177-8, B 138-9).

Chegando neste ponto, antes de mais nada, precisamos desfazer um possível mal-entendido: o de que estaríamos tomando o Esquematismo como um capítulo supérfluo face à segunda parte da Dedução. Para Prichard, por exemplo, se aceitamos os resultados da Dedução, não só o Esquematismo, como até mesmo as provas dos princípios tornam-se descartáveis:

Parece claro que, se a primeira parte [da Analítica Transcendental – AF] é bem sucedida, a segunda tem que ser desnecessária. Pois, se Kant está em posição de estabelecer que as categorias têm que se aplicar a objetos, nenhuma condição especial de sua aplicação precisa ser subsequentemente determinada. Se, por exemplo, pode ser estabelecido que a categoria de quantidade deve se aplicar a objetos, é implicado ou que não há condições especiais de sua aplicação, ou que elas já foram descobertas e provadas. Novamente, assegurar a aplicabilidade das categorias é realmente assegurar a existência de princípios, e, de fato, de justamente aqueles princípios que o Sistema dos Princípios tem por objetivo provar (1909, pp. 246-7).

Na nossa leitura, diferentemente, este tipo de conclusão não procede, primeiro, porque da prova de *que* categorias não só podem como têm que se aplicar a dados sensíveis não se pode deduzir imediatamente *como* elas se aplicam (cf. Loparic, 2000, p. 77) e, segundo, porque procuramos mostrar que a Dedução trabalhou com a noção geral de categoria como regra *a priori* para a síntese do diverso como condição da objetividade de uma representação. Temos repetido que, fora os exemplos, como é natural, não há um único argumento propriamente na Dedução que dependa da tábua de categorias especificamente mostrada por Kant na Dedução Metafísica, quer dizer, enquanto cada princípio do entendimento terá sua prova, a Dedução era válida para o conceito de categoria em geral. Deste modo, podemos fazer coro com Allison quando este diz contra Prichard que: “O ponto principal aqui é a natureza completamente genérica do resultado da Dedução Transcendental” (1983, p. 175). Isto significa que a Dedução Transcendental não termina nos deixando em condições de enunciar qualquer proposição metafísica em específico, e isto mesmo que, como Kant devia esperar, mantenhamos em mente também a soma dos ganhos da Dedução Metafísica. Como bem diz Allison: “saber que a categoria de causalidade é aplicável a objetos da experiência humana não é saber ou que ela se relacione especificamente às alterações do estado das substâncias ou que se relacione a todas as alterações do tipo” (ibid. idem). Para chegar a esta espécie de conclusão, é preciso “o conhecimento adicional de como este conceito é expresso em termos sensíveis, isto é, como é esquematizado” (ibid. idem. Deve-se conferir a este respeito também Paton, 1936, v. II, p. 28 e p. 31).

Tendo feito então este esclarecimento, podemos retomar de onde paramos: os esquemas como meios de subsunção dos fenômenos nas categorias, meios que determinam como são os fenômenos que estão sob cada conceito puro.

3. 2. O Esquema Transcendental como Meio de Subsunção

A dificuldade aqui diz respeito ao uso do conceito de subsunção, que, em sentido clássico, na teoria do juízo, expressa a relação entre o geral e o particular, enquanto a teoria de Kant, no entanto, trata conceitos e intuições como forma e conteúdo, não como classes e seus membros. Para lidarmos com este problema, Allison nos propõe que a idéia de subsunção contida no Esquematismo seja lida em analogia com a teoria do silogismo, e não com a teoria do juízo, mesmo que a aplicação de categorias a fenômenos não seja um raciocínio silogístico (cf. 1983, p. 178)¹⁵³. Em um silogismo, a condição de um juízo possível é subsumida sob a condição de um juízo dado. Por exemplo, eu tenho um juízo possível que diz que “corpos são mutáveis” e tenho um juízo dado que diz que “compostos são mutáveis”. Raciocinar silogisticamente significa subsumir a condição do juízo possível, “corpos”, sob a condição do juízo dado, “compostos”, juízo dado que é então tomado como princípio ou premissa maior do silogismo, de forma que temos “corpos são compostos” como a premissa menor que nos leva à conclusão desejada. Isto

¹⁵³ E não o é, porque não há categorias, esquemas e fenômenos dados prévia e separadamente para o raciocínio: “a ‘determinação transcendental do tempo’, isto é, a ligação categorial do múltiplo do sentido interno pelas categorias – tal é a primeira denominação que o esquema recebe [...] – não se dá simplesmente entre as categorias e o múltiplo puro, ambos de antemão constituídos. É no processo de elaboração do objeto de conhecimento que eles se perfazem, sem que tampouco, para isso, intervenha um ‘terceiro’, então supostamente pré-formado, a fim de possibilitar o acordo” (Marques, 1995, p. 130).

explicaria por analogia por que Kant nos diz que a regra “exprime algo de universal sob certa condição” (*CRP*, A 330, B 386-7), quer dizer, no caso, tudo é mutável sob a condição de que seja composto. A premissa menor diz então que a condição foi encontrada em dado caso, ou seja, no caso, que os corpos preenchem a condição de serem compostos: “Isto permite a conclusão de que todos os corpos são mutáveis. A condição da regra é assim o termo médio no silogismo, a ‘terceira coisa’, que conecta a regra universal com o particular, a que ela é aplicada na conclusão” (Allison, 1983, p. 178)¹⁵⁴.

O propósito da analogia de Allison é sugerir que, tomando os conceitos puros como regras, é necessário encontrar um análogo da condição da regra, isto é, do termo médio do silogismo, sob o qual os fenômenos poderiam ser subsumidos. Este análogo seria justamente o esquema transcendental (cf. 1983, pp. 178-9). Podemos exemplificar o que Allison está dizendo da seguinte forma: A substância seria uma regra a que fenômenos deveriam ser subsumidos. Encontramos que a condição da regra da substância seria “aquilo que permanece no tempo”, seu esquema. Deste modo, temos como que uma premissa maior que diria: “Aquilo que permanece no tempo é uma substância”. Se quisermos determinar então que o fenômeno *x* é uma substância, subsumimo-o à condição da regra da substância: “O fenômeno *x* permanece no tempo”. Assim, a analogia de Allison com silogismos parece realmente muito proveitosa. O que talvez seria um problema é que, como bem observa Loparic em sua própria análise da subsunção nos esquemas, na passagem da *Crítica* contida em B 174, não é a regra que aparece como sendo dada no conceito puro, mas sim a própria condição geral da regra (cf. 2000, p. 111).

¹⁵⁴ É verdade, esta não seria uma sugestão original de analogia da parte de Allison (cf., por exemplo, Paton, 1936, v. II, p. 24; p. 30, n. 4, e; pp. 66-8). Beck, de modo geral, também interpreta o conceito de condição em Kant como termo médio de um silogismo (cf. Beck, 1960, p. 81).

Loparic nos diz, a partir disso, que os conceitos em geral são “representações de condições universais para reunir uniformemente múltiplos intuitivos dados” (ibid. idem); não estando em relação imediata com intuições, mas sim com regras e procedimentos para construção de intuições, que seriam os esquemas (cf. ibid. idem). Invertendo então a explicação de Allison, Loparic afirma que os conceitos representam a condição universal que confere unidade aos esquemas como regras. Enquanto isso, ele sustenta que seria muito provável que tal noção de condição universal de uma regra em Kant devesse ser entendida como a generalização do conceito de condição de uma construção geométrica, habitualmente expressa por uma definição. A definição de círculo, por exemplo, é também a condição universal do procedimento de construção de um círculo: “Do mesmo modo, os conceitos kantianos funcionam como condições universais de operações intuitivas construtivas” (Loparic, 2000, p. 112).

De fato, esta analogia com a geometria é muito oportuna, porque está claro em Kant que a categoria do entendimento confere unidade a sínteses do diverso da intuição que variam em número indeterminado ou conforme seja dado esse diverso. Neste sentido, os conceitos puros do entendimento podem ser ditos as condições universais de operações intuitivas, ainda que talvez se deva dizer que não diretamente construtivas, já que, para Kant, rigorosamente falando, apenas conceitos matemáticos são construtíveis (cf. *CRP*, A 730-6, B 758-64). Inclusive, se houvesse tal aplicação direta de categorias a dados, os esquemas seriam supérfluos, ao passo que Loparic os vê justamente como as regras intermediárias indispensáveis à execução das operações intuitivas de acordo com categorias.

Agora perguntamos: seria o caso de trocarmos a analogia silogística de Allison por esta analogia geométrica proposta por Loparic? Mostramos que Loparic pode se apoiar textualmente em Kant quando trata, em sua analogia, as categorias como condições dos esquemas enquanto regras. Mas a verdade é que Allison também encontra abono textual para sua analogia, em que os conceitos é que são as regras, sendo os esquemas então suas condições (cf. *CRP*, A 108). Por fim, a própria definição de regra em Kant não nos esclarece muito quanto à sua distinção de sua condição, antes pelo contrário: “a representação de uma condição universal, segundo a qual um certo diverso pode ser posto (portanto, de uma maneira idêntica) chama-se *regra*” (*CRP*, A 113). Parece-me assim que a postura mais sensata a adotarmos é ficarmos com ambas as interpretações, afinal, ambas se propõem justamente como analogias, porque o esquematismo não é nem propriamente um procedimento silogístico nem propriamente um procedimento geométrico¹⁵⁵. As duas analogias são extremamente frutíferas para que entendamos a subsunção no esquematismo e só importa então que, ao dizermos que o esquema é a condição da regra, entendamos tal condição no sentido de Allison e, ao dizermos que a categoria é a condição universal das regras esquemáticas, entendamos a condição no sentido de Loparic. São pontos de vista diferentes que não se excluem nem são excluídos pelo texto, sendo que ambos contribuem para a compreensão do esquematismo.

¹⁵⁵ Embora, rigorosamente, a subsunção por meio do esquema não seja um modelo geométrico, eu não pretendo reduzir a uma simples imagem um *insight* de Loparic que me parece fundamental: o problema da relação da representação intelectual *a priori* a seu objeto, tal qual Kant o descreve na famosa carta a Marcus Herz de 1772, só pôde ser resolvido, anos depois, quando o objeto deixou de ser concebido como independente da mente e passou a ser tomado como constituído, ao menos em sua forma, por aquelas mesmas representações, em analogia com os objetos matemáticos, construídos segundo os conceitos que adquirem realidade por meio deles (para uma referência direta de Kant à sua “analogia da construção”, ver a *Refl.* 4684, 17: 670). Justamente tendo em vista esta mudança que se fez necessária para a resolução do problema detectado em 1772 é que falo, com Loparic, em uma semântica construtivista em Kant. Mas ainda não é o momento de discutirmos o “construtivismo” de Kant.

3. 3. A Definição do Esquema Transcendental

Em face a uma ampla variedade de respostas kantianas à pergunta “o que é um esquema?” no texto do Esquematismo, Allison argumenta que um esquema transcendental deve ser identificado como uma intuição pura. No entanto, Allison admite que nenhuma das formulações do texto da *Crítica da Razão Pura* explicitamente caracteriza os esquemas como intuições puras. Ele encontra abono direto para sua interpretação apenas na *Crítica da Razão Prática*, onde Kant diz textualmente que esquemas são intuições *a priori* (cf. A 120) e na *Crítica da Faculdade do Juízo*, onde é dito simplesmente que as intuições que se referem aos conceitos puros do entendimento são os esquemas (cf. Ak, VI, 251). Voltando ao texto do Esquematismo, na falta de um abono, há ainda um problema, mesmo que este valha também para o próprio Kant de outros momentos. Ocorre que o problema que gera a própria necessidade dos esquemas, como já vimos, é posto nos seguintes termos: “os conceitos puros do entendimento, comparados com as intuições empíricas (*até mesmo com as intuições sensíveis em geral*), são completamente heterogêneos e nunca se podem encontrar em *qualquer intuição*” (CRP, A 137, B 176, grifos meus). Ora, se os esquemas são necessários em função da heterogeneidade entre as categorias e “qualquer intuição”, então como eles poderiam resolver o problema sendo intuições, ainda que puras?

A passagem citada, à primeira vista, não parece dar margem para qualquer interpretação favorável a Allison. Mas, a esta altura, já muito temos visto que passagens isoladas não decidem disputas como esta. Assim, o importante é checarmos, primeiro, se a hipótese de

Allison sobrevive a uma interpretação em perspectiva ampla, depois, voltaremos a lidar com o problema da passagem, até mesmo ampliando-o, para tentarmos uma adequação das posições. Por hora, portanto, recuemos até a segunda parte da Dedução, na segunda edição da *Crítica*, para observarmos que, naquele texto, quando Kant lidou com a aplicação das categorias à sensibilidade humana, apenas a intuição empírica lhe pareceu problemática, pois a determinação da forma *a priori* da intuição sensível foi apontada justamente como a chave da realidade objetiva das categorias: “Como, porém, há em nós uma certa forma de intuição sensível *a priori* [...], o entendimento [...] pode então determinar [...] o sentido interno pelo diverso de representações dadas e deste modo pensar *a priori* a unidade sintética da apercepção do diverso da *intuição sensível* [...] é assim que as categorias [...] adquirem então uma realidade objetiva” (CRP, B 150-1).

Posteriormente, no § 26 da mesma Dedução B, Kant introduziu a famosa nota em que afirma que o espaço e o tempo não são apenas formas da intuição, mas são dados como intuições eles próprios “na medida em que o entendimento determina a sensibilidade” (CRP, B161, nota). Ainda no § 26, não por acaso, Kant estava tratando justamente da intermediação entre a síntese da apreensão na intuição empírica e as categorias. No mais, parece livre de disputa que a determinação da intuição pura seja um produto da síntese transcendental da imaginação (cf. CRP, A 118, por exemplo), enquanto os esquemas também são apontados como este produto (cf. CRP, A 142, B 181)¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Neste sentido, é útil notarmos com Paton que a síntese da imaginação é sempre sensível: “A imaginação diz respeito a sintetizar intuições, não com conceber o princípio pelo qual ela mesma é guiada” (1936, v. I, p. 487, n. 7). De fato, ainda na Dedução A, diz Kant: “em si mesma, a síntese da imaginação, embora exercida *a priori*, é contudo sempre sensível, porque apenas liga o diverso tal como *aparece* na intuição, por exemplo, a figura de um triângulo” (CRP, A 124). O mesmo Paton bem observa

De volta assim ao texto do Esquematismo, podemos nos valer da mesma nota da Dedução citada acima para entendermos como o esquema poderia ser uma intuição pura, quando é dito que ele não pode ser completamente sensível, mas também ter uma parte intelectual (cf. *CRP*, A 138, B 177), afinal, a nota nos diz que a unidade da intuição pura pressupõe “uma síntese que não pertence aos sentidos” (*CRP*, B 161, nota). Assim, parece bastante razoável concluirmos que, como é dito nas duas outras *Críticas*, quando Kant fala do esquema como uma “determinação transcendental do tempo”, ele está falando do tempo determinado como uma intuição formal:

uma determinação transcendental do tempo deve ser uma conceitualização do tempo de acordo com um conceito *a priori*, que refere o tempo a um objeto ou o objetifica, enquanto também providencia realidade objetiva para o conceito envolvido. Objetivar o tempo significa representar uma ordem temporal como uma ordem intersubjetivamente válida de eventos ou estados de coisas no mundo fenomênico, em contraste a uma ordem de representações meramente subjetiva ou ‘subjetivamente válida’ em uma consciência individual. Presumivelmente, este é o efeito da síntese transcendental da imaginação (Allison, 1983, p. 183).

O que não parece absolutamente claro é por que Allison, que separa a aplicação das categorias aos fenômenos da concretização da experiência, nos diz que esta aplicação proporciona uma ordem de representações intersubjetivamente válida, afinal, isto seria, à primeira vista, tudo que o conceito kantiano de experiência poderia requerer, desde que equiparemos validade universal e validade intersubjetiva. A bem da verdade, a passagem citada pareceria mais condizente com o que nós deveríamos dizer do que com algo que se esperaria de Allison. E o mesmo valeria para a explicação de Allison desta determinação transcendental do

que, embora o esquema transcendental possa ser conceitualizado, como qualquer outra característica sensível, “na visão de Kant, o esquema transcendental é revelado concretamente para o sentido e a imaginação” (1936, v. II, p. 69). Mas é verdade que Paton não usa a expressão “intuição pura” para definir os esquemas, aos quais ele descreve como características sensíveis necessárias aos objetos temporais, modos de combinação do diverso no tempo ou ainda tipos de unidade em intuições, o que chega mais perto do proposto por Allison.

tempo como terceiro termo procurado por Kant: “as determinações transcendentais do tempo, como produtos da síntese transcendental da imaginação, são características universais e necessárias (*a priori*) do tempo objetivo ou de uma ordem temporal objetiva. Isto explicaria sua homogeneidade com o fenômeno, desde que todos os fenômenos estão contidos em tal ordem, e com os conceitos puros, desde que estes conceitos providenciam as regras pelas quais esta ordem é determinada” (ibid. idem).

Talvez certos esclarecimentos ao fato de endossarmos tais passagens se façam necessários, uma vez que trata-se de duas interpretações de premissas tão diferentes quanto ao ponto. Estas mesmas considerações podem também auxiliar em uma leitura mais coerente do texto de Allison. Quando concordamos com Allison que o esquema seja a criação de uma ordem temporal intersubjetiva, entendemos que ele não faça a implicação disto para a geração da experiência no caso dos esquemas das categorias matemáticas. O esquema de uma categoria matemática expressa, sim, uma determinação temporal intersubjetiva, mas ele só determina a representação dos objetos (a série e o conteúdo do tempo), não sua existência (a ordem do tempo). Assim, a aplicação de uma categoria matemática a um fenômeno por meio de seu esquema não vai além da criação de um juízo de percepção, juízo de validade meramente subjetiva como descrito nos *Prolegômenos*, por mais universal e necessário que seja este esquema. Mas já quando se trata das categorias de causalidade, substância e comunidade, a intersubjetividade que seus esquemas imprimem ao tempo diz respeito à existência dos objetos no mesmo, portanto, a subsunção de fenômenos nas categorias por meio do esquema é aqui a formação de juízos de experiência. Esta variedade quanto ao significado da determinação transcendental do tempo (que tem abono no próprio Esquematismo, cf. *CRP*, A 145, B 185-6) é

que parece ser nosso ponto de divergência com Allison, se o entendemos apropriadamente até aqui.

Feita esta ponderação, de resto, temos então lido o Esquematismo como Allison e o mesmo deve valer também para uma observação sua a respeito do fato do tempo não ser percebido em si mesmo. Parece realmente interessante, para evitar mal-entendidos, salientar que as determinações transcendentais do tempo só podem ser percebidas enquanto características dos fenômenos no tempo, pois o tempo mesmo não pode ser intuído em separado: “uma determinação transcendental do tempo tem que ser considerada como uma característica universal e necessária das coisas (fenômenos) no tempo, em vista da qual o tempo pode ser representado de uma maneira determinada (relações objetivas do tempo podem ser expressas), e não características do tempo *per se*” (1983, p. 183). O mesmo havia sido sustentado anteriormente por Paton: “isto [uma determinação transcendental do tempo – AF] tem que significar, creio eu, não uma determinação ou característica do tempo em si mesmo, mas uma característica que tem que pertencer aos objetos na medida em que são temporais e são combinados em um tempo” (1936, v. II, p. 29, texto referido pelo próprio Allison. Cf. também Paton, 1936, v. II, p. 39 e p. 62, n. 3)

Após esta busca por evidências de que os esquemas devam ser entendidos como intuições formais, chegou a hora de cumprirmos a promessa de enfrentarmos também a evidência em contrário (cf. *CRP*, A 137, B 176) e mesmo ampliar sua profundidade. Realmente, apesar dos fundamentos vistos para tal leitura, choca que se diga que esquemas sejam intuições puras, porque isto pareceria abolir a idéia de que categorias não possam ser exibidas na intuição e, mais ainda, que seriam diferentes de conceitos matemáticos, estes sim construtíveis, exatamente por

serem exibíveis na intuição pura: “O termo ‘Construção’ é explicitamente restrito por Kant ao uso no contexto da matemática” (1962, p. 7), já advertia Bird contra Prichard. Vejamos então o que Kant diz exatamente sobre o que significa construir um conceito, justamente quando compara a filosofia e a matemática: “*construir* um conceito significa apresentar *a priori* a intuição que lhe corresponde. Para a construção de um conceito exige-se, portanto, uma intuição *não empírica* que, conseqüentemente, como intuição é um objeto *singular*, mas como construção de um conceito (de uma representação geral), nem por isso deve deixar de exprimir qualquer coisa que valha universalmente na representação, para todas as intuições possíveis [empíricas, parece necessário concluir – AF] que pertencem ao mesmo conceito” (CRP, A 713, B 741). O que chama atenção, de imediato, é que a construção matemática é descrita exatamente como dando conta tanto da singularidade empírica quanto da universalidade do conceito, que é o que se espera primordialmente dos esquemas. Pouco adiante, Kant vai justamente dizer: “A figura individual desenhada é empírica e contudo serve para exprimir o conceito, sem prejuízo da generalidade deste, pois nesta intuição empírica considera-se apenas o ato de construção do conceito, ao qual muitas determinações, como as da grandeza, dos lados e dos ângulos, são completamente indiferentes e, portanto, abstraem-se estas diferenças que não alteram o conceito de triângulo” (CRP, A 714, B 742). Ora, este *ato de construção universal* em cada representação empírica, que só faz sentido pela intuição *a priori* subjacente, não seria justamente o que entendemos por esquema?

Para que entendamos a diferença entre esquemas e construções matemáticas, eu proporia então que atentemos, não para os esquemas e para as construções, que de fato parecem consistir em operações idênticas, mas sim para as diferenças entre os conceitos matemáticos e os

conceitos puros do entendimento. Dos conceitos matemáticos, Kant nos diz que “devem estar imediatamente presentes *in concreto* na intuição pura” (CRP, A 711, B 739, cf. também A 715, B 743). Isto significa que, quando se diz que o conceito matemático é construtível, se diz que o objeto do conceito matemático é exibível diretamente na intuição *a priori*. Desta forma, o conceito não tem apenas possibilidade ou realidade objetiva, por ser preenchível por dados empíricos, uma vez que a intuição pura sempre o é, o conceito tem também realidade, porque seu objeto de referência foi efetivamente apresentado. Agora, enquanto conceitos matemáticos, por mais universais que sejam, referem-se a intuições puras, Kant nos diz expressamente que os conceitos transcendentais não se referem a nenhuma intuição, quer empírica, quer pura: “se me é dado o conceito transcendental de uma realidade, de uma substância, de uma força, etc., este não designa nem uma intuição empírica nem uma intuição pura, mas simplesmente a síntese das intuições empíricas (que portanto não podem ser dadas *a priori*)” (CRP, A 722, B 750).

Esta é a chave do problema: as categorias não designam um objeto em particular, que poderia ser construído ou apreendido, mas as condições necessárias de sínteses que constituem objetos (matemáticos e) empíricos¹⁵⁷. Estas condições intelectuais podem receber uma tradução sensível por meio de sua construção na intuição *a priori*, mas a experiência possível, por definição, não pode ela mesma ser construída *a priori*. Enquanto enunciados matemáticos descrevem construtos *a priori*, enunciados da filosofia transcendental aplicam-nos a toda experiência possível. Eu posso construir *a priori* um modelo geral da causalidade, a sucessão

¹⁵⁷ Neste ponto, posso me servir de Chipman: “Esquemas transcendentais não devem ser entendidos como regras para sintetizar o diverso de representações em aparências de objetos particulares [...]. Antes, esquemas transcendentais são regras para assegurar que as condições gerais e invariáveis da objetividade, todas elas explicáveis em modos que envolvem referência essencial ao tempo, sejam preenchidas em qualquer síntese particular” (1982, p. 114).

irreversível, mas a causalidade, inclusive a partir disso, se seu princípio é verdadeiro, se refere universalmente a eventos¹⁵⁸, que são empíricos. Eu não posso simplesmente *ver* uma única sucessão de eventos como uma sucessão irreversível, muito menos ver todas as mudanças possíveis como efeitos (cf. por exemplo, Walsh, 1957, p. 103), mas eu posso pensar sucessões que vejo como irreversíveis ou pensar mudanças que vejo como efeitos. Em suma, é de toda experiência possível que se trata na categoria, e não de uma presença na intuição pura ou na intuição empírica¹⁵⁹. Daí que as categorias não possuem evidência intuitiva, mas apenas discursiva (cf. *CRP*, A 733, B 761). A sua possibilidade (realidade objetiva) é demonstrada na medida em que se mostra uma intuição formal correspondente ao conceito, pois isto é o bastante para que se prove que o conceito é preenchível por dados empíricos. Mas esta operação intuitiva, dado o significado transcendental do conceito, não é o bastante para provar sua realidade. É preciso ainda provar discursivamente que todos os dados empíricos têm que poder ser

¹⁵⁸ Nas palavras de Butts: “O princípio causal, por exemplo, dita que a forma de todas as leis descrevendo eventos seja causal” (1969, p. 292), ou seja, ele não tem um objeto específico, mas contém a forma de um tipo de objetividade, aquela da síntese de eventos.

¹⁵⁹ Objetando contra Warnock, que defende a mesma posição exposta aqui, Chipman afirma que a consequência de tal afirmação seria “a sugestão que exemplos de conceitos puros nunca podem ser percebidos” (1982, p. 104). Eu diria que, realmente, nunca *percebemos* exemplos de conceitos puros, em vez disso, nós *determinamos percepções* como exemplos de conceitos puros. Quanto a esta questão, é útil estarmos atentos a uma lição de Husserl aplicável também aqui: “podemos dizer, de modo compreensível e inequívoco para um ouvinte, *vejo que este papel é branco*, mas essa maneira de falar não quer dizer necessariamente que a significação da proposição pronunciada dê expressão a um *mero ver*” (1985, p. 101). Na verdade, Husserl ecoa aqui uma tradição que não se inicia com Kant. Para nos utilizarmos de outro autor influente para a fenomenologia, Locke já nos advertia: “tomamos por percepção da nossa sensação o que é uma idéia formada pelo nosso juízo” (1999, p. 174); com o que mesmo Leibniz estava de pleno acordo: “confundimos o julgamento com a visão” (1984, p. 85). É por isso que, voltando a Kant, por um lado, juízos sintéticos *a priori* se distinguem de juízos sintéticos *a posteriori*, mas, por outro lado, determinam a validade objetiva destes últimos, coisa que a simples impressão dos sentidos não poderia fazer. Guido de Almeida é muito claro quanto ao ponto: “Como o objeto é, por definição, distinto das percepções que temos dele e não é, portanto, nada de percebido enquanto tal, o pensamento de objeto reduz-se ao pensamento de uma ordem necessária de percepções, distinta da maneira contingente como se sucedem em um sujeito” (2005, p. 149).

apreendidos em conformidade com os esquemas das categorias¹⁶⁰. Então, *em havendo dados empíricos*, provada a necessidade das categorias, infere-se sua realidade.

Mas, mesmo que tenhamos entendido o sentido em que esquemas são intuições puras, mas categorias não são construtíveis, ainda há outro problema a contornarmos. Por que Kant diz que os princípios derivados das categorias matemáticas têm certeza intuitiva, e não apenas discursiva como os demais (cf. *CRP*, A 162, B 201) e que os princípios derivados das categorias dinâmicas não são suscetíveis de construção, implicando que os outros o são (cf. *CRP*, A 179, B 222), se ele dirá, no contexto da discussão acima, que até mesmo o princípio do entendimento que ele chamou de Axioma, na verdade, não era um axioma, justamente porque era extraído apenas de conceitos (cf. *CRP*, A 733-4, B 761-2)?

Ora, visto que temos constantemente nos referido à diferença entre categorias matemáticas e dinâmicas justamente pela importância da diferença intrínseca à estratégia de prova da necessidade de cada uma¹⁶¹, esta parte do problema será mais fácil. As passagens referidas acima, se entendi bem o plano geral de Kant, devem ser compatibilizadas da seguinte forma. Tudo que dissemos sobre a diferença entre conceitos matemáticos e categorias vale também para categorias matemáticas. No entanto, estas têm certeza intuitiva no sentido em que são pressupostos necessários da própria intuição, e não apenas da experiência *qua* experiência. A

¹⁶⁰ Fica claro então que, se o problema de Kant fosse, não a verdade transcendental dos princípios do entendimento e, conseqüentemente, a necessidade das categorias, mas apenas a validade objetiva destas últimas e, por conseguinte, também de seus princípios, ele poderia ter se contentado em pular do § 14 da Dedução para o Esquematismo e então apenas listado os princípios.

¹⁶¹ Longuenesse acredita que a Dedução A seja obscurecida pela ausência da distinção entre categorias matemáticas e dinâmicas (cf. 1993, p. 43). Eu diria que, mesmo na Dedução B, apesar dos exemplos, Kant não trabalha com as diferenças dos pressupostos necessários à prova de cada um desses dois tipos de categorias, mas o leitor precisa tê-las em mente.

intuição, enquanto simples estado de consciência representacional espaço-temporal, é um dado factual inegável, como já dissemos citando Guido de Almeida, na medida em que é um pressuposto do problema da possibilidade de objetos em sentido forte. Basta esta simples intuição para que, por conceitos, segundo os pressupostos do idealismo transcendental, provemos a necessidade das categorias matemáticas esquematizadas. Já para as categorias dinâmicas de relação, precisamos ainda de um passo adicional, a prova da necessidade do próprio conceito de objeto em sentido forte. Como este não pode ser considerado como simplesmente dado em uma intuição empírica, a prova das categorias não-matemáticas não tem também este sentido de certeza intuitiva¹⁶².

3. 4. Esquema como Regra Semântica

Loparic, se o entendemos corretamente, compartilha com Allison da equiparação entre esquemas e intuições formais¹⁶³. Suas considerações a respeito do tema estendem consideravelmente nossa compreensão acerca da constituição dos objetos e, por conseguinte da referencialidade dos conceitos puros. Em primeiro lugar, cabe dizer que, para Loparic, esquemas determinam operações intuitivas “análogas às ‘operações categóricas’ de formação de proposições, pois sua unidade é ‘análoga à unidade lógica dos conceitos’ (B 224)” (2000, p. 215,

¹⁶² Na *Refl.* 4675, do *Duisburg Nachlass*, escrita no verso de uma carta de 20 de maio de 1775, Kant descreve os três princípios dinâmicos de relação e diz deles: “Eles não têm evidência, porque não são os aparecimentos, mas sim as experiências que são possíveis através deles” (17: 652).

¹⁶³ Para nos lembrarmos de outro defensor desta leitura, Newman também diz que um esquema só pode representar um aspecto da intuição formal do tempo (cf. 1992, p. 196).

cf. também p. 111). Existindo essa analogia, uma vez que os esquemas estão contidos na determinação da forma de representações empíricas, são eles que permitem que estas sejam pensadas como particularizações das formas lógicas dos juízos de experiência (juízos empíricos objetivamente válidos), o que é o mesmo que dizer que é constituído/determinado um domínio empírico de aplicação em que aqueles juízos poderão ser ditos verdadeiros ou falsos. O esquema como intuição pura, portanto, é aqui uma antecipação formal de intuições particulares ainda não dadas e que virão dar conteúdo, preencher as formas lógicas expressas nos juízos de experiência (cf. Loparic, 2000, p. 216). Isto equivale a dizer que essas formas proposicionais se tornarão decidíveis em princípio, podendo ser provadas ou refutadas (cf. Loparic, 2000, p. 25).

A decidibilidade é garantida pelo fato dos esquemas funcionarem como procedimentos para a determinação de dados que exemplificam conceitos e para a constituição de estruturas de dados que exemplificam estruturas proposicionais. O esquema associa as notas primitivas do conceito a um procedimento sintético que gera, de modo efetivo, o restante de suas determinações. Por meio deste procedimento, representações intelectuais adquirem relações com objetos (cf. Loparic, 2000, p. 183-6). Os esquemas são regras semânticas por terem este papel na estruturação de dados a serem associados a conceitos e juízos, de modo que a representação intelectual é sensivelmente interpretada na medida em que o esquema permite que seja exibido na intuição uma entidade congruente àquela representação (cf. Loparic, 2000, p. 22-3).

A ligação íntima entre conceitos e esquemas como geradores dos referentes dos conceitos ficará mais nítida se mantivermos em mente o significado primordial do conceito, não como uma unidade analítica, mas como consciência de uma unidade sintética, como vimos

estudando a síntese da reconhecimento. Desta forma, o problema do esquematismo surge como o problema da determinação conceitual da unidade do diverso e não, ao menos primeiramente, como o problema da aplicação do universal a instâncias particulares. Neste sentido, diz Pippin:

Logo se torna evidente que o problema do ‘Uno-Múltiplo’ para Kant não é ‘por virtude de que o múltiplo é subsumido sob um’, mas como uma regra pode determinar um diverso a produzir a unidade que torna possível falar de ‘múltiplo sob um’ [...]. Um conceito é um universal como uma regra para síntese, não como um gênero ou tipo universal. Portanto, a questão da subsunção, a questão do esquematismo, tem que ser como um diverso sensível pode ser conceitualmente determinado; não como instâncias podem ser reconhecidas como tendo algum predicado comum (1976, p. 159. Ver também Torres, 2005, p. 10)¹⁶⁴.

A adequação entre entidades empíricas e representações intelectuais reguladoras das sínteses que constituem tais entidades para que possam ser interpretadas sob elas, como temos visto, é garantida pelo tempo, condição formal intuitiva, que, no decorrer do processo de construção do objeto, a operação de apreensão impõe aos dados empíricos, por ser governada por

¹⁶⁴ Creio que aqui possamos entender a dificuldade de se pensar esquemas para conceitos empíricos ou matemáticos. O esquema é necessário para a categoria, porque, a partir dela apenas, não se tem uma regra aplicável à determinação do múltiplo sensível, afinal, por exemplo, sem o esquema da substância, não se definiria como os dados empíricos poderiam tomar a forma adequada ao pensamento de substâncias. O procedimento que minha imaginação deve seguir na “construção” de complexos empíricos para que eles possam ser pensados como objetos se expressa em uma intuição pura deste complexo. Não há ainda um terceiro entre a categoria e a intuição pura correspondente a ela, então porque haveria um esquema entre conceitos matemáticos e seus objetos na intuição pura? A intuição pura do triângulo permite a construção de imagens triangulares, mas, aparentemente, é o próprio conceito de triângulo que representa a regra que dá unidade à intuição pura do triângulo, visto que, dado o conceito de triângulo, posso passar imediatamente à operação de construção do triângulo na imaginação pura e instanciar esta operação desenhando uma imagem concreta de um triângulo. Falando agora dos conceitos empíricos, se os entendemos, primordialmente, como regras de unidade de síntese que podem ser decompostas em: categorias (como a substância), conceitos matemáticos (as quatro patas em um cão, por exemplo) e generalizações empíricas (a qualidade do som do latido do cão, desprezadas as características individuais das vozes particulares, por exemplo), onde entra a necessidade do esquema? Ou melhor, o que seria tal esquema? Não poderia ser uma intuição pura, porque isto não daria conta das generalizações empíricas contidas no conceito. Seria uma imagem? Uma imagem é tão individual quanto qualquer intuição empírica, portanto, não serviria para mediar conceitos empíricos e intuições empíricas, caso isto fosse necessário. Enfim, é para estas observações que nosso trabalho parece nos encaminhar. Não queremos ser conclusivos em um tema não investigado a fundo aqui, mas a indicação parece ser a de que apenas conceitos discursivos puros apontariam para o problema da esquematização e tornariam compreensível o que seria um esquema distinto deles (cf. por exemplo, Paul Guyer, 1987, p. 165).

ela (cf. Loparic, 2000, p. 96). A intuição formal, que Loparic, como Allison, entende por esquemas é a própria unidade da operação da imaginação *a priori* (síntese transcendental da imaginação) que liga o múltiplo em geral como que desenhando a forma que a síntese da apreensão terá (cf. Loparic, 2000, p. 97-9). Esta analogia com o ato de desenhar, a qual recorreremos constantemente, é importante, porque nos remete ao que Loparic vê como um ponto central do esquematismo kantiano: a figuratividade (cf. 2000, p. 156). O esquematismo da imaginação produz formas figurativas puras fundamentando a operação de desenhar figuras de objetos empíricos. Como *prototypa* na produção de *ectypa*, o esquema “permite à minha imaginação traçar figuras de objetos empíricos, sem ficar restringida a uma única figura particular que a experiência me oferece ou a qualquer imagem que posso representar *in concreto*” (Loparic, 2000, p. 157). Este momento crucial da interpretação de Loparic nos remete ao fato da síntese transcendental da imaginação ter sido considerada como uma síntese figurada, em oposição a uma síntese meramente intelectual, na Dedução Transcendental (cf. *CRP*, B 151)¹⁶⁵, nos remete também ao próprio caráter figurativo do tempo, que não pode ser representado sem uma figura exterior, no caso, o traçado de uma linha reta (cf. *CRP*, A 33, B 50; B 155; B 292), e ainda à explicação de Kant a respeito do caráter universal do ato de construção envolvido em cada figura empírica (cf. *CRP*, A 714, B 742).

Ao estabelecermos assim a estrutura *a priori* para a apreensão dos dados sensíveis, que é o esquema, são fixadas propriedades básicas dos objetos cognoscíveis. Estas propriedades são expressas em enunciados do que Loparic chama de semântica transcendental, uma semântica que é construtivista, porque os objetos empíricos são suscitados a partir dessas propriedades

¹⁶⁵ “Por síntese figurada entende-se a ação pela qual uma figura espacial perfaz-se em sua unidade” (Kaulbach, 1960, p. 126, citado por Marques, 1995, p. 130, n. 20).

transcendentais básicas (cf. Loparic, 2000, p. 149). Porém, é preciso que tenhamos uma série de cuidados com o uso do termo “construção”¹⁶⁶. Nós já vimos as razões de parte desses cuidados há pouco, estudando diferenças entre categorias e conceitos matemáticos em relação à intuição pura. Aqui, quando se usa o conceito de construção, não só em termos de esquemas, mas, aparentemente, como a construção dos próprios objetos empíricos a partir de esquemas, parece ser o caso de uma advertência adicional. Nas construções matemáticas de que fala Kant, as operações que constituem objetos se dão totalmente *a priori*, porque o diverso também é puro. Enquanto isso, na síntese de objetos empíricos, só a forma da operação é fornecida *a priori*, daí que talvez Kant tivesse reservas em usar o termo “construção” para esta operação e, de fato, ele não o usa neste contexto. Bird faz observações similares criticando Prichard, que falava em construção do mundo físico em Kant: “Ninguém negaria que Kant via alguma conexão entre sínteses e construções da geometria, mas o fato de Kant usar dois termos (‘Síntese’ e ‘Construção’) sugere que ele também desejava distinguir entre eles” (Bird, 1962, p. 7)¹⁶⁷. Penso que, neste sentido, Loparic poderia conceder que faz um uso heterodoxo do conceito de “construção”. O importante é que entendamos que, ao usar o conceito de “construção”, ainda que mais livremente que Kant, Loparic quer ressaltar que os objetos do conhecimento, na filosofia crítica, são suscitados por uma operação *a priori* a partir de dados, e não completamente dados¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Chipman também se refere ao esquema como um mecanismo de subsunção de caráter essencialmente “construtivo”, mas, não por acaso, as aspas são dele próprio (cf. 1982, p. 108).

¹⁶⁷ É particularmente interessante como Longuenesse mostra a inspiração de Kant na construção matemática justamente para desenvolver o conceito de síntese, que lhe permitiu resolver o problema da relação entre categorias e objetos (cf. 1993, pp. 30-3).

¹⁶⁸ De um modo mais radical, Bird serve de contra-ponto a Loparic aqui, classificando como fenomenalistas leituras da espécie da semântica transcendental e opondo-se a elas (cf. 1962, p. 8 e p. 13, por exemplo). Bird considera mais razoável que se fale em uma construção de conceitos sobre objetos do que em uma construção de objetos. No entanto, desde que seu alvo principal, como já dito aqui, é Prichard, que faz uma leitura substancialmente diferente daquela de Loparic, e desde que Bird assume que seus argumentos não valem em geral para o que ele chama de “fenomenalismo”, não acreditei ser viável transformá-lo em interlocutor de Loparic quanto à questão. Penso apenas ser interessante remeter o leitor à

Retomando agora o conceito kantiano de objeto fenomenal tal qual o entende Loparic, a saber, como classe aberta construtível de representações intuitivas, os constructos esquemáticos podem ser chamados de modelos objetuais que, por serem universais e não se restringirem a um único conjunto de dados, permitem finalmente a interpretação direta dos conceitos de objetos respectivos, formando objetos empíricos parcialmente adequados a eles (cf, Loparic, 2000, p. 119): “um conceito (de um objeto possível) é uma representação formal discursiva de uma condição universal ou propriedade de uma classe construtiva kantiana, associada a uma regra para engendrar, a partir de membros dados, os membros remanescentes dessa classe” (Loparic, 2000, p. 177). Em suma, nesta interpretação semântica, o conceito tem significado objetivo (relação a um objeto) se está relacionado a representações empíricas parcialmente correspondentes a ele, enquanto condição universal de uma regra da operação de construção das mesmas representações, isto é, de um esquema (cf. *ibid.* *idem*). Pela necessidade que a categoria confere ao esquema, representações empíricas que vierem a preenchê-lo, isto é, que forem afinadas por ele para serem *pensadas* categoricamente, tornam-se objetivas e, como tais, exemplos de conceitos puros¹⁶⁹.

oposição de conclusões quanto ao texto kantiano. Por outro lado, Bennett deve ser visto como tomando o mesmo lado do campo que Loparic: “Kant está firmemente comprometido, pelo espírito principal da *Crítica*, com uma análise fenomenalista da objetividade que não postula objetos como itens numerais além e acima dos dados da experiência, mas os trata como construtos lógicos feitos daqueles dados” (1966, p. 127). Chequem ainda a respeito Beck: “No fundo, é este o sentido da Revolução Copernicana: até objetos empíricos são construções” (1992, v. II, p. 260); e Longuenesse (cf. 1993, pp. 20-1, n. 9).

¹⁶⁹ Eu tendo a frisar sempre que os objetos são pensados para que não cometamos o erro, frequentemente, atribuído a fenomenalistas, de se tomar o próprio objeto como um complexo de sensações. Ora, os objetos, mesmo psíquicos ou também em sentido fraco, não são considerados como as próprias sensações que compõem as representações sobre eles, mas como seus correlatos, portanto, há uma transcendência presumida (que não é necessariamente da existência) essencialmente entrelaçada ao conceito de objeto. O próprio conceito de “aparecimento”, daí a sugestão de tradução de Loparic, nos remete a este tipo de transcendência, afinal, ao contrário de “aparência”, “aparecimento” remete ao que aparece. Da mesma forma, já vimos que a intencionalidade intrínseca ao conceito de “representação” nos remete a algo representado. Assim, o fenomenalista, longe de fazer coincidir a representação e o objeto, muito pelo contrário, se dá conta de que o objeto não está dado como tal na mera percepção. Nisto, Kant nos abona

Justamente no que diz respeito à leitura do Esquematismo como um conjunto de regras semânticas, as interpretações de Allison e Loparic se tornam mais próximas. Allison classifica como “juízos esquemáticos” os juízos que dizem que um determinado esquema é a expressão sensível de uma determinada categoria (cf. 1983, p. 185), como o juízo que diz que “o esquema da substância é a permanência do real no tempo” (*CRP*, A 143, B 183)¹⁷⁰. Estes juízos esquemáticos seriam teses ou regras *semânticas*, uma vez que fornecem um significado sensível a uma categoria (cf. Allison, 1983, pp. 185-6)¹⁷¹. É importante aqui ressaltarmos com Allison que a função dos esquemas no que diz respeito a conferir significado às categorias é textual em Kant: “Os esquemas dos conceitos puros do entendimento são, pois, as condições verdadeiras e únicas que conferem a esses conceitos uma relação a objetos, portanto, uma *significação*” (*CRP*, A 146, B 185). Na seqüência, Kant precisa sua tese salientando que, sem os esquemas, o significado das categorias é puramente lógico: “o da simples unidade das representações, às quais porém não é

com toda clareza: “Todas as intuições são somente representações; o objeto, ao qual elas são relacionadas, está no entendimento” (*Refl.* 5643, citada da tradução de Paul Guyer, 1987, p. 104).

¹⁷⁰ Claro que, quando falo em permanência, para ficar com o mesmo exemplo, tenho um conceito sensível, mas isto não significa que o esquema seja um mero conceito sensível, contrariando o que já estudamos até aqui. Eu não vejo a permanência propriamente, mas eu penso a permanência no que eu vejo. O esquema, se o aceitamos como intuição e não como conceito, é então a intuição formal correspondente à permanência ou aquilo que organiza os dados empíricos em minha operação de apreendê-los de modo que se acomodem ao pensamento da permanência, ou seja, ao pensamento de que imagens contidas em tempos diferentes são imagens de um mesmo objeto, e não criações independentes, porém semelhantes, de minha imaginação em cada tempo. Ora, penso que seja impossível descrever cada esquema sem reduzi-lo a um conceito sensível que faça Kant dizer que o esquematismo é uma “arte oculta nas profundezas da alma humana, cujo segredo de funcionamento dificilmente poderíamos, alguma vez, arrancar à natureza e pôr a descoberto perante os nossos olhos” (*CRP*, A 141, B 180-1).

¹⁷¹ Allison e Loparic ecoam assim um artigo precedente de Robert Butts, intitulado “Os Esquemas de Kant como Regras Semânticas”. Nele, diz Butts: “Para mim, parece que os esquemas de Kant fazem exatamente o trabalho de especificar os tipos observáveis que são relevantes para decidir a aplicabilidade de uma categoria. Eles funcionam como se fossem regras semânticas ligando categorias e predicados observáveis” (1969, p. 293). Robert Hanna, em seu “Kant e os Fundamentos da Filosofia Analítica”, faz um breve levantamento das obras que, segundo ele, têm demonstrado suficientemente, em tempos recentes, o quanto é conveniente que se leia Kant como um teórico lógico-semântico (cf. 2001, p. 15). Ele mesmo se inscreve nesta linhagem hermenêutica, mas ressaltando que sua leitura faz a interpretação semântica confluir com uma leitura psicológica (cf. 2001, p. 16), perspectiva de que se afastam tanto Loparic quanto Allison. O próprio Hanna observa que, via de regra, as interpretações semântica e psicológica são consideradas incomensuráveis (cf. *ibid.* *idem*).

dados nenhum objeto e, portanto, nenhuma significação que possa proporcionar um *conceito* do objeto” (*CRP*, A 147, B 186)¹⁷².

Também aqui não há nada estranho ao leitor da Dedução. Lá, Kant havia nos dito que a intuição empírica precisa dar o caso para a aplicação da categoria, pois, do contrário, eu não saberia se pode haver uma coisa correspondente à determinação do pensamento. Seu exemplo, na ocasião, foi a categoria de substância (cf. *CRP*, B 149), o que se repete no texto do Esquematismo: “a substância, por exemplo, separada da determinação sensível da permanência, significaria apenas que algo pode ser pensado como sujeito [...]. Para nada me serve esta representação pois não me indica, de modo algum, que determinações tem a coisa para valer como sujeito primeiro” (*CRP*, A 147, B 186-7). Na Dedução, Kant já dizia que as categorias sem a sensibilidade humana são “simples *formas de pensamento*, pelas quais ainda não se conhece nenhum objeto determinado” (*CRP*, B 150). Paralelamente, ele diz agora que “as categorias sem os esquemas são apenas funções do entendimento relativas aos conceitos, mas não representam objeto algum” (*CRP*, A 147, B 187).

Podemos então resumir a forma como a sensibilidade realiza e restringe o entendimento da seguinte maneira. Uma vez que as categorias são tomadas apenas como funções da unidade entre nossas representações, a simples constatação de que nosso aparelho cognitivo é equipado com tais funções nada diz a respeito de algo na realidade ser correspondente a elas ou não. Mais ainda, saber como essas funções unem representações em juízos não é o bastante para

¹⁷² Na carta a Tieftunk de 11 de dezembro de 1797, ele diz que “formas da intuição podem ser fornecidas para as formas do pensamento, conferindo assim sentido e significado às últimas” (12: 223, Zweig, p. 537).

saber que determinações uma entidade real teria que ter para corresponder a essas funções. Usando o exemplo de Kant, eu posso saber que uma coisa será uma substância se puder ser pensada apenas como sujeito e não também como predicado de outras coisas, mas isto não me indica que tipo de coisa seja esta para que eu possa identificar um objeto como substância. O esquema vem justamente dizer que tipo de característica sensível devo procurar nos fenômenos para que eles possam ser considerados substâncias, ou sujeitos que não são também predicados, o que passa a ser uma definição ou significado meramente lógico ou nominal da categoria, justamente à medida que não a relaciona à realidade.

Com esta explicação, nós pretendemos deixar claro ao leitor por que Allison diz que Kant está comprometido com esta tese semântica em virtude de sua teoria dos conceitos puros (cf. 1983, p. 186). Isto quer dizer que uma interpretação semântica se sustentaria mesmo se discordássemos de Loparic quanto ao fato de Kant recorrer aos esquemas por razões metodológicas, ao adaptar para a filosofia um método geométrico cuja eficácia se baseia em construções. Uma semântica construtivista, na verdade, é exigida já mesmo pela própria teoria das categorias do entendimento (ver também Allison, 1992, v. II, p. 341).

3. 5. A Relação entre as Categorias e os Esquemas

Estivemos tratando até agora dos esquemas de modo geral, e não do catálogo que Kant nos oferece com os esquemas referentes às categorias¹⁷³. Curiosamente, no entanto, não há uma justificação ou explicação para as correlações entre cada categoria e seu esquema, isto é, nenhum cuidado específico com o que Allison chama de “juízos esquemáticos”. Kant parece tomá-los por evidentes em si mesmos.

Após descrever os esquemas, as ponderações de Kant visam apenas mostrar como os esquemas de cada grupo de categorias representam um tipo diferente de determinação *a priori* do tempo (diferenças a que temos nos referido constantemente). Como os esquemas das categorias de *quantidade* representariam o próprio tempo na sucessão da apreensão, eles se referem à *série do tempo*; como os esquemas das categorias de *qualidade* representariam a sensação no tempo, eles se referem ao *conteúdo do tempo*; como os esquemas das categorias de *relação* representariam justamente a relação entre as percepções no tempo, eles se referem à

¹⁷³ Cada categoria dinâmica recebe seu esquema. Já quanto às categorias matemáticas, não é claro que o mesmo se aplique às categorias da qualidade e as da quantidade têm apenas um esquema: o número. Parece-me bastante plausível a sugestão de Paton de que isto se dê porque, ao numerar ou medir um objeto, as três categorias de quantidade estão presentes: “Todo número é uma pluralidade de unidades tomada como uma totalidade e diz-se que o número pertence à categoria de totalidade somente porque a totalidade é pluralidade tomada como unidade” (Paton, 1936, v. II, p. 64). Paton faz considerações similares sobre a qualidade e explica que não temos claro se estamos sendo apresentados a um só esquema ou não, porque Kant estaria justamente tentando mostrar a interconexão das categorias em sua esquematização (cf. 1936, v. II, pp. 64-5). Já Longuenesse, tomando uma via semelhante, sugere que seria intenção de Kant que o esquema da quantidade fosse considerado propriamente esquema da totalidade: “Unidade e pluralidade então seriam meros elementos mediadores na geração do esquema da totalidade [...]. Refletir em um conceito a mera síntese de um diverso (homogêneo) é, nisto, totalizar este diverso, isto é, pensar a unidade de uma pluralidade: totalidade” (1993, p. 254). A propósito, Longuenesse parece-me ter demonstrado suficientemente a legitimidade do caminho de Kant da quantidade dos juízos ao número (cf. 1993, capítulo 9).

ordem do tempo, por fim; como os esquemas das categorias de *modalidade* representariam se e como um objeto pertence ao tempo, eles se referem ao *conjunto do tempo* (cf. *CRP*, A 145, B 184-5). Porém, a questão relativa ao que Allison está chamando de “juízos esquemáticos” é como eles atribuem os esquemas às categorias. Por sua natureza semântica, pergunta então Allison, seriam juízos analíticos ou meramente estipulativos? Analíticos, não podem ser, porque relacionam condições sensíveis do conhecimento a condições intelectuais das quais não podem ser deduzidos; estipulativos, não podem ser, porque tornariam os esquemas arbitrários, ao passo que Kant, como vimos, os toma pelas “condições verdadeiras e únicas” do significado real dos conceitos¹⁷⁴. Por fim, também não podem ser sintéticos *a posteriori*, porque será graças aos esquemas que as categorias serão relacionadas à experiência. São então sintéticos *a priori* (cf. 1983, p. 186).

Além do argumento por eliminação, Allison oferece um argumento positivo para que estes juízos sejam sintéticos *a priori*, que é o paralelo entre eles e definições reais. Enquanto Allison se limita a sustentar a tese de que estes juízos esquemáticos servem ao mesmo propósito que definições reais, funcionam analogamente a tais definições ou então que Kant poderia ser lido como implicando que “os vários esquemas são definições reais das categorias” (1983, p. 357, n. 31); em nossa leitura, diferentemente, não vemos por que hesitar em tomar os juízos esquemáticos pura e simplesmente como definições reais.

¹⁷⁴ Walsh, no artigo “Esquematismo”, discute se Kant tinha razão ao pensar uma “correspondência” necessária entre cada categoria e seu esquema: “Concedido que categorias precisam ser esquematizadas, é tão certo que o processo possa se dar somente de um modo?” (1957, pp. 104-5). Eu responderia que sim, tendo em vista o projeto da Analítica como um todo. Se houvesse mais de um esquema possível para cada categoria, aparentemente, o propósito da Dedução Transcendental não seria cumprido, porque quebraríamos a idéia de que deve haver uma regra necessária para a síntese do diverso empírico, uma vez que o esquema, no final das contas, é mais propriamente esta regra.

No capítulo da *Crítica* em que Kant trata “Do Princípio da Distinção de Todos os Objetos em Geral em Fenômenos e Númenos”, ele retoma suas teses semânticas do Esquematismo e da segunda parte da Dedução sem oscilações, dizendo justamente que não poderíamos dar uma definição real das categorias sem as condições da sensibilidade que também as limitam: “retirada esta condição, desaparece todo o significado, ou seja, toda a relação com o objeto, e já não haverá um exemplo que possa tornar concebível que coisa é propriamente pensada com tais conceitos” (*CRP*, A 241, B 306). Vale também dizer que a definição real é apresentada aqui justamente como a que torna compreensível a possibilidade do objeto da categoria.

Os exemplos de definições reais dados por Kant também nos remetem aos esquemas, como, por exemplo, a definição da grandeza, em que se pensa quantas vezes a unidade está contida nela no sentido da repetição sucessiva do homogêneo no tempo (cf. *CRP*, A 242, B 301). Ora, o esquema da quantidade sendo o número não diz nada diferente. O exemplo da substância também é repetido aqui, pela terceira vez, praticamente com as mesmas palavras: “Se puser de parte a permanência [...] apenas me resta, para formar o conceito de substância, a representação lógica do sujeito [...] (não pode ser predicado de algo). Não conheço, porém, quaisquer condições pelas quais este privilégio possa convir a qualquer coisa [...] ignora-se se alguma vez esse conceito significa qualquer coisa” (*CRP*, A 242-3, B 300-1). Se a permanência é justamente o *esquema* da substância e se é dito que ela é o que se requer para uma definição real, então o juízo esquemático da substância é a definição real desta categoria. Não me parece haver margem para uma conclusão diferente.

Uma nota referente a uma passagem deste mesmo texto, que, porém, só consta da edição A, também parece ser muito útil ao ponto: “Refiro-me neste lugar à definição real, que não se limita a substituir uma coisa por palavras mais compreensíveis, mas que contém uma característica clara, pela qual o *objeto (definitum)* pode sempre ser reconhecido com segurança e torna possível a aplicação do conceito definido [...] faz captar a sua *realidade objetiva*” (CRP, nota à A 242). Como esta característica poderia ser outra coisa que não um esquema? Assim é que nos permitimos o direito à ênfase a que Allison se furtou. Decorre então que esses juízos são sintéticos, justamente porque são definições reais, conectam conceitos à realidade, o que o simples princípio de não-contradição não poderia fazer. Definições reais são definições sintéticas que “fornecem fundamentos suficientes para o conhecimento de uma coisa pela especificação da possibilidade dessa coisa a partir de suas notas características internas” (Loparic, 2000, p. 179). E são definições sintéticas *a priori*, neste caso, porque o predicado também é uma representação *a priori* (o esquema). Mas, sendo juízos sintéticos *a priori*, juízos esquemáticos requerem uma justificação ou “dedução”. No entanto, tudo que Kant nos oferece, como diz Allison, é a pressuposição do “resultado geral da Dedução Transcendental, a saber, que os conceitos puros se relacionam com o tempo por meio de sua conexão com a síntese transcendental da imaginação” (1983, p. 187).

Com base nesse pouco que temos, para resolver o problema, Allison propõe que partamos de duas premissas: “(1) que as categorias, como regras para a síntese transcendental da imaginação, servem para determinar o tempo (a forma do sentido interno); e (2) que o esquema é em cada caso o produto de tal determinação” (1983, p. 188). Segundo o autor, não há esperanças para a categoria de comunidade e as categorias matemáticas iriam lhe exigir análises que o

levariam além do escopo de seu estudo, assim ele se limitará às outras duas categorias de relação e às categorias modais.

3. 5. 1. A esquematização das categorias modais

Começando pelas modais, a categoria de possibilidade tem então por esquema “o acordo da síntese de representações diversas com as condições do tempo em geral”; o esquema da realidade é “a existência em um tempo determinado”¹⁷⁵; e o esquema da necessidade é “a existência de um objeto em todo o tempo” (*CRP*, A 144-5, B 183). Já vimos que Kant diz genericamente deste grupo de esquemas que eles determinam se e como um objeto pertence ao tempo. Com base neste comentário geral e nos esquemas específicos, Allison nos diz que “o que Kant está oferecendo aqui é um conjunto de traduções de modalidades lógicas para modalidades reais. Em outras palavras, ele está especificando as condições sob as quais nós podemos designar um objeto empírico ou estado de coisas como possível, real ou necessário. Tais traduções (e o mesmo pode ser dito de todos os esquemas) oferecem regras para pensarmos sobre fenômenos em termos categóricos” (1983, p. 189). Pois bem, que os esquemas sejam, em última instância, as expressões temporais de funções lógicas do entendimento já está estabelecido a esta altura. O problema é como assumir que um dado esquema seja o resultado da tradução de uma dada função

¹⁷⁵ Neste momento, apenas remetemos novamente o leitor à diferença inerente à distinção desta categoria em relação àquela de realidade como qualidade, que Kant descreve no próprio texto do Esquematismo como “aquilo cujo conceito indica em si próprio um ser (no tempo)” (*CRP*, A 143, B 182). Sugerimos que Kant queira marcar justamente uma diferença entre a existência como a posição objetiva da coisa no tempo e o mero preenchimento do tempo por uma sensação em uma intuição empírica, mas, nesta tese, não cabe um aprofundamento do assunto.

do pensamento em termos sensíveis. Para chegar a esta solução, precisamos analisar caso a caso, tendo em mente a ponderação de Allison citada logo acima.

Allison diz sobre a possibilidade que, em sentido lógico, Kant a entende como falta de contradição, “mas nem tudo que é logicamente possível é também realmente possível” (ibid. idem). Ora, o que está em jogo no esquema da possibilidade é justamente encontrar esta versão real. Quando perguntamos então qual seria a tradução da possibilidade lógica para termos reais, considerando os esquemas como os produtos de uma determinação do tempo pelas categorias e o tempo como a forma de todos os fenômenos, então ser realmente possível só pode ser igual a ser temporalmente possível. Em outras palavras, se é logicamente possível todo pensamento que está de acordo com o princípio de não-contradição, é realmente possível todo objeto que está de acordo com as condições do tempo: “o tempo oferece o campo ou estrutura dentro da qual, e em termos da qual, a possibilidade real é determinada” (Allison, 1983, p. 190)¹⁷⁶.

O esquema da possibilidade revela-se, assim, talvez vago, como diz Loparic (cf. 2000, p. 192, n. 17), mas não-problemático, já que ele pode ser derivado da noção de um esquema em geral (como determinação do tempo pela categoria) e da concepção do tempo como forma de todas as representações possíveis para nós. O mesmo pode se estender à categoria da realidade, isto é, torna-se claro pelas mesmas razões acima que a realidade será a existência em um tempo, ou seja, a conexão com o elemento material da experiência a ser dado no tempo. O objeto existente não apenas concorda com as leis puras que tornam possível a experiência, ele

¹⁷⁶ Nas investigações referentes ao primeiro capítulo desta tese, seção 1. 2. 2., já vimos que a possibilidade de conceitos empíricos recebe requerimentos mais estreitos da parte de Kant. No caso, não bastaria ser empírico, portanto temporal, para um conceito ser possível. Ele não poderia ser um conceito imaginário para ser realmente possível. Teria que ter uma conexão com a experiência real.

corresponde ao que as preenche. Como Allison bem salienta: “Se há algum problema aqui, é com o conceito puro de realidade, não com seu esquema. Em contraste com a ‘possibilidade’ e a ‘necessidade’, a ‘realidade’ não parece ter um sentido puro ou lógico. Portanto, simplesmente não é claro o que é que está sendo traduzido em termos temporais através da esquematização” (1983, p. 191). De fato, como pensar uma definição da realidade que não seja a existência no tempo, ou seja, como pensar sua definição meramente nominal? O caminho para a resposta, o intérprete busca no conceito de “realidade lógica” (CRP, A 75, B 101) que é o correlato do juízo de forma assertórica da qual é derivada a categoria da realidade. Allison destaca que o conceito de asserção, na Introdução das *Lições de Lógica*, é conectado com o princípio de razão suficiente, que é então tomado como significando que toda proposição tem seu fundamento ou razão. Deste modo, a existência em um determinado tempo seria “o correlato da concepção lógica de ser fundamentado” (Allison, 1983, p. 192). Já para Paton, é a necessidade, e não a realidade, que corresponde à condição lógica de ter um fundamento (cf. Paton, 1951, p. 34, n. 1). Mas, contra esta afirmação, que não recebe maiores explicações, preferimos a posição de Allison, que, além do abono citado, parece mais razoável pelo fato de que nem toda afirmação fundamentada precisa ser tomada como necessária, visto que seu oposto contraditório ainda pode ser possível.

No entanto, como já mostramos nossa divergência em relação a Allison por ele não distinguir claramente entre funções lógicas e categorias puras, também neste caso, nós não consideraríamos apenas um contraste entre “proposições consideradas em conexão com outras proposições que oferecem suas razões ou fundamentos” e “estados de coisas ou eventos, considerados em conexão com outros estados de coisas ou eventos em um tempo singular” (ibid. idem). Nós diríamos que entre a noção de asserção e a existência em um tempo determinado há

justamente a categoria pura que nós tomaríamos pelo que Allison chama de um pensamento de determinabilidade, de fixabilidade (cf. 1983, p. 192), ou seja, a posição da coisa¹⁷⁷.

Chegando agora ao terceiro e último esquema do grupo, a necessidade – que logicamente significa que seu oposto contraditório é impossível e, em termos categoriais, significa a impossibilidade da coisa não ser posta – nos deparamos com toda uma gama de problemas que tornam a situação aqui bem mais complicada. Em primeiro lugar, não é nem um pouco óbvio que dizer que algo seja necessário signifique, em termos temporais, o mesmo que dizer que existe o tempo todo. Parece perfeitamente possível concebermos uma existência como necessária e, ainda assim, como restrita a um tempo particular, assim como o oposto também é verdadeiro, parece que podemos pensar em uma existência que dure por todo o tempo, mas que, nem por isso, deixe de ser contingente. Em segundo lugar, existir todo o tempo é o mesmo que permanecer no tempo, sendo que a permanência é o esquema da substância, mas Kant diz textualmente sobre o postulado da necessidade que “não é da existência das coisas (substâncias), mas apenas do seu estado, que podemos conhecer a necessidade” (*CRP*, A 227, B 279); porque “não há nenhuma existência, cuja necessidade possa ser conhecida pela condição de outros fenômenos dados, que não seja a existência de efeitos resultantes de causas dadas segundo as leis

¹⁷⁷ Penso que, indo no mesmo sentido desta crítica a Allison, torna-se então também problemático o conceito puro de possibilidade, que não pode se dar à maneira de uma função do entendimento. No mesmo espírito em que nos referimos à realidade como categoria pura, diríamos então que a possibilidade, como categoria não esquematizada, é a indeterminabilidade da posição da coisa. De toda forma, o leitor deve ter claro que, embora apontamentos sobre a relação entre as funções lógicas e as categorias sejam necessárias para que não percamos de vista a tríplice divisão nos níveis da função lógica, da categoria e do esquema, nosso objeto de estudo nesta seção é fundamentalmente a passagem do segundo para o terceiro nível. A primeira passagem, se detidamente analisada, inclusive, nos obrigaria a todo um estudo da tão questionada Dedução Metafísica e, conseqüentemente, até das diferenças entre as concepções lógicas de Kant e as atuais. Isto não apenas nos desviaria por demais, como não seria de grande relevância em um estudo da Dedução Transcendental e do Esquematismo, que visa justamente minimizar a importância da Dedução Metafísica.

da causalidade” (ibid. idem). Ora, justamente os efeitos são eventos necessários, em função do conceito de causalidade, e, por definição, não existem por todo o tempo, portanto, parece que o esquema da necessidade é manifestamente falso... ou o lemos de forma equivocada: “Estas considerações sugerem que o único modo da caracterização de Kant para o esquema da necessidade ter qualquer sentido é assumir que ele não significa bem o que parece” (Allison, 1983, p. 192).

É então pelas razões citadas acima que Allison propõe que sigamos Paton e definamos o esquema da necessidade como “existência em relação ao tempo como um todo” (Paton, 1936, v. II, p. 60). Por mais que a fórmula seja vaga, ao menos, como observa Allison, ela se torna consistente: “Com esta leitura, nós podemos considerar que a tese de Kant seja que a existência de um estado de coisas seja determinada ‘em relação ao tempo como um todo’ no sentido em que, *qua* efeito, ela é o produto de uma cadeia causal, que, desde que não tem um primeiro membro, deve ela mesma existir através de todo o tempo” (1983, p. 192. Ver também Paton, 1936, v. II, p. 39). É verdade que esta interpretação de Allison, com base em Paton, parece forçada face ao que Kant de fato nos diz no esquema da necessidade, mas, uma vez que somos forçados a concordar que a necessidade material/real tem que ser definida em termos da participação no nexos causal, somos também obrigados a aceitar que “isto pode não ser exatamente o que Kant quis dizer com sua caracterização do esquema da necessidade, mas é certamente o que ele deveria ter querido dizer” (ibid. idem).

3. 5. 2. A esquematização da substância

Mudando agora para o grupo das categorias de relação, do qual veremos, a princípio, a substância e a causalidade, começamos pela primeira: “nós temos que especificar as condições sob as quais nós podemos dizer de algo temporal que é tal sujeito [um sujeito que não pode ser predicado de algo mais – AF]. Esta condição será o esquema do conceito. Na linguagem silogística de Kant, será a ‘condição da regra’” (Allison, 1983, p. 193). Deve ser fácil encontrar o caminho para o que procuramos, porque nosso candidato ao posto de portador das propriedades parece ser claramente aquilo que nós podemos re-identificar durante uma mudança de estados. Neste sentido, Loparic pondera que: “parece mais adequado tentar constituir as substâncias por meio de *funções* constantes de alguns tipos de sensações sobre intervalos de tempo dados, e os seus acidentes por funções variáveis similares sobre os mesmos intervalos” (2000, p. 229). É a mesma conclusão a que chega Allison: “Nós assim chegamos ao resultado de que *ao menos uma permanência relativa* é uma condição para que algo temporal funcione como um ‘sujeito real’” (Allison, 1983, p. 193, grifo meu); o que novamente nas palavras de Loparic significa que: “se pode representar figurativamente o conceito de substância por uma função constante de algum tipo de sensações sobre um intervalo de tempo *finito*” (2000, p. 229, grifo meu). O problema que nos resta resolver, segundo Allison, então é justamente esta relatividade da permanência que encontramos, já que a tese de Kant no esquema da substância, a seu ver, seria mais forte, não seria a mera permanência entre t^1 e t^2 , mas simplesmente “a permanência do real no tempo” (CRP, A 144, B 183). No entanto, a bem da verdade, isso nem pareceria propriamente um

problema. Não haveria qualquer impedimento para a mera extensão do argumento apresentado acima. Como bem coloca Allison:

Simplesmente como a re-identificação através de um certo período de tempo, e assim a permanência relativa, é uma condição que deve ser encontrada para algo temporal que deve servir como um ‘sujeito real’ ao qual propriedades são anexadas, então re-identificabilidade através de *todo* o tempo, e assim permanência absoluta, é uma condição que deve ser encontrada para algo temporal que deve ser *sempre* concebido como sujeito e nunca como predicado de algo mais (1983, pp. 193-4)¹⁷⁸.

Este parece ser o momento oportuno para notarmos que o conceito de substância que vimos apresentando e que culmina nesta discussão da permanência absoluta como seu esquema seria o conceito primário de Kant. Este conceito aplicar-se-ia à matéria de todos os fenômenos, àquilo que não pode ser considerado como algo que acontece, que nasce (cf. *CRP*, A 227-8, B 280), mas que é sempre, como fundamento da experiência (cf. *CRP*, A 182, B 225):

mesmo no fogo a matéria (a substância) não desaparece, apenas a sua forma sofre uma transmutação. Do mesmo modo, a proposição, segundo a qual do nada nada provém, é apenas outra consequência do princípio da permanência, ou antes da existência sempre persistente do verdadeiro sujeito dos fenômenos. Pois, para que aquilo a que, no fenômeno, se dá o nome de substância, seja propriamente o substrato de toda a determinação de tempo, toda a existência, tanto a do passado como a do futuro, única e exclusivamente por ela deverá ser determinada. Damos, pois, a um fenômeno o nome de substância, tão-somente porque pressupomos a sua existência em todo o tempo. O que nem sequer é bem expresso pela palavra permanência, que antes parece referir-se ao futuro (*CRP*, A 185, B 228).

O conceito primário de substância em Kant, o sujeito primeiro esquematizado na permanência absoluta, é então o que torna possíveis juízos sobre geração e corrupção em que

¹⁷⁸ O próprio Allison observa que o esquema da substância corresponde então ao conceito que ele havia classificado como ontológico e tratado como uma hipostasiação ao discutir a Dedução Metafísica (ver esta tese, capítulo I, seção 1. 1. 3.): “Para chegar neste esquema, que corresponde ao conceito ontológico, foi necessário ir além e levantar a questão: O que precisa ser assumido (em *todo* contexto experimental) como sujeito e nunca como predicado ou determinação de algo mais? A resposta [...] foi que tal sujeito precisa ser assumido como re-identificável através de toda mudança, o que é equivalente a ser permanente” (1983, p. 214).

estabelecemos um vínculo de continuidade na sucessão dos fenômenos como, por exemplo, entre milhares de lascas de madeira que restam da ação de um machado e uma cadeira em que sentávamos há pouco ou mesmo o que havia sido uma árvore em um bosque nos fundos de nossa casa. Segue-se assim por diante, porque, se chegássemos ao momento de geração absoluta, geração do substrato de todos estes fenômenos, ou então de destruição absoluta, partiríamos nosso correlato do tempo, que nos serve na medida em que não podemos perceber o tempo em si mesmo, e com ele a unidade da experiência: “Nada é gerado do nada, nada pode reverter ao nada [...] no campo da *experiência*, cuja unidade nunca seria possível se quiséssemos admitir que se produzem coisas novas (quanto à substância). Com efeito, *eliminar-se-ia então o que unicamente pode representar a unidade do tempo*, ou seja, a identidade do substrato, entendido como aquilo em que somente toda a mudança encontra integral unidade” (ibid. idem, grifos meus). Há ainda como abono desta leitura que: “O nascimento de uma substância e o desaparecimento de outra suprimiriam a *única condição da unidade empírica do tempo e os fenômenos referir-se-iam então a dois espaços de tempo*, nos quais, paralelamente, fluiria a existência, o que é um absurdo...” (CRP, A 188, B 231, grifo meu).

Mas este não é o único problema em jogo na semântica do conceito de substância, de modo que só a matéria poderia ser substância em Kant. Não podemos negligenciar que Kant, nos *Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*, também diz que as partes da matéria, “à medida em que se possa dizer delas que elas próprias são sujeitos e não meramente predicados de outras matérias, são substâncias” (PPMCN, pp. 42-3)¹⁷⁹. Na verdade, na própria

¹⁷⁹ Allison se refere a esta passagem, com outro propósito, ao comentar a Primeira Analogia da Experiência, mas ele se limita a dizer que a análise contida nos *Primeiros Princípios* permite a Kant falar em uma pluralidade de substâncias, a despeito da identidade de substância com matéria (cf. 1983, p. 212).

Crítica, Kant diz que cada coisa pode ser considerada uma substância (cf. *CRP*, A 349). Por isso, Paton comenta que: “Toda parte desta substância [que permanece através do tempo – AF] é ela mesma uma substância” (1951, p. 38); e que: “Ele [Kant – AF] acredita que as diferentes partes espaciais de uma substância são elas mesmas substâncias” (1936, v. II, p. 55). Negligenciar este sentido secundário de substância seria negligenciar a Lógica Transcendental como uma semântica para as formas da Lógica Geral, no caso, a forma dos juízos categóricos. Usamos juízos categóricos para falar dessas “partes da matéria”, que nada mais são do que objetos físicos determinados, e não apenas para falar daquilo que é determinável como tais objetos, a matéria. Mais uma vez na própria *Crítica*, Kant inclui o conceito de corpo na categoria de substância justamente quando trata de explicar as categorias em geral como determinações das intuições sensíveis em relação às formas lógicas dos juízos (cf. *CRP*, B 128-9). Assim, as substâncias são sempre o que perdura, mas esta permanência pode ser apenas comparativa. Loparic esclarece a permanência relativa da substância secundária em exemplos: “posso estar falando de copos, tomando-os como substâncias segundas, que são determinações no tempo da substância primeira, e de seus modos de ser (modificações). Se eu passar a falar da produção de copos, então, neste outro contexto, a substância é algo como o vidro ou o plástico, que se modifica recebendo a forma de copo, etc” (Loparic, correspondência privada para Andréa Faggion, 2005)¹⁸⁰.

Assim, com base nesta constatação, ele não relativiza sua interpretação do esquema da substância, em que apenas a matéria como tal se enquadraria (cf. 1983, p. 214). Pelo contrário, ele afirma que Kant argumenta pelo conceito de substância como permanência absoluta, ao passo que o conceito relativo teria apenas um papel provisório, dialético no argumento (cf. *ibid.* *idem*). Porém, ele assume que não pode conciliar o tratamento que Kant dá a substância na Primeira Analogia com tudo que ele diz sobre substância em outros lugares (cf. 1983, p. 219).

¹⁸⁰ De um modo geral, foi Loparic quem me chamou a atenção para a questão da substância em sentido secundário.

Continua valendo aqui o teorema semântico de que a substância é o que permanece no tempo, teorema que, novamente nas palavras de Loparic, garante “a *fixidez no tempo* dos objetos do universo de discurso” (ibid. idem). Mas sem este modo comparativo da permanência, não haveria substancialidade possível para objetos físicos referidos pelo termo sujeito em juízos categóricos em que modificações lhes são predicadas, quer dizer, não haveria determinação possível para a relação de predicação afirmada nos juízos categóricos. Continua Loparic: “essa fixidez só pode ser efetivamente ‘percebida’ por meio de substâncias ‘segundas’, isto é, pelo real sensível que não varia em um determinado intervalo de tempo” (ibid. idem). Resumindo, se eu digo “o copo está vazio”, entendendo aqui que a relação sujeito-predicado está determinada, digo que “copo” só pode ser sujeito em um determinado contexto judicativo, porque o real que associo ao conceito de “copo” permanece durante determinado intervalo de tempo a que se refere meu discurso. Enquanto isso, o conceito primário de substância expresso na matéria serve para a unidade de todo contexto judicativo empírico. É de se notar aqui como, na primeira edição da *Crítica*, o conceito secundário parecia favorecido no enunciado da Primeira Analogia: “Todos os fenômenos contêm algo de permanente (*substância*) considerado como o próprio objeto e algo de mudável como sua mera determinação, isto é, como um modo de existência do objeto” (CRP, A 182). Já na segunda edição, o conceito primário foi totalmente enfatizado no enunciado que veio substituir o original: “Em toda mudança dos fenômenos, a substância permanece e a sua quantidade não aumenta nem diminui na natureza” (CRP, B 224)¹⁸¹.

¹⁸¹ Falamos aqui em dois sentidos, um primário e um secundário, para a categoria esquematizada da substância. Longuenesse especifica ainda mais dois sentidos de substância e dois sentidos de acidente, correspondentes à distinção de Aristóteles, ainda ao nível da categoria pura (cf. 1993, pp. 325-30). Creio que a primeira distinção entre um sentido primário e um sentido secundário de substância em Kant deva pertencer a Bennett, para quem a “substância 2” é algo absolutamente permanente e a “substância 1” é o ente fenomenal relativamente permanente (cf. 1966, p. 182). Mas ao menos não é claro em Bennett que a

3. 5. 3. A esquematização da causalidade

Discutido o esquema da substância, chegamos à causalidade, cujo esquema é “o real, que, uma vez posto arbitrariamente, sempre é seguido de outra coisa. Consiste, pois, na sucessão do diverso, na medida em que está submetido a uma regra” (*CRP*, A 144, B 183). Temos então que checar se a noção da sucessão submetida a uma regra é uma tradução temporal adequada para o conceito puro de uma existência que depende necessariamente de outra. A “dedução” deste esquema se torna bastante evidente e mesmo a-problemática quando nos damos conta de que o conceito puro, não, como pensa Allison, é a regra ordenante que determina como necessária uma seqüência de pensamentos em um juízo¹⁸², mas ele ao menos deriva desta função lógica seqüencial “se x, então y”. O esquema desta categoria pura deve assim reproduzir temporalmente esta seqüência.

De fato, em primeiro lugar, mesmo que, no decurso do tempo, causa e efeito possam ser simultâneos, na ordem do tempo, podem ser distintos como anterior e posterior, porque a presença da causa implica na presença do efeito, mas não o contrário (cf. Longuenesse, 1993, pp. 372-3; *CRP*, A 203, B 248). Em segundo lugar, e mais importante, o que torna *reconhecível* a presença da causa é a sucessão de estados da substância na medida em que obedece a uma regra (cf. Longuenesse, 1993, p. 372). Mas é preciso que esteja claro que os estados que se sucedem não devem preencher o antecedente e o conseqüente da forma do juízo hipotético. O conseqüente

substância 2 não possa ser um objeto físico, o que diferiria do sentido primário de substância explicado por Loparic.

¹⁸² Já discordamos de Allison especialmente quanto à relação entre a categoria pura de causalidade e sua forma lógica correspondente.

é preenchido pela própria alteração e o antecedente é a condição desta alteração. Como já dito de passagem neste trabalho, a forma do juízo hipotético é o que vem ao caso aqui, porque a alteração precisa ser entendida a partir de uma condição que é *adicionada* (todo S , se...) ao conceito do sujeito, pois, se o sujeito fosse a própria condição do seu estado, o que é expresso na forma do juízo categórico, não compreenderíamos a atribuição ao sujeito de estados contraditórios com o decorrer do tempo, uma vez que o sujeito permanece o mesmo no fluxo temporal.

Agora, retomamos então um acordo parcial com Allison: “Mas representar uma seqüência de estados de coisas ou eventos no tempo como necessária é simplesmente pensar nela como governada por uma regra da forma: se A em t^1 , então B em t^2 . Equivalentemente, é pensar na ordem como irreversível” (1983, p. 194). Concordamos apenas em parte, porque diríamos que a regra que governa a irreversibilidade de A em t^1 e B em t^2 não seria adequadamente expressa pela fórmula: “se A em t^1 , então B em t^2 ”, mas sim pela fórmula “para todo S , se P , então A em t^1 e B em t^2 ”, mostrando que os próprios estados que se sucedem na alteração da substância (as posições do barco ou a condição física da água, nos exemplos de Kant) não devem ser tratados como causa e efeito (cf. esta tese, capítulo I, seção 1. 2. 9.)¹⁸³. Já Loparic aponta que no esquema da causalidade, está dito que: “para todo intervalo de tempo t , para todo sujeito humano s e para todo percepto p , se s constitui p em t , então existe um intervalo de tempo prévio no qual s constituiu (ou poderia em princípio ter constituído) um percepto diferente de p , de tal modo que ambos os perceptos estejam conectados por uma regra determinada e irreversível” (2000, p. 235). O “percepto diferente de p ” constituído ou constituível em um “intervalo de tempo prévio” parece nos remeter à seguinte explicação de Kant, já no texto da Segunda Analogia: “Que algo

¹⁸³ Logo mais, veremos que, apesar da formulação explicitada aqui, Allison também rejeitaria os resultados que julgamos implicados por ela.

aconteça, isto é, que surja algo ou algum estado, que antes não era, é o que não pode ser percebido empiricamente, se não for *precedido* de um fenômeno que não contenha em si esse estado; pois uma realidade, que sucede a um tempo vazio, portanto, um começo, que não seja precedido de um estado de coisas, tão pouco pode ser apreendido como o próprio tempo vazio. Toda a apreensão de um acontecimento é, pois, uma percepção que se segue a outra” (CRP, A 191-2, B 236-7, grifo meu).

Temos, na passagem citada, que a percepção de um acontecimento é a percepção de uma seqüência de fenômenos, e não a de um tempo vazio seguido de um fenômeno, portanto, como disse Loparic, se o sujeito constituiu o percepto p , ele também constituiu, ou poderia ter constituído, um percepto diferente de p , no intervalo de tempo prévio em que ainda não havia constituído o percepto p . Mas isto vale para a apreensão de todos os fenômenos na medida em que a síntese da apreensão é uma síntese sucessiva. O que é específico de uma síntese da apreensão governada pelo esquema da causalidade é o que Loparic assinala no fechamento de sua formulação: a regra da irreversibilidade da ordem que conecta os perceptos. Ora, com esta formulação, Loparic não se compromete com a fórmula de Allison, na qual os perceptos estão em uma ordem irreversível, porque eles mesmos preenchem as posições de antecedente e conseqüente no juízo hipotético, como, por exemplo, “se o barco estiver na posição p^1 em t^1 , então ele estará na posição p^2 em t^2 ”, como se a ocupação da posição p^1 em t^1 implicasse na ocupação da posição p^2 em t^2 e, por isso, a ordem da apreensão fosse irreversível, o que seria um pressuposto simplesmente falso. Daí a importância de que a formulação de Loparic deixe aberta a possibilidade de que usemos a fórmula, não apenas mais precisa, como também mais correta de Longuenesse, em que a irreversibilidade dos perceptos em t^1 e t^2 é explicada por uma condição

adicional. No caso do último exemplo, a condição adicional poderia ser a maré, a direção em que sopra o vento, o movimento dos remos ou qualquer outra circunstância do gênero, de modo que, simplificada, teríamos que: “todo barco, *se* levado pela correnteza, passa da posição p^1 em t^1 para a posição p^2 em t^2 no curso do rio”. Resumindo, quando o esquema da causalidade fala da sucessão do diverso submetido a uma regra, ele nos diz que reconhecemos a causalidade quando a sucessão do diverso é irreversível, o que significa que ela é determinada por uma condição que, por meio de um juízo hipotético, eu adiciono à substância que sofre a alteração (ao sujeito que permanece).

Não podemos completar a discussão quanto ao correto entendimento do esquema da causalidade sem antes retornarmos a Allison, porque ele demonstra mais claramente ser um opositor desta leitura que propomos, com base em Longuenesse, quando discute a Segunda Analogia. Como nosso foco é o esquema, e não o princípio, não vamos debater propriamente o argumento da Segunda Analogia, mas o modo como, com base neste texto, devemos entender o princípio da causalidade e, portanto, seu respectivo esquema. Allison formula nos seguintes termos o tipo de explicação da categoria esquematizada de causalidade que defendemos aqui: “a seqüência de estados A-B precisa ser conforme a leis no sentido em que, dada alguma condição iniciante (‘a condição da regra’, na terminologia de Kant), a transição de A a B é necessariamente subsumível sob uma ‘lei que a cobre’ (presumivelmente, este requerimento seria mantido mesmo se nós não fossemos de fato capazes de descobrir a lei)” (1983, p. 230). A não ser que eu não tenha entendido bem, não tenho nada a objetar a essa formulação e, portanto, podemos simplesmente continuar seguindo Allison.

Antes de argumentar contra a interpretação formulada por ele acima, no entanto, Allison objeta também à outra hipótese que já apresentamos, desta vez explicada por ele nos seguintes termos: “o estado inicial A (o antecedente perceptual) tem que ser ele próprio considerado como a causa da mudança para o estado B” (ibid. idem). Allison então recapitula, com base nesta hipótese explicativa do esquema da causalidade, a objeção levantada por Schopenhauer, que, aliás, coincide perfeitamente com o que já dissemos neste texto contra tal possibilidade. A diferença é que Schopenhauer de fato atribui a Kant uma coincidência entre a causa e a percepção antecedente e o efeito e a percepção conseqüente. A partir disso, Schopenhauer, corretamente, acusa Kant de só poder considerar como objetivas as sucessões em relação causal, notando que, entretanto, “as aparências podem perfeitamente bem seguirem-se umas após as outras sem que se sigam umas das outras” (Allison, 1983, p. 230). O exemplo de Schopenhauer também é rememorado por Allison: uma pessoa pode sair de sua casa em t^1 e um tijolo pode cair sobre sua cabeça em t^2 . Sua saída de casa não é a causa da queda do tijolo, assim como dissemos que a ocupação de uma posição espacial do barco não é a causa da ocupação da posição seguinte, que a saúde não é a causa da doença no organismo e assim por diante) (cf. ibid. idem). Assim como nós, Allison considera esta posição absurda, sem atribuir tal absurdo a Kant, observando ainda que há realmente poucos casos em que o estado precedente de um objeto é em si mesmo a causa do subseqüente (cf. ibid. idem). Mas antes de checarmos como Allison entende, por fim, o esquema da causalidade, uma vez que ele rejeita tanto a leitura de Schopenhauer quanto a de Longuenesse, que é a que defendemos aqui, vejamos por que se dá esta última rejeição.

Allison se propõe a checar se a posição de Kant requer que toda sucessão objetiva seja necessariamente conforme a leis ou se seria compatível com a existência de “seqüências contingentes” (não conforme a leis) (cf. 1983, p. 231). Sua argumentação se pautará pela análise de supostos contra-exemplos. No primeiro caso, ele segue Buchdal e apela ao próprio exemplo kantiano do movimento do barco. A idéia é que, para uma experiência objetiva de tal movimento, nós não teríamos que pressupor que o movimento experienciado seria uma instância da aplicação de uma lei causal (empírica). Ora, nós vimos acima uma série de possibilidades de causas que determinariam este movimento, isto é, tornariam necessária a atribuição de uma alteração de posições ao barco em vez de outra. Na verdade, Allison mesmo não se dá por satisfeito com este exemplo: “eu acredito que o ponto possa ser mostrado com mais força por um exemplo de sucessão que esteja explicitamente fora de conformidade a leis” (cf. *ibid.* *idem*); diz ele. Eu cito então todo seu novo exemplo para que, na seqüência, possamos contrapor nossas análises do mesmo:

Vamos considerar o caso de Jones, que é percebido em t^1 em um estado de embriagues exultante e, imediatamente depois disso, em t^2 , é observado desmaiar. A princípio, isto sem dúvida seria considerado como um exemplo familiar de uma sucessão conforme a leis: nós simplesmente subsumimos os estados sucessivos de Jones sob uma lei empírica com respeito aos efeitos do álcool. Suponha, contudo, que nós descubramos subsequentemente que o desmaio de Jones foi realmente devido a uma droga de efeito lento que ele ingeriu horas antes do evento e, assim, que não tinha nada a ver com a quantidade de álcool em seu sistema. Neste caso, o estado perceptual antecedente, bebedeira em t^1 , não está em nenhum tipo de conexão causal ou conforme a leis com o evento. Não obstante, é óbvio que a sucessão de estados é em si mesma objetiva e ‘necessária’ em um sentido que é precisamente o mesmo como se estivesse. A objetividade da seqüência então não é uma função de sua conformidade a leis” (*ibid.* *idem*).

É com base neste tipo de exemplo que Allison pretende captar melhor a intenção por trás da caracterização de Buchdal, segundo a qual seqüências sob o esquema da causalidade podem ainda ser “contingentes”. Como prometido, nós ainda veremos melhor como Allison

pensa então esta aplicação do esquema. Antes, nós queremos ensaiar uma resposta à sua objeção. Tentemos demonstrar que, mesmo no extenso exemplo citado, podemos pressupor que os elementos da sucessão são conectados por leis empíricas (por uma condição universal adicionada ao conceito do sujeito). Em primeiro lugar, constatamos que, tanto no exemplo do barco quanto no exemplo da embriagues, o evento posterior (p^2 ou desmaio) é conectado com um evento anterior (p^1 ou embriagues) que não o continha, o que é necessário porque não percebemos o tempo vazio em t^1 . Explica-se então como o desmaio (vamos nos ater agora só a este exemplo) foi gerado, não pelo evento anterior (embriagues), mas por uma condição que era simultânea à alteração da embriagues exultante para o desmaio: o efeito da droga no organismo. O que está em jogo então no exemplo é que a relação entre o evento antecedente e o conseqüente ainda seria contingente, porque a condição (a droga ingerida) não nos diz que “todo S (digamos, todo ser humano), se..., passará do estado A (embriagues exultante) para o estado B (desmaio)”, mas sim que “todo S (todo ser humano), se..., passará, seja do estado A (embriagues exultante) ou seja do estado não- A (não-embriagues exultante), para o estado B (desmaio)”.

Dito isto, argumentamos que o exemplo, na verdade, só mostra um caso comum em que, para explicar a determinação de uma seqüência de estados, recorreremos não a uma condição adicional, mas sim a várias, ou seja, não a uma lei empírica, mas a um entrecruzamento delas. Em suma, o exemplo seria apenas mais complexo do que os casos aos quais vimos aludindo. Na verdade, seria ainda um exemplo mais realista, sendo os demais apenas simplificações que nos ajudaram a ter clareza sobre a questão. O que queremos dizer, em suma, é que, para explicarmos a passagem do estado de embriagues exultante em t^1 para o desmaio em t^2 , precisaríamos de (ao menos) duas condições em vez de uma, ou seja, diríamos que (ainda simplificando) “todo S (ser

humano), se *a* (beber) e *b* (ingerir outra determinada droga), apresentará o estado *A* (embriagues) em t^1 e o estado *B* (desmaio) em t^2 ,¹⁸⁴. Por conseguinte, não há aqui prova de uma seqüência contingente de alteração de estados de uma substância, mas apenas a demonstração da necessidade de que condições sejam somadas.

Por fim, penso ainda que seja válido defendermos nossa interpretação da objeção de Lovejoy, citada por Allison (cf. 1983, 232), segundo a qual Kant, ao associar irreversibilidade de uma seqüência de eventos e conformidade a regras, defenderia que, de instâncias singulares de conjunções determinadas de eventos, provaríamos uma uniformidade necessária da seqüência de percepções em repetidas instâncias. Creio que baste dizermos que, como já vimos, o movimento pensado no esquematismo é justamente o oposto. Para conceber a irreversibilidade da instância singular, tenho que pressupor uma lei empírica (quer dizer, uma condição universal expressa por uma regra). A regra entra no esquema como condição de possibilidade da irreversibilidade de uma seqüência qualquer em específico. Não ocorre que eu, primeiro, assumo uma seqüência de eventos como irreversível e, a seguir, universalize a ordem desta seqüência em uma regra¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Insisto que são simplificações, moldadas apenas a nos levar à compreensão da questão, porque, na realidade, cada alteração está submetida a uma ampla gama de variáveis. No caso do exemplo em questão, outras condições para a apresentação dos estados sucessivos seriam, digamos: o peso do corpo da pessoa, seus hábitos, sua condição de saúde, o horário da ingestão de cada substância, a quantidade das mesmas, etc. Em todo caso, é claro que a amplitude das condições possíveis a serem adicionadas ao conceito do sujeito, explicando sua mudança, não afeta em nada o fato desta ser regulada.

¹⁸⁵ Não me preocuparei com a objeção de Strawson, também citada por Allison, porque, como Allison também nota, ela atribui a Kant um realismo transcendental seguido de um idealismo empírico (cf. 1983, pp. 232-3). Strawson, a propósito, ao falhar em formular o problema nos termos do idealismo transcendental, parece incidir em um erro necessário para quem acreditou que argumentos centrais da filosofia crítica poderiam se manter sem o pressuposto do idealismo transcendental, tão maldito nesta abordagem analítica.

Tanto é que eu sequer pressuponho uma regra empírica em particular, mas apenas a tarefa de encontrá-la¹⁸⁶.

Feitas tais considerações defensivas, cabe-nos checar qual seria a alternativa proposta por Allison para a leitura da categoria esquematizada da causalidade, ou seja, como conciliar o esquema da causalidade com alterações “contingentes” (não conforme a leis) em substâncias. Diz ele que “nós assumimos somente que na sucessão de estados A-B de algum objeto x, tem que haver *alguma condição antecedente* que determina o x, que estava no estado A em t¹ a entrar ou assumir o estado B em t²” (1983, p. 234, grifo meu). Se eu entendi corretamente, a fórmula de Allison para um juízo hipotético que expressasse o esquema da causalidade seria então: “para algum x que penso sob S, se P, então A em t¹ e B em t²”. O que eu sugiro neste trabalho é que uma formulação como esta é apenas uma derivação lógica da fórmula necessitada pelo esquema: “para (todo) S, se P, então A em t¹ e B em t²”. Para justificar a necessidade do

¹⁸⁶ No artigo “Causalidade e lei causal em Kant: uma crítica de Michael Friedman”, que apareceu pela primeira vez em 1994, Allison se aproxima da mesma conclusão: “a Segunda Analogia não afirma que nós precisamos ter a habilidade para providenciar o fundamento causal para um evento antes que nós possamos afirmar sua objetividade; em vez disso, afirma meramente que, se nós experienciamos (ou nos consideramos experienciando) um evento, nós somos constrangidos a pressupor que ele tem uma causa. Isto nos licencia a procurar leis causais, mas dificilmente garante que nós devamos encontrá-las” (1996, p. 87). Mas ele então distingue entre uma sucessão de eventos, como o movimento de um corpo seguido ao impacto de outro corpo em movimento, e uma sucessão de estados constituindo um único evento, como o congelamento da água. Admitindo que Kant se movimenta livremente de um tipo de sucessão para outro, ele, entretanto, defende: “Friedman pode muito bem estar correto em manter que nós podemos julgar uma sucessão de eventos A-B como necessária, isto é, como algo mais do que uma seqüência contingente, somente subsumindo-a sob uma lei causal estabelecendo que eventos do tipo A são invariavelmente seguidos por eventos do tipo-B. Isto não tem absolutamente nenhum impacto, contudo, sobre a questão do que precisa ser pressuposto nos juízos da sucessão de estados A-B de um objeto constituindo um evento. E, como eu sugeri em outro lugar, é com o último que Kant se preocupa na Segunda Analogia” (1996, p. 87). Aqui, primeiramente, defenderíamos que as sucessões do primeiro tipo são redutíveis ao contexto explicativo das sucessões do segundo tipo, ou seja, o que eu tenho, em primeira mão, é um corpo passando do estado de repouso para o estado de movimento e o impacto seria justamente a condição adicionada ao corpo para explicar a alteração sofrida. Em segundo lugar, defendemos, com Longuenesse, que as alterações de estados dependem da pressuposição de que possamos encontrar leis empíricas.

quantificador universal, devo apresentar a crítica ao uso do quantificador singular por Allison. Para tanto, gostaria de retomar o argumento de Longuenesse.

Como já vimos brevemente, para Longuenesse, o que está em jogo neste contexto é a atribuição de predicados sintéticos ao conceito-sujeito de predicação. O juízo categórico não vem ao caso, porque, desde que, nele, o conceito-sujeito é a condição suficiente da predicação, por ele apenas, não é possível a passagem de um estado da substância para seu oposto: “se um sujeito A contém em si mesmo a razão suficiente da atribuição de um predicado B, o oposto de B não pode ser assertado de A” (1993, p. 365). Porque o conceito-sujeito é recíproco com a substância, que permanece durante a substituição de seus predicados, o intervalo de tempo separando os opostos não resolve o problema. Se o mesmo A de t^1 é re-identificável em t^2 , então este A não pode ser ele mesmo a condição da atribuição a ele de um certo predicado em t^1 e de seu oposto em t^2 . Daí que se adiciona uma condição a A e se usa, portanto, um juízo hipotético para a atribuição a ele de predicados sintéticos opostos: “nós podemos atribuir marcas que mudam ao *mesmo objeto supostamente permanente* somente se nós pressupomos que há uma razão para assertar um predicado e então seu oposto, um fundamento da mudança que pode ser estabelecido de acordo com a forma de um juízo hipotético. Por exemplo, a cera, se mantida próxima a uma fonte de calor, de dura no tempo t^1 torna-se mole no tempo t^2 . O barco, se levado pela correnteza, do ponto p^1 no tempo t^1 , se move para o ponto p^2 no tempo t^2 ” (ibid. idem). E não nos enganemos. Rigorosamente falando, Longuenesse aplicaria o quantificador universal a seus exemplos: “O juízo hipotético ‘se uma pedra é iluminada pelo sol, ela esquenta’, poderia ser expresso mais adequadamente como: ‘Todas as pedras, se iluminadas pelo sol, esquentam [...]’. Pensar uma conexão causal em um caso particular é então pensar a conjunção de dois estados de

coisas particulares como subsumidos sob uma regra universal: ‘Todas as pedras, se iluminadas pelo sol, esquentam. Esta pedra está agora iluminada pelo sol. Portanto, esta pedra esquentará’” (1993, p. 368, n. 76).

Mas por que o esquema da causalidade nos forçaria a pressupor a universalidade de uma regra de sucessão? Penso que, para obter a resposta, não precisamos nos resumir a simplesmente apelarmos ao conceito de regra em Kant como representação de uma condição universal, que, aliás, é perfeitamente condizente com o modo como Kant se expressa na fórmula do esquema: “...o real, que, uma vez posto arbitrariamente, *sempre* é seguido de outra coisa” (CRP, A 144, B 183). No entanto, estas considerações também são úteis e, novamente, é esclarecedora a explicação de Longuenesse: “este esquema realmente introduz outra sucessão que não a dos estados de uma substância (alteração): a descrição do esquema se refere à regularmente repetida sucessão entre a alteração de uma substância (um evento) e *algo mais que a precede*, e que, no fim, será refletido como a *causa* da alteração” (1993, p. 371); quer dizer, o esquema não falaria da relação causal coincidindo com a própria alteração, mas da relação entre uma causa e uma alteração, com o que Allison concorda, e este esquema fala já da repetição desta conjunção (“sempre”), e não de um caso singular.

Por que então não nos restringimos a esta análise do texto do Esquematismo? Penso que devemos dar uma razão mais profunda que nos leve a entender por que Kant não foi longe demais ao incluir o chamado “princípio das mesmas causas-mesmos efeitos” já no texto do esquema da causalidade. Para tanto, devemos ir à raiz da distinção entre a formulação universal do juízo causal em Longuenesse e singular em Allison. Nós já dissemos rapidamente, ao

tratarmos do esquema da substância, que, para Longuenesse, há dois sentidos de substância ainda diferentes dos dois que nos interessaram primordialmente ao tratarmos daquele esquema. Ela explica que, se tomássemos a substância apenas como o x pensado sob o conceito-sujeito em um juízo, que, na verdade, é aquilo que essencialmente não pode ser predicado de algo mais, então a ordem dos predicados no juízo categórico não seria determinada. Se a substância é apenas o objeto x pensado sob o conceito A ao qual se subordina o conceito B, então posso dizer A é B ou B é A (“corpos são extensos” ou “coisas extensas são corpos”), mas Kant pensa a categoria de substância evitando esta indeterminabilidade presente na simples forma lógica. A substância precisa, por consequência, ter também o sentido secundário de conceito recíproco com o objeto x .

Como conceito, seria um predicado, mas é um conceito que não pode ser predicado de algo mais, ou seja, que está determinado para a função de conceito-sujeito no juízo, sendo recíproco com o objeto x , como diz o próprio Kant em citação feita por Longuenesse: “é preciso que se veja que o x que é pensado através de a nunca pode ser pensado através de não- a , que nenhum ser que tem a natureza de um corpo pode tornar-se incorpóreo, e que o a em si mesmo não é um predicado a respeito de x , mas um conceito recíproco [*sondern mit ihm ein Wechselbegriff*] e assim se reporta a uma substância [*substantive*]” (Refl. 4676 (1773-75: Duisburgseher Nachlass) Ak. XVII, 653-4, apud Longuenesse, 1993, p. 328). Longuenesse, assim, conclui: “somente o objeto representado pelo x na forma do juízo deveria ser chamado de substância ‘mais estritamente, primariamente e acima de tudo’, como Aristóteles disse da substância primária. Mas, por outro lado, todo conceito ‘recíproco com o x ’, no sentido que nós vimos acima, é um conceito de substância. Em um juízo como ‘nenhum corpo é indivisível’, o

conceito de corpo é, de um ponto de vista transcendental, sujeito em vez de predicado, porque é ‘recíproco com o x ’” (1993, pp. 329-30).

Da distinção entre o sentido primário de substância, como o x pensado sob o conceito, e o sentido secundário, como o próprio conceito recíproco com o x , temos também uma distinção entre dois sentidos de acidente: “De acordo com o primeiro, todos os conceitos são conceitos de acidentes, desde que todos são, em juízos, predicados do termo x . Não obstante, em um segundo e mais estreito sentido, como nós acabamos de ver, alguns conceitos, mas não todos, são conceitos de acidentes. Eles são os conceitos atribuídos ao x somente como predicados sintéticos (e mutáveis, portanto, contingentes) dos conceitos ‘recíprocos com x ’, que são, por sua parte, conceitos de *substâncias*” (Longuenesse, 1993, p. 330)¹⁸⁷. É então no primeiro sentido de acidente que, também em citação feita por Longuenesse, Kant diz que: “Em última instância, nós descobrimos que tudo no objeto é *accidentia*” (*Refl.* 4412 (1771-78), Ak. XVII, 536-37, apud Longuenesse, 1993, p. 330, n. 15). Não há, portanto, uma substância como o suporte dos acidentes que atribuímos a ela. Como Kant diz em mais uma *Reflexão*: “O conceito sensorial de suporte [*Sustentation*] é um mal-entendido. Acidentes são, unicamente, a maneira de existir da substância...” (*Refl.* 5861 (1783-4), Ak. XVIII, 371, apud Longuenesse, 1993, p. 332). O mesmo é defendido na *Metafísica Volckman*: “um sujeito absoluto que permaneceria uma vez que nós tivéssemos abandonado todos os predicados não pode ser pensado e é assim impossível, porque é contrário à natureza humana, pois nós conhecemos tudo discursivamente” (Ak. XXVIII-I, 429-30, apud Longuenesse, 1993, p. 332).

¹⁸⁷ Longuenesse, a seguir, distingue também uma terceira classe de predicados que não são nem mutáveis nem essenciais (no caso, contidos no conceito ‘corpo’), mas isto, embora importante, inclusive para a compreensão de juízos sintéticos *a priori*, não nos interessa aqui.

De modo algum, esta tese tão enfatizada por tal repetição estaria ausente da *Crítica*, onde a idéia de subsistência também é dita ocasionar esses mal-entendidos: “é mais exato e mais correto descrever um acidente como sendo simplesmente o modo em que a existência de uma substância é positivamente determinada (não como inerência, portanto)” (*CRP*, A 186-7, B 229-30). Por fim, vejamos como o esquema da substância (permanência) é, no mesmo espírito, explicado em uma *Reflexão*: “O sujeito mesmo é um predicado (pois tudo é pensado através de predicados, exceto o eu), mas é chamado ‘sujeito’, isto é, algo que não é mais um predicado, porque 1) nenhum sujeito é pensado por ele, 2) é a pressuposição e o substrato dos outros. A última marca somente pode ser deduzida da duração, enquanto o resto muda” (*Refl.* 5297 (1776-78), Ak. XVIII, 149, Longuenesse, 1993, p. 332). Em suma, substância é o predicado, em sentido primário, que é re-identificável.

Mas, afinal, de que nos interessa toda esta análise do conceito crítico de substância para entendermos o esquema da causalidade? Ora, estamos tratando da adição de uma condição à substância para a determinação da alteração de seus estados. A chave da decisão entre o quantificador universal ou um quantificador essencialmente singular no juízo causal jaz no modo como entendemos a substância. Se a condição é adicionada à substância no sentido de conceito recíproco a x , então ela é adicionada não só a um x singular, mas a todo objeto daquele tipo (x , y , z pensados sob A), porque todo conceito, por definição, é uma representação geral, não singular. Assim, todo objeto que compartilha aquela marca com x (estando em unidade analítica com ele), perante a adição da mesma condição, alterar-se-á da mesma forma. Pensar na adição da condição ao objeto representado pelo termo x , sem que nisso se pense também a mesma adição ao conceito recíproco com ele, significa pensar na substância como irreduzível a seus predicados, significa

pensar na substância como um substrato absoluto que resta quando lhe retiramos os predicados, mesmo os essenciais.

A única maneira kantiana de adicionar uma condição ao indivíduo, e não a seu conceito recíproco, seria adicioná-la à localização espaço-temporal do objeto, pois são as formas da sensibilidade que individualizam objetos em Kant. Mas isto ainda seria permanecer no quadro de nossa interpretação, porque então todo S ou, simplesmente, tudo que ocupasse o tempo tx no lugar ly , dada a condição P , passaria do estado A para o estado B . Não importa que só um objeto realmente possa preencher esta coordenada espaço-temporal, porque a condição é aplicada às coordenadas, e não ao objeto, uma vez que estamos vendo justamente que não existe este objeto como um indivíduo subsistente que resta quando se retiram dele os predicados¹⁸⁸. É neste ponto que eu volto a Longuenesse em sua comparação entre Kant e Hume: “Como Hume, ele [Kant – AF] não considera que conexões causais nos dêem algum acesso a ‘poderes ocultos’ de substâncias; elas não são nada exceto relações” (1993, p. 370). Minha conclusão é que, ao pensar a causalidade na singularidade, Allison viu neste esquema justamente o oposto da intenção crítica: a manifestação do desconhecido, isto é, da substância irreduzível a relações.

¹⁸⁸ Fossemos heideggerianos, talvez aproveitássemos a oportunidade para nos queixarmos do esquecimento do Ser pela filosofia.

3. 5. 4. A esquematização da comunidade

Não é de grande interesse que nos alonguemos ainda mais lidando com os esquemas com os quais Allison não lidou, porque nosso objetivo principal não é provar que cada juízo esquemático tem seu fundamento, mas sim que eles visam estabelecer a condição para o significado real ou objetivo do conceito puro correspondente, de modo que bastam alguns exemplos de como isto é feito. No entanto, para fecharmos ao menos o grupo das categorias dinâmicas, trataremos do esquema da comunidade, a princípio, seguindo a análise de Loparic, que, se aceita, mostraria que Allison não teria razão em considerar este esquema, com sua categoria, um caso perdido.

Começando pela forma lógica, a disjunção, Loparic observa que, na *Lógica Jäsche*, ela é “interpretada por uma divisão exclusiva da esfera de um *conceito* em duas ou mais partes complementares, de modo que tudo o que cai sob o conceito, cai sob uma e apenas uma dessas partes [...]. Todo x é A ou (B ou C ou... N) onde A, B, C etc. designam propriedades mutuamente exclusivas por definição” (2000, p. 239). O primeiro requerimento então é explicar como Kant justifica o uso da causalidade recíproca expressa na categoria de comunidade para interpretar a relação de oposição e complementaridade discursiva entre juízos (cf. Loparic, 2000, p. 241). Loparic pondera que: “tratando-se de substâncias que pertencem a esferas complementares, a presença ou ausência de acidentes numa delas depende causalmente da presença ou ausência de acidentes na outra, e vice-versa” (2000, p. 240). Se entendi bem, isto significaria que, enquanto, no plano lógico, uma esfera do conceito (uma subdivisão de sua extensão) é determinada por

outra, na medida em que uma regra estabelece que o que está contido em uma esfera do mesmo conceito não pode estar contido na outra e vice-versa, no plano real, uma substância determina as características de uma outra substância pela regra da causalidade. Trata-se de uma forma lógica e de uma forma real de entender a determinação recíproca, só é difícil pensar que seja uma correlação plenamente satisfatória, uma vez que o juízo disjuntivo mostra uma relação de mútua *exclusão* entre as partes da esfera de um conceito, ao passo que a comunidade representa a mútua *posição* entre substâncias. Parece difícil ver como seria possível formular a mútua posição de substâncias por causalidade recíproca através de juízos disjuntivos. Por outro lado, é natural pensar a causalidade recíproca expressa por juízos hipotéticos reversíveis com a fórmula: “se *A* (com as determinações *x, y, z*), então *B* (com as determinações *a, b, c*); se *B* (com as determinações *a, b, c*), então *A* (com as determinações *x, y, z*)”.

Vejamos se seria mais fácil pensarmos o nível seguinte de correlação, aquele que realmente nos interessa exemplificar neste trabalho: o categorial e o esquemático. De acordo com o esquema da comunidade, a ação recíproca entre as substâncias deve ser temporalmente interpretada como simultaneidade de suas determinações segundo uma regra geral (cf. *CRP*, A 144, B 183). Logo de início, observamos a afirmação de uma simultaneidade de causas e efeitos: as determinações das substâncias que se condicionam mutuamente; o que se coaduna perfeitamente com a observação de Kant no texto da Segunda Analogia quanto à simultaneidade necessária (em algum grau) entre a causa e seu efeito, como vimos há pouco. Como bem nota Longuenesse, na Segunda Analogia, onde o juízo hipotético era irreversível para dar conta da sucessão objetiva, pressupunha-se uma causa para os estados em sucessão objetiva, ao passo que, quando chegamos à categoria de comunidade: “cada coisa, com suas determinações específicas, é

considerada a causa (tanto como o efeito) das determinações específicas de todas as coisas percebidas como simultâneas com ela, enquanto sendo em si mesma (no que diz respeito a suas determinações) o efeito de todas as coisas simultâneas com ela. Portanto, ao contrário do que foi o caso na Segunda Analogia, *ambos*, causa e efeito, estão presentes na própria percepção da simultaneidade” (Longuenesse, 1993, p. 390). Quer dizer, quando se tratava da experiência de uma sucessão de estados de coisas, nós conceitualizávamos esta sucessão como efeito de uma causa a ser procurada. No caso da experiência de uma simultaneidade de coisas com suas determinações, tanto a causa como o efeito já estão presentes na experiência, apenas não podem ainda ser determinados como tais, já que eu não sei *a priori* qual determinação exatamente em uma substância tem ação sobre outra, assim como também não posso determinar *a priori* em uma substância qual determinação exatamente se origina pela influência de outra.

O que temos que perguntar agora é se a simultaneidade de substâncias é a expressão temporal da comunidade (da ação recíproca entre as substâncias) da mesma forma que a sucessão regrada (irreversível) dos acidentes é a expressão temporal da causalidade. Ora, parece-me que o fundamental nesta questão é que o conceito de causalidade determina (constitui) a irreversibilidade das sucessões temporais, de modo que se *reconhece* a ação de uma causa quando se pensa uma sucessão como irreversível. A comunidade determinaria (constituiria) então, analogamente, a simultaneidade dos objetos? A resposta parece ser positiva e, no que nos mantém afastados do juízo disjuntivo, compreendemos a relação objetiva de simultaneidade de objetos justamente quando temos em mente seu condicionamento recíproco da forma expressa em juízos hipotéticos reversíveis. Se a posição de A implica na posição de B e a posição de B implica na posição de A, eu tenho nesta regra a necessidade de pensar que a sucessão entre A e B

se dá apenas em minha imaginação e não também no objeto. É desta maneira que a simultaneidade nunca é percebida como tal (nossa apreensão é sempre sucessiva), mas é a decorrência da atribuição de influência recíproca aos objetos percebidos¹⁸⁹. Sendo deste modo, a simultaneidade, caracterizada pela indiferença na ordem da apreensão sucessiva, uma vez atribuída aos objetos, é a condição sensível pela qual *reconheço* a comunidade de substâncias¹⁹⁰.

3. 6. O Problema do Suposto Círculo no Esquematismo

Estes exemplos da causalidade e da comunidade, tratados da forma como o fizemos, vêm bem a calhar, porque evidenciam que, se, por um lado, a simultaneidade de substâncias, por exemplo, é a condição sensível que permite que a comunidade seja exemplificada em objetos empíricos, assim como também a sucessão regada das mudanças permite que encontremos modelos empíricos de relações causais, também é verdade que, por outro lado, só pensamos de modo determinado a sucessão e a simultaneidade graças às suas respectivas categorias correspondentes. E assim acontece em todos os esquemas. Haveria então um círculo vicioso no Esquematismo Transcendental?

¹⁸⁹ Parece então que a compreensão da razão de ser ao menos dos esquemas da causalidade e da comunidade em especial nos leva a antecipar argumentos das Analogias da Experiência. É também o que pensa Chipman: “Causalidade e interação se relacionam com o tempo em modos desenvolvidos na Segunda e na Terceira Analogias e considerar seus esquemas seria invadir aquelas áreas” (1982, p. 114).

¹⁹⁰ Percebe-se aqui a importância do conceito secundário de substância explicado por Loparic.

Loparic defende a tese de que, por exemplo, “sucessões regradas de conteúdos temporais, tanto puros como empíricos, são exemplos ou modelos que tornam possível a categoria de causalidade e a relação proposicional fundamento-conclusão” (2000, p. 235). E ele sustenta que não há círculo gerado pelo fato de que os mesmos exemplos ou modelos sejam constituídos pelas categorias que exemplificam. Usando a matemática, como era de se esperar, ele explica que a “definição de triângulo, pressuposta na regra de construção, é um conceito ainda vazio. Feita a construção de acordo com a regra, o conceito de triângulo se torna cheio, isto é, objetivamente válido, devido ao fato de que agora existe o ‘objeto’ a que ele pode legitimamente ser referido” (2000, p. XXVI).

O paralelo com a construção matemática deve aqui ser visto à luz das diferenças que já estudamos. Como a matemática se refere a objetos formais¹⁹¹, podemos dizer que, uma vez construído o conceito, constrói-se também o objeto a que ele se refere, o que não é o caso com a filosofia, cujas categorias referem-se universalmente à experiência possível. Esta diferença nos direciona a diferentes modos de prova da verdade de enunciados filosóficos e matemáticos e, por consequência, diferentes tipos de certeza. Mas, se colocamos, de um lado, a verdade de um juízo ou a realidade efetiva de um conceito e, de outro, a possibilidade, a validade objetiva ou a realidade objetiva de conceitos e juízos, entendendo este último grupo como equivalente à preenchibilidade por dados empíricos, logo, o paralelo de Loparic de fato resolve o problema do círculo. Os esquemas dizem respeito ao problema da possibilidade das categorias. Da mesma forma que um conceito matemático, diz a filosofia, é realmente possível por ser aplicável a intuições puras determinadas por ele, porque, como intuições puras, elas são preenchíveis por

¹⁹¹ Bem diz Chipman: “embora nós encontremos de fato coisas que são mais ou menos triangulares, nós não encontramos coisas que sejam triângulos” (1982, p. 107).

dados empíricos, a categoria filosófica é também objetivamente possível por poder ser traduzida em uma determinação do diverso puro sensível igualmente preenchível. Sem a intuição *a priori* entendida como forma da intuição empírica, tanto a filosofia como a matemática poderiam ser consideradas como um conjunto de operações internamente consistente, mas arbitrário e quimérico quanto à sua relação a objetos reais¹⁹². Por descrever apenas propriedades formais dos objetos cuja realidade não lhe diz respeito, sem entrar, portanto, no âmbito das condições de sua síntese empírica, a verdade da matemática, e não só sua possibilidade, se resolve também neste plano que ela mesma constrói. Já a filosofia, mesmo nas categorias matemáticas, refere-se à experiência possível, ainda que seja às percepções contidas nesta experiência e não ao que propriamente faz delas experiência. Por isso a prova da verdade de seus enunciados precisa ser conceitual e não se dá no capítulo sobre o Esquematismo. Neste espírito, Chipman diz que a doutrina do Esquematismo é um “prelúdio” para a prova de cada categoria (cf. 1982, p. 103). Adiante, ele completa: “a tarefa de *provar* o envolvimento necessário de cada um dos esquemas transcendentais em sínteses pertence aos Axiomas, Antecipações, Analogias e Postulados. A tarefa do Esquematismo era simplesmente mostrar como as categorias *podem* ser aplicadas a aparências [...]. Aplicabilidade necessária é outro assunto” (1982, p. 115).

O esquema cumpre então seu papel para a realidade objetiva da categoria mostrando como uma condição intelectual expressa no conceito se traduz em termos sensíveis *a priori*, mas sem a prova do princípio correspondente e sem a Dedução Transcendental das categorias e das

¹⁹² Por exemplo: “Embora possamos conhecer *a priori*, nos juízos sintéticos, tantas coisas acerca do espaço em geral ou das figuras que nele recorta a imaginação produtiva, de tal sorte que, para isso, nem realmente precisamos de qualquer experiência, esse conhecimento não seria absolutamente nada, seria ocuparmo-nos de simples quimeras, se não tivéssemos de considerar o espaço como condição dos fenômenos que constituem a experiência externa” (CRP, A 157, B 196. Ver também a passagem contida em A 240, B 299 para outro claríssimo abono do que estou dizendo)

formas da sensibilidade, uma necessidade como aquela expressa em uma síntese cuja sucessão de eventos seria irreversível pode não passar da confusão de uma necessidade psicológica com uma necessidade objetiva. Em outras palavras, os esquemas podem conferir realidade objetiva às categorias, mas a necessidade deles mesmos e, por conseguinte, das categorias, sua verdade quando convertidos em princípios de experiência ou, em outras palavras, a necessária conformidade dos dados sensíveis a eles, será justificada nas provas dos correspondentes princípios do entendimento que, por sua vez, dependem de que o conceito kantiano de experiência já tenha sido defendido na Dedução Transcendental das categorias.

CONCLUSÃO GERAL

A expressão “Revolução Copernicana”, empregada por Kant para enfatizar a ruptura da filosofia crítica em relação à tradição que a precedeu, nos remete, fundamentalmente, a uma nova maneira de se considerar o objeto do conhecimento. O problema da relação da representação a seu objeto passa a ter como condição de solubilidade um conceito do último análogo ao constructo matemático. Em outras palavras, a forma do objeto é vista como constituída por operações cognitivas. Para entender como seria possível a constituição de um objeto que, ainda assim, conservaria um sentido de independência em relação a representações, algo essencial para um conceito legítimo de objeto do conhecimento, voltamos nossos estudos ao que Kant chamou de Dedução Transcendental e Esquematismo Transcendental.

Explorando o texto kantiano, acreditamos ter descoberto que, mais do que a possibilidade de que um objeto em sentido forte fosse constituído por operações cognitivas, Kant defendeu mesmo a necessidade de que tais operações pudessem sempre ser executadas por sujeitos dotados de intelecto discursivo e intuição sensível. Isto implica dizer que uma das principais posições desta tese é que Kant se pretendeu como interlocutor do cético e não apenas do empirista. Quero dizer, Kant, com seu projeto crítico, não se limitou a partir de juízos teóricos sintéticos para provar ao empirista que eles não teriam significado objetivo (valor de verdade) sem certas condições apriorísticas, mas que, feito isto, ele também pretendeu provar ao cético quanto à possibilidade de juízos sintéticos objetivos que a experiência humana não poderia ser reduzida ao estabelecimento de associações contingentes entre vivências subjetivas. Para tanto,

após descobrir quais condições *a priori* teriam que se aplicar a perceptos para que pudéssemos legitimamente pensar em um domínio empírico objetivo para a decidibilidade de juízos sintéticos, Kant procurou demonstrar que a mera consciência representacional, algo que o cético e não apenas o empirista concederia, só é possível sob o pressuposto de que o diverso das representações *possa* ser sintetizado de acordo com as categorias.

Encaixando esta leitura no método de análise e síntese, podemos dizer que Kant inicia a parte regressiva de seu argumento tomando como ponto de partida a *suposição* de que juízos sintéticos tenham valor de verdade, o que um empirista, no caso de juízos de experiência, concederia, mas não um cético. Descobertas as condições que, contrariando o empirista, tornariam juízos sintéticos decidíveis em princípio, não se tratou apenas de fazer o caminho de volta para os juízos supostos no início, de modo que restasse apenas elucidado o que teria que ser o caso para que pudessem ser verdadeiros ou falsos. Kant sabia que o cético daria de ombros a toda esta conversa: suspeitando do valor objetivo dos juízos iniciais, pouco lhe importariam quais suas condições. A menos, é claro, que Kant pudesse provar que os perceptos sempre podem ser submetidos àquelas condições apriorísticas, de modo a formarem um domínio interpretativo que confere sentido objetivo a ao menos alguns juízos sintéticos inicialmente *sub judice*. É esta prova que acreditamos ser o coração da Dedução Transcendental, devendo esta ser, por isso, enquadrada na resolução do método de análise e síntese, a fim de que este seja de fato um método de prova, e não de simples elucidação conceitual, ou seja, de descoberta de condições, sem o oferecimento de uma garantia para as mesmas.

Outro ponto fundamental é que, justamente na Dedução Transcendental, ao procurar justificar a necessária aplicabilidade de categorias aos perceptos, Kant também provou, no mesmo movimento, sua tese contra os racionalistas: não podemos aplicar as categorias para além dos perceptos. Não teria sentido pensar que operações cognitivas pudessem se impor necessariamente ao modo como as coisas existem em si. Dada então a resposta ao empirista na transformação, na resolução, Kant assume também sua posição face ao cético e ao racionalista.

Mas, feito todo este trabalho, tudo que temos são conclusões altamente genéricas, especialmente porque não estamos nem um pouco convencidos a respeito da necessidade do quadro de condições intelectuais do conhecimento que Kant nos ofereceu e cuja especificidade ignorou no argumento pela sua (mesmo necessária) aplicabilidade. Tudo que temos até agora é que, se nos representamos algo, tem que ser possível, em princípio, um objeto em sentido forte para nossas representações. Mas que determinações teria este objeto? Isto só a Analítica dos Princípios, em sua integridade, visaria responder. Porém, esta resposta não foi uma preocupação desta tese. O que nos importou aqui foi o esclarecimento do modo como operações intelectuais poderiam gerar objetos sobre uma matéria dada. É disto que cuida o Esquematismo Transcendental.

Dizer que perceptos podem ser submetidos a categorias, enquanto coisas em si não, é muito pouco ainda. Se a apreensão de dados para a formação dos perceptos se der independentemente de operações intelectuais, porque ela não poderia ser mesmo incompatível com as últimas? É para resolver este grave problema que Kant inclui a temática própria ao Esquematismo já ao final de sua Dedução Transcendental, em ambas as edições da *Crítica*.

Operações intelectuais precisam ganhar uma tradução intuitiva que lhes confira alcance aos fenômenos. Cada esquema trata de uma determinação transcendental, de acordo com uma operação intelectual, do tempo em que se dá todo fenômeno. Assim, entender a plausibilidade desses esquemas, através de alguns exemplos, é entender a razoabilidade do projeto crítico, ou da possibilidade de constituição de objetos em sentido forte.

No que tange à inserção do Esquematismo no método de análise e síntese, podemos dizer que ele responde pelo início da etapa progressiva (sintética), afinal, é a partir dele que tomamos o caminho que nos leva à constituição do sentido de uma classe de juízos sintéticos, a saber, aqueles subordinados aos princípios do entendimento provados verdadeiros enquanto condições de possibilidade da experiência, cuja necessária viabilidade, para seres constituídos tal como somos, vimos ser garantida na Dedução Transcendental.

É verdade que este trajeto todo se encontra de forma muito menos segura e mais tortuosa no interior dos textos que escolhemos como nossos objetos de estudo. Tanto é assim que não é pretensão desta tese ter alcançado por fim o que não foi realizado em séculos de estudos kantianos: a unificação completa de todos os passos do texto em um único argumento compatível com todas as formulações de Kant a seu respeito. Por outro lado, nossa investigação procurou, frente às dificuldades, não ceder à tentação das chamadas “*Patchwork Theories*”, isto é, da pura e simples negação de que Kant tenha oferecido uma estratégia argumentativa dotada de consistência interna. Procuramos não “picotar” o texto kantiano, para então opormos passagens isoladas, contra o que Kant já havia nos advertido, mas o que nunca deixou de ser feito.

Mantivemos então os olhos colados ao movimento linear do texto e, embora seja verdade que não tenhamos sido capazes de compatibilizar todos os seus elementos, pensamos ter prestado alguns esclarecimentos no tocante a um procedimento argumentativo unitário que, no final das contas, bem pode não ter sido tão claro ao próprio Kant, dado, por que não, o que a própria “*Patchwork Theory*” nos ensinou a respeito de suas diferentes tentativas para a solução de problemas na elaboração da *Crítica*. Neste espírito, nosso trabalho não procurou ocultar a ambivalência no uso por parte de Kant de certos conceitos cruciais, como, por exemplo, o de “objeto transcendental”, bem como as incompatibilidades entre certas descrições que Kant fez da própria estratégia em relação a procedimentos de fato levados a cabo por ele, o que, desta vez, poderia ser melhor exemplificado pela explicação kantiana da Dedução Transcendental pela distinção entre uma “dedução objetiva” e uma “dedução subjetiva”. Talvez mais gritante ainda neste sentido sejam as dificuldades levantadas pela teoria do juízo, mormente como explicada por Kant no complicadíssimo § 19 da Dedução Transcendental. Contudo, ainda assim, lutamos contra a redução do texto kantiano a um amontoado desconexo de argumentos contraditórios e pouco convincentes, como ele é tão comumente retratado por comentadores ilustres.

Foi com este intuito unificador dirigindo os esforços de nossa pesquisa que introduzimos, ou melhor, julgamos ter encontrado uma distinção possível entre a prova da possibilidade e a prova da necessidade da aplicabilidade das categorias, que oferecemos em substituição à distinção entre uma dedução objetiva e uma suposta dedução subjetiva que, a bem da verdade, nunca pôde ser localizada na obra com as coordenadas fornecidas por Kant. Também com o intuito da unificação do texto buscamos a compatibilidade da leitura semântica de Loparic com uma tradição que valoriza o papel fundante do que eu chamo de “argumento da unidade da

apercepção”, o que significa atribuir um lugar de destaque à teoria da consciência de Kant no interior de seu projeto semântico, uma tentativa de fazer juz ao Kant histórico, retratando-o “sem censuras”.

O sucesso desta tentativa compatibilista depende do reconhecimento do que é cabível a cada momento do método de análise e síntese, a saber, sobretudo, que há um momento de enfrentamento do empirista, que é a regressão para as condições de possibilidade da validade objetiva dos juízos sintéticos, mas também há um momento de enfrentamento do cético, com apelo a premissas independentes, que é, unicamente, o que permitirá a remoção do caráter hipotético do ponto de partida da análise.

Encerro por aqui o que eu teria a dizer, pelo momento, sobre as descobertas feitas nestes últimos anos que passei tentando encontrar caminhos seguros no que a literatura tem chamado ora de “selva” ora de “deserto”. Foi a minha primeira tentativa e espero, com ela, ter alcançado aquilo que tantos rejeitam ao meu objeto de estudo: o mérito da consistência interna. Dificilmente, esta será também a última vez que me embrenho por tais labirintos. Na verdade, o que o leitor atento à Dedução e ao Esquematismo Transcendental percebe é que outros séculos virão até que estes territórios estejam totalmente civilizados, se é que um dia estarão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de Kant:

Immanuel Kant: Werke in Zwölf Bande. Ed. W. Weischedel. Frankfurt : Surkamp, 1991.

Kant's Gesammelte Schriften. Berlin und Leipzig : Walter de Gruyter & Co., 1926.

Traduções:

Crítica da Razão Pura. Tradução de Manuela Pinto dos Santos; Alexandre Fradique Morujão. 4 ed. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1997.

Crítica da Razão Prática. Tradução de Artur Morão. Lisboa : Edições 70, 1997.

Crítica da Faculdade do Juízo. Tradução de Valerio Rohden; António Marques. 2 ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995.

Kant Philosophical Correspondence: 1759-99. Edited and translated by Arnulf Zweig. Chicago : The University of Chicago Press, 1967.

Lectures on Logic. Edited and translated by J. Michael Young. Cambridge : Cambridge University Press, 1992.

Lógica. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1992.

Os Progressos da Metafísica: acerca da pergunta da Academia Real de Ciências de Berlim: “quais são os verdadeiros progressos que a Metafísica realizou na Alemanha, desde os tempos de Leibniz e de Wolff?”. Tradução de Artur Morão. Lisboa : Edições 70, 1985.

Primeiros Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza. Tradução de Artur Morão. Lisboa :
Edições 70, 1990.

Prolegômenos a qualquer Metafísica Futura que Possa Vir a Ser Considerada como Ciência.
Tradução de Tânia Maria Bernkopf. São Paulo : Abril Cultural, 1980.

Obras sobre Kant:

ALLISON, H. “*Apperception and Analyticity in the B-Deduction*”, in Henry E. Allison (ed.),
Idealism and Freedom: essays on Kant’s theoretical and practical philosophy, Cambridge :
Cambridge University Press, 1996, pp. 41-52.

_____. “Causalita and Causal Law in Kant: a critique of Michael Friedman”, in Henry E.
Allison (ed.), *Idealism and Freedom: essays on Kant’s theoretical and practical philosophy*,
Cambridge : Cambridge University Press, 1996, pp. 80-91.

_____. “Gurwitsch’s Interpretation of Kant: reflections of a former student”, in Henry E.
Allison (ed.), *Idealism and Freedom: essays on Kant’s theoretical and practical philosophy*,
Cambridge : Cambridge University Press, 1996, pp. 67-79.

_____. “Kant’s Refutation of Materialism”, in Henry E. Allison (ed.), *Idealism and
Freedom: essays on Kant’s theoretical and practical philosophy*, Cambridge : Cambridge
University Press, 1996, pp. 92-106.

_____. *Kant’s Transcendental Idealism: an interpretation and defense*. New Haven and
London: Yale University Press, 1983 (2004).

- _____. “On Naturalizing Kant’s Transcendental Psychology”, in Henry E. Allison (ed.), *Idealism and Freedom: essays on Kant’s theoretical and practical philosophy*, Cambridge : Cambridge University Press, 1996, pp. 53-66.
- _____. “Reflections on the B-Deduction”, in Henry E. Allison (ed.), *Idealism and Freedom: essays on Kant’s theoretical and practical philosophy*, Cambridge : Cambridge University Press, 1996, pp. 27-40.
- _____. “The Originality of Kant’s Distinction between Analytic and Synthetic Judgements”, in Ruth F. Chadwick and Clive Cazeaux (ed.), *Immanuel Kant: Critical assessments*, v. II. London, New York : Routledge, 1992, pp. 324-46.
- _____. “Transcendental Idealism: a retrospective”, in Henry E. Allison (ed.), *Idealism and Freedom: essays on Kant’s theoretical and practical philosophy*. Cambridge : Cambridge University Press, 1996, pp. 3-26.
- ALMEIDA, Guido A. “Consciência de si e Conhecimento Objetivo na ‘Dedução Transcendental’ da ‘Crítica da Razão Pura’”, *Analytica*, v. 1, n. 1, 1993, pp. 187-219.
- _____. “Kant e o ‘Escândalo da Filosofia’”, in Daniel Omar Perez (org.), *Kant no Brasil*. São Paulo : Escuta, 2005, pp. 137-166.
- AMERIKS, Kart. “Kant’s Transcendental Deduction as a Regressive Argument”, *Kant-Studien*, 69, 1978, pp. 273-87.
- ARAUJO, Saulo de F. *A Fundamentação Filosófica do Projeto de uma Psicologia Científica em Wilhelm Wundt*. (Manuscrito de sua tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Campinas), 2007.
- BECK, Lewis W. *A Commentary on Kant’s Critique of Practical Reason*. Chicago : The University of Chicago Press, 1966.

- _____. “Can Kant’s Synthetic Judgements be made Analytic? ”, in Ruth F. Chadwick and Clive Cazeaux (ed.), *Immanuel Kant: Critical assessments*, v. II. London, New York : Routledge, 1992, pp. 347-62.
- _____. “Two Ways of Reading Kant’s Letter to Herz: Comments on Carl”, in Eckart Förster (ed.), *Kant’s Transcendental Deductions: the three Critiques and the Opus postumum*, Stanford : Stanford University Press, 1989, pp. 21-6.e
- BECKENKAMP, J. “Resenha (LOPARIC, Z. A *Semântica Transcendental de Kant*. 2 ed. Campinas: Unicamp/CLE, 2002)”. *Kant e-Prints*, 2, pp. 1-12, 2003.
- BENNETT, Jonathan. *Kant’s Analytic*. Cambridge : Cambridge University Press, 1966.
- _____. “Strawson on Kant”, in Ruth F. Chadwick (ed.), *Immanuel Kant: Critical assessments*, v. 1. London, New York : Routledge, 1992, pp. 250-59.
- BIRD, G. *Kant’s Theory of Knowledge*. an outline of one central argument in the 'Critique of Pure Reason'. London: Routledge & Kegan Paul, 1962.
- BUTTS, Robert E. “Kant’s Schemata as Semantical Rules”, in Lewis White Beck (ed.), *Kant Studies Today*. Le Salle : Open Court, 1969, pp. 290-300.
- CARL, Wolfgang. “Kant’s First Drafts of the Deduction of the Categories”, in Eckart Förster (ed.), *Kant’s Transcendental Deductions: the three Critiques and the Opus postumum*, Stanford : Stanford University Press, 1989, pp. 3-20.
- CHIPMAN, L. “Kant’s Categories and Their Schematism”, in Ralph C. S. Walker (ed.), *Kant on Pure Reason*, Oxford : Oxford University Press, 1982, pp. 100-16.
- DAVIES, Kim. “The Concept of Experience and Strawson’s Transcendental Deduction”, in Ruth F. Chadwick and Clive Cazeaux (ed.), *Immanuel Kant: Critical assessments*, v. II. London, New York : Routledge, 1992, pp. 201-3.

- EWING, A. C. *A Short Commentary on Kant's Critique of Pure Reason*. Chicago and London : The University of Chicago Press, 1938.
- FISTIOC, Mihaela C. "Transcendental Apperception as Qualitative Unity", 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- FONSECA, Renato D. "Categories, Necessity and the Proof-Structure of the B-Deduction", 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- FRICKE, Martin F. "Henrich on Kant's Transcendental Deduction of the Categories", 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- GONZALO, Serrano. "Kant's 'Ich denke' and Cartesian 'cogito'", 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- GUYER, Paul. *Kant and the Claims of Knowledge*. Cambridge, New York, New Rochelle, Melbourne, Sydney : Cambridge University Press, 1987.
- _____. "Psychology and the Transcendental Deduction", in Eckart Förster (ed.), *Kant's Transcendental Deductions: the three Critiques and the Opus postumum*, Stanford : Stanford University Press, 1989, pp. 47-68.
- HANNA, Robert. *Kant and the Foundations of Analytic Philosophy*. New York : Clarendon Press, 2001.
- _____. "Kant and Nonconceptual Content". *European Journal of Philosophy*, 13: 2, Blackwell Publishing Ltd, 2005, pp. 247-290.
- HENRICH, Dieter. "Kant's Notion of a Deduction and the Methodological Background of the First Critique", in Eckart Förster (ed.), *Kant's Transcendental Deductions: the three Critiques and the Opus postumum*, Stanford : Stanford University Press, 1989, pp. 29-46.

- _____. “The Proof-Structure of Kant’s Transcendental Deduction”, in Ralph C. S. Walker (ed.), *Kant on Pure Reason*, Oxford : Oxford University Press, 1982, pp. 66-81.
- KEMP SMITH, N. *A Commentary to Kant’s ‘Critique of Pure Reason’*. London: The Macmillan Press, 1918.
- KILINÇ, Berna. “Kant’s Notion of Objectivity”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- KITCHER, Patricia. “Kant’s ‘I Think’”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- _____. *Kant’s Transcendental Psychology*. New York, Oxford : Oxford University Press, 1990.
- _____. “Revisiting Kant’s Epistemology: skepticism, apriority and psychologism”, *Nous*, 29, 1995, pp. 285-315.
- KLOTZ, Christian. “Logical and :Temporal Determination in the *Critique of Pure Reason*”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- LAND, Thomas. “Prescribing Unity to Intuition: sensibility and understanding in the Transcendental Deduction”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- LINHARES, Orlando B. “As Deduções Objetiva e Subjetiva na Primeira Edição da *Crítica da Razão Pura*”. *Kant e-Prints*, v. 1, n. 2, 2006, pp. 1-15.
- LOPARIC, Zeljko. *A Semântica Transcendental de Kant*. Campinas : UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000.
- _____. “As Duas Metafísicas de Kant”, 2001 (manuscrito).
- _____. Correspondência privada para Andréa Faggion.

- _____. “Kant e o Ceticismo”, *Manuscrito*, XI, 2, 1988, pp. 67-83.
- _____. “Os Problemas da Razão Pura e a Semântica Transcendental”, in Daniel Omar Perez (org.), *Kant no Brasil*. São Paulo : Escuta, 2005, pp. 213-229.
- LONGUENESSE, Beatrice. *Kant and the Capacity to Judge: sensibility and discursivity in the transcendental analytic of the Critique of Pure Reason*. Princeton, New Jersey : Princeton University Press, 1993.
- LOPES, Christine. “J. Van Cleve, L. W. Beck and Paul Guyer on the Application of Categories to Appearances”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- MARQUES, Ubirajara R. de A. “Notas sobre o Esquematismo na *Crítica da Razão Pura* de Kant”, *Transformação*, São Paulo, 18: 1995, pp. 121-140.
- MEERBOTE, Ralf. “Kant’s Use of the Notions ‘Objective Reality’ and ‘Objective Validity’”, *Kant-Studien*, 63, 1972, pp. 51-8.
- NEWMAN, Michael D. “The Unity of Time and Space, and its Role in Kant’s Doctrine of A Priori Synthesis”, in Ruth F. Chadwick and Clive Cazeaux (ed.), *Immanuel Kant: Critical assessments*, v. II. London, New York : Routledge, 1992, pp. 185-200.
- ONOF, Chris J. “Understanding Schematism and the Nature of Schemata”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- OSBORNE, Gregg. “Humean Responses to Kant on Our Putative Awareness of Objective Succession”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- PATON, H. J. *In Defense of Reason*. London : Hutchinson’s University Library, 1951.
- _____. *Kant’s Metaphysic of Experience: a commentary on the first half of the Kritik der Reinen Vernunft*. London; New York: George Allen & Unwin LTD; Humanities Press INC., 1936.

- _____. *The Categorical Imperative: a study in Kant's moral philosophy*. London : Hutchinson, 1947.
- PINTO, S. "Transcendental Analytics as a Constructive Semantics". *Kant e-Prints*, 4, 2003, pp. 1-20.
- PIPPIN, R. "The Esquematism and Empirical Concepts". *Kant-Studien*, 67(2), 1976, pp. 156-171.
- PRICHARD, H. A. *Kant's Theory of Knowledge*. Oxford : Clarendon Press, 1909.
- SCHAFER, Karl. "Conceptual Reflection and the Conceptual Role of the 'I Think'", 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- SCHULTING, Dennis. "Deducing the Categories of Modality and Relations: Reich revisited", 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).
- SMITH, A. H. *Kant Studies*. Oxford : Clarendon Press, 1947.
- STRAWSON, P. F. "Bennett on Kant's Analytic", in Ruth F. Chadwick (ed.), *Immanuel Kant: Critical assessments*, v. 1. London, New York : Routledge, 1992, pp. 242-249.
- _____. "Imagination and Perception", in Ralph C. S. Walker (ed.), *Kant on Pure Reason*, Oxford : Oxford University Press, 1982, pp. 82-99.
- _____. "Sensibility, Understanding, and the Doctrine of Synthesis: comments on Henrich and Guyer", in Eckart Förster (ed.), *Kant's Transcendental Deductions: the three Critiques and the Opus postumum*, Stanford : Stanford University Press, 1989, pp. 69-77.
- _____. *The Bounds of Sense: an essay on Kant's Critique of Pure Reason*. Londres: Methuen, 1966.
- STROUD, Barry. "Transcendental Arguments", *The Journal of Philosophy*, LXV, 1968, pp. 241-56.

TORRES, João Carlos B. “Determinação Categorial e Síntese da Apreensão”, 2005 (manuscrito exposto no X Congresso Kant Internacional, São Paulo).

WALKER, R. *Kant on Pure Reason*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

WALSH, W. H. “Schematism”, *Kant-Studien*, 49, 1957, pp. 95-106.

Outras Obras:

EUCLID. *The Elements*. Translation and introduction by Thomas Heath. v. 1. 2 ed. New York : Dover, 1956.

HUME, David. *Investigações acerca do entendimento humano*. Tradução de Anwar Aiex. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os Pensadores).

HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas: sexta investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento)*. Seleção e tradução de Zeljiko Loparic e Andrea Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo : Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).

LEIBNIZ, Gottfried W. *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*. Tradução de Luiz João Baraúna. 2 ed. São Paulo : Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

LOCKE, John. *Ensaio sobre o Entendimento Humano*. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Tradução de Antonio Zilhão. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.